

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Clélia Virgínia Santos Piragibe

Brasília

2017

CLÉLIA VIRGÍNIA SANTOS PIRAGIBE

CHINA: REFORMAS DOMÉSTICAS E INSERÇÃO INTERNACIONAL

Inovações institucionais e dependência de trajetória

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional e Comparada.

Orientadora:
Profa. Dra. Maria Helena de Castro Santos

Brasília

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

PIRAGIBE, Clélia Virgínia Santos

China: Reformas Domésticas e Inserção Internacional Inovações institucionais e dependência de trajetória / Clélia Virgínia Santos Piragibe – Brasília 2017, 221 p.

Orientadora: Maria Helena de Castro Santos.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais. Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

1. República Popular da China. 2. Reformas e Abertura.
3. Dependência da Trajetória 4. Sistema Internacional.
5. Desenvolvimento Econômico. 6. Globalização

Clélia Virgínia Santos Piragibe

CHINA: REFORMAS DOMÉSTICAS E INSERÇÃO INTERNACIONAL

Inovações institucionais e dependência de trajetória

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional e Comparada.

Aprovada em 15/03/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Helena de Castro Santos
Instituto de Relações Internacionais –Universidade de Brasília
(Orientadora)

Profa. Dra. Danielly da Silva Ramos Beccard
Instituto de Relações Internacionais –Universidade de Brasília

Profa. Dra. Ana Célia Castro
Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira
Universidade do Estado da Paraíba

Prof. Dr. Alcides da Costa Vaz
Instituto de Relações Internacionais –Universidade de Brasília

A Edgar Albuquerque Graeff

Fábio Stefano Erber

Antonio Barros de Castro

in memoriam

AGRADECIMENTOS

A opção de seguir novos rumos acadêmicos e de renovar desafios intelectuais visando à compreensão da atualidade convergiram nesta tese. O interesse pelas experiências de desenvolvimento dos países asiáticos existe em mim há muito tempo, desde que tive a oportunidade de participar da primeira missão de política industrial do governo brasileiro à Ásia. Tempos depois, o Japão tornou-se minha morada - em plena crise asiática – quando desfrutei da convivência com vários pesquisadores nipônicos que me possibilitaram o aprendizado rigoroso sobre a realidade local e em seu entorno.

Tudo isso seria vão se não tivesse a oportunidade de retornar à seara universitária, depois de uma longa trajetória de vida no exterior. Nesses termos, agradeço a acolhida pelo Instituto de Relações Internacionais da UnB, que me permitiu renovar a vida acadêmica e os interesses intelectuais mais recentes. Uma menção especial é dedicada ao professor Antônio Carlos Lessa, que me apoiou nos estágios iniciais desse retorno à academia. O apoio dos funcionários da Secretaria do IREL, igualmente, foi decisivo para ajudar-me a trilhar os caminhos dessa instituição.

Ao mesmo tempo, a querida professora Maria Helena de Castro Santos possibilitou-me o acesso aos meandros metodológicos, sem os quais esta tese não teria se materializado. Mais do que isso, seu apoio afetivo e intelectual foi crucial para o êxito desta empreitada. A disciplina oferecida pela professora Danielly Becard sobre a China, da mesma maneira, foi estruturadora em termos de acesso a formulações da RI por acadêmicos de diferentes vertentes teóricas, bem como por seus comentários pertinentes às versões iniciais desta dissertação doutoral.

Como é praxe, agradeço o apoio incondicional de minha pequena família - Evaldo, Leonardo e Ana Luiza - a meu projeto de estudo e de vida, que foi decisivo nos momentos cruciais do percurso. Sem o esteio amoroso e instrumental de vocês seria mais difícil chegar ao fim da jornada. Amigos próximos como a professora Marilde Loiola de Menezes, do IPOL/UnB, foram fundamentais em seu estímulo ao meu retorno à vida acadêmica. Muitos outros - dentro e fora da UnB - também me incentivaram, carinhosamente, a atingir os objetivos deste projeto.

Por fim, não posso deixar de mencionar três pessoas a quem dedico esta tese. Em primeiro lugar, meu saudoso tio Edgar Albuquerque Graeff, sonhador inveterado e um dos pioneiros na criação da UnB como instituição de vanguarda, que sempre me incentivou à reflexão precoce sobre os dilemas brasileiros e universais. A seguir, meu querido amigo e mentor intelectual Fábio Stefano Erber, que me possibilitou o acesso à carreira acadêmica na UFRJ, norteando minha trajetória profissional ao longo de décadas. *Last but no least*, dedico esta tese ao querido professor Antônio Barros de Castro, cujo pensamento arrojado e inovador permanece como exemplo a ser seguido, afora sua grande generosidade pessoal.

“Conceptual knowledge depends on social practice, and social practice could take many forms: production, class struggle, political activity, and scientific and artistic pursuits. Such practice, as guided by the Party, determines valid knowledge and differentiates between right and wrong.”

(Mao Tsé-tung, 1937)

*“China is a major country as well as a minor one...
China is one of the permanent members of the Security Council of the United Nations.
Its vote belongs firmly to the Third World, to the undeveloped countries.
We have said more than once that China belongs to the Third World.
It will still belong to the Third World even in the future, after it is developed.
China will never become a superpower.”*

(Deng Xiaoping, 1984)

*“China cannot rise peacefully, and if it continues its dramatic economic growth over next few decades, the United States and China are likely to engage in an intense security competition with considerable potential for war.
Most of China’s neighbors, including India, Japan, Singapore, South Korea, Russia and Vietnam will likely join with the United States to contain China’s power”*

(Mearsheimer e Brzezinski, 2005)

*“Countries without a strategy can never be great nations,
And nations without the right strategy can never become strong nations.
What makes great nations great is great strategy,
And the strength of strong nations comes from the strength of their strategy.”*

(Liu Mingfu, 2015)

RESUMO

PIRAGIBE, Clélia V. S. **China: Reformas Domésticas e Inserção Internacional Inovações institucionais e dependência de trajetória.** Tese de Doutorado. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2017.

Esta tese propõe uma nova abordagem para analisar a singularidade do padrão de desenvolvimento da República Popular da China (RPC), pelo emprego do método de dependência da trajetória. A investigação dos mecanismos causais do desenvolvimento *suis generis* chinês valeu-se do procedimento de *process-tracing* para identificar aspectos institucionais das reformas econômicas sínicas de complexidade crescente, implementadas nas quatro últimas décadas sob a administração e o controle do Partido Comunista Chinês (PCC). Como legado, a República Popular da China atingiu a condição de segunda maior economia e de exportadora líder mundial, tornando-se a “fábrica do mundo”. Ao longo do processo de “reforma e abertura” a China conquistou proeminência crescente no mercado globalizado, ascendendo à condição de potência (re) emergente no Sistema Internacional. As mudanças propostas ao padrão de industrialização chinês - em favor de maior conteúdo de ciência e tecnologia, menor consumo de recursos e redução da poluição ambiental, na última década, visam a fazer frente aos desafios domésticos e externos que geram riscos à legitimidade do PCC e à estabilidade social na China.

Palavras-chave: República Popular da China. Dependência de Trajetória. Reformas e Abertura. Desenvolvimento Econômico. Sistema Internacional.

ABSTRACT

PIRAGIBE, Clélia V. S. **China: Domestic Reforms and International Insertion Institutional Innovations and Path Dependence**. Ph. D. Dissertation. Institute of International Relations, University of Brasilia, 2017.

This dissertation proposes a new approach to the singular pattern of development that have taken place in People's Republic of China (PRC). To achieve this results, the path dependency methodology was applied, including the systematic examination (process tracing) of the causal mechanisms of the Chinese model. This trajectory was implemented with economic reforms of increasing complexity in favor of the market system, but without losing control of the direction of the changes of the State party and appeal to democratization. As a result, from the beginning of the economic reforms, more than 500 million of the Chinese population left extreme poverty and China became the worlds' second largest economy and largest exporter, thus becoming the "factory of the world." On the other hand, its increasing world presence generated a vision of China 're-emergence' as a major power in the International System. The intended changes in the pattern of Chinese industrialization - in favor of greater science and technology applications and reduced consumption of resources and environment degradation - is the alternative proposed by the PRC's government in the last decade to challenge international and domestic obstacles that have put at risk the legitimacy of the State-party and the internal social order.

Keywords: People's Republic of China. Path Dependence. Reform and Opening. Economic Development. Globalization. International System.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura Formal do Poder Político da República Popular da China.....	24
Figura 2 - República Popular da China: Hierarquia do Partido Comunista.....	25
Figura 3 - Estrutura Analítica da Explicação da Dependência de Trajetória Aplicada ao Estudo da Dinâmica de Desenvolvimento da China.	27
Figura 4 - CHINA: Exportações, 2000-2010 (% do PIB e bilhões de dólares)	121
Figura 5 - CHINA: Taxa de crescimento real do PIB e Índice de preços ao consumidor, 1980-2013 (%)	131
Figura 6 - CHINA: Taxa de Câmbio RMB em Dólar, 1995-2014.....	157
Figura 7 - CHINA: Fluxos de Investimento Direto Externo, 1990-2013.....	168
Figura 8 - Etapas do Desenvolvimento Econômico da China sob o Modelo da Dependência de Trajetória.....	202
Box 1	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - CHINA: Fases do Processo de Desenvolvimento e Reflexos na Aquisição de Tecnologia, 1949-1960.....	36
Tabela 2 - CHINA: Fases do Processo de Desenvolvimento Reflexos na Aquisição de Tecnologia, 1961-1974.....	58
Tabela 3 - O ‘MILAGRE ASIÁTICO’: crescimento do PIB per capita.....	64
Tabela 4 - CHINA: Comércio Exterior, 1975-1980 (US\$)	81
Tabela 5 - CHINA: Expansão Econômica, 1978-1990.....	95
Tabela 6 - CHINA: Composição da Propriedade na Produção Industrial 1978 e 1996.....	109
Tabela 7 - CHINA: PIB por Origem de Propriedade, 1990-2001(%).....	116
Tabela 8 - CHINA: Gastos em Importações de Tecnologia, 1991-2000.....	138

ABREVIATURAS E SIGLAS (em português)

ACC	Academia de Ciências Chinesa
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AMF	Acordo Multifibras
APA	Agência de Proteção Ambiental (chinesa)
APC	Acordos Preferenciais de Comércio
BNTs	Barreiras não-tarifárias
CC	Comitê Central
CEBC	Centro Empresarial Brasil-China
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
C&T	Ciência e Tecnologia
CGV	Cadeias Globais de Valor
CMC	Comissão Militar Central
CNDR	Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma
CNP	Congresso Nacional do Povo
CS	Conselho de Segurança (das Nações Unidas)
DPI	Direito de Propriedade Intelectual
EDAL	Estado Desenvolvimentista da Ásia do Leste
ELP	Exército de Libertação do Povo
EMN	Empresas Multinacionais
F&A	Fusões e Aquisições
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
FEE	Firmas Estrangeiras Exportadoras
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRCP	Grande Revolução Cultural Proletária
GSA	Grande Salto Adiante
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LJCC	Liga da Juventude Comunista Chinesa
MNE	Ministério dos Negócios Exteriores (chinês)
NCF	Novo Conceito de Segurança
NMF	Nação-Mais-Favorecida

ABREVIATURAS E SIGLAS (cont.)

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista Chinês
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
RAE	Região Autônoma Especial
RCTM	Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Severa
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UE	União Europeia
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZDET	Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
ZEE	Zona Econômica Especial
ZPE	Zona de Processamento de Exportações

ABBREVIATIONS

APEC	Asian-Pacific Economic Cooperation
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
CITIC	China International Trade and Investment Co.
CNPC	China National Petroleum Corporation
FAO	Food and Agriculture Organization
GATS	General Agreement on Trade in Services
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
ITA	International Telecommunications Agreement
KMT	Kuomintang
MOF	Ministry of Finance
MOFCOM	Ministry of Commerce
MOFTEC	Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation
MOST	Ministry of Science and Technology
NBSC	National Bureau of Statistics China
NDRC	National Development and Reform Commission
NICS	Newly Industrialized Countries
PBOC	People's Bank of China
PPP	Purchasing Power Parity
RMB	Renminbi
SASAC	State-owned Assets Supervision and Administration Commission
SCO	Shanghai Cooperation Organization
SOEs	State Owned Enterprises
TVEs	Township and Village Enterprises
UNCTAD	The United Nations Conference on Trade and Development
WTO	World Trade Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
OBJETIVO DA TESE.....	19
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	21
ESTRUTURA DE PODER POLÍTICO NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....	24
ESTRUTURA DA TESE.....	27
CAPÍTULO I - ANTECEDENTES: A ERA MAOÍSTA.....	30
Introdução.....	30
1.1 O Período Pioneiro da República Popular da China.....	32
1.1.1 Reconstrução e Coletivização da China nos Anos Cinquenta.....	33
1.1.2 O Início da Industrialização Pesada	35
1.1.3 A Aliança Sino-Soviética e o Terceiro Mundismo.....	38
1.1.4 A Campanha das “Cem Flores”.....	43
1.2 Crise: A Radicalização da Era Maoísta.....	45
1.2.1 O Grande Salto Adiante	45
1.2.2 A Grande Revolução Cultural Proletária	48
1.3 Mudanças da Política Externa da China na Última Década do Maoísmo...	52
1.4 A Terceira Frente e a Recuperação Econômica na Década de Setenta.....	57
Conclusões Parciais.....	60
CAPÍTULO II - CLIVAGEM E CONJUNÇÃO CRÍTICA: A INAUGURAÇÃO DA ERA REFORMISTA.....	62
Introdução.....	62
Breve interpretação teórica do dinamismo econômico dos países asiáticos	64

2.1 Clivagem e Conjunção Crítica.....	67
2.2 As Reformas Incrementais.....	72
2.2.1 O Socialismo de Mercado com Características Chinesas.....	73
2.2.2 Reformas Rurais: o Sistema de Responsabilidade Familiar	75
2.2.3 Inovações Institucionais: a Criação de TVEs Rurais.....	78
2.2.4 Reformas do Setor Externo.....	81
2.2.5 Reformas Urbanas.....	86
2.2.6 A Iniciativa de Reforma Abrangente.....	88
2.3 A Política Externa a Serviço do Reformismo Chinês.....	89
Conclusões Parciais.....	95
CAPÍTULO III – REAÇÕES E CONTRARREAÇÕES: A REFORMA PROFUNDA.....	97
Introdução.....	97
3.1 O Movimento Democrático de 1989.....	99
3.2 A Ascensão da Facção elitista.....	103
3.3 As Reformas Profundas.....	105
3.3.1. Estabelecimento de Novo Sistema Tributário e Fiscal.....	107
3.3.2 Reformas do Sistema Bancário e Financeiro.....	118
3.3.3 Privatização e Reestruturação das Empresas Públicas.....	109
3.3.4 Reformas do Setor Externo.....	112
3.3.5 Reformas Governamentais.....	114
3.4. Impactos das "Reformas Profundas"	115
3.5 A China como "Fábrica do Mundo".....	120
3.5.1 Comércio Exterior.....	120
3.5.2 Investimento Direto Estrangeiro.....	123
3.5.3 Globalização Econômica.....	127

3.6 A Política Externa no Período Pós-Guerra Fria	129
3.6.1 A China e o Multilateralismo: a Acesso à Organização Mundial do Comércio...130	
3.6.2 Fim da Guerra Fria e Repercussões sobre a Política de Segurança da China...134	
3.7 Políticas Tecnológica e de Inovação.....	137
3.7.1 Experiências Pioneiras.....	137
3.7.2. Os insumos da inovação: P&D e pessoal de pesquisa.....	140
3.7.3 Os Incentivos ao Desenvolvimento de Alta Tecnologia.....	141
Conclusões Parciais.....	144
CAPÍTULO IV: O LEGADO REFORMISTA.....	146
Introdução.....	146
4.1 A Ascensão da Facção Populista.....	148
4.2 Os Desbalanceamentos Estruturais da Economia Chinesa.....	150
4.3. A Economia Chinesa ao Início do Século XXI.....	154
4.3.1 As Políticas de Reajustamento do Crescimento Chinês.....	156
4.3.2 Reforma da moeda e Revalorização do Renminbi.....	157
4.3.3 A Resposta Chinesa à Crise Financeira Global.....	158
4.3.4 Comércio Exterior.....	161
4.3.5 Investimento Direto Estrangeiro.....	166
4.4 Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.....	173
4.5 A Política Externa Chinesa no Século XXI.....	176
4.5.1 A Ascensão Regional Chinesa na Ásia.....	179
4.5.2 A Diplomacia Transregional	184
4.5.3 A Diplomacia Sul-Sul.....	186
Conclusões Parciais.....	188
SUMÁRIO E OBSERVAÇÕES FINAIS.....	191
BIBLIOGRAFIA.....	206

INTRODUÇÃO

“(...) development strategy is a multidimensional problem involving such wide ranging areas as the establishment of long-term targets for growth and structural change, investments in productive facilities and infra-structure, the supply of an adequate labor force with industrial competence and discipline, and technological catching up and development.” (CHANG, 2003, p. 10-11)

A melhoria da vida material é um dos objetivos primordiais das sociedades humanas. Adotar uma estratégia particular de desenvolvimento econômico, contudo, tem consequências políticas e sociais, além do mero aumento dos padrões de vida das populações. Nas últimas quatro décadas, a República Popular da China (RPC) tem experimentado uma expansão econômica e social sem precedentes na história humana, a partir da adoção de um padrão de desenvolvimento *sui generis*.

Ao longo do último século, a aspiração das lideranças chinesas foi elevar o *status* da China à condição de potência capaz de influenciar o Sistema Internacional. Esse ideal já era propagado por Sun Yat-sen, artífice da revolução republicana chinesa, em 1912, quando da abdicação forçada do último imperador da dinastia Qing (o ainda menino Puyi, imortalizado no cinema de Bertolucci).

Sun defendia que o povo chinês “(...) mais antigo, mais numeroso, mais civilizado e mais harmonioso - o melhor sobre a terra, inevitavelmente, ultrapassaria o Japão e o Mundo Ocidental¹”. A seu ver, o que faltava à China naquela conjuntura de enfraquecimento era capital e talento, e o “Império do Meio” deveria se abrir às ideias e às políticas externas, e aprender com os erros de outras nações (MINGFU, 2015, p. 2-6).

Mao Tsé-tung também acreditou na reconstrução chinesa com vistas à liderança mundial. Em 1958, a política maoísta utilizou o *slogan* de “alcançar o Reino Unido em cinco anos, e os Estados Unidos, em sete anos”, quando da divulgação do “Grande Salto Adiante”, ensaiando um caminho próprio de modernização e de crescimento pela via do socialismo chinês. O “Salto”, contudo, revelou-se desastroso, e resultado de uma “visão, e não de um plano” (SCHURMANN, 1966 apud NAUGHTON, 2007) para transformar a China em uma sociedade comunista em poucos anos.

¹ Os “Três Princípios do Povo” formulados por Sun Yat-sen serviriam de base a Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping na formulação da doutrina das características chinesas do modelo socialista. Sun defendia “Cinco Poderes para o Governo”: além do Executivo, Legislativo e Judiciário, ele propôs o *Impeachment* e os Exames (MINGFU, 2015, p. 2-5).

Vinte anos depois, em 1978, o Terceiro Pleno do Partido Comunista Chinês (PCC) estabeleceu uma agenda política orientada às reformas, sinalizando um divisor de águas entre o passado maoísta e a opção desenvolvimentista orientada ao mercado sob a liderança de Deng Xiaoping. Naquele ano, a renda per capita chinesa era de apenas US\$154 - menos de um terço da média entre os países da África Subsaariana, e o mercado chinês, um dos mais fechados do mundo.

Deng propôs a construção de um socialismo “com características chinesas” como projeto de desenvolvimento econômico, tendo por inspiração a Restauração Meiji japonesa de 1868.² Esse conceito, aceito pela maioria dos líderes comunistas chineses, criou as condições de acordo quanto à orientação geral das reformas econômicas, quando a busca da modernização passou a ser a tarefa principal do PCC.

A partir de então, a transição de uma economia de comando socialista para outra de sistema de mercado socialista vem sendo conduzida, de maneira hierarquizada e autoritária, pelo mesmo partido, por meio do planejamento e de experimentação gradual pragmática. Essa orientação implicou na transformação radical de uma economia agrícola em outra de base industrial, que transformou a China em “fábrica do mundo” no final do século XX.

A política de “portas abertas”, inaugurada em 1978, facilitou o acesso chinês a capitais e tecnologias estrangeiros, de maneira controlada, permitindo a criação de espaços econômicos no mercado chinês para atividades intensivas em conhecimento, bem como a integração progressiva da China às cadeias de valor global.

A rápida ascensão chinesa como poder econômico global - dentro do marco da “grande estratégia” - foi confirmada em 2014, quando o Produto Interno Bruto (PIB) do país, em termos de paridade de poder de compra (PPP), superou o dos Estados Unidos, após três décadas e meia de contínuo crescimento econômico³ (FMI, 2014). A (re) emergência da China no cenário internacional (NYE, 1997) é inegável, e serviu de inspiração a acadêmicos (como RAMO, 2004) na elaboração do “Consenso de Pequim”, em contraposição ao “Consenso de Washington” prevalecente na década anterior.

² Em 1977, Deng Xiaoping comentava que “a Restauração Meiji fora uma modernização liderada pela emergente burguesia japonesa. Como proletários, nós devemos e podemos fazer melhor” (Ibid., p.11).

³ De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB da China teria atingido US\$ 17,6 trilhões (PPP) em 2014, superando o dos EUA (US\$ 17,4 trilhões).

Objetivo da tese

Esta tese de doutorado situa-se na linha de análise da singularidade do padrão de desenvolvimento recente da República Popular da China, que a distinguiu de outras experiências históricas, tanto as socialistas (países da ex-União Soviética e os países do leste europeu) como as regionais (Japão e os “pequenos tigres” do leste asiático: Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan), além de outros países em desenvolvimento (Brasil, Chile, Índia, México etc.).

O período de estudo da experiência recente chinesa inicia-se com a criação da República Popular da China (RPC), em 1949, liderada por Mao Tsé-tung e o grupo comunista vitorioso. O recurso ao *process-tracing* é aplicado à análise de quatro gerações do Partido Comunista Chinês (PCC), quando diferentes facções políticas, no bojo do Partido, se alternam até 2012. A presente quinta geração da liderança sínica sob o comando de Xi Jinping, em seu primeiro mandato (2013-2017), requer estudo adicional detalhado, com base em pesquisa de campo e levantamento metódico de dados e informações primárias.

O objetivo desta tese é a análise do percurso *suis generis* do desenvolvimento recente chinês adotando-se o método da dependência de trajetória (*path-dependence*). Este método de pesquisa salienta que as trajetórias de desenvolvimento são marcadas, ocasionalmente, por períodos críticos em que determinadas escolhas são feitas e que terão forte influência sobre eventos e padrões de mudança subsequentes. Essas transformações seguem uma cadeia de reações e contrarreações aos padrões institucionais selecionados no período da conjunção crítica (MAHONEY, 2001).

Assim, a partir da ocorrência de um ‘ponto de ruptura’ (ao final da era maoísta), a opção chinesa por reformas econômicas pró-mercado e pela abertura ao mercado internacional, sob a liderança de Deng Xiaoping, levou a inovações institucionais (como novas formas de propriedade rural, sob as TVEs e o ‘sistema de reponsabilidade familiar’), e também pela criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), com propriedades autorreprodutivas.

Essas mudanças institucionais foram importantes pré-requisitos para o desenvolvimento econômico acelerado chinês. A persistência desse processo, por sua vez, gerou uma série de reações e contrarreações aos padrões institucionais inicialmente definidos. O aprofundamento das reformas sínicas, na década de 1990, culminou com

resultados econômicos notáveis que garantiram a sobrevivência do regime sob o Partido Comunista Chinês (PCC), em contraste com a derrocada da União Soviética e do fim do comunismo nos países do Leste Europeu.

A trajetória do desenvolvimento chinês, de outra parte, articulou-se de maneira crescente ao Sistema Internacional devido às prementes necessidades sínicas de acesso a capitais e tecnologias, bem como à facilitação do comércio internacional da RPC pelos países líderes nos períodos iniciais das reformas. Em termos políticos e diplomáticos, uma importante conquista foi seu retorno à Organização das Nações Unidas (ONU), na década de setenta, em substituição a Taiwan, obtendo, ao mesmo tempo, assento permanente entre os “Cinco Grandes” no Conselho de Segurança (CS) da ONU.

A medida que a China (re) adquiria proeminência no âmbito do Sistema Internacional, entretanto, as barreiras externas a seu desenvolvimento recrudesceram, exemplificadas pela negociação, ao longo de quinze anos, do acesso sínico à Organização Mundial do Comércio (OMC) concluída em 2001. Da mesma maneira, as propostas de aquisições ou associações de empresas chinesas com firmas norte-americanas, canadenses, ou mesmo australianas foram barradas por estes países sob o manto do protecionismo.

Diante desses argumentos, a contribuição distintiva desta tese é a aplicação do método da dependência de trajetória que permite a compreensão do desenvolvimento chinês, sob uma ótica diferente e esclarecedora, organizando os dados pertinentes e servindo como chave interpretativa desse complexo e *suis generis* processo de modernização e avanço acelerado da República Popular da China no mercado internacional crescentemente globalizado.

Adicionalmente, o método selecionado induziu à “abertura da caixa preta” do sistema de poder político sínico, de maneira a apreender a disputa faccional interna ao partido-Estado chinês, ao longo de sucessivas lideranças. Observa-se, assim, uma profunda clivagem ideológica subjacente ao PCC, que teve repercussões sobre inúmeros aspectos da realidade sínica: estratégias de desenvolvimento econômico, distribuição de renda, controle social da população, orientação dos serviços públicos essenciais, política externa e, mesmo, sobre os métodos científicos, como veremos a seguir.

Considerações Metodológicas

A implementação dessa pesquisa doutoral fundamentou-se na elaboração de estudo de caso, com recurso ao método da dependência de trajetória, ou trajetória dependente (*path-dependence*). Como definido por George e Bennett (2005, p. 5), estudo de caso é uma abordagem e um método de pesquisa que se caracteriza pelo “exame detalhado de um aspecto de um episódio histórico com o intuito de desenvolver ou testar explicações que podem ser generalizadas para outros eventos”.

Nossa análise concentrou-se “dentro do caso” (*within-case*), isto é, no estudo detalhado do padrão de desenvolvimento chinês, a partir de 1949 até 2012, quando ocorreu a transição para a quinta geração da liderança chinesa, sob Xi Jinping. Em uma sequência *path-dependent*, os eventos históricos iniciais são ocorrências aleatórias⁴. Contudo, uma vez que o processo se dinamiza e segue determinado padrão, a trajetória torna-se dependente desses eventos.

Mahoney (2001) define “dependência de trajetória” como modelo de análise de um processo histórico que ocorre quando escolhas dos atores-chave resultam na criação de instituições e estruturas que se reproduzem ao longo do tempo. Entre elas incluem-se organizações, políticas públicas, regras formais (constituição, leis), restrições informais, bem como arranjos institucionais interconectados, tais como os regimes políticos e a economia política (NORTH, 1990; CAPOCCIA, 2015).

De acordo com Mahoney (2000, p. 510-511), a análise da dependência de trajetória tem três elementos definidores:

- i) Envolve o estudo de processos causais que são altamente sensíveis a eventos ocorridos nos estágios iniciais da sequência histórica em análise;
- ii) Os eventos precursores são ocorrências contingentes que *não* podem ser explicadas por “condições iniciais” particulares;
- iii) Uma vez ocorridos esses eventos contingentes, existe uma tendência inercial de reprodução dos arranjos institucionais selecionados, até se consolidarem (*lock-in*).

⁴ Segundo Mahoney (2000, p. 508), os estudos da dependência de trajetória salientam casos “desviantes” que apresentaram resultados únicos ou muito raros. Como exemplos, o autor sugere a revolução industrial inglesa, a criação do sistema capitalista global na Europa ou o desenvolvimento de grandes corporações privadas nos Estados Unidos, cujo resultado ocorreu apesar da ausência das condições iniciais associadas que se observaram em outros países.

Ainda segundo o autor, existem dois tipos dominantes de sequências *path-dependent*. A primeira, de autorreforço, caracteriza-se por ‘retornos crescentes’⁵. Dada essa propriedade utilitarista, o padrão institucional implica em benefícios crescentes por sua adoção continuada, culminando com eventual consolidação, ainda que outras alternativas sejam mais ‘eficientes’. De outra parte, os mecanismos assentados em aspectos funcionais, de poder ou de legitimação asseguram a reprodução de uma instituição ou política porque os atores consideram-na legítima (Idem, p. 508).

Um segundo tipo de análise *path-dependent*, aqui adotada, envolve o estudo de sequências reativas onde, em encadeamento causal, “cada evento é tanto uma reação a eventos antecedentes quanto uma causa para eventos subsequentes” (MAHONEY, 2006, p. 135). Dessa maneira, as sequências reativas são marcadas “por processos de reação que transformam e, talvez, revertam os eventos iniciais”, conduzindo a uma trajetória específica de desenvolvimento (BERNARDI, 2012, p. 159).

Os períodos de gênese institucional ocorrem a partir de “pontos-chave de escolha” (*key choice points*), ou conjunção crítica, quando um grupo de atores relevantes faz prevalecer um arranjo institucional específico, dentre duas ou mais de alternativas viáveis. Essa conjunção é ‘crítica’ por impelir a escolhas dentro do caminho selecionado, e dificultar a seleção de opções fora da trajetória escolhida”, tendendo à inflexibilidade (PIERSON, 2000). Uma parte importante da literatura coloca ênfase nas tensões antecedentes que resultam na conjunção crítica (Lipset e Rokkan, 1969 apud CALCA, 2010). Esse período de clivagem ou crise, que produz a ruptura, é referido como generativo, e requer uma análise em si desse cenário particular.

Segundo Mahoney (2011, p.113):

“As conjunções críticas têm dois componentes. O primeiro é o ponto de escolha onde uma opção particular é adotada entre duas ou mais alternativas. Se não existe escolha entre alternativas, não existe conjunção crítica. Segundo, uma vez que uma opção particular é selecionada, torna-se progressivamente mais difícil retornar ao ponto inicial onde múltiplas alternativas estavam disponíveis. Em consequência, nem todo ponto de escolha representa conjunção crítica; apenas aqueles que ensejam resultados futuros importantes devem ser tratados como conjunções críticas” (tradução nossa).

⁵ Em artigo seminal, Paul David (1985, p. 332) refere-se a uma sequência de mudanças econômicas *path-dependent* da seguinte forma: “influências importantes sobre um eventual resultado podem ser exercidas por eventos temporais remotos, inclusive os aleatórios, e não por forças sistemáticas” (“*one damn thing follows another*”). David apoia-se em mecanismos de retornos crescentes e de *lock-in* para mostrar que escolhas tecnológicas são adotadas por razões outras que não sua superioridade intrínseca.

A circunstância da conjunção crítica permite o relaxamento das condições estruturais (econômica, cultural, ideológica, organizacional) da ação política por períodos relativamente curtos de tempo, durante os quais aumenta a probabilidade de que a escolha de cada grupo de agentes irá alcançar resultados de seu interesse. A duração das conjunções críticas pode variar de curtas transições (momentos de mudança estrutural significativa) a um longo período político ou de um regime. A análise do processo decisório liderado por atores relevantes - “líderes, burocratas, juizes, que se encontram numa posição de poder, e assim mais livres e mais influentes que outros” (CAPOCCIA, 2015) - é decisiva na análise das conjunções críticas, assim como o é nas fases subsequentes de dependência da trajetória.

A presente pesquisa examina o processo de desenvolvimento da República Popular da China, a partir da abordagem da dependência de trajetória. Ao adotar essa conduta metodológica, nosso **argumento** é que as políticas econômicas liberalizantes e de abertura ao mercado internacional, inauguradas no período de Deng Xiaoping (1978-1992), foram disruptivas (*critical junctures*), produzindo legados que alteraram, indelevelmente, a dimensão econômica doméstica e internacional da China.

A tragédia da Praça de Tiananmen⁶, em junho de 1989, e o colapso do bloco soviético, entre 1990 e 1991, foram importantes eventos que impactaram o percurso da trajetória reformista e desafiaram sua permanência. A partir de 1993-94, contudo, a abertura externa e as reformas ir-se-iam acelerar e aprofundar como estratégia de sobrevivência política do Partido Comunista Chinês. A criação de instituições e estruturas por sua liderança, em favor do desenvolvimento econômico e social, suscitou uma cadeia de causalidades, que serão devidamente analisadas ao longo do trabalho.

O modelo de desenvolvimento chinês mostrou-se mais bem-sucedido do ponto de vista econômico - vis-à-vis os antigos países comunistas ligados ao bloco soviético⁷ e a outros países emergentes. A trajetória foi definida por reformas econômicas de complexidade crescente e de transição para o sistema de mercado; o ritmo da liberalização foi incremental, e a privatização, inicialmente postergada. De outra parte, manteve-se o regime de partido único, sem recurso à democratização.

⁶ Protestos de origem estudantil na Praça da Paz Celestial, ocorridos entre abril e junho de 1989, foram encerrados violentamente pelo exército chinês, com a morte de centenas de civis (BBC *on-this-day*).

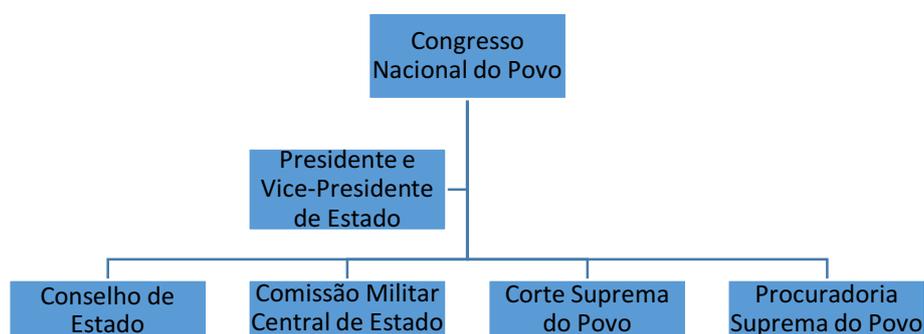
⁷ Ao final do século, a China representava três - quartos da população e mais da metade do PIB do conjunto das economias em transição, com uma renda per capita que quadruplicou entre 1978 e 1998 (QIAN, 2006, p. 229-230).

Estrutura de Poder Político na República Popular da China

Dada a importância do partido-Estado chinês e dos demais órgãos que definem a estrutura formal de comando político e econômico na China, adiantamos aqui, de forma resumida, os elementos-chave do processo decisório sínico (Figura 1), de maneira a facilitar a compreensão do leitor sobre essa estrutura de poder, que será de uso recorrente ao longo deste trabalho.

Figura 1:

Estrutura Formal de Poder Político da República Popular da China



Fonte: *Xinhua News Agency* apud LAWRENCE, 2013, p. 3 (tradução nossa).

De acordo com a constituição chinesa de 1982, o nível mais elevado de poder é, em teoria, o Congresso Nacional do Povo (CNP)⁸, que se reúne anualmente para definir políticas e debater novas leis. Entre suas atribuições, o CNP supervisiona o trabalho do Conselho de Estado, da Comissão Militar Central, da Corte Suprema do Povo e da Procuradoria Suprema do Povo.

O Partido Comunista Chinês (PCC), que contava com 80 milhões de afiliados em 2012, ou 6 por cento da população chinesa, é o maior partido político no mundo. Ele é, *de facto*, a instituição política dominante da China, exercendo liderança sobre todo o sistema político. A constituição do PCC define a realização de um congresso nacional, a cada cinco anos, quando os delegados elegem o novo Comitê Central⁹.

Cada reunião do Comitê Central (CC)¹⁰ é conhecido como pleno. Atualmente, no primeiro pleno que se segue ao Congresso do PCC, o Comitê Central (CC) elege dentre

⁸ O número de congressistas varia entre 2000 e 3000, e os tópicos a serem discutidos são limitados.

⁹ A liderança do partido indica 10 por cento mais candidatos que as posições disponíveis. Hoje, o CC é composto por 205 membros plenos e 171 substitutos, onde mulheres e minorias étnicas somadas representam 20 por cento (Ibid., p. 4)

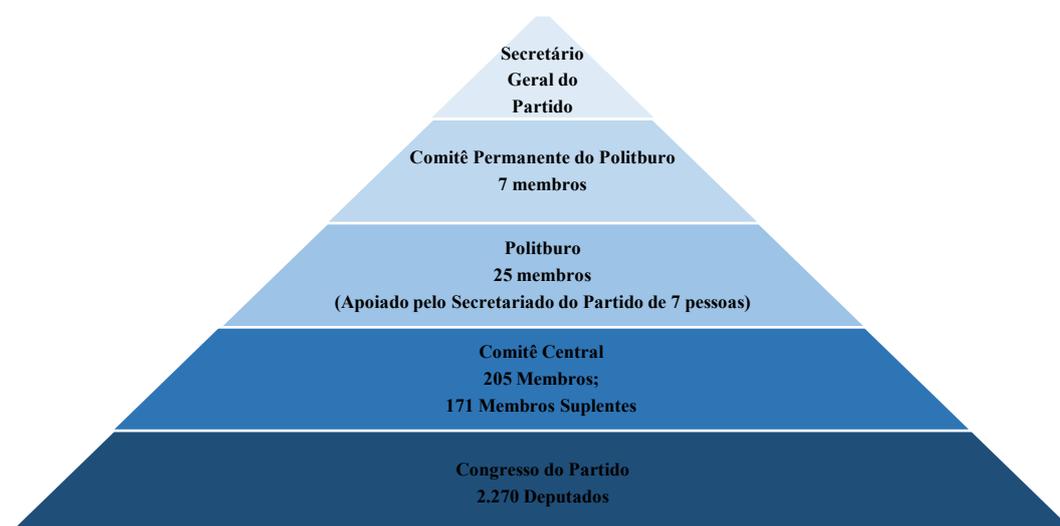
¹⁰ Os membros do CC são em torno de 350, incluindo os substitutos (LANTEIGNE, *op. cit.*, p. 30)

seus membros o Politburo (25 líderes) e o Comitê Permanente do Politburo (7 líderes). O Secretário Geral do Partido, líder máximo do poder, que também exerce a presidência do Partido e da Comissão Militar Central, bem como a presidência do Estado chinês, é o primeiro nesse seletto Comitê Permanente (Figura 2).

O poder político é exercido por três instituições no âmbito do Partido: o Secretariado, o Politburo e, no topo, o Comitê Permanente do PCC. O Secretariado Geral do Partido é responsável pelas decisões burocráticas cotidianas do governo. O Politburo atua como órgão da liderança do CC. As facções políticas chinesas mais fortes, em cada mandato, possuem representantes nessa instância¹¹.

Figura 2:

República Popular da China: Hierarquia do Partido Comunista



Fonte: Portal do PCC apud LAWRENCE, *op. cit.*, p. 5.

O topo da liderança do PCC reúne-se no Comitê Permanente do Politburo (que inclui o presidente, o primeiro-ministro, o líder do CNP e o presidente do Comitê Consultivo Político do Povo Chinês¹²). Nesse escalão definem-se políticas domésticas, onde cada membro responde por um conjunto de temas. Indicações políticas para o Comitê Permanente envolvem intenso *lobby* exercido por facções que defendem interesses diversos, evidenciando relações clientelísticas com a presidência, ou com facção que não pode ser alijada¹³.

¹¹ Segundo Lawrence (*op. cit.*, p. 31), a maior parte dos membros do Politburo, na prática, defende os interesses das regiões mais ricas e/ou mais populosas da China.

¹² Esse último grupo é um *think-tank interno* ao partido que discute novas direções e desenvolvimento político da RPC, com um grupo sênior de profissionais em seu entorno.

¹³ O acesso ao Comitê é indicador de poder político. A flutuação do número de seus membros reflete a necessidade de acomodar distintos interesses (Ibid.).

O Primeiro Ministro chinês atua como Chefe de Estado e do Conselho de Estado da China, instituição que supervisiona o cumprimento da constituição, o orçamento e vários projetos de leis e regulamentações a serem submetidas ao Congresso Nacional do Povo. Em paralelo, os ministérios se organizam em 'sistemas' (*xitong*) para definir interesses complementares em assuntos de economia, educação, segurança e outros.

Importantes órgãos decisórios estão subordinados ao Conselho de Estado. Entre eles, a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional (CRDN), sucessora da antiga Comissão de Planejamento Estatal. A CRDN exerce a administração macroeconômica, com amplo controle das esferas administrativas e de planejamento. Entre suas funções, tem a missão de orientar a reestruturação do sistema econômico, além de formular políticas de desenvolvimento econômico e social. A CRDN supervisiona o Comitê de Coordenação Nacional de Mudança Climática e a Administração de Energia Nacional.

A Comissão de Administração e Supervisão da Empresas Estatais (SASAC) também se subordina ao Conselho de Estado (CE). Criada em 2003, tem mandato para supervisionar as empresas estatais remanescentes, com competência para nomear executivos dessas corporações, aprovar fusões ou vendas de ações ou ativos, bem como formular a legislação relativa às estatais.

Ministérios e Comissões também se subordinam ao Conselho de Estado¹⁴. Entre aqueles relacionados a nosso estudo, destacamos o Ministério de Negócios Estrangeiros (MNE), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Indústria e da Tecnologia da Informação (MITI), além dos Ministérios da Agricultura, do Comércio, da Defesa Nacional, das Finanças, da Proteção Ambiental e o Banco Popular da China.

Cabe ressaltar a importância dos “pequenos grupos de liderança” do PCC (*lingdao xiaozu*) em assuntos econômicos, financeiros, de política externa, de Taiwan, que participam da elaboração de decisões políticas maiores e coordenam o trabalho entre o governo e o partido. No período mais recente, essas estruturas estão “proliferando em número, crescendo em importância, e tornando-se mais operacional em lugar de estratégicas” (BLACKWILL e CAMPBELL, 2016).

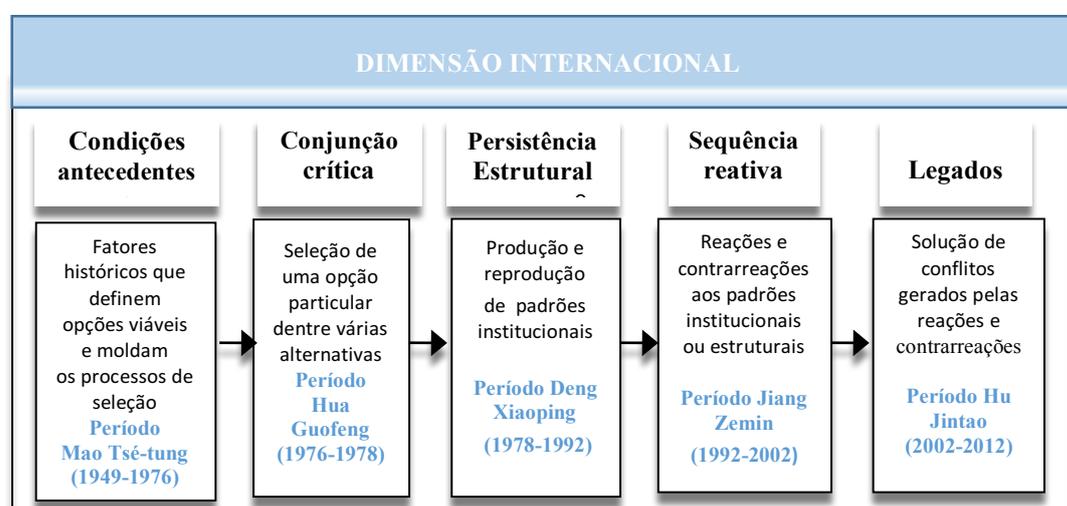
¹⁴ A Academia Chinesa de Ciências, a Academia Chinesa de Ciências Sociais e a Academia Chinesa de Engenharia também são subordinadas ao CE. Comissões regulatórias - bancária, de eletricidade, de seguros e de seguridade – também se situam sob essa estrutura, bem como o Centro de Pesquisa do Desenvolvimento, a Escola Nacional de Administração, as Administrações de Terremotos e de Meteorologia, o Escritório para Assuntos de Taiwan e a Agência de Notícias Xinhua <http://english.gov.cn/>.

Estrutura da Tese

O padrão de desenvolvimento da República Popular da China pode ser melhor compreendido pelo recurso à elaboração de uma estrutura analítica que corresponda ao processo evolucionário da dependência de trajetória, representado na Figura 3. Os componentes básicos de análise correspondem a nossos objetivos específicos, que serão examinados nos sucessivos capítulos da tese

Figura 3:

Estrutura Analítica da Explicação de Dependência da Trajetória Aplicada ao Estudo da Dinâmica de Desenvolvimento da China



Fonte: adaptado de MAHONEY (2001, p. 113), com adições nossas em azul.

O segundo componente da metodologia utilizada nesta tese é o recurso ao procedimento de *process tracing* na identificação dos mecanismos causais envolvidos nas transformações da trajetória de desenvolvimento da República Popular da China, ao longo de seis décadas. Esse método visa a “gerar e analisar dados sobre mecanismos causais ou processos, eventos, ações, expectativas e outras variáveis intervenientes que relacionam supostas causas com os efeitos observados” (BENNETT e GEORGE, 2004).

O Capítulo 1 dedica-se à análise dos antecedentes do processo aqui estudado, que corresponde à experiência original da trajetória comunista chinesa sob o maoísmo. Enquanto o período inicial de 1949 a 1957 caracterizou-se pela “reconstrução, crescimento e inovação” com a colaboração soviética, a partir daí a China orientou-se para um modelo autárquico e de autossuficiência que implicou em “vinte anos de crise”.

O Capítulo 2 da tese trata do período da conjunção crítica onde ocorre a opção pelas reformas econômicas e abertura progressiva da China ao mercado internacional. Examinam-se aqui os mecanismos causais envolvidos nas mudanças resultantes da aplicação sistemática de reformas econômicas graduais¹⁵, de maneira a modernizar o país e assim evitar o colapso institucional observado *a posteriori*, ocorrido na União Soviética e em seus aliados do leste europeu.

No capítulo 3, examinaremos as reações e contrarreações, ou sequências reativas que se seguiram à tragédia de Tiananmen em 1989. A implementação das “reformas profundas” ocorreu sob o comando de Jiang Zemin, representando um novo grupo de perfil tecnocrático que assumiu o poder central na China. Novas formas de propriedade não-estatal se expandiram aceleradamente enquanto inúmeras empresas estatais eram privatizadas ou fechadas.

O capítulo 4 discute, finalmente, o legado reformista sob a liderança de Hu Jintao. A China deslocou-se à posição de segunda economia mundial em 2010, ultrapassando o Japão, ao mesmo tempo em que se tornou o maior país exportador, superando a Alemanha. Contudo, se por um lado as reformas permitiram a melhora do padrão de vida da população, de outro a crescente desigualdade social e os efeitos nefastos sobre o meio-ambiente, entre outros problemas, afetaram negativamente o povo chinês.

Ao final, faremos uma breve recapitulação da trajetória de desenvolvimento da China e do legado de quatro décadas de reformas, ao mesmo tempo que ressaltamos os principais impasses do percurso chinês em sua ascensão doméstica e internacional. Esta pesquisa faz uso de conceitos e termos relacionados aos domínios da Economia Política Internacional, da Ciência Política e das Relações Internacionais.

Como principais referências (arroladas ao final da tese), entre outras, incluem-se: *i*) ampla literatura anglo-saxã; *ii*) publicações de acadêmicos proeminentes chineses, com destaque ao veterano reformista Wu Jinglian; *iii*) produção recente de vários sinólogos brasileiros; *iv*) teses recentes sobre a China submetidas a vários centros de excelência internacionais e também a instituições brasileiras.

¹⁵ Um dos principais artífices desse processo foi Zhao Ziyang, responsável pela formulação das políticas do dia-a-dia da transição. Zhao reportava-se não só a Deng, mas também a outros líderes revolucionários *seniores*, de maneira a gerar consenso quanto às medidas propostas.

Como fontes primárias e secundárias de dados, utilizamos: v) relatórios de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); vi) relatórios governamentais de países que têm relacionamento bilateral relevante com a China; vii) fontes estatísticas oficiais chinesas.

A participação em seminários, congressos e encontros realizados no Brasil e no exterior sobre a temática da China - em níveis diversos de análise, foi de extrema valia para o amadurecimento das questões aqui discutidas. No espaço doméstico, especial ênfase foi concedida a eventos realizados na Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores e pelo Instituto Brasil-China (IBRACH), bem como no âmbito do Instituto de Relações Internacionais da UnB, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros.

De maneira a superar a barreira cultural linguística, acessamos quase diariamente o conteúdo dos aplicativos disponibilizados em inglês pelo Conselho de Estado da RPC, bem como do periódico *China Daily*. Os artigos ali publicados foram de extrema valia para a obtenção de dados e informações, bem como para o acompanhamento das políticas implementadas recentemente pelo governo da China, dando acesso à visão oficial chinesa sobre inúmeros temas aqui tratados.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES: A ERA MAOÍSTA (1949-1976)

Introdução

Em 1º de outubro de 1949, uma grande cerimônia foi testemunhada por mais de 300.000 expectadores chineses na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*) em Pequim. Naquela ocasião, Mao Tsé-tung (1893-1976) proclamou solenemente a fundação da República Popular da China (RPC). A vitória do Partido Comunista Chinês (PCC) contra o domínio japonês e contra o *Kuomintang* (Partido Nacionalista Chinês, KMT) encerrava, assim, mais de vinte e cinco anos de guerra civil.

As elites lideradas por Chang Kai-shek (1887-1975) refugiaram-se na província insular de Taiwan, protegidas pela VII Frota norte-americana¹. Nesse período, dois acontecimentos sinalizavam a eclosão da Guerra Fria: o bloqueio de Berlim (1948/49) e o primeiro teste bem-sucedido da bomba nuclear pela União Soviética (agosto de 1949).² A revolução comunista chinesa, entretantes, ampliava o ponto focal da Guerra Fria da Europa para o Leste Asiático.

Apesar do declínio do antigo Império do Meio³, ao longo de um século, atributos como extensão geográfica (terceiro maior território mundial) e população (a maior do mundo) faziam da China um elemento central na disputa geopolítica entre Estados Unidos e União Soviética. Natan e Ross (1997) comentaram a esse respeito: “durante a Guerra Fria, a China foi o único país relevante que se posicionava na interseção entre os dois superpoderes, um alvo em termos de influência e animosidade entre ambos”.

¹ O triunfo maoísta surpreendeu tanto Truman quanto Stalin, por suporem que os nacionalistas manter-se-iam à frente da China após a 2ª Guerra Mundial, na perspectiva do Acordo de Yalta (GADDIS, 2005, p. 22).

² Em 29 de agosto de 1949, a União Soviética faria seu primeiro teste bem-sucedido no deserto do Cazaquistão, eliminando o monopólio atômico dos Estados Unidos sobre a bomba nuclear. Este último optou por escalar na corrida armamentista pela construção da bomba de hidrogênio - que seria pelo menos mil vezes mais poderosa do que os artefatos que devastaram Hiroshima e Nagasaki (Ibid., p. 25).

³ A partir do século XV, emergiu uma ordem em que a China desempenhava papel dominante, bem como servia como fonte de inspiração para a organização política dos Estados situados ao Sul de suas fronteiras, que adotavam sistema político-social semelhante ao monárquico chinês. Essas economias operavam de forma similar e, por meio de forte intercâmbio comercial, eram-lhe complementares (PINTO, 2014, p. 152).

A configuração bipolar do Sistema Internacional durante a Guerra Fria influenciou fortemente a política externa chinesa. Na medida em que os alinhamentos sínicos eram informados pela percepção de ameaça colocada por cada superpotência e pelo nível de hostilidade das mesmas quanto aos objetivos maiores do governo revolucionário, a China inclinava-se à superpotência que lhe causasse menos constrangimentos, e que oferecesse melhores condições de apoio ao seu desenvolvimento econômico e militar.

Este capítulo examina a construção da estratégia de desenvolvimento socialista da China, sob a égide do maoísmo revolucionário, ao longo de três décadas (1949-1976). A análise aqui desenvolvida recupera as condições antecedentes, segundo nossa metodologia, ou “linha básica” de comparação, em relação à qual a conjunção crítica, ocorrida ao fim dos anos setenta, e o legado reformista sínicos serão investigados ao longo dos demais capítulos.

A instabilidade econômica e as oscilações políticas - domésticas e externas - marcaram este período de construção do comunismo chinês, cuja prioridade era promover a revolução em nível doméstico e internacional. A primeira parte deste capítulo concentra-se na aliança sino-soviética que permitiu a rápida implantação da indústria pesada na RPC, articulada aos interesses de defesa sínico. Com esse propósito, foi implementado um sistema de planejamento socialista centralizado, à semelhança do soviético, com a criação de instituições governamentais que decidiam a alocação de recursos na economia sínica.

Com o cisma entre os parceiros, ao final da década de cinquenta, a estratégia chinesa orientou-se a um modelo “autárquico” radical de construção própria do comunismo - materializado no “Grande Salto Adiante” e na “Grande Revolução Cultural Proletária”. Essas escolhas e suas consequências serão discutidas na segunda parte deste capítulo. A hostilidade tanto com Washington quanto com Moscou, levou à maior identificação da RPC com países em desenvolvimento, com o propósito de combater os “3 inimigos” - “o colonialismo, o imperialismo e o hegemonismo”.

Nos anos finais do maoísmo, a predominância do interesse nacional sobre outras forças motivacionais aproximou a China dos Estados Unidos, bem como a RPC tomou assento nas Nações Unidas, em 1971, em substituição a Taiwan. Em termos domésticos, os embates em torno à sucessão do líder supremo refletiam a disputa entre facções no âmbito do Partido, consubstanciada em conjunção crítica com a morte de Mao, em 1976.

1.1 O Período Pioneiro da República Popular da China (1949-1957)

Ao fim da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiam como poder dominante que se expandia em regiões asiáticas anteriormente divididas entre outros países imperialistas. Alguns analistas da política externa norte-americana para a China sustentaram que Washington “perdera a oportunidade” de estabelecer uma relação não-confrontacional com o Partido Comunista Chinês.

Apesar da ampliação de poder do Partido Comunista da China (PCC)⁴, Washington optou por conferir à China Nacionalista de Chang Kai-chek a posição de um dos “Cinco Grandes” aliados, que passou a integrar o Conselho de Segurança (CS) da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) como membro permanente com direito a veto, em detrimento de outros países igualmente interessados, inclusive o Brasil (VISENTINI, 2011).

A revolução maoísta visava a transformar o Estado e a sociedade e, simultaneamente, reafirmar a posição central da China no Sistema Internacional. Ao longo do século anterior à criação da RPC, a percepção da população quanto à posição de sua nação no mundo decorria de convicções relacionadas a iniciativas de intrusão política, exploração econômica e agressão por parte de países imperialistas estrangeiros que humilhando os cidadãos da China, comprometiam, assim, a história gloriosa da civilização chinesa.

A sustentação do comunismo maoísta originariamente apoiou-se nos camponeses, por sua vez, representantes de oitenta por cento da população ativa do país. A promulgação da lei de Reforma Agrária, em junho de 1950, foi uma das primeiras medidas adotadas, quando as propriedades rurais dos senhores de terra foram brutalmente confiscadas e redistribuídas aos camponeses⁵. Como resultado, os resquícios do feudalismo da China Imperial foram eliminados em poucos anos (YU, 2014, p. 606).

Os primeiros oito anos da RPC (até o fim de 1957) caracterizaram-se por um período de “reconstrução, crescimento e inovação” (FAIRBANK, 2006, p. 343). As prioridades foram reduzir o analfabetismo (oitenta e cinco por cento da população adulta chinesa em 1949) e, ao mesmo tempo, treinar centenas de milhares de trabalhadores, administradores e especialistas para atender as demandas de promoção do desenvolvimento econômico.

⁴ A China está localizada em região geopolítica sensível onde, ao fim da 2ª Guerra Mundial, a derrota do rival japonês e o recuo do colonialismo europeu ocorreram em paralelo ao fortalecimento da URSS e dos movimentos comunistas nacionalistas.

⁵ 47 milhões de hectares foram divididos entre 300 milhões de camponeses (MILARÉ e DIEGUES, 2012).

1.1.1 Reconstrução e Coletivização da China nos Anos Cinquenta

Após décadas de ocupação estrangeira e guerra civil, reconstruir a China era o grande desafio. O país tinha de fazer face a danos na agricultura e na indústria, sob um cenário econômico de hiperinflação. No fronte externo, boicote comercial fora adotado por diversos países capitalistas em represália ao envolvimento chinês na Guerra da Coreia no início dos anos cinquenta (NAUGHTON, 2007, p. 64).

A fase inicial da reconstrução sínica (1949-52) apoiou-se em importações do bloco soviético, bem como em extensa cooperação militar com a URSS que se havia comprometido a construir instalações aéreas e navais na China (KNORR, 1995, p. 179). A restauração da economia interna foi rápida e, já em 1952, a produção dos principais setores agrícolas e industriais superava os níveis pré-revolucionários.

Na previsão de Chen Yun (1905-1995), Secretário do PCC encarregado dos assuntos econômicos, contudo, “a colheita de grãos não seria suficiente nos anos seguintes, daí a necessidade de compras compulsórias”. Em outubro de 1952, anunciou-se que “a compra e comercialização (*tonggou tongxiao*) unificada de grãos pelo Estado seria implementada em todo o território nacional, e qualquer excesso de produção seria apropriado pelo governo, por preços por ele estipulados” (WU, 2005, p. 97).

Essa escolha teve como pano de fundo a tomada de decisões fundamentais quanto aos rumos da economia chinesa: (i) o início imediato da transição para o socialismo e a economia planejada; (ii) a industrialização baseada na indústria pesada, com apoio soviético. Nesse contexto, a coletivização permitia ao Estado obter capital, grãos e matérias primas indispensáveis ao processo industrial - por vias distintas das do mercado. Como resultado, antes da implementação do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) implementava-se um monopólio estatal de produtos agrícolas (*ibidem*).

Mao comandou o “avanço socialista” no campo⁶, abolindo o sistema de propriedade rural familiar, com o lançamento da “Campanha de Transformação das Cooperativas” em 1955. Essa decisão mudava a natureza do relacionamento destas com o Estado - da condição de participantes voluntárias para a modalidade de cooperativas avançadas

⁶Antes da vitória da revolução comunista, no VII Congresso Nacional do PCC em 1945, pactuou-se o princípio de construir “uma nova sociedade democrática sob a ditadura de todas as classes revolucionárias da China” (Mao, 1945 apud WU, 2005, p. 31). A base econômica existente viabilizava o desenvolvimento do capitalismo por um período definido de tempo, que seria sucedido pela construção do socialismo.

(*gaojishu*)⁷, organizadas sob coerção estatal. No inverno de 1957, completou-se o ciclo, quando 120 milhões de domicílios rurais foram distribuídos em 753.000 cooperativas avançadas, sob propriedade coletiva (LIN, 1994, p. 19-21).

Por diretiva do Comitê Central do PCC, em 1958, as cooperativas menores foram consolidadas em estruturas maiores (denominadas de “comunas” por Liu Shaoqi), e posteriormente conhecidas como “comunas populares” (*renmin gongshe*), conforme a definição de Mao Tsé-tung: “maiores em tamanho e públicas como forma de propriedade”. No outono do mesmo ano, toda a comunidade rural foi convertida em comunas populares (WU, *op. cit.*, p. 99).

As comunas populares - ou seja, fazendas rurais de propriedade coletiva - constituíam, com efeito, um arranjo institucional que visava a integrar vários aspectos da vida pública, com funções econômicas e governamentais (“indústria, agricultura, comércio, educação e defesa”)⁸, em uma organização de estilo militar socialista (DITTMER, 1978).

Entre suas funções, incluíam-se a mobilização de trabalhadores para projetos de construção (como reservatórios de água para irrigação, drenagem e controle de inundações), a prestação de serviços sociais (educação, saúde e previdência), o desenvolvimento de pequenas indústrias, além da produção agrícola em escala.

Na visão maoísta, as comunas populares seriam a melhor forma de organização para a construção do socialismo e a transição gradual para o comunismo. Na prática, a agricultura acabou sendo o setor mais penalizado pela sucessão de desastres políticos e naturais a que foi submetida no escopo do sistema de planejamento econômico socialista.

O processo de industrialização chinês - em contraste com a trajetória clássica de outros países em desenvolvimento - não foi acompanhado de forte urbanização. A migração rural foi controlada por um sistema de registro civil (*hukou*)⁹ que atrelava o cidadão a sua municipalidade de nascimento como quesito para autorizações de moradia e trabalho, acesso à escolaridade pública e a serviços de saúde.

⁷ Em um ano, 540.000 destas cooperativas foram criadas, representando oitenta e oito por cento do total de domicílios rurais (WU, *op. cit.*, p. 98-99).

⁸ Ao final de 1958, 700 milhões de pessoas foram assentadas em 26.576 comunas, com cerca de 5.000 famílias cada, onde toda a propriedade seria compartilhada (incluindo ferramentas e animais), tornando desnecessário o dinheiro para compra de bens ou pagamento pelo trabalho (Ibidem).

⁹ A partir de 1958, o controle migratório era estrito, embora não policial. A população de registro rural (*nongmin hukou*) tinha acesso a esses benefícios estabelecidos segundo a comuna de origem do cidadão.

1.1.2 O Início da Industrialização Pesada

A nova liderança chinesa optou por seguir o modelo de industrialização da União Soviética, o maior parceiro comercial e a fonte principal de tecnologia da China. O I Plano Quinquenal (1953-57)¹⁰ teve por objetivos a coletivização das cooperativas rurais, um vasto programa educacional e a ênfase às indústrias de base, seguindo o modelo stalinista. A assistência técnica soviética (remunerada) concentrava-se na produção de insumos básicos (como ferro gusa, carvão, eletricidade, cimento e petróleo), e também de armamentos.¹¹

Naughton (2007, p. 56) denominou essa escolha “*Big Push Development Strategy*”, uma vez que todo o investimento realizável foi orientado à construção da indústria pesada chinesa. Para implementá-la, um sistema centralizado de planificação econômica foi escalonado entre 1949 e 1956. Segundo o autor, ao adotar essa estratégia, mimetizando a experiência socialista soviética, não se levou em conta a diferença estrutural entre as duas economias, porquanto, no início da Revolução Russa, a industrialização era mais avançada, havendo equilíbrio mais favorável entre população e recursos disponíveis.

A contribuição soviética à China veio sob a forma de empréstimos (que seriam pagos pela exportação de recursos naturais, sobretudo petróleo, para a URSS), os quais, naquelas circunstâncias, tinham valor inestimável, uma vez que a tecnologia soviética era bem mais avançada que a chinesa (FAIRBANK, *op. cit.*, p. 359)¹². Assim, tecnologias industriais e projetos organizacionais foram transferidos da União Soviética, e, apesar de remunerados, constituíam importante ajuda, tendo em conta que a China não possuía experiência pregressa em planejamento econômico centralizado (NAUGHTON, *op. cit.*, p. 66).

¹⁰ O Plano foi bem sucedido: a renda nacional cresceu a uma média anual de 8,9 por cento, o produto agrícola, 3,8 por cento, contra uma expansão populacional de 2,4 por cento (FAIRBANK, *op. cit.*, p.358).

¹¹ Nesse período, a URSS forneceu à China 156 projetos industriais completos, com o compromisso de entrega de mais 125, entre 1958 e 1962. Elas incluíam usinas siderúrgicas, usinas elétricas, máquinas-ferramenta, aviação, química, eletrônica e maquinário agrícola. Todos os projetos foram colocados no nordeste e no interior do país, de maneira a mudar o centro de gravidade industrial dos enclaves costeiros.

¹² Estima-se que a China recebeu mais de US\$ 1,3 bilhão de ajuda soviética nos anos 1950, e cerca de 10.800 técnicos soviéticos e 1.500 técnicos do leste europeu colaboraram, em território chinês, para o desenvolvimento econômico. No sentido oposto, 8.000 engenheiros e trabalhadores especializados, além de 7.000 estudantes chineses foram enviados à URSS para serem capacitados (Ibidem).

A tabela 1 sumariza as mudanças na sucessão de políticas desenvolvimentistas implementados na China em seu período pioneiro (1949-1960), bem como os seus efeitos sobre a aquisição de tecnologia, os quais oscilaram entre reações de boa receptividade e pela rejeição xenófoba à tecnologia estrangeira. O produto industrial da RPC expandiu-se em 140 por cento ao longo do I Plano Quinquenal¹³.

Tabela 1:

CHINA: Fases do Processo de Desenvolvimento –
Reflexos na Aquisição de Tecnologia, 1949-1960

PERÍODO	FASE DO DESENVOLVIMENTO	POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIA
1949-1952 Reconstrução	Reabilitação da economia de guerra União Soviética é a principal fonte de equipamentos industriais	Bloco soviético responde por 70% do comércio com a China Forte influxo de tecnologia militar e treinamento russo
1953-1957 1º Plano Quinquenal “Pendendo para um lado”	Altas taxas de formação de k fixo -Prioridade às indústrias básicas lantas industriais de grande escala, planejamento centralizado ‘soviético’ Indústria local visa a atender demandas locais, com recursos locais	Ajuda maciça soviética sob a forma de instalação de fábricas e sistemas industriais completos -Apoio soviético dirigido à indústria pesada
1958-1960 Grande Salto Adiante “Andando sobre duas pernas”	Rejeição do modelo stalinista de industrialização, em favor do maoísmo: mobilização e participação das massas Proliferação de pequenas empresas locais e de tecnologias ‘atrasadas’ Iniciativa local; autossuficiência regional	Projetos ‘turn-key’ soviéticos descontinuados devido ao aumento da tensão bilateral e à resistência chinesa -Retirada súbita da assistência soviética, no verão de 1960

Fonte: HEYMANN, JR., 1975, p.16.

A expansão da indústria de base deu-se às expensas da agricultura, cuja participação caiu para 34 por cento do PIB chinês em 1978, enquanto em 1952 a produção agrícola representava 58 por cento. No espaço urbano, várias fábricas e lojas privadas foram expropriadas, incluindo as instalações deixadas pelos japoneses depois da II Guerra, e as abandonadas pelos nacionalistas chineses que fugiram do país (Liu e Yeh *apud* KING, p.182).

A propriedade privada - que sobrevivera e, até mesmo, expandira-se ao longo de seis anos - foi extinta, sendo transformada em cooperativas ou entidades público-privadas sob controle governamental em 1956. Atividades relacionadas ao transporte - produção de locomotivas (+735%) e vagões ferroviários (+26%), navios mercantes (+109%) expandiram-se, alicerçando a recuperação da infraestrutura devastada pelas guerras (Ibid., p. 67).

¹³ Apesar da base reduzida (menos de 10 por cento do valor bruto da produção, em 1957), o setor de bens de capital aumentou 340 por cento, e o de produtos químicos, 400 por cento (MILARÉ e DIEGUES, *op. cit.*, p.367).

Em termos de desenvolvimento de novas tecnologias, a cooperação soviética à época foi fator essencial. O estabelecimento da Academia Central Nacional (Academia Chinesa), ainda no período republicano, inaugurara o primeiro esforço de pesquisa dedicado ao progresso científico e técnico na China. Ao longo da guerra sino-japonesa, estima-se que cinco mil especialistas fugiram para os Estados Unidos, e três mil para a Europa. A Academia Chinesa fundiu-se à Academia Nacional de Peiping, em novembro de 1949, dando origem à Academia Chinesa de Ciências.

Antes de 1949, a física dos semicondutores era desconhecida na China. Em 1953, uma equipe chinesa retornou da URSS com a compreensão de que essa disciplina derivava da pesquisa teórica avançada da física do estado sólido. Dois especialistas russos ajudaram a implementar um plano específico para o setor de eletrônica, efetivado com o envio de uma equipe da Academia Chinesa para a União Soviética em 1957 (YAMADA, *op. cit.*, p. 513).

O Ministério da Educação Superior, também de inspiração soviética, foi criado em 1952. Um amplo programa de traduções publicava edições chinesas de livros-texto especializados, enquanto o ensino de inglês como segunda língua deu lugar ao russo. O PCC optou pela adoção do modelo educacional soviético, que enfatizava o treinamento dos profissionais ligados às atividades científicas em conteúdos práticos, especialmente nas ciências naturais.

Os programas de artes liberais foram esvaziados e, em seu lugar, criados novos colégios politécnicos e institutos de engenharia. Das duzentas instituições de educação superior, apenas treze eram universidades que incluíam tanto artes como ciências nos currículos acadêmicos (Ibid., p. 518).

Em 1955, o “Primeiro Plano para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico para os próximos Doze Anos” foi implementado, com três grandes objetivos: *i)* pesquisa em teoria básica; *ii)* desenvolvimento de novos campos de pesquisa e *iii)* desenvolvimento de novas pesquisas, tais como sobre o meio-ambiente e os recursos naturais. As prioridades selecionadas concentravam-se nas áreas de pesquisas em energia atômica, semicondutores, eletrônica, ciência da computação, automação, fluidos de alta velocidade e propulsão de turbinas. Ainda naquele ano, concluiu-se acordo bilateral de energia atômica, que permitiria a construção de reator e ciclotron de pesquisa nuclear com ajuda russa (Ibidem).

1.1.3 A Aliança Sino-Soviética e o Terceiro Mundismo

O sentimento de insegurança dos líderes maoístas, ao longo do período pioneiro da RPC, era forte. As preocupações diziam respeito à segurança física do país, ao desenvolvimento econômico, à estabilidade política e social bem como às percepções de ameaça externa. A China estava enfraquecida e sua postura revolucionária fazia dela alvo das forças conservadoras mundiais.

Dado o foco internacional da estratégia maoísta, a liderança do PCC adotou uma estrutura decisória fortemente centralizada em nível das suas relações exteriores. Zhou Enlai (1898-1976) acumulou funções de Primeiro-Ministro e de Chanceler, entre 1949 e 1958, definidas em duas diretivas: *i)* “manter a liderança central bem informada da situação externa da China; e *ii)* implementar as decisões tomadas por essa liderança” (Shuguang, 1994, p. 337-70, apud JIAN, *op. cit.*, p. 13).

Na reunião inaugural do Ministério de Assuntos Estrangeiros chinês, em 1949, Zhou Enlai convocou a comunidade epistêmica sínica para instituir a disciplina de Relações Internacionais (RI) no país, de maneira a melhor interpretar o ambiente internacional hostil que a Guerra Fria implicava para o Estado socialista recém-criado (Jing, 2001, p. 253 apud LEITE e MÁXIMO, 2013).¹⁴

As tensões externas - reais e intensas no contexto da Guerra Fria - eram exacerbadas internamente para mobilizar as massas, com recurso ao uso intenso de propaganda anti-imperialista. Os objetivos domésticos e internacionais da revolução eram fortemente conectados, relacionando a política externa à estratégia de segurança. A aliança sino-soviética, firmada em 14 de fevereiro de 1950¹⁵, era importante para proteger o nascente regime socialista chinês, além de propiciar o reconhecimento da RPC por um grupo de nações socialistas e neutras.¹⁶

¹⁴ Entre 1953 e 1963, foram criados o Colégio de Assuntos Exteriores, o Instituto de Política Internacional e o *Instituto de Relações Internacionais*, de maneira a “satisfazer a necessidade imediata por talentos nos campos da segurança nacional e pública” (QIN, *op. cit.*, p. 315).

¹⁵ Em dezembro de 1949, Mao faria sua primeira viagem internacional para encontrar-se com Stalin em Moscou, tendo por resultado o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua pelo qual os dois Estados comprometiam-se a dar assistência um ao outro em caso de ataque externo (GADDIS, 2005, p. 39).

¹⁶ A RPC foi reconhecida por países do campo soviético (URSS, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Polônia, Romênia), países neutros (Birmânia e Índia, ainda em 1949, Paquistão), Grã-Bretanha (movida pela preocupação de proteger Hong Kong), Ceilão, Dinamarca, Finlândia, Israel, Noruega, Países Baixos, Suécia, Suíça e Afeganistão (1950) (VIZENTINI, 2004).

As relações internacionais da RPC foram dominadas, em suas duas primeiras décadas, pelos esforços em lidar com a contenção exercida contra o país - em termos políticos, econômicos e militares - pelos Estados Unidos e seus aliados. A liderança sínica, como defensora da “revolução permanente”, ordenou a intervenção maciça na Guerra da Coreia¹⁷ (1950-53) e deu ajuda a Ho Chi Ming no Vietnã¹⁸, apoiando assim os combatentes ao imperialismo norte-americano. Apesar da tendência ao uso da força, a China maoísta não exercia um poder expansionista como objetivo de política externa.

Do ponto de vista norte-americano, a defesa de um país subdesenvolvido e sem capacidade industrial-militar, como a Coreia do Sul à época, tornava-se vital uma vez que o seu controle sob os comunistas afetaria a autoconfiança no mundo não comunista. Esse era o pensamento do presidente Eisenhower ao formular a teoria do "efeito dominó", na Conferência sobre a Indochina, em Genebra, em abril de 1954, que asseverava que se um país caísse sob a influência do comunismo, os países circundantes também o seguiriam.

Ao final daquele ano, a assistência econômica e militar dos Estados Unidos à China Nacionalista expandiu-se dramaticamente, e um tratado de defesa bilateral entre os dois países foi firmado, além da inclusão de Taiwan na rede de alianças formais militares contra a expansão da China comunista na Ásia. Em represália, Pequim executou um bombardeio maciço sobre Quemoy e Matsu - ilhotas controladas pelos nacionalistas situadas na costa continental chinesa (SUTTER, 2013).

Adicionalmente, o governo de Chiang Kai-shek era favorecido por manter relações diplomáticas com a maioria dos países da comunidade internacional, ocupar assento no Conselho de Segurança da ONU, e também junto às instituições financeiras criadas em Bretton Woods - como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de ter representação junto a diversos organismos internacionais¹⁹.

¹⁷ A intervenção chinesa na guerra da Coreia deu-se pelo receio quanto a sua segurança territorial, ao perceber que a tomada ocidental da península coreana permitiria a entrada em território chinês pela Manchúria. Em novembro de 1950, “voluntários” chineses surpreenderam tropas norte-americanas na fronteira do Rio Yalu. A participação sínica na Guerra da Coreia foi estimada em 2,3 milhões de combatentes, com o uso de grande volume de armamentos, o que representou uma exaustiva drenagem de recursos para o país recém-saído da guerra civil (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006, p. 348).

¹⁸ O Acordo de Genebra, em 1954, encerrou a primeira guerra na Indochina, com a retirada francesa da região após a derrota de Dien Bien Phu. Em março de 1956, a China retirou suas forças militares da região, mas o relacionamento entre os comunistas dos dois países manteve-se próximo nos anos subsequentes.

¹⁹ Como a Cruz Vermelha, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a União

Diante de um cenário internacional crescentemente hostil, a diplomacia de Pequim buscou reduzir as tensões e propor o diálogo com os Estados Unidos²⁰, além de reforçar os vínculos com Estados não comunistas do Terceiro Mundo²¹. A convergência de interesses com líderes da Iugoslávia (Tito) e da Índia (Nehru) levou Zhou Enlai à primeira conferência dos países “não alinhados” em Bandung, na Indonésia em 1955. Entre os convidados estava também o coronel Abdel Nasser²² do Egito, que tinha aspirações de tornar-se líder nacionalista do mundo árabe. Contatos foram estabelecidos, também, com o Japão, de maneira a resgatar relações econômicas e diplomáticas entre os dois países.

A ausência da União Soviética deu maior prestígio ao representante chinês Zhou Enlai²³, que buscava apoio político de países, dentre os quais Egito (o primeiro país da África e do Oriente Médio a estabelecer relações diplomáticas com a China), Índia e Indonésia (SUTTER, *op. cit.*, p. 42). O neutralismo, na condição de movimento político, representava a convergência de interesses por países que se recusavam a pertencer a um dos lados do conflito da Guerra Fria.²⁴

A China dispôs-se a seguir políticas externas moderadas, no espírito dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, concebidos originariamente pelos Primeiros Ministros Zhou Enlai e Jawaharlal Nehru.²⁵ Esses princípios compreendiam: “*i*) respeito mútuo à soberania e integridade territorial entre países; *ii*) não-agressão mútua; *iii*) não-intervenção em assuntos internos de outros países; *iv*) igualdade e cooperação em benefício mútuo e *v*) coexistência pacífica entre países de diferentes sistemas”.

Internacional de Telecomunicações (UIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras (VIZENTINI, *op. cit.*, p. 218).

²⁰ Em abril de 1955, seguindo ordens de Mao, Zhu Enlai declarava “o povo chinês não que entrar em uma guerra contra os Estados Unidos. O governo chinês está disposto a sentar na mesa de negociações com o governo americano para discutir a questão do relaxamento da tensão no Extremo Oriente, especialmente a questão do relaxamento de tensão na área de Taiwan” (Suettinger, 2006 apud KISSINGER, 2011, p. 164).

²¹ O termo Terceiro Mundo foi cunhado pelo demógrafo Frances Sauby, em 1952, quando publicou que o Terceiro Mundo “era ignorado, explorado e rejeitado” (DITTMER e YU, 2010, p. 10).

²² Nasser persuadiu os americanos a financiar a construção da hidrelétrica de Aswan no Nilo, ao mesmo tempo que comprou armas da Checoslováquia provocando a primeira grande crise no Oriente Médio durante a Guerra Fria (GADDIS, *op. cit.*, p. 127).

²³ Zhou Enlai defendeu esses princípios, compartilhando a liderança do encontro com Nasser (Egito), Sukarno (Indonésia), Tito (Iugoslávia) e o Primeiro-Ministro indiano Nerhu.

²⁴ Na percepção de Curado (2014): “o neutralismo produzia na prática múltiplas ‘zonas de fricção’ do conflito global que, por um lado, acirravam a pressão competitiva entre superpotências sobre essas áreas e, por outro, dotava à condição ‘neutra’ um sentido prático e utilitário em política externa”.

²⁵ Em sua origem, esses preceitos foram resultado de um encontro denominado “Pancasila”, em junho de 1954, no âmbito de acordo relativo a disputas territoriais entre China, Índia e Burma (hoje, Mianmar).

O ‘espírito de Bandung’²⁶ foi incorporado pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, reunindo vinte e nove países afro-asiáticos. Na visão chinesa, essa postura significava o compromisso dos países em desenvolvimento em aderir a uma “frente unida internacional”. Adicionalmente, a China tentava obter mais países²⁷ que a reconhecessem como legítima representante do povo chinês, em lugar de Taiwan. A formação deste bloco de apoio facilitaria a entrada futura da China como membro da ONU, quando o terceiro mundismo passou a representar um elemento objetivo da afirmação da presença externa da RPC, envolvendo interesses precisos e concretos (ABI-SAD, 1996, p. 57).

A China buscava proeminência em assuntos do comunismo internacional. Apesar de a aliança com a URSS, em seus primórdios, ter fortalecido o poder nacional chinês, progressivamente, acentuava-se a disputa sino-soviética. Apesar de ter fornecido ajuda econômica e militar, além de assistência técnica para construir a bomba atômica chinesa, , após a morte de Stalin em 1955, a doutrina adotada pelo regime soviético não foi aceita por Mao e foi cunhada de “imperialismo social” pelo governo de Pequim.

No quadragésimo aniversário da revolução soviética (1957), Mao estava presente no lançamento do primeiro satélite orbital russo (o *Sputnik*), ideologicamente uma demonstração da superioridade da tecnologia e do socialismo soviético. A proeminência da cooperação técnica sino-soviética, que incluía assistência para fabricar bombas atômicas e apoio ao desenvolvimento industrial chinês, fez crescer o temor sínico de uma crescente dependência da URSS.²⁸

De 1958 em diante, com o lançamento do “Grande Salto Adiante”, as relações entre os dois Estados foram caracterizadas por ataques recíprocos²⁹, e pela postura assertiva da China. Mao fez sigilo do ataque planejado às ilhas Matsu e Quemoy, sob a alegação de que o assunto era de foro doméstico. Mais uma vez os Estados Unidos ameaçavam usar armas nucleares contra a RPC para defender, segundo a expressão irritadiça do Secretário de Estado norte-americano à época Dulles, “um monte de pedras” (GADDIS, *op. cit.*, p.131).

²⁶ Ao final de 1956, Zhou visitou oito países asiáticos: Vietnã, Camboja, Índia, Burma, Paquistão, Afeganistão, Nepal e Ceilão, em missão de “amizade, paz e conhecimento” no espírito de Bandung.

²⁷ Entre 1956 e 1960, a RPC estabeleceu relações com países africanos e árabes, como Egito, Síria, Iêmen, Iraque, Marrocos, Argélia, Sudão, Guiné, Gana, Mali, Somália, República do Congo, Tanganica, Uganda, Zanzibar, Quênia, Burundi, Tunísia, Congo, República da África Central, Zâmbia, Benin, Maurítânia

²⁸ Li, Anzeng, 1997, *apud* ZHU, 2001, p. 9.

²⁹ Khrushchev tornou-se crítico do “Grande Salto Adiante”, tendo-se irritado pela afirmação de Mao de que a China, por meio do sistema de comunas, iria atingir o comunismo mais cedo do que a Rússia (Ibidem).

A *rationale* do líder chinês desconsiderava os movimentos entre as duas superpotências: Khrushchev estava envolvido nas negociações de Camp David, no verão de 1959, buscando um *modus vivendi* com o presidente Eisenhower (sobretudo quanto a Berlin e ao desarmamento), ao passo que a ameaça de guerra civil chinesa poderia incitar à confrontação nuclear entre as duas potências (FAIRBANK e GOLDMAN, *op. cit.*, p. 381).

A URSS, em resposta, recusou-se a apoiar a China na crise dos estreitos de Taiwan, bem como renegou a promessa de fornecer artefatos atômicos à China. No ano seguinte, ocorreriam conflitos chineses no Tibete cuja população resistia à implementação do socialismo, acarretando a fuga do Dalai Lama para a Índia. O relacionamento indiano próximo aos soviéticos colocava-a em suspeição, e conflitos fronteiriços entre a China e a Índia levaram a conflito armado em 1962. O Exército de Libertação do Povo chinês obteve rápida vitória, embora a URSS tivesse apoiado os indianos.

Em 1960, no contexto da crise humanitária chinesa resultante do fracasso do Grande Salto Adiante (GSA), Khrushchev explicitou a ruptura com Mao, ao ordenar a saída dos assessores técnicos russos da China, a retirada dos planos de trabalho e a suspensão da assistência financeira soviética. O Partido Comunista Chinês (PCC) revidaria com críticas ao revisionismo soviético, durante a crise dos mísseis em Cuba, em 1962, acusando-a de “passar do aventureirismo à capitulação” diante dos EUA.

No ano seguinte, o cisma veio a público mundialmente, quando a URSS declarou ter adotado “um cálculo responsável”, fundamental nas relações internacionais modernas, a fim de evitar uma guerra nuclear desnecessária (KISSINGER, 2011, p. 210). Em menos de duas décadas, o alinhamento entre os dois maiores países comunistas se transformou em um exercício de coerção e intimidação da China pelo militarismo soviético.

De sua parte, Mao persistia na postura de desafiar todos os potenciais países adversários ao mesmo tempo. Líderes chineses da área internacional do PCC retrucavam que a busca de um ambiente internacional pacífico seria mais produtiva para a construção de um Estado socialista forte e de uma economia com maior dinamismo. Mao replicou:

“Em nosso Partido há alguns que defendem as “três moderações e uma redução”. Eles dizem que deveríamos ser mais moderados em relação ao imperialismo, mais moderados em relação aos reacionários e mais moderados em relação aos revisionistas, ao passo que, em relação a luta dos povos da Ásia, África e América Latina, deveríamos reduzir a assistência. Essa é uma linha revisionista” (Li Jie, 2001 apud *Ibid.*).

1.1.4 A Campanha das “Cem Flores” (*Minfang yundong*)

O rápido crescimento econômico e a expansão urbana chinesa no período 1950-56 foram acompanhados por grandes investimentos em educação e treinamento, bem como caracterizados pela rápida mobilidade social, na medida em que agricultores migravam para as cidades e jovens tinham acesso à educação superior. O forte aumento de trabalhadores industriais nas cidades, por sua vez, implicou em escassez de alimentos e de moradia, gerando críticas à celeridade das transformações pelo I Plano Quinquenal.

Um movimento de aparente distensão política foi lançado por Mao Tsé-tung, em maio de 1956, dirigido aos intelectuais sínicos, ao adotar o slogan “que flores de todos os tipos desabrochem, que diversas escolas de pensamento se enfrentem”, inspirado no pensamento tradicional chinês³⁰. Em termos ideológicos, partia-se da premissa de que o trabalho intelectual era essencial à revolução, daí intelectuais não-partidários deviam ser persuadidos a colaborar, tendo como contrapartida o atendimento a suas demandas (como o acesso a publicações estrangeiras, maior tempo livre e liberdade de iniciativa).

Os líderes comunistas temiam o burocratismo crescente do partido, com evidentes implicações em termos de morosidade do processo decisório interno, além de denúncias de corrupção. Em conferência organizada para discutir o papel da *intelligentsia* na construção da ‘nova China’, Zhou Enlai destacou que o grupo “era insuficiente em número, capacidade profissional e consciência política para a rápida construção do socialismo”, e “o estado da arte da ciência e da técnica chinesas era atrasado, incapaz de absorver e aplicar os últimos desenvolvimentos científicos mundiais” (Zhou Enlai, 1956, apud YAMADA, *op. cit.*, p. 503).

Em abril de 1957, o PCC lançou a “Campanha de Retificação” (*zengfeng yundong*), convidando intelectuais a criticarem livremente o governo. Os manifestantes, sobretudo os estudantes, não se limitaram a discursos oficiais, mobilizando-se para reivindicar “liberdade” e “democracia”, desafiando, assim, os projetos autoritários e paternalistas do Partido.

³⁰O evento motivava-se, supostamente, pelo clima de distensão dos controles comunistas que acompanharam as denúncias de Nikita Khrushchev relativas aos crimes de Stalin, em fevereiro de 1956, bem como às revoltas populares na Polônia e Hungria. Enquanto houve apoio à URSS, no caso húngaro, os oficiais chineses apoiaram a liderança polonesa contra a pressão soviética (SUTTER, 2013, p. 43).

À medida que as críticas ao regime (incluindo críticas aos membros do Partido e ao próprio Mao) escalaram no meio intelectual - principalmente entre artistas, escritores, professores e alunos -, em cinco semanas, a Campanha das “Cem Flores” foi eliminada. Seguiu-se uma “Campanha Anti-Direitista” cujo alvo era os intelectuais não-partidários e, nos próximos meses cerca de 800.000 manifestantes na campanha foram condenados, removidos de seus trabalhos e, em vários casos, enviados a campos de trabalho.

Na análise de Chang-Sheng (2002, p. 3), o Movimento das Cem Flores foi campanha destinada a duas funções:

“(…) criar um clima de *grande abertura*, incentivando as pessoas a criticarem os quadros, expondo assim as contradições” não-antagonistas”, o que possibilitaria a retificação do estilo de trabalho do Partido. Em segundo lugar, em meio ao desabrochar das *cem flores*, naturalmente, surgiriam as *ervas daninhas* (as heresias) e os *diabos* (os heréticos).³¹

Conceitos abstratos como democracia e a emancipação do indivíduo tinham pouca relevância para a grande massa iletrada. A maioria da população não participou das manifestações, ao passo que os protestos democráticos não conquistaram as simpatias dos operários e dos camponeses. Se os primeiros anos da RPC se caracterizaram pelo pragmatismo, seguir-se-iam duas décadas de permanente mobilização maoísta.

A radicalização das mudanças propostas gerou novas divisões internas ao Partido, implicando em conflitos entre facções do PCC, com consequências deletérias para o desenvolvimento da China, ou os “vinte anos perdidos” (1957-77) (FAIRBANK, 2006, p. 366). Em poucos meses, iniciava-se outro período de contenção, a favor do radicalismo comunista, de consequências desastrosas.

O economista chinês Gu Zhun³² (1915-1974) foi pioneiro ao apontar como problema central da economia sínica a extinção do sistema de mercado. Em 1958, foi implementada a primeira reforma econômica, definida no Oitavo Congresso do PCC dois anos antes. A reforma proposta visava à descentralização administrativa do governo em favor da delegação de poder e da divisão de lucros com os governos locais, em vários níveis, mas sua implementação ocorreu em uma atmosfera política de crescente radicalismo.

³¹ “Na medida em que não existia nenhuma proteção legal para a livre expressão, sempre havia perigo de os críticos serem rotulados de ‘diabos’. É a verdadeira armadilha política” (Ibid., p. 3).

³² Zhun, considerado “direitista” à época, seria o precursor da proposta de reformas (WU, *op. cit.*, p. 38).

1.2 Crise: A Radicalização da Era Maoísta

1.2.1 O Grande Salto Adiante (*Dà yuè jìn*)

A estratégia de desenvolvimento chinês orientou-se para um modelo “autárquico e de autossuficiência”³³, a partir do final da década de cinquenta. O Segundo Plano Quinquenal (1958-1963) visava a transformar a China numa sociedade comunista em poucos anos, “de maneira a ultrapassar a Inglaterra, em termos de produção industrial, em três anos, e os Estados Unidos em dez anos” (*People’s Daily* apud LI e YANG, 2005, p. 3).

Em sua proposta original do “Grande Salto Adiante” (GSA)³⁴, Mao enaltecia o nativismo chinês, em oposição à dependência industrial e tecnológica da URSS, em favor de modelo criado pela China, segundo o qual “a agricultura lideraria o processo”. O entusiasmo inicial era alimentado pela insatisfação da população com as grandes fábricas e as organizações burocráticas geradas pelo sistema de estilo soviético.

Incentivos materiais e recompensas monetárias aos trabalhadores foram extintos, bônus eliminados na indústria estatal, e mercados livres rurais fechados. O controle das empresas estatais³⁵ foi descentralizado para os governos locais³⁶. Uma política tecnológica de “caminhar sobre duas pernas” foi definida, pela qual tecnologias simples (“adequadas a uma nação pobre”) combinavam-se com tecnologias industriais avançadas (NAUGHTON, *op. cit.*, p. 69-70).

A descentralização do sistema econômico planejado e as comunas populares na área rural constituíram a base institucional para o Grande Salto Adiante (GSA). Apoiados nessas bases, os governos locais deviam liderar o processo. Uma das maiores campanhas de impacto referia-se à produção de ferro e aço, cuja meta ambiciosa era dobrar a produção, a cada ano. No inverno de 1957-58, mobilizaram-se cem milhões de camponeses, muitas das vezes os mais produtivos, para construir e operar fornos

³³ No período 1957/1970, o comércio externo chinês manteve-se em torno de quatro bilhões de dólares por ano, apesar do crescimento da economia chinesa e da inflação mundial.

³⁴ A ideologia e os objetivos do Grande Salto Adiante se pautavam no texto “Sessenta artigos sobre os métodos de trabalho” (1958), após as Conferências de Hangzhou e Nanning (PALESE, 2009, p.11).

³⁵ 88 por cento das empresas e instituições públicas que pertenciam a ministérios foram transferidas para governos locais, em vários níveis, incluindo as comunas (WU, *op. cit.*, p. 47).

³⁶ A proporção do produto industrial das empresas sob o governo central reduziu-se de 39,7 por cento, em 1957 para 13,8 por cento em 1958 (*Ibid.*).

siderúrgicos “de quintal”, cujos produtos, em sua maioria, resultaram inaproveitáveis (PALESE, 2009, p. 14-15).

Supondo que a coletivização (e os decorrentes ganhos de produtividade pela mecanização) iria, por si só, resolver o problema do suprimento de alimentos à população, o governo alocou parcela crescente de trabalhadores rurais na indústria.³⁷ Essas medidas resultaram em descuido da produção agrícola em várias regiões, algumas vezes deixando-se apodrecer os grãos no campo (LI e YANG, *op. cit.*, p. 5).

Ao mesmo tempo, as indústrias leves não foram priorizadas, o que logo acarretou a falta de produtos essenciais no dia a dia. O primeiro ano do GSA contou com circunstâncias excepcionais, seja no campo (a farta colheita superou os resultados dos dois últimos anos), seja na indústria (a produção de aço atingiu recordes), seja nos níveis de emprego (quase trinta milhões de empregos foram gerados no setor estatal).

A intensa propaganda política fazia crer que a mobilização social superaria a limitação de recursos observada nos anos precedentes, e as estatísticas foram superestimadas.³⁸ Diante dessa suposta abundância, os líderes do partido tomaram duas decisões que se mostraram desastrosas: reduzir a semeadura de grãos e expandir a demanda, sob a modalidade de entregas compulsórias de alimentos ao Estado. Em consequência, mais terra ficava disponível para a produção de *commodities* destinada à indústria, como o algodão.

Na Conferência de Lushan (julho/agosto de 1959), ecoou um importante alerta sobre esse processo. O ministro da defesa Pen Dehuai³⁹ (1898-1974), que viajara extensamente pela China nos meses anteriores, denunciou erros nas campanhas do GSA, como a produção de aço nos quintais, desperdiçando recursos humanos e materiais, e outros equívocos “acarretados pela inexperiência e excesso de entusiasmo de membros do partido”. A reação maoísta foi expulsar Dehuai e seus aliados do PCC, e não admitir os erros. Ao contrário, o movimento anti-direitista recrudescer (PALESE, *op. cit.*, p. 22).

³⁷ Em 1958, 16,4 milhões de camponeses – cerca de duas vezes o tamanho da força de trabalho industrial em 1957 – foram realocados nas cidades para dar apoio à expansão da indústria e da construção.

³⁸ Os trabalhadores eram pressionados a jornadas contínuas, na busca de aumentar a produção em todas as frentes. Pequenas e grandes fábricas expandiam-se ao mesmo tempo, bem como os estabelecimentos educacionais e culturais. Nas comunas, novos serviços sociais como refeitórios e creches eram oferecidos em grande escala, inclusive a cobertura de despesas sociais que incluíam a cobertura de despesas pessoais, como casamentos, enterros, calefação, cortes de cabelo e outros divertimentos (WU, *op. cit.*, p. 51).

³⁹ O Marechal Pen Dehuai era herói da Revolução Comunista Chinesa e também da Guerra da Coreia.

Em 1960, a falta de alimentos comprovou-se. A produção de grãos que atingira 200 milhões de toneladas em 1958 reduziu-se para 143 milhões de toneladas dois anos depois. A fome na área rural foi mais severa que nas províncias centrais. A área urbana ficou abastecida, mantendo-se a aparência de normalidade nas cidades costeiras. Os resultados desse processo são tristemente conhecidos, e assemelharam-se aos efeitos de uma guerra, onde má gestão, associada à quebra sucessiva de colheitas,⁴⁰ ceifou a vida de vinte e cinco a trinta milhões de chineses, devido à desnutrição e à fome⁴¹. O Plano foi abandonado formalmente, no início de 1961, no Nono Pleno do Oitavo Comitê Central (SHENG, 2002).

A China, que era exportadora de comida nos anos cinquenta, tornou-se importadora de grãos, fertilizantes e outras matérias primas. O governo sínico não pediu nem aceitou ajuda internacional (LI e YANG, *op. cit.*, p.1), a crise foi considerada a maior catástrofe alimentar do século XX. Em termos externos, a retirada dos assessores soviéticos por Khrushchev teve como objetivo pressionar a RPC a abandonar essas políticas, mas o resultado foi gerar disputas perenes entre os dois países.

A forte *débâcle* social implicou em instabilidade política na China, levando Mao Tsé-tung⁴² a realizar um raro gesto de autocrítica diante do PCC, no início de 1962, na “Conferência dos 7.000 Membros Veteranos do Partido”. Naquele ano, o líder incumbiu Liu Shaoqi (1898-1969) e Deng Xiaoping (1898-1997) da gestão econômica, retirando-se temporariamente da cena política. Assim, descentralizaram-se as decisões econômicas; a produção de ferro e aço em pequena escala foi desmantelada, enquanto trinta milhões de trabalhadores recrutados da área rural voltaram a suas origens (WU, *op. cit.*, p. 102).

A província de Anhui foi a primeira a adotar a prática de “fixar quotas de produção agrícola para cada domicílio e definir responsabilidade para cada pessoa”, de maneira a recuperar padrões mínimos de sobrevivência para os membros das comunas. Essa decisão visava tanto a preservar vidas como a restaurar a produção agrícola⁴³. Mao criticou “o equívoco” dessa prática, ao qual Deng Xiaoping retrucou citando ditado dos agricultores da região: “pretos ou brancos, todos os gatos são bons desde que cacem os ratos”.

⁴⁰ Entre 1957 e 1961, a produção de grãos diminuiu 24%, algodão, 51%, óleo de cozinha, 57%, carnes, 29% (PALESE, 2009, p. 27). A produção de grãos per capita só se recuperou a partir de 1974.

⁴¹ Grãos retidos nas áreas agrícolas caíram de 273 quilos per capita em 1957 para 182 quilos em 1960. Como fonte primária de energia à época, sua escassez implicou na “grande fome” (LI e YANG, *op. cit.*, p. 6).

⁴² Mao renunciou à presidência, sendo substituído por Liu Shaoqi, e manteve-se na liderança do PCC.

⁴³ Em 1961, times de produção totalizavam quarenta por cento do total na província (WU, *op. cit.*, p. 107).

1.2.2 A Grande Revolução Cultural Proletária (*Wuvhsnjirji Wenhua Dageming*)

A última década da gestão maoísta (1966-1976) foi pautada pela Revolução Cultural, que formalmente durou três anos (1966-1969), mas de fato estendeu seus efeitos até a morte de Mao. Ao lançar a Grande Revolução Cultural Proletária (a partir daqui citada como GRCP) o líder sustentava a concepção de que a sociedade socialista era por natureza uma sociedade em transição e, assim, passível de uma restauração capitalista.

A compreensão das origens da Revolução Cultural requer o exame das reações de Mao à complexa combinação de eventos domésticos e internacionais na década anterior. O cisma entre Moscou e Pequim – devido às divergências quanto às políticas internacionais apropriadas ao Bloco Comunista e às políticas domésticas adotadas nesses países – atingiu diretamente a liderança maoísta. A postura soviética de censura ao desempenho de Stalin, após sua morte, e de crítica ao “culto à personalidade” aludia indiretamente ao maoísmo.

A revisão da doutrina leninista por Khrushchev - quanto à inevitabilidade da guerra entre comunistas e imperialistas, e no tocante à aceitação da possibilidade da transição pacífica para o socialismo - também gerou controvérsia. No nonagésimo ano do nascimento de Lênin (1960), Mao lançou crítica antirrevisionista, onde almejava “Longa Vida ao Leninismo”. A pactuação do Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares, em 1963, por acordo entre União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra, foi igualmente interpretada como uma tentativa da URSS de ‘congelar’ a RPC fora do ‘clube’ nuclear.

Em resposta, o governo chinês divulgou o manifesto “Sobre o Comunismo Falso de Khrushchev e Lições Históricas para o Mundo” que, em leitura retrospectiva, anteciparia as razões para o lançamento da GRCP (MACFARQUHAR e SCHOENHALS, 2008, p. 7). A Campanha de Educação Socialista - difundida por Mao como o “Movimento das Quatro Limpezas” (de “purificação” da política, da economia, da organização e da ideologia) - seria o prelúdio do movimento.

Ademais, Nikita Khrushchev seria afastado do poder na União Soviética em outubro de 1964, como consequência de golpe perpetrado por seus próprios colegas de partido, em favor de Leonid Brezhnev. Uma delegação liderada por Zhou Enlai foi enviada a Moscou e, após conversações com o novo dirigente, concluiu que, na prática, se manteve o “Khrushchevismo sem Khrushchev” (*People's Daily*).

A queda de Khrushchev despertou sentimentos de paranoia em Mao, que vislumbrou a possibilidade de que os veteranos do PCC também se unissem contra ele. A partir daí, “a lealdade à sua *pessoa*, e não mais a suas *políticas*, tornou-se crucial para o líder⁴⁴. Em paralelo, a questão do revisionismo no núcleo do Partido tornar-se-ia obsessão para Mao.

Na visão maoísta, as elites do governo e do partido consideradas revisionistas tinham “duas faces”, combinando aspectos proletários e burgueses. Essas pessoas seriam objeto das críticas e perseguições durante a Revolução Cultural por suas “tendências capitalistas” (*capitalist roaders*), ou:

“aqueles que portam a bandeira vermelha e falam a linguagem da revolução enquanto apoiam as práticas capitalistas” ou “pessoas da hierarquia mais elevada da organização comunista que promovem sistemas de valores, levando a geração futura a privatizar a propriedade e a subverter o poder coletivo da classe operária e dos camponeses” (XING, 2001, p. 145).

A indiferença do PCC às críticas e ao burocratismo crescente convenceram Mao da necessidade de emergência de uma nova elite chinesa, com o apoio de intelectuais (XING, *op. cit.*, p. 152). Os programas implementados para tirar a China da depressão após o desastre causado pelo Grande Salto Adiante (GSA), por exemplo, viabilizaram forte crescimento econômico⁴⁵ mas, na visão maoísta (ressentida pela diminuição de sua posição política), valores do comunismo e da revolução foram abandonados, à semelhança do ocorrido na URSS pós-stalinista.

No início de 1965, uma nova diretiva era divulgada pelo Comitê Central, renunciando a busca da ‘purificação’ do regime pelo combate a membros do PCC, mesmo os de alto escalão, que se opunham ao socialismo. Seguiram-se acusações a dirigentes destacados do PCC em Pequim - sarcasticamente denominados de “as quatro grandes famílias”⁴⁶ (*si da jiazhu*): Peng Zhen, prefeito da capital; Lu Dingyi, diretor do departamento de propaganda do PCC; Luo Ruiqing, chefe do Estado-Maior do Exército de Libertação do Povo (ELP) e Yang Shangkun, líder do Comitê Central (CC) do PCC (MACFARQUHAR e SCHOENHALS, *op. cit.*, p. 36).

⁴⁴ Desse ponto de vista, a lealdade de um “direitista” como Zhou Enlai era preferível ao questionamento de um “esquerdista” como Liu Shaoqi. Liu havia internalizado o princípio da ‘primazia da organização sobre o indivíduo’, que ao longo da GRCP seria totalmente negado (Ibid., p. 11).

⁴⁵ O produto per capita cresceu 14,9 e 15,4 por cento, respectivamente, em 1964 e 1965.

⁴⁶ Essa antiga denominação fora usada pelo PCC, na pré-liberação, para se referir aos líderes nacionalistas.

A partir da denúncia desses líderes como “a gangue anti-partido” em 1966, o expurgo político se propagou contra seus respectivos subordinados. Suicídios tornaram-se corriqueiros em Pequim entre aqueles que se negavam a aceitar esse destino, incluindo representantes do partido ligados diretamente a Mao⁴⁷ (Idem, p. 44).

Em contrapartida, Lin Biao (1907-1971), ministro da defesa e comandante do ELP, foi um dos maiores aliados de Mao, utilizando-o como força política no ataque aos opositores do líder (Barnouin e Yu, 1993 apud MIERZEJEWSKI, 2010, p. 6). Entre outras medidas, Lin organizou o “pequeno livro vermelho”, com base em compilações dos escritos de Mao, que se tornou leitura obrigatória entre os chineses, intensificando o culto à personalidade.

Da mesma maneira, foi criado um grupo *ad-hoc* sob a liderança de Chen Boda (1904-1989), ativista e intérprete do pensamento maoísta, com a participação de Jian Qing (esposa de Mao), Zhang Chunqiao e Yao Wenyan, três dos membros do grupo radical que seria conhecido como a “Gangue dos Quatro”. A equipe foi nomeada “Grupo Central da Revolução Cultural” (*xiaozu*), com grande poder *de facto*, para a promoção da GRCP.

A maciça mobilização urbana foi capitaneada pelos “guardas vermelhos”⁴⁸ (*hung-wei-ping*) – jovens agrupados em organizações paramilitares sob os auspícios do PCC que tinham por alvo os “revisonistas”. Mao exortava os jovens a erradicar as “Quatro Coisas Antigas” (velhos costumes, velhos hábitos, velhas ideias e velha cultura)⁴⁹. O sistema educacional – sustentáculo da ordem social – estacou, e a juventude seguiu a determinação maoísta de “aprender a revolução fazendo a revolução”.

Mao se referia ainda a “pessoas como Khrushchev, que estariam aninhadas ao nosso lado”, em 1966. O pressuposto de conspiração (herdada da *rationale* do confucionismo) levou a busca de “inimigos e traidores escondidos” entre intelectuais, militares e membros do PCC, assemelhando-se aos julgamentos e execuções em massa da era stalinista.

⁴⁷ Deng Tu, secretário do partido para educação e cultura e editor-chefe do jornal *People's Daily* e Wu Han, colunista de vários jornais de Pequim e comunista leal foram “conduzidos ao suicídio por aqueles a quem serviram”. Tian Jiaying, secretário político de Mao, suicidou-se logo depois. O chefe da propaganda do comitê do Partido em Pequim – que se havia enfrentado com Jiang Qing devido ao esforço desta em ‘revolucionar a Ópera de Pequim’ seguiu o mesmo caminho (Ibidem).

⁴⁸ Esses jovens trajavam indumentária verde, à semelhança do exército chinês à época, com uma faixa vermelha em uma das mangas para distingui-los.

⁴⁹ A aldeia natal de Confúcio foi atacada, queimando-se livros antigos. Em Pequim, 4.922 dos 6.843 locais designados como de interesse histórico ou cultural foram destruídos e a própria Cidade Proibida só foi salva por intervenção pessoal de Zhou Enlai (MACFARQUHAR e SCHOENHALS, *op. cit.*, p. 43-44).

Líderes históricos da revolução e do PCC, como Liu Shaoqi e Deng Xiaoping - que representavam a corrente pragmática e pró-reformas, foram removidos do poder⁵⁰, tachados de serem os maiores “*capitalist roaders*”. Denúncias públicas a professores, intelectuais e antigos burgueses levavam a sessões de ataques durante as quais as vítimas deviam “confessar” seus crimes, e muitos morreram na prisão⁵¹.

Em 1968, a invasão soviética da Checoslováquia pelo Pacto de Varsóvia, de maneira a reprimir o movimento liberalizante da “Primavera de Praga”, aguçou o sentimento de insegurança maoísta. Em termos domésticos, a intensificação de conflitos entre facções de guardas vermelhos tornou-se tão intensa que levou Mao a decidir por sua extinção, e o “envio” desses jovens para áreas remotas para “reeducarem-se” entre os camponeses. A presença militar expandia-se, em prejuízo das organizações de massa e instituições civis.

No IX Congresso do PCC, em abril de 1969, uma nova constituição do Partido foi adotada, ratificando Lin Biao como sucessor de Mao, e a Revolução Cultural foi formalmente encerrada. Contudo, refletindo a balança de poder interno ao Politburo, consolidou-se a posição do grupo radical de “intelectuais” (a “Gangue dos Quatro”, alcunhada pelo próprio Mao), liderada por Jiang Qing (ROSS, 1989, p. 269).

Sempre temeroso de uma destituição, Mao procurou conter a crescente influência de Lin Biao nas Forças Armadas, uma vez que o comando militar (ELP) controlava o poder na China entre 1966 e 1971. De maneira inesperada, o anúncio da morte de Lin, em acidente aéreo, surpreendeu a população⁵², e atingiu o equilíbrio político.

Nos anos subsequentes, o *premiê* Zhou Enlai, fortalecido após esse episódio, tentava obter um ambiente de estabilidade, reavivando o sistema educacional, além de trazer de volta muitos burocratas do Partido que haviam sido afastados, inclusive Deng Xiaoping. Nos anos finais de Mao, a política chinesa flutuou entre a orientação radical da Gangue dos Quatro e a posição moderada do grupo pioneiro representado por Zhou e Deng.

⁵⁰Liu Shaoqi foi um dos primeiros alvos de ataque (a líder radical Jiang Qing, mulher de Mao, referia-se a ele como “o Khrushchev chinês”). Deng Xiaoping teve de retificar publicamente seus erros, como o encorajamento da produção individual e dos mercados rurais, mas foi isolado (DITMMER, 1987).

⁵¹Diversas fontes atestam que o número de vítimas desse processo atingiu a cifra de milhão - a maioria não sobreviveu, e muitos preferiram o suicídio (FENBY, 2008).

⁵²A justificativa oficial foi um desastre aéreo na Mongólia, ao tentar fugir para a URSS após liderar uma pretensa tentativa de assassinato de Mao. Muitos representantes do alto comando militar foram, em sequência, expurgados (LIEBERTHAL, 1982).

1.3 Mudanças da Política Externa da China na Última Década do Maoísmo

Em 1967, tanto a RPC como os Estados Unidos encontravam-se em meio à turbulência doméstica, por razões diversas. A China estava exaurida como resultado dos tumultos e da desorganização institucional causados pela Revolução Cultural. Em julho daquele ano, a residência de Mao Tsé-tung⁵³ foi sitiada por milhares de jovens Guardas Vermelhas.

No verão de 1968, a crescente onda de protestos contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos somava-se à onda de assassinatos que vitimaram Martin Luther King Jr. e Robert Kennedy. O presidente Johnson decidiu não buscar a reeleição, mantendo-se virtualmente prisioneiro na Casa Branca, cercado de ruidosos e incessantes manifestantes.

As relações internacionais da China, durante a Revolução Cultural, foram igualmente afetadas. Embaixadas chinesas no exterior tornaram-se centros de proselitismo revolucionário e de incitamento a grupos comunistas locais. Entre 1966 e 1967, incidentes levaram vários países a romper relações diplomáticas com a RPC, ao mesmo tempo que embaixadores chineses eram chamados de volta a Pequim (FAIRBANK, *op. cit.* p. 396).

Em meio à intensa desordem interna, o Ministério de Assuntos Estrangeiros foi ocupado pelos guardas vermelhos em junho de 1967⁵⁴. A xenofobia espalhou-se depois da invasão das embaixadas soviética e britânica em Pequim, sendo esta última destruída pelo fogo, bem como a embaixada da Indonésia (Ibid.).

A tática maoísta de “lutar com dois punhos” (*liangge quantou daren*) resultava em confronto simultâneo com os superpoderes. Adicionalmente, o Japão era potência hostil e economicamente ressurgente e a Índia, favorecida geograficamente na disputa fronteiriça devido à distância dos Himalaias ao centro de poder sínico (KISSINGER, *op. cit.*, p. 210).

Na visão do ministro da defesa Lin Biao, ambas as superpotências representavam um conluio perigoso contra a China. A ala radical sustentava que “apenas com a força das massas e os laços com os revolucionários do Terceiro Mundo, a China conseguiria assegurar a segurança do sistema socialista”. O *premiê* Zhou Enlai, por sua vez, ponderava que o declínio do poder norte-americano gerava oportunidade para a RPC aproximar-se dos Estados Unidos para compensar a ameaça da União Soviética (ROSS, 1989).

⁵³ Jovens radicais na Europa Ocidental e nos Estados Unidos consideravam Mao um herói, distinção que, em 1968, era compartilhada com Fidel Castro e o mítico Che Guevara, assassinado na Bolívia em 1967.

⁵⁴ O ministro das relações exteriores Chen Yi foi forçado a autocríticas, diante da zombaria dos estudantes.

A posição chinesa piorou dramaticamente em 1968, quando forças soviéticas invadiram a Checoslováquia, e o Kremlin recorreu à Doutrina Breznev para justificar o uso da força na defesa do socialismo em Estados comunistas vizinhos. Da mesma maneira, a RPC desejava prevenir-se do conluio das duas superpotências no contexto do desenvolvimento da *détente* entre a URSS e os Estados Unidos.

Em março de 1969, tropas chinesas e soviéticas se enfrentaram ao longo do rio Ussuri, que serve de fronteira entre os dois países ao nordeste da Ásia, e espalhou-se ao rio Amur e a fronteira entre Xinjiang e Cazaquistão. Rumores circulavam de que a URSS faria ataque aéreo, ou por mísseis, contra Pequim, ou contra às instalações de testes nucleares no oeste da China. A crise foi controlada mediante entendimentos entre o primeiro-ministro chinês Zhou Enlai e o primeiro-ministro russo Alexei Kosygin, seguindo-se proposta chinesa de acordo em 1969 (IZUMI, *op. cit.*, p. 405).

Além de trabalhar pela *détente* com a URSS, a China adotou medidas tanto de *hard* como de *softpower*. De um lado, a RPC preparou-se para a guerra, construindo abrigos antiaéreos nas grandes cidades e adotando políticas de autossuficiência regional, como descentralização da indústria e criação de empresas locais. De outro, ao final de 1969, a liderança chinesa decidiu retomar conversações diplomáticas com os Estados Unidos.⁵⁵

Em 1969, a administração Nixon tomou a iniciativa de renegociar as restrições de viagens e de comércio dos cidadãos americanos com a China, que datavam da Guerra da Coreia. Além da adoção dessas medidas unilaterais, os Estados Unidos enviaram missão secreta do assessor presidencial Henry Kissinger a Pequim⁵⁶, em 1971, na tentativa de viabilizar a visita do presidente Nixon à China. Em abril de 1971, inaugurava-se a “diplomacia do pingue-pongue”⁵⁷.

⁵⁵Mao Tsé-tung concedera entrevista à revista norte-americana *Life* onde manifestou a intenção de conversar com o presidente Nixon, “tanto como turista ou como Presidente” (Snow apud IZUMI, p. 414).

⁵⁶ Em mensagem a Zhou Enlai, por meio da diplomacia paquistanesa, a viagem secreta de Henry Kissinger, assessor da presidência norte-americana para Segurança Nacional, foi definida. Em duas viagens do assessor à China visava-se negociar as condições da normalização das relações diplomáticas entre os dois países.

⁵⁷ Em 1971, o time norte-americano de pingue-pongue, então em Nagoya, no Japão, recebeu um surpreendente convite da delegação chinesa para visitar a RPC. De acordo com Zhou Enlai, “Nunca antes na história um esporte foi usado tão efetivamente como instrumento de diplomacia internacional.

<http://www.smithsonianmag.com/history/ping-pong-diplomacy->

Em termos multilaterais, a RPC almejava o seu retorno à Organização das Nações Unidas (ONU). A cada ano, entre 1961 e 1969, a questão da representação chinesa era submetida à Assembleia Geral da ONU, mas não conseguia obter dois-terços dos votos necessários a aceitação do seu pedido. Ao final de 1970, Washington optava pela busca da normalização das relações com Pequim e também do apoio para a dupla representação (RPC e Taiwan) junto às Nações Unidas⁵⁸ (FORD, 2014).

Iniciativas sucessivas da diplomacia chinesa induziram vários países a estabelecer relações diplomáticas com a RPC, entre eles Canadá, Guiné, Itália, Etiópia, Chile, Nigéria, Kuwait, Camarões, São Marino e Áustria, entre outubro de 1970 a maio de 1971. O reatamento das relações de países europeus com a China, seguiu-se ao reconhecimento diplomático francês⁵⁹, além da melhora nas relações com o Japão⁶⁰. Embaixadores chineses reassumiram atividades diplomáticas em vários países que, em reciprocidade, enviaram representantes formais a Pequim⁶¹.

A Assembleia Geral da ONU abriu a votação sobre “a questão da China” em 25 de outubro de 1971. Inicialmente, a resolução proposta pelos Estados Unidos, Japão e outros países pró-americanos (a “questão importante” referente à dupla representação chinesa) foi derrotada. A seguir, a resolução apresentada pela Albânia de “dar assento à República Popular da China e expulsar a China Nacionalista” foi aprovada por setenta e seis votos a favor, trinta e cinco contra, dezessete abstenções e três ausências⁶².

A República Popular da China foi, desse modo, reconhecida pela maioria dos Estados-Membros da ONU como representante oficial do povo chinês (oitocentos milhões de habitantes, à época), tornando-se membro permanente (com direito a veto) no Conselho de Segurança em substituição a Taiwan, um grande triunfo diplomático.⁶³ A partir daí, a

⁵⁸ Em 1970, o Secretário de Estado norte-americano William Rogers, após consultas com representantes de países na ONU, concluiu que as chances da República da China (RoC) manter-se como representante chinês na Organização eram sombrias, e sua substituição pela RPC, prevista para breve (FORD, *op. cit.*, p.131).

⁵⁹ De Gaulle estendeu o reconhecimento diplomático à RPC, em 1964, ao mesmo tempo que criticava a escalada norte-americana no Vietnã (GADDIS, *op. cit.*, p.140).

⁶⁰ Depois da II Guerra Mundial, o Japão adotara a postura de omitir-se das disputas internacionais, e seguir as linhas da política externa norte-americana, como dar apoio a Taiwan (NAKAMURA, 1998, p. 426).

⁶¹ A representação diplomática inglesa em Pequim foi reconstruída ao final de 1970; decorridos vinte e dois anos, o serviço telefônico entre Pequim e Londres foi restabelecido no início de 1971.

⁶² Pouco antes da segunda votação, os representantes da China Nacionalista retiraram-se da Assembleia para expressar seu repúdio à decisão (IZUMI, *op. cit.*, p. 400).

⁶³ O comunicado conjunto - divulgado em Washington e Pequim - da futura visita do presidente norte-americano Nixon à China influenciou a decisão, com repercussões mundiais (Ibid.).

China estabeleceu relações diplomáticas com grande número de países⁶⁴ de várias regiões, bem como ingressou nos principais órgãos do Sistema, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em dezembro de 1971.

Nixon viajou à China em fevereiro de 1972, tornando-se o primeiro presidente norte-americano no exercício do cargo a visitar aquele país. Ao final do encontro, os dois governantes emitiram o Comunicado de Xangai, em que articulavam suas posições quanto a Taiwan.⁶⁵ O objetivo confesso chinês foi colocar os Estados Unidos como contrapeso ao “urso polar”. Essa reaproximação alterou fundamentalmente o contexto da Guerra Fria, e influenciou em sequência a *détente* entre os Estados Unidos e a URSS.

Na visão de Kissinger (2011, p. 272), essa foi uma rara ocasião em que uma visita oficial provocou “mudança seminal nos assuntos internacionais”. A reentrada da RPC na diplomacia global e as opções estratégicas ampliadas para os EUA teriam dado “nova vitalidade e flexibilidade” ao Sistema Internacional. O primeiro ato do gabinete Tanaka no Japão foi normalizar as relações com Pequim, em setembro de 1972, mantendo laços econômicos e sociais não-oficiais com Taiwan (NAKAMURA, *op. cit.*, p. 411).

Na visão maoísta, em 1973, os países ameaçados pelo expansionismo soviético “deveriam traçar uma ‘linha horizontal’ – EUA - Japão - Paquistão - Irã – [...] Turquia e Europa” para conduzir a luta contra a União Soviética. O enunciado assemelhava-se ao conceito ocidental de segurança coletiva, ao mesmo tempo que Mao sustentava a ideia da resiliência chinesa ante pressões, mesmo de ameaça nuclear (KISSINGER, *op. cit.*, cap.10).

O conceito de linha horizontal seria abandonado, a seguir, por se aproximar da concepção de alianças. Em 1974, Deng Xiaoping foi enviado à Assembleia das Nações Unidas para divulgar, em substituição, a visão maoísta dos “Três Mundos”: a URSS e os EUA pertenciam ao Primeiro Mundo, atuando em conluio e em competição pela hegemonia global; os aliados das superpotências (Japão e países europeus) eram parte do Segundo Mundo, e a China e outros países em desenvolvimento comporiam o Terceiro Mundo (ZHU, 2001, p.10).

⁶⁴ Na América Latina, relações diplomáticas com o México reataram-se em 1972, e com o Brasil, em 1974.

⁶⁵ A RPC reiterava que Taiwan era parte da China, opondo-se à criação de “duas Chinas”, ou à independência de Taiwan. Os EUA aceitavam o posicionamento, e enfatizavam a importância de encontrar-se uma solução pacífica pelos próprios chineses, e a intenção de retirar as tropas e instalações militares norte-americanas da ilha à medida que a tensão na área diminuísse (KISSINGER, *op. cit.*, p. 271).

Na perspectiva chinesa, o mundo em desenvolvimento deveria usar o conflito entre as duas superpotências pela hegemonia mundial a favor de seus próprios objetivos. Os “realmente poderosos seriam os países do Terceiro Mundo, e o povo de todos esses países deveriam se unir, ousando lutar e vencer”, de acordo com o discurso de Deng. Os movimentos comunistas no resto do mundo, por sua vez, começaram a definir-se como maoístas ou como pró soviéticos, sobretudo nos países pertencentes ao Terceiro Mundo.

A China passou a oferecer expressivo apoio político e econômico a vários países em desenvolvimento, de maneira a melhorar a imagem do país junto à comunidade internacional e, assim, quebrar o isolamento externo. A China ultrapassou a URSS como maior doadora internacional em 1972, quando o PIB chinês representava apenas um quarto do PIB soviético⁶⁶. Os termos da ajuda eram generosos: a maioria dos recursos era a fundo perdido, e só superados pelo Canadá e a Suécia (ZHU, *op. cit.*, p.11).

A RPC ofereceu ajuda financeira aos países socialistas mais atrasados e a outros não-socialistas, sobretudo na África, em condições tais que superavam, na metade da década de setenta, o marco da Nova Ordem Econômica Internacional (RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 220). Coreia do Norte e Vietnã do Norte, além do Paquistão, foram os maiores recipientes, destinando-se a maior parte dos recursos a uso militar.

A distribuição da ajuda externa ilustrava a intenção chinesa de criar boa imagem internacional.⁶⁷ Dada a limitação de recursos, a RPC tentava maximizar a assistência aos países receptores, de maneira a construir a imagem de uma China “forte e amiga”. Entre 1970 e 1975, a ajuda chinesa atingiu o seu auge, fato diretamente relacionado a estratégia chinesa para tornar a RPC membro das Nações Unidas (ONU).

A ajuda chinesa se concentrou, também, em projetos de infraestrutura, especialmente em atividades de construção. A ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TANZAM) custou mais de US\$ 455 milhões, ou um quinto da ajuda econômica da RPC à África, e mais de 10 por cento do total dirigido ao Terceiro Mundo entre 1956 e 1977 (ZHU, *op. cit.*, p.12). A China também apoiou grupos que lutavam pela independência de seus respectivos países, como Rodésia, Angola e Moçambique.

⁶⁶ 22.000 técnicos chineses foram enviados - mais que o total enviado pela URSS e o leste europeu.

⁶⁷ Dentre 55 países africanos e latino-americanos que receberam ajuda chinesa, no período de 1960 a 1979, cerca de trinta receberam a doação uma vez, e 15 países foram favorecidos duas vezes (YU, 1975).

1.4 A Terceira Frente e a Recuperação Econômica na Década de Setenta

A ruptura com a União Soviética e a crescente presença militar norte-americana no Vietnã colocavam a China em situação de isolamento. A indústria chinesa, até então, concentrava-se nas províncias costeiras e na Manchúria. Esse perfil só se modificaria por razões de segurança nacional, com a construção de fábricas em regiões remotas e montanhosas, supostamente invulneráveis à pressão militar (nuclear) das superpotências.

Em 1964, foi lançada a “Terceira Frente”, um programa de industrialização defensiva definida no III Plano Quinquenal (1966-70). O Plano previa a concentração de investimentos na região sudoeste da China (particularmente nas províncias centrais de Sichuan⁶⁸ e Guizhou, Gansu e Yunnan) reconfigurando a geografia industrial da RPC.⁶⁹ A assertividade crescente evidenciou-se pela capacidade nuclear sínica (lançando a bomba A em 1964, seguida da Bomba H em 1967), alterando assim a correlação de forças na Ásia.

Três grandes campos petrolíferos foram descobertos na década de sessenta, e abertos com técnicas tradicionais. Em paralelo à energia hidroelétrica produzida por grandes usinas no rio Amarelo, a construção de cerca de sessenta mil pequenas e médias estações de geração de hidroeletricidade foi crucial para as zonas rurais do sul da China (Idem).

A tabela 2 sumariza as principais tendências industriais e tecnológicas adotadas pela RPC, entre 1961 e 1974. A decisão política de “andar sozinha”⁷⁰ permitiu atingir relativa independência técnica e econômica do mundo exterior. Devido à ausência de fatores como capital e tecnologia, enorme esforço era exigido da população.

Heymann (1975, p.16) recolheu evidências de desenvolvimento local de tecnologia na China, nesse período, especialmente em tecnologia eletrônica. Por exemplo, o Departamento de Física da Universidade de Tsinghua, em Pequim, manufaturava circuitos eletrônicos quase à mão, usando técnicas sofisticadas de foto-redução, e sistemas óticos produzidos pelo Instituto Chinês de Ótica.

⁶⁸ Sichuan tornou-se base industrial na II Guerra Mundial, depois da perda de Xangai e da Manchúria para os japoneses. A “Terceira Frente” estendeu-se para as prefeituras localizadas nas províncias montanhosas de Hunan e Hubei, entre 1969 e 1976.

⁶⁹ Região rica em minerais (carvão, ferro, vanádio e titânio), ali foi instalada a siderúrgica de Panzhihua. A partir de 1965, a participação da indústria no produto da região ampliou-se drasticamente de 6 por cento (1962) para mais de 75 por cento na década de 70 (BRAMALL, 2009).

⁷⁰ Cinco “pequenas indústrias” (siderurgia, máquinas pequenas, fertilizantes químicos, cimento e minas de carvão), cruciais para a expansão da agricultura, receberam incentivos à geração local de tecnologia.

Em 1970, o Instituto de Técnicas de Computação de Xangai ensinava donas-de-casa a produzir transistores e computadores *mainframe*, em condições bastante primitivas e, até mesmo, montagem de computadores digitais com circuitos integrados, já em 1973. Igualmente, a “batalha geral para equipamentos de rádio e televisão”, lançada em 1971, viabilizou a produção de rádios transistores e receptores de televisão, em pequenos lotes.

Tabela 2:

CHINA: Fases do Processo de Desenvolvimento e Reflexos na aquisição de tecnologia, 1961-74

PERÍODO	FASE DO DESENVOLVIMENTO	POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIA
1961-1965 Grande Crise e Reajustamento	Crise força retorno à agricultura, e industrialização rural é priorizada Retorno ao liuísmo: planejamento centralizado, racionalidade econômica e administração profissional em nível nacional e provincial	Importação de tecnologia retorna, em pequena escala, da Europa Ocidental e Japão Importação de poucas plantas industriais completas Ênfase na autossuficiência
1966-1969 Revolução Cultural	-Reversão aos princípios maoístas, colocando as massas contra as elites técnicas e administrativas -Reverência ao nativismo; oposição dos ‘vermelhos’ aos especialistas -Destruição da burocracia do PCC -Rupturas econômicas e declínio absoluto da produção industrial	-Redução maciça da importação de tecnologias -Compras de plantas e de sistemas industriais canceladas -Contatos externos rompidos
1970-1974 Pós-Revolução Cultural	-Retorno à racionalidade econômica, com nova onda de crescimento -Mudança do planejamento e do processo decisório para regiões e províncias -Descentralização industrial e difusão de sistemas para as regiões interiores	-Retorno à política vigorosa de importação de tecnologia -Ênfase em plantas industriais completas -Diversificação de suprimento e interpretação mais liberal do princípio da autossuficiência

Fonte: HEYMANN, JR. (1975), p.16

A austeridade definia níveis mínimos de consumo e baixa variedade e sofisticação dos produtos disponíveis para os habitantes. Nas palavras de Rodríguez, “construía-se o capital produtivo a partir do trabalho humano, apoiado em insumos materiais (...) processados com tecnologias tradicionais próprias” (RODRÍGUEZ, 2007, p. 191). Quanto ao consumo energético, mais de dois terços eram combustíveis sólidos, sobretudo o carvão.

Grande parte do produto industrial à época derivava de empresas estatais de grande porte e intensivas em capital, que se tornaram o *locus* de uma força laboral treinada e

privilegiada⁷¹. Essa elite alocada na indústria pesada, ou em outras atividades, era subserviente ao Estado e ao partido, sendo a contraparte da submissão campesina na agricultura (NAUGHTON, *op. cit.*, p.80).

A produção de tratores grandes e pequenos cumpriu importante papel como parte da política que visava assegurar a produção de grãos em cada localidade rural (Idem). Nas indústrias leves, houve avanços na produção de tecidos de algodão, para atender a forte expansão populacional⁷². Em bicicletas, cujo uso até pouco tempo era dominante nas cidades chinesas, houve um aumento de quase dez vezes (de 800.000, em 1957 para 8,5 milhões de unidades em 1978) (RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 208).

A Comissão de Planejamento Estatal lançou o Plano “4-3”, para incrementar as importações necessárias ao crescimento da RPC, em 1972, com base na recessão econômica nos países ocidentais⁷³. O *premiê* Zhou Enlai, ao retomar a liderança do processo político, redirecionou alguns investimentos para as regiões costeiras mais eficientes. As relações com o mundo capitalista foram retomadas, e novas importações de equipamentos industriais foram realizadas, sob a forma de fábricas completas.

As aquisições concentravam-se em setores motores do crescimento chinês, e aqueles destinados a alimentar e vestir a população: petroquímicos, sobretudo para a indústria têxtil; fertilizantes para a agricultura; aço, energia e petróleo. As aquisições contemplaram equipamentos de produção modernos e de alta tecnologia, sendo que seus maiores provedores foram Japão, França e a antiga Alemanha Ocidental.

A China buscou crédito internacional para financiar suas importações, tais como créditos governamentais subsidiados. A dependência da China ao comércio internacional era marginal: em 1973, as importações consumiam cerca de 2% do seu PIB (estimado em US\$170 bilhões); aquisições relacionadas à tecnologia (como fábricas completas), eram inferiores a um bilhão de dólares, ou 6 a 8% da produção de máquinas e equipamentos.

⁷¹ Esses trabalhadores recebiam residência, comida subsidiada, cupons de racionamento, bem como assistência médica, recreação e vida política. Contudo, dissidências, ou mesmo críticas, podiam levar à expulsão e à perda dos privilégios.

⁷² De 641 milhões de habitantes, em 1957, para 958 milhões, em 1978.

⁷³ A aquisição de equipamentos (US\$ 4,5 bilhões no quinquênio), incluía treze unidades de produção de fertilizantes, quatro de fibras químicas e quarenta e três unidades de mineração de carvão.

Conclusões Parciais

A breve visão retrospectiva do período maoísta destacou a instabilidade institucional das três primeiras décadas do experimento socialista da República Popular da China (RPC). Dado seu contexto de isolamento externo, optou-se por uma forma particular de internacionalismo centrado na União Soviética, que durou menos de uma década. Em termos domésticos, a liderança autoritária carismática de Mao Tsé-tung foi exercida com o apoio dos veteranos revolucionários do Partido até o preâmbulo da Revolução Cultural.

Se a primeira década (1949-1958) se caracterizou pela transformação institucional, com intensa industrialização de base, sob a assistência técnica soviética, seguiram-se “vinte anos de crise” na China. O desenvolvimento agrícola pela propriedade coletiva da terra não atendeu às necessidades alimentares da população em rápido crescimento, nem aos requerimentos de matérias primas para a expansão de indústrias leves⁷⁴. O fluxo de recursos aplicados em saúde e educação, em contrapartida, foi substancial ao longo do período socialista⁷⁵, tendo consequências positivas sobre os indicadores sociais.

O carisma e o poder de Mao derivavam da liderança exercida, durante décadas, nas guerras e na revolução comunista que levou à criação da RPC. A erudição demonstrada pelo líder - filósofo marxista, com grande conhecimento da história, política e literatura chinesas - impressionava seus seguidores, bem como o seu “autossacrifício” pela causa revolucionária (como a perda do filho favorito, Mao Anying, na Guerra da Coreia).

Mesmo antes da vitória revolucionária, Liu Shaoqi defendia que as políticas socialistas não deviam ser adotadas de imediato, e que o PCC devia estabelecer aliança com a burguesia para recuperar a economia chinesa. À época, Mao acatava essa visão, afirmando que “seriam necessários (ao menos) quinze anos após a vitória” (WU, *op. cit.*, p. 32). Em junho de 1953, entretanto, Mao colocava formalmente a proposta de transição (para o socialismo), ao mesmo tempo que passava a criticar as propostas liuístas como

⁷⁴ A escassez de bens de consumo, ao longo de toda era maoísta, foi premente e cupons de racionamento eram requeridos para itens como sabão, tecidos de algodão, tofu, além da compra de grãos.

⁷⁵ Como resultado, a expectativa de vida atingiu 60 anos, em 1962. A educação primária expandiu-se no mesmo período, e o analfabetismo declinou, embora as universidades estivessem fechadas por uma década.

“desvios de direita”. O mesmo posicionamento veio a se repetir quando da adoção das medidas econômicas por Liu e Deng para recuperar a China depois da ‘grande fome’.

A imagem dominante do período pré-1966 - de solidariedade consensual, perturbada ocasionalmente por expurgos - foi contestada a partir da Revolução Cultural quando evidenciou-se que uma disputa de poder pela primazia de princípios ocorria, há décadas, nos bastidores do partido. A perseguição de rivais políticos da elite revolucionária, incluindo Liu Shaoqi, resultou na morte precoce do então presidente da China.

Nas palavras de Dittmer (1977):

“Essa disputa caracterizava uma luta entre duas orientações (*na leitura marxista, observação nossa*): uma ‘linha revolucionária proletária’, liderada por Mao Tsé-tung, e uma ‘linha reacionária burguesa’, liderada por Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. O debate representava uma profunda clivagem ideológica subjacente entre a liderança, que teria repercussões em todos os aspectos da vida chinesa: política exterior, estratégias de desenvolvimento econômico, técnicas de liderança e de administração, padrões de vida e escalas de pagamento, orientação dos serviços públicos como educação, saúde, e mesmo sobre os métodos científicos”.

Os conflitos entre as elites dirigentes do PCC desembocavam na punição daqueles que divergiam de Mao. Em seu período final de governo, o líder abandonou os antigos apoiadores de Hunan em favor da nova coalizão ideológica radical (a “Gangue dos Quatro”)⁷⁶, preservando os vínculos com o moderado Zhou Enlai. Esses conflitos podem ser reinterpretados na perspectiva da luta de poder, sempre evidente durante o maoísmo (os dois sucessores escolhidos por Mao morreram, ou foram mortos, antes do líder):

“Mao e Liu não foram sempre oponentes; o Ministro Zhou Enlai opôs-se a Mao em assuntos cruciais, enquanto Liu apoiou o líder. Supostos apoiadores de Liu, como Deng, deram maior sustentação a Mao. Como sempre acontece nos negócios entre os homens, contendas sobre poder e *status* também ocorreram” (MACFARQUHAR, 1974).

A questão do mercado tornara-se anátema durante o maoísmo, devido à convicção ideológica de que o comando administrativo era a única maneira de alocar recursos em uma economia socialista. Em consequência, as reformas orientadas ao mercado eram politicamente inaceitáveis para Mao e para os anciãos revolucionários radicais que, em momentos de maior inflexibilidade, destruíam também seus proponentes.

⁷⁶ A “Gangue dos Quatro” defendia a luta de classe contínua contra a “burguesia dentro do Partido”. Esse grupo, contudo, não tinha ingerência em assuntos econômicos, restringindo-se a aspectos “superestruturais”.

CAPÍTULO II

CLIVAGEM E CONJUNÇÃO CRÍTICA: A INAUGURAÇÃO DA ERA REFORMISTA (1976-1989)

Introdução

Neste capítulo, trabalhamos com a proposição de que os processos de reforma econômica e de abertura externa da República Popular da China, iniciados em 1979, são elementos explicativos da expansão econômica acelerada¹ e do concomitante aumento do padrão de vida da população chinesa nas décadas seguintes.

A definição de reforma nesta tese refere-se à maneira como ocorreu a ‘transição dos países socialistas de economia centralmente planejada para um novo sistema orientado ao mercado’. Ao adotar a decisão de iniciar reformas econômicas na China, os líderes chineses tinham a percepção de que o regime havia sido fortemente abalado nas duas décadas finais do maoísmo², o que os levou a optar, assim, por uma estratégia experimental gradualista³.

Em nossa análise, partimos do pressuposto de que a transição do sistema socialista maoísta para outro pró-mercado ocorreu a partir de clivagem, que desencadeou a conjunção crítica subsequente. Diante do esgotamento do modelo maoísta adotado até então, o grupo vitorioso escolheu a implementação de arranjos institucionais de cunho reformista. Uma vez feita a opção pela estratégia de reformas, observou-se uma trajetória *path-dependent* de criação de instituições que circunscreveram (*lock-in*) um padrão desenvolvimentista *suis generis*, sob o comando político hierárquico e autoritário do partido-Estado chinês.

¹ A média anual do crescimento do PIB chinês foi de 9,6 por cento, nas primeiras duas décadas das reformas (*Statistics Yearbook of China*, depois de 1993 revisada pelo o *National Bureau of Statistics* da RPC).

² Forte expansão populacional, baixa qualidade e produtividade da indústria e malogro na expansão agrícola, ao longo de uma década, agravados pelos excessos da Revolução Cultural, implicaram na piora da qualidade de vida dos chineses. A postura de isolamento acarretou a quase ausência de créditos ou ajuda internacional, além da reduzida entrada de tecnologia estrangeira na China (MACDOUGALL, 1982, p.150).

³ Mudanças ocorreram, também, em diversos países socialistas. Um dos métodos adotados na transição foi definido como “terapia de choque” ou “*Big Bang*”, exemplificadas pela Rússia e outros países do leste europeu, que teve consequências negativas, no curto prazo, sobre suas trajetórias de desenvolvimento.

A proposta da facção moderada reformista do Partido Comunista Chinês (PCC) sob a liderança de Deng Xiaoping foi vitoriosa, enquanto versões moderadas e radicais do maoísmo eram afastadas. Deng Xiaoping (1904-1997) pertencia à primeira geração das elites revolucionárias chinesas⁴. Em 1956, foi promovido a Secretário-Geral do Comitê Central do PCC, e manteve-se nessa posição até 1967 quando, ao início da Revolução Cultural, foi destituído do Partido e de suas posições no governo chinês.

Ao regressar do primeiro exílio, em 1973, para substituir Zhou Enlai, Mao conferiu-lhe grande poder⁵. Contudo, quanto maior era a autoridade concedida a Deng, mais problemas lhe traziam os radicais partidários (a “Gangue dos Quatro”) liderados por “Madame” Mao, Jiang Qing. Por ocasião do funeral do *premiê* Zhou Enlai no início de 1976, ela acusou Deng de instigar o tumulto (que ficou conhecido como o “Incidente de Tiananmen” de 1976). Em consequência, Mao proibiu Deng de ocupar cargos no Partido.

A escolha do reformismo no âmbito da liderança do PCC foi, em parte, decorrente da percepção do atraso econômico contrastante entre a realidade chinesa - pobre (a renda per capita anual era inferior a 100 dólares) e uma das economias mais fechadas do mundo (0,6 por cento do comércio mundial em 1977) - e a prosperidade crescente em seu entorno no Japão e nos “pequenos tigres asiáticos” (Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan).⁶ O modelo de crescimento econômico desses países será analisado a seguir.

Em sequência, examinaremos a crise que se seguiu à morte de Mao desencadeando a conjunção crítica. A proposta do grupo sob a liderança de Deng Xiaoping saiu vitoriosa, iniciando, assim, a construção do “socialismo com características chinesas”⁷. A seguir, detalhamos as transformações institucionais correspondentes à fase das reformas incrementais, de características *path-dependent*. Na última parte, discutimos as principais transformações da política externa chinesa a serviço do reformismo.

⁴ Deng aderiu ao Partido Comunista Chinês em 1924, na França, onde conheceu Zhou Enlai, com quem estabeleceu parceria que definiu sua carreira. Depois da tomada do poder pelos comunistas, conquistou posição influente na supervisão do processo decisório na economia (como a implementação, em 1953, do monopólio estatal de grãos e de algodão na área rural) (SHAMBAUGH, 1993, p. 465).

⁵ Deng assumiu três cargos de alto escalão: vice-presidente do partido comunista, vice primeiro-ministro, e vice chefe da Comissão Militar (NAUGHTON, 1993).

⁶ Esses países eram considerados, na ótica chinesa, “inferiores” - o Japão ‘vencido’ na Segunda Guerra Mundial; a ‘colônia’ de Hong Kong e a ‘província insurreta’ de Taiwan controlada pelo Kuomintang.

⁷ Embora a expressão sugira, “comunismo nacional”, segundo Deng, esse conceito baseia-se nas condições específicas da China, daí um socialismo talhado às condições chinesas (Deng, 1983 *apud* YAHUDA, 1993).

Breve interpretação teórica do dinamismo econômico dos países asiáticos

O período final do maoísmo assinalou um desempenho econômico da China bem inferior ao do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan, durante o período de seus respectivos milagres econômicos (tabela 3). O PIB per capita chinês, entre 1963 e 1978, cresceu a taxas equivalentes a um terço ou um quarto do alcançado por aqueles países em suas fases de maior dinamismo. Esse foi um dos argumentos utilizados pelo grupo pró-reformas, a favor das mudanças econômicas. Mesmo a preços de 1952 (quando os resultados são mais favoráveis à China), os ‘novos países industrializados’ (NICs)⁸ asiáticos superaram a RPC.

Apenas na comparação com a Índia, que possuía atributos semelhantes aos da China - grande, populosa, pobre, e não alinhada - a situação da RPC era mais favorável. Entre 1963 e 1978, houve um aumento de apenas 1,3 por cento ao ano do produto interno bruto per capita na Índia, metade do crescimento observado na China a preços de 1990. A renda per capita chinesa ultrapassou a indiana, pela primeira vez, em 1973 (MADDISON, 2001, p. 304).

Tabela 3:

O “MILAGRE ASIÁTICO”: crescimento do PIB per capita

Países	Período	Taxa de Crescimento (%)
Japão	1950-73	8,2
Coreia do Sul	1961-97	7,4
Taiwan	1961-97	6,3
Índia	1963-78	1,3
China (preços 1952)	1963-78	5,0
China (preços 1990)	1963-78	2,6

Fonte: Maddison (2001: p. 304; 1998: p. 157).

⁸ A expressão ‘New Industrialized Countries’ (NICs, ou ‘novos países industrializados’) correspondia a experiências desenvolvimentistas de industrialização com vistas ao crescimento econômico e à expansão do comércio internacional, na década de 1970, tanto na Ásia (Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan), quanto na América Latina (Brasil e México).

A abordagem dos “gansos voadores” (GV), originada no Japão do pré-guerra (Akamatsu, 1935, 1937 apud KOJIMA, 2000), foi pioneira em descrever o processo de desenvolvimento industrial dos países do leste asiático e as mudanças na dinâmica de vantagens comparativas entre eles. Ao analisar estatisticamente o desempenho de diversas indústrias japonesas (têxteis, máquinas-ferramenta, e equipamentos leves), entre 1870-1939, Akamatsu identificou um padrão de evolução pelo qual as importações (M) induziam à produção local (P) e, posteriormente, às exportações (X).

Como as curvas de tendência sequencial das atividades MPX assemelhavam-se a um V invertido, o autor escolheu a nomenclatura poética de “gansos voadores” para o modelo definido (OSAWA, 2010, p. 3). A análise de Akamatsu enfatizava a construção de vantagens comparativas pelos países. A seu ver, apenas indústrias com aquelas características deveriam receber proteção governamental para a substituição de importações.

Um terceiro padrão GV espelhava “o alinhamento das nações ao longo de diferentes estágios de desenvolvimento” (AKAMATSU, 1961, p. 208). Esse modelo identificava o posicionamento sequencial dos países em desenvolvimento ao seguir as nações avançadas, de maneira que os primeiros fossem capazes de “emular, aprender e capitalizar”, a partir das externalidades geradas pelas interações econômicas (e tecnológicas) com esses últimos.

Nas palavras de Osawa (2009, p. 4):

“O moderno processo de desenvolvimento econômico nunca é autônomo e autossuficiente, mas é necessariamente interativo e derivado do relacionamento com os países avançados. A essência do crescimento desses países em seu processo de *catching-up* reside em, gradualmente, subir a escada das vantagens comparativas das indústrias intensivas em mão-de-obra para as indústrias intensivas em capital e conhecimento”.

Esse terceiro padrão se popularizou como teoria dos “gansos voadores”, segundo a qual os países movem-se, em processo gradativo, pela via do progresso tecnológico definido pelos países que estão à frente em termos de desenvolvimento. Esse modelo é identificado com a trajetória das economias do leste asiático, onde o Japão foi pioneiro e seguido pelos NICs asiáticos (Coreia, Cingapura, Hong Kong e Taiwan), China e Vietnã.⁹

⁹ Esse alinhamento correspondia ao período 1960-1980s. O processo de emparelhamento (*catching-up*) da Coreia do Sul e de Taiwan com o Japão ocorreu não só na indústria pesada (aço), como também em setores de alta tecnologia (eletrônica e telecomunicações), rapidamente seguidos pela China. Esse processo era “desordenado, determinado no tempo, e mesmo reversível, em função da estratégia do país” (OSAWA, 2009).

Na base do “milagre asiático” observavam-se, desde a década de 1980, redes de produção regional globalizadas, com foco na integração produtiva e na exportação de produtos da indústria metalomecânica para mercados de países ocidentais. Esse processo caracterizou-se pelo intenso dinamismo tecnológico e de mercado (primeiro na automobilística, com vastos efeitos de encadeamento, e a seguir na eletrônica digital).

A “revoada de gansos” foi liderada, originariamente, pelo Japão, com base em tecnologias e marcas globais. A seguir, vinham os tigres coreano e taiwanês que dispunham de capacidade de produção em massa, de baixo custo (mão-de-obra qualificada e custo de capital reduzido), além de boa gestão manufatureira (CANUTO, 1993).

Os estágios de emparelhamento (*catching-up*) seriam “desordenados, determinados no tempo e, mesmo, reversíveis, a depender da estratégia adotada pelo país em desenvolvimento” (Ibid.). Na visão do autor, o protagonismo japonês na liderança intrarregional era um desvio do fenômeno GV, por considerar que essa posição nunca pertenceu ao Japão, e sim aos Estados Unidos, o *hegemon* da economia mundial.

A definição de Estado desenvolvimentista (*Developmental State*), por sua vez, visava explicar as experiências *de catching-up* de países asiáticos na segunda metade do século XX. Essa abordagem descreve um modelo híbrido - que combina o planejamento estatal com mecanismos de mercado - e que difere tanto do estatismo soviético, como dos modelos de livre mercado anglo-saxões (JOHNSON, 1982 e 1998).

O Estado desenvolvimentista tem duas funções: empreendedora e de administração de conflitos. A primeira exige uma coordenação abrangente para assegurar a mudança sistêmica, com investimentos complementares, e mesmo com recurso a incentivos fiscais. A segunda deve-se à “destruição criadora” de instituições que acarreta mudanças dos direitos de propriedade, e oposição dos grupos de interesse prejudicados (CHANG, 2003, p. 63). A atuação estatal, nessa perspectiva, envolve ainda: *i*) uma visão de futuro para a economia, com participação consensual da sociedade, onde o Estado exerce papel proativo; e *ii*) a criação de instituições (*institutional building*), por meio de inovações institucionais e cópia/adaptação de instituições estrangeiras (Ibid.).

2.1 Clivagem e Conjunção Crítica

A crise política entre as elites do Partido Comunista Chinês (PCC) explicitou-se com a morte de Mao Tsé-tung, em setembro de 1976, poucas semanas depois que forte terremoto, em Tangshan, ocasionou mortes e destruição em Tianjin e Pequim, evento que foi percebido pela população como mau presságio. Hua Guofeng (1921-2008)¹⁰ era o sucessor oficial apontado por Mao. A escolha norteou-se por critérios de lealdade ao líder e, sobretudo, pelo fato de Hua não pertencer às principais facções da elite sênior do PCC em disputa¹¹.

Com a morte de Mao, explicitou-se a clivagem entre as diferentes facções na liderança do PCC, após a década de turbulência provocada pela era da Revolução Cultural. Ao assumir o poder, Hua tomou a decisão que o notabilizou na história da China comunista: mandar prender a “Gangue dos Quatro”, em outubro de 1976, quando foi ovacionado nas ruas¹². Com essa providência, conteve-se o movimento radical liderado pelo grupo, excluindo-se essa opção político-ideológica do espectro do poder.

Hua foi confirmado como sucessor de Mao em 1977. A lealdade extrema à memória do líder era confirmada na menção aos “2 quaisquer” (*liang ge fanshi*): “**quaisquer** políticas deliberadas pelo presidente Mao, devemos defender firmemente; **quaisquer** diretivas estabelecidas pelo presidente Mao, devemos obedecer com determinação” (*People’s Daily*). Da mesma maneira, Hua Guofeng valeu-se da propaganda, como a construção do memorial de Mao na Praça Tiananmen, para demonstrar sua estreita ligação ao líder morto.

Hua, entretantes, era incapaz de formular uma “visão” pessoal ou ideias originais para o futuro da China. Ele declarava-se partidário do modelo herdado do maoísmo, com recurso ao planejamento centralizado, da ênfase à indústria pesada e da melhoria da agricultura baseada em comunas.

¹⁰ Com a morte de Zhou Enlai, em abril de 1976, Hua o sucedeu como primeiro-ministro e vice-presidente do PCC, desagradando ao grupo radical. Um mês após a morte de Mao, ele foi referendado como presidente do Comitê Central do PCC (MacFARQUHAR, 2008).

¹¹ Hua foi o único dirigente chinês a acumular cargos de líder do PCC, presidente da China e chefe da Comissão Militar Central (CMC). Não possuía, contudo, experiência na política central do partido, nem vivência militar ou vínculos com o Exército de Libertação do Povo.

¹² Jiang e seu grupo pretendiam dar um golpe em Hua. Ao saber do complô, o sucessor escolhido de Mao convocou uma reunião secreta do Politburo. A coalizão de líderes, incluindo Ye Jianying e Li Xiannian, e o próprio Hua, decidiu prender a Gangue dos Quatro (ROSS, 1989, p. 285). Os membros da “Gangue dos Quatro” iriam a julgamento em 1980, acusados de vários crimes.

O lançamento do Plano Decenal (1976-1985), que ficou conhecido como o “Grande Salto para Fora”, visava à autossuficiência por meio da substituição de importações, e previa a aquisição externa de tecnologia e equipamentos¹³, para a qual a China não dispunha nem de recursos, nem de *know-how*¹⁴.

Hua libertou e reabilitou centenas de milhares de prisioneiros, incluindo membros, outrora, da alta hierarquia do partido, artistas e escritores perseguidos ao longo da Revolução Cultural. Ele introduziu, igualmente, o planejamento familiar, tendo em vista conter a explosão populacional ao institucionalizar a ‘política do filho único’¹⁵. Contudo, sua sustentação política nos quadros do PCC era muito limitada¹⁶.

O novo dirigente recebeu apoio do grupo de veteranos do PCC não-associados à Gangue dos Quatro, e contrários à difamação da memória do líder e à desmobilização rápida do maoísmo. A compulsão a reafirmar os ditos de Mao, sobretudo aqueles de caráter antissoviético e de antirrevisão, levou outros companheiros de Partido a chamá-los “a facção *whatever*” (PYE, 1980).

Os quadros do PCC, em todos os escalões, buscavam a estabilidade inerente a relações pessoais de confiança. A dimensão informal¹⁷ predominava na política chinesa, sobretudo sob lideranças carismáticas. O relacionamento construído com base em conexões (*guanxi*) - “laços de parentesco, região geográfica comum, antigos colegas de escola; afiliação militar pregressa na mesma arma, ou outros tipos de ligações interpessoais” - dava origem à troca de vantagens e privilégios mútuos, de forma seletiva, entre chineses onde quer que residissem (na China continental, ou fora dela, “a diáspora” chinesa). Essa percepção sugere que a sociedade chinesa não se baseia nem no indivíduo, nem na sociedade, e sim nos relacionamentos (*guanxi benwei*) (DITTMER e WU, 1995).

¹³ Em 1978, a China assinou contratos de US\$ 7,8 bilhões para equipamentos destinados a metalurgia e fertilizantes químicos. 22 projetos de mineração de carvão totalizavam RMB 76 bilhões (WU, 2005, p. 293).

¹⁴ Os investimentos maciços geraram sintomas de superaquecimento da economia, devido ao grande aumento do déficit fiscal (equivalente a 5 por cento do PIB chinês, em 1979), além de pressões inflacionárias. O volume do comércio exterior expandiu 39 por cento no biênio 1977-78 (Ibid., p. 359).

¹⁵ Tendo por objetivo estabilizar a população chinesa em 1,2 bilhões de habitantes ao final do século XX.

¹⁶ Hua recebeu apoio de um grupo de veteranos do PCC não-associados à Gangue dos Quatro, e contrários à difamação da memória de Mao, e à desmobilização rápida do maoísmo. A compulsão a apoiar os ditos de Mao, sobretudo aqueles de caráter antissoviético e de antirrevisão, levaram outros companheiros do partido a chamá-los “a facção *whatever*” (PYE, 1980, p. vi).

¹⁷ A política informal é identificada pelas relações face a face, que pode abranger o culto a personalidade e o faccionalismo (Lee apud DITTMER e WU, 1995, p. 469).

As relações particularistas prevaleciam também na esfera do Partido, dando origem às facções¹⁸ políticas. Segundo Naughton (2008), o sistema político centralizado e o comando sobre a economia chinesa possibilitavam que líderes do PCC desenvolvessem relações clientelistas com seus seguidores, seja pelo controle das estatais, seja pelo sistema de ‘nomenclatura’ (concessão de empregos administrativos no Partido Comunista)¹⁹.

Em contraste com o isolamento político de Hua, Deng Xiaoping construiu alianças perenes com diversos setores do Partido, e também no âmbito militar. A facção de “velhos revolucionários”²⁰ reabilitados da Revolução Cultural apoiava as reformas propostas por Deng: “acreditavam que a China deveria seguir novas práticas, além de demonstrar ‘fé cega’ na ciência e tecnologia como meio de modernização” (PYE, *op. cit.*, p. vii).

Em agosto de 1977, no XI Congresso Nacional do PCC, foi comunicado formalmente o fim da Revolução Cultural, ao mesmo tempo que se confirmava a reabilitação de Deng Xiaoping aos cargos de vice primeiro-ministro e vice-presidente do PCC, bem como de dirigente do Exército da Libertação do Povo (ELP, as Forças Armadas chinesas). Esse período inicial se caracterizou, ainda, por maior distensão social²¹.

Nosso argumento é que a Terceira Sessão Plenária do XI Congresso do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (CCPCC), em dezembro de 1978, definiu o ponto chave de escolha (*key choice point*), onde a opção política de reforma e de abertura econômica²² (*gaige kaifang*) foi adotada sob a liderança de Deng Xiaoping. A partir daí o PCC passou a priorizar o desenvolvimento econômico, em lugar da luta de classes pregada anteriormente pelo maoísmo. Acatava-se, formalmente, a proposição de que o planejamento era central, mas suplementado pelo mercado, em contraste com a ideologia maoísta, que defendia a abolição dos mercados (QIAN, 2006). A proposta pioneira de Zhou Enlai das “quatro modernizações”) tornava-se política oficial do Partido.

¹⁸ Na definição de Nathan (1973), uma facção é “uma estrutura organizada verticalmente, composta de vínculos clientelísticos entre o líder e os liderados”.

¹⁹ Projetos de investimento e promoções simbolizavam “recursos de patronato” (NAUGHTON, 2008, p. 102).

²⁰ Parte desses sobreviventes da Longa Marcha representavam o grupo de ‘anciãos’ no PCC. Os ‘oito anciãos’ (ou ‘oito imortais’) incluíam Chen Yun e Li Xiannian, conservadores, e sem compromisso com as reformas econômicas - participaram dos dois primeiros anos de transição (Ibid.).

²¹ “Presos políticos foram libertados, milhões de jovens enviados ao campo retornaram às cidades, e os debates proliferavam de maneira relativamente livre” (NAUGHTON, 2007, p. 88).

²² A abertura econômica da China refere-se a permissão de entrada em setores econômicos, anteriormente monopolizados pelo Estado, por negócios que não estão sob o seu comando direto e controle da hierarquia.

Na medida em que a legitimidade do poder do PCC não se assentava em ganhos progressos efetivos para a população, depois de anos de baixo desempenho econômico e de disputas *'primus inter pares'* entre as facções políticas do Partido, adotou-se uma **opção particular**: a busca da melhora do padrão de vida da população por meio de reformas.

Hua foi, assim, sobrepujado *de facto* por Deng Xiaoping, embora na hierarquia formal este lhe fosse subordinado. Hua Guofeng foi alvo de críticas por seu despreparo em governar, mas ao contrário da tradição maoísta do passado, não foi perseguido ou punido e manteve seu cargo formal no Comitê Central do PCC até 2002, mas sem nenhum poder.

O início das reformas caracterizou-se por processo *"top-down"*, tentativo e exploratório, com foco em alguns setores-chave. Da mesma maneira, as iniciativas pioneiras de reforma (1978-1993) tiveram uma abordagem incremental (WU, 2005, p. 57), e a descentralização do poder foi decisiva nesse processo:

“O poder deve ser delegado, de forma audaciosa, para os níveis inferiores sob a liderança unificada. Governos locais bem como empresas agrícolas e industriais devem ter maior autonomia administrativa sob a direção de um plano estatal unificado”, de maneira a “fomentar a iniciativa, o entusiasmo e a criatividade dos departamentos centrais, governos locais, empresas e indivíduos, de maneira a produzir vigoroso crescimento a todos os setores da economia socialista” (Terceiro Pleno do XI CCPCC, 1978, tradução nossa).

A superioridade do socialismo era realçada por “permitir atingir prosperidade comum, e eliminar a pobreza”, ao mesmo tempo que Deng preconizava a paz para a China. Deng também defendia a manutenção da ordem e a estabilidade para a implementação bem-sucedida das políticas econômicas. Com o intuito de reiterar os vínculos das propostas reformistas com o legado revolucionário chinês, em março de 1979, o líder explicitou os princípios dos “quatro cardinais” (*si xiang jiben yuanze*)²³:

- “ i) o desenvolvimento sob o planejamento socialista;
- ii) a ditadura do proletariado como forma de governo;
- iii) a liderança do Partido Comunista Chinês; e
- iv) o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Tsé-tung”.

²³ DENG, 1979 apud <http://english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol2/text/b1290.html>.

Deng defendia a conduta autoritária na política (em oposição à anarquia)²⁴ e a liderança do Partido no processo reformista. Em consequência, as ‘quatro liberdades’ previstas na constituição chinesa - direitos de assembleia, protesto, expressão e greve - foram suprimidas. Ele aboliu o culto à personalidade de seu predecessor, ao mesmo tempo que se recusava a ocupar os principais cargos na hierarquia do PCC.

Deng Xiaoping foi presidente da Comissão Militar Central (CMC) até novembro de 1989, e manteve-se como líder supremo *de facto* até sua morte em 1997. Seus discípulos da segunda geração revolucionária, Hu Yaobang (1920-1989) e Zhao Ziyang (1919-2005)²⁵, foram indicados para o Comitê Permanente do Politburo, e assumiram, respectivamente, as posições de secretário geral do Partido e de primeiro-ministro.

Hu Yaobang, o mais jovem revolucionário da ‘Longa Marcha’ pertencia à facção ‘liberal’ do PCC, dando apoio às reformas econômicas e à maior abertura política. Zhao Ziyang, também considerado liberal nos padrões chineses, era favorável à privatização das estatais e à separação do partido e do Estado.

Zhao substituiu formalmente Hua Guofeng, com a missão de supervisionar a política econômica reformista. Os “anciãos” do PCC influenciavam as decisões por meio da Comissão de Assessoramento Central, criada em 1982, que era replicada em nível provincial e municipal (NAUGHTON, 2008, p. 100-102).

O vice *premiê* Li Xiannian (1909-1992), no final de 1978, reiterava que uma das deficiências do sistema econômico anterior era a centralização exacerbada do poder.

“ O poder deve ser delegado, de maneira audaciosa, aos escalões mais baixos sob a liderança unificada. O poder local, bem como as empresas agrícolas e industriais devem ter mais autonomia administrativa sob a orientação de plano estatal unificado, de maneira que liberem a iniciativa, o entusiasmo, a criatividade dos departamentos centrais, dos governos locais, empresas e indivíduos para criar um crescimento vigoroso de todos os setores da economia socialista ” (Terceiro Pleno, 1978).

²⁴ Na visão dengista, as massas deviam seguir a política do Partido, e não almejar liberdades associadas ao regime capitalista, como direitos de discurso e de assembleia. A mudança pretendida pelo líder era a substituição da ideologia radical na era maoísta por outra de uma China economicamente viável.

²⁵ Hu, o mais jovem da ‘Longa Marcha’, era considerado da facção “liberal” do PCC, dando apoio às reformas econômicas e à maior liberalização política. Zhao Ziyang era tido também como liberal nos padrões chineses, sendo favorável à privatização das estatais, e à separação do partido e do Estado. Zhao substituiu formalmente Hua Guofeng, com a missão de supervisionar a política econômica reformista.

2.2 As Reformas Incrementais

Uma vez definida a opção pelas reformas econômicas durante a conjunção crítica, as elites do Partido decidiam sobre questões cruciais quanto à modernização do Estado e da economia agrária chinesa. Essas decisões levariam à formação de instituições, com propriedades autorreprodutoras e resilientes, que definiram um processo particular de desenvolvimento, tornando a opção reformista chinesa “dependente da trajetória”.

A China encontrava-se em estágio inicial de urbanização, em contraste com outros países em desenvolvimento, onde 80 por cento da população chinesa estava ligada formalmente (pelo *hokuo*) à área rural. Em consequência, as reformas iniciar-se-iam no campo, de maneira a garantir alimentos e matérias-primas para a diversificação produtiva almejada pelos reformistas²⁶.

Chen Yun (1905-1995), um dos ‘anciãos’ líderes do PCC à frente do recém-criado Comitê Econômico e Financeiro do Conselho de Estado, deu prioridade à agricultura, ao mesmo tempo que cortava gastos previstos pelo Plano Decenal²⁷. A política previa ‘três anos de reajustamento’ (repetindo o *slogan* de 1961-62, quando Chen presidira a recuperação econômica chinesa, depois do desastre do “Grande Salto Adiante”).

Deng Xiaoping, em contrapartida, almejava maior crescimento e, com apoio de seu aliado Hu Yaobang, inseriu no relatório do XII Congresso do Partido (1982) a meta de quadruplicar o PIB chinês até o ano 2000. A condução das reformas coube ao *premiê* Zhao Ziyang²⁸, entre 1979 e 1982, enquanto as decisões econômicas gerais estavam dispersas entre vários líderes com visões divergentes. Embora Zhao respeitasse o objetivo de manter um ambiente macroeconômico estável proposto por Chen, ele também promovia as inovações institucionais ambicionadas por Deng (NAUGHTON, 2008, p. 7). A influência dos reformistas (Deng e Hu) e dos conservadores (Chen) se intercalaria nas reformas até 1989.

²⁶ Em comparação, mais de 85 por cento da força de trabalho estava em empresas estatais não-agrícolas na União Soviética, em 1985, e uma alta proporção de trabalhadores nas economias do leste europeu tinha uma situação semelhante nos anos de 1980 (NOLAN, 1996).

²⁷ Assim, contratos de aquisição de fábricas do exterior foram cancelados e o investimento doméstico, fortemente reduzido, liquidando, na prática, com os objetivos do programa de Huang.

²⁸ Embora Zhao respeitasse o objetivo de manter um ambiente macroeconômico estável proposto por Chen, ele também promovia as inovações institucionais ambicionadas por Deng (NAUGHTON, 2008, p. 7).

2.2.1 O Socialismo de Mercado com Características Chinesas

Em 1982, por ocasião do XII Congresso do PCC, Deng Xiaoping resumiu o objetivo das reformas pelas “quatro modernizações”, enunciadas originariamente por Zhou Enlai – “agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia”, ao mesmo tempo que definia o “socialismo com características chinesas”. O “socialismo”, na visão marxista, era entendido como etapa de transição para o comunismo, diferenciando-se do capitalismo por três características: *i)* propriedade pública exercida pelo partido-Estado; *ii)* planejamento central; e *iii)* mecanismos estatais redistributivos para reduzir a inequidade e a exploração.

Na interpretação chinesa, o sistema socialista moderno admitia a existência de setores não-estatais, à exemplo da propriedade coletiva e privada, em um sistema misto que conciliava o mercado livre com o controle estatal extensivo. Quanto às “características chinesas”, elas se referiam à realidade da China. Segundo Deng, o socialismo não podia ser aplicado em todos os lugares do mesmo modo, uma vez que o modelo econômico adotado visava a solucionar os problemas domésticos e externos do país. A lógica da especificidade chinesa implicava, portanto, na realização de um padrão singular de reformas, tendo por objetivo alcançar a modernização econômica e o desenvolvimento.

No XIII Congresso do CCPCC, em 1987, o então secretário-geral do Partido, Zhao Ziyang, sustentava que a RPC ainda se encontrava no “estágio primário” do socialismo:

“O socialismo na China nasceu de uma sociedade semicolonial e semifeudal, e seu nível de produtividade fica muito atrás das nações capitalistas industrializadas. Em consequência, a China deve seguir um estágio primário extremamente longo de maneira a obter a industrialização e a comercialização, a socialização e a modernização da produção que outros países atingiram por meios capitalistas”.

Algumas inovações institucionais implementadas no período de reformas pós-1978 buscavam autonomia econômica, eficiência e responsabilidade do governo chinês para atingir os objetivos do desenvolvimento econômico. A estabilidade política era considerada condição necessária para atingir o rápido crescimento econômico. Esses dois elementos permitiriam o aumento do padrão de vida da população e da riqueza nacional como meio de fortalecer a legitimidade do Partido, e a proeminência do Estado sínico.

O gradualismo, na sequência de reformas econômicas, foi característico a esse processo. Essa abordagem era consequência da insegurança vivida nas últimas décadas do maoísmo, que afetou não só a população chinesa, mas também os próprios dirigentes que lideraram o período inicial das reformas. Apesar da grande popularidade, houve dois tipos de reações negativas. Os conservadores do Partido criticavam o reformismo por incorporar elementos capitalistas, enquanto outros grupos pediam mudanças no sistema político.

A primavera do movimento democrático chinês iniciou-se pelo movimento *dazibao*²⁹ em Pequim, ao final do ano de 1978, e espalhou-se pelas principais cidades da China. Wei Jingsheng, eletricitista e manifestante destacado, colocou o pôster da “Quinta Modernização” no Muro da Democracia. As demandas incluíam liberdades civis, direitos econômicos básicos e maior liberdade vis-à-vis o partido-Estado. Os movimentos de protesto foram tolerados apenas enquanto se identificavam com as facções oponentes a Deng Xiaoping. A repressão ao Movimento da Democracia seria deflagrada pelo próprio Deng, em março de 1979, com a prisão dos líderes principais (BRODSGAARD, 1981).

O foco inicial das políticas econômicas orientou-se, entre 1978 e 1984, à agricultura e às áreas rurais. Uma das inovações institucionais autóctones seria o “sistema de responsabilidade familiar”³⁰. Devido ao decorrente aumento de produtividade da agricultura, houve significativa expansão de empresas em áreas rurais, um dos segmentos mais dinâmicos da nova economia.

O processo levaria também a intensa migração rural em direção às áreas urbanas e costeiras, em busca de melhores condições de trabalho e maiores remunerações. Esse contingente exerceria a função de mão-de-obra barata nas indústrias intensivas em trabalho nas áreas costeiras, bem como em serviços não especializados na construção civil, hotelaria, restaurantes entre outros. As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), por sua vez, seguiram um padrão gradual de experimentação em regiões delimitadas - inspiradas na experiência de Taiwan e da Coreia do Sul - e expandiram-se, a partir de bons resultados iniciais, por toda a China.

²⁹ Os cartazes colocados no “Muro da Democracia”, em Pequim, classificavam-se como *dazibao*, ou *xiaozibao*, sendo o primeiro maior e mais importante (BRODSGAARD, 1981, p. 748).

³⁰ Esse sistema havia sido banido pelo regime maoísta que o considerava “crime”.

2.2.2 Reformas Rurais: o Sistema de Responsabilidade Familiar

A área rural foi pioneira entre as políticas liberalizantes na China, e seu êxito sancionou a continuidade e o aprofundamento das mudanças na economia³¹. A forte pressão governamental pregressa sobre os agricultores, ao longo do processo revolucionário - em favor do incremento das metas de produção de grãos e matérias primas, da elevação das cotas de produtos agrícolas de fornecimento compulsório ao governo e da concomitante redução dos preços desses produtos - implicou em resistência campesina a essa “barganha sem atrativos” (NAUGHTON, 2007, p. 89).

Depois de uma década de devastação da economia rural (como reflexo da Revolução Cultural), os líderes reformistas puderam atender aos apelos dos agricultores quanto à “contratação de quotas de produto às famílias”, uma vez que não havia grupos de interesse poderosos na agricultura³². Em 1979, toda terra agrícola era de propriedade do ‘coletivo’.

Em substituição ao regime comunal, foi estabelecido o “Sistema de Responsabilidade Familiar” (*jiating chengbao jingyingzhi*) na produção agrícola que emergira de maneira espontânea entre camponeses de áreas pobres³³. Acordos de vários tipos passaram a se disseminar, sendo dominante as “duas contratações”, ou seja, ‘contratar quota de produto a cada família’ e ‘contratar responsabilidade a cada família’ com remuneração proporcional ao produto gerado (WU, *op. cit.*, p. 113-114).

A transformação das formas de organização da produção agrícola ocorreu de forma gradual, em processo que culminou com a extinção das Comunas Populares³⁴ em 1982. Famílias de agricultores adquiriam, assim, relativa autonomia decisória, em termos de alocação de insumos e liberdade de comercialização da produção agrícola extra (o estoque de grãos acima da cota contratada), excetuado o direito de dispor da terra.

³¹ Em 1978, 250 milhões de agricultores chineses viviam em pobreza extrema, e representavam mais de 30 por cento dos residentes no campo (WU e MA, 2016, p. 79).

³² Em decisão da Plenária de PCC, de dezembro de 1978, criticavam-se os erros “esquerdistas” na agricultura e a necessidade de retificar essa conduta em favor dos milhões de agricultores chineses (WU, *op. cit.*, p.112).

³³ O primeiro registro dessa prática ocorreu secretamente em Fengyang, na província de Anhui, em dezembro de 1978, quando vinte camponeses representando vinte famílias firmaram suas impressões digitais em contrato que dividia a terra comunal entre o grupo (QIAN, 2006, p. 232). Em uma primeira fase, os contratos definiam responsabilidades específicas para um produto determinado, no caso o algodão.

³⁴ A coletivização rural introduzida em 1958 ainda era praticada, e os agricultores trabalhavam em grupos de cerca de quarenta pessoas. O agricultor não recebia compensação por trabalhar mais, e qualquer acréscimo era dividido com os demais (CHOW, 2002, p. 129).

O sucesso da iniciativa (associada aos concomitantes estímulos de preço) fez com que mais de 80 por cento das famílias camponesas aderissem ao sistema, ainda em 1982, ao mesmo tempo que a produção de grãos e de oleaginosas expandiu-se do interior para o litoral, em 1984, quando 97 por cento das famílias já haviam aderido ao sistema (RODRÍGUEZ y RODRÍGUEZ, 2007, p. 268).

A produção agrícola, entre 1978 e 1984, passou por transformações sem precedentes desde a criação da RPC³⁵, e a criação de animais e os experimentos na piscicultura também obtiveram grande expansão³⁶. As reformas no campo e os instrumentos de política que delas derivaram convergiram na esfera institucional e/ou legal - dando maior segurança aos produtores quanto às regras de conduta - e, assim, incentivando a produção.

O período em que a industrialização chinesa era travada pela fraqueza da agricultura parecia superado, e seu bom desempenho refletiu-se na melhora do padrão de vida da população. Um dos incentivos a essa rápida expansão foi o aumento dos preços agrícolas³⁷, tendo por consequência substancial incremento da renda real dos agricultores³⁸ (entre 1978 e 1983, a renda rural quase dobrou, enquanto a renda urbana cresceu 42.7 por cento). Adicionalmente, até 1985, o Estado garantiu a compra do excedente dos grãos produzidos, com bônus de 50 por cento (Ibid.)

A reforma da organização agrícola representou uma inovação institucional decisiva e de rápida implementação (cerca de cinco anos). Alterações de cunho legal ocorreram, dado que essas reformas se apoiavam na pactuação de contratos de uso da terra (o sistema de propriedade coletiva da terra não se modificara), que passaram a ter duração mais longa, e para um número crescente de produtos agrícolas.

O sistema de responsabilidade familiar passou a ser o principal elemento de proteção social no campo, uma vez que as famílias podiam extrair parte de sua subsistência da terra, pela outorga de quatro direitos: “posse, uso, benefício e disponibilidade (exceto para venda) da terra designados em contratos com os camponeses” (ZHANG, 1999, p. 80).

³⁵Em 1984, a produção de grãos atingiu 407 milhões de toneladas, um terço maior do que a de 1978.

³⁶A criação de animais expandiu-se em mais de 50 por cento, enquanto os laticínios triplicaram (Ibid.)

³⁷Entre 1978 e 1983, os preços de compra de produtos agrícolas pelo Estado aumentaram 47,7 por cento, enquanto os preços no varejo subiram 16,7 por cento (MORAIS, 2011, p. 82).

³⁸Na colheita de 1979, os preços pagos pelo Estado pelos grãos da cota obrigatória aumentaram 20 por cento, e o prêmio oferecido pela produção excedente ultrapassou 50 por cento (Ibid.)

Segundo Morais (2011, p. 77), “a terra garantida a todas as famílias rurais também será o principal componente a distinguir o caso chinês de outros países em desenvolvimento: a inexistência de uma classe de miseráveis, ou muito pobres, sem renda e sem terra”. A estrutura rural chinesa foi fragmentada em lotes de pequena extensão (em média 0,7 hectare por família), com a criação de 200 milhões de pequenos lotes (Ibid., p. 65).

A redução radical da pobreza na China rural, em curto espaço de tempo, foi o resultado mais destacado dessa iniciativa pioneira. Em cinco anos (1980-1985), a pobreza reduziu-se de 76 para 23 por cento da população rural (considerando-se uma linha de pobreza de RMB 850 para área rural), equivalente a mais de quatrocentos milhões de chineses saídos da miséria (RAVALLION & CHEN, 2004). De outra parte, a migração rural seguia controlada pelo sistema de registro populacional (*hukou*)³⁹.

A mudança estrutural da economia chinesa, nesse período pioneiro das reformas⁴⁰, deu-se a favor do setor primário (agricultura, criação de animais, piscicultura e florestas). Em termos tecnológicos, a modernização agrícola na China ocorreu pela introdução de tecnologias “poupadoras de terra” (a terra agriculturável chinesa equivale a apenas 10 por cento do território). Em outras palavras, mimetizou-se o padrão japonês (‘quimicalização’), com uso intensivo de fertilizantes, irrigação e sementes modificadas, além da intercalação de diferentes culturas ao longo do ano⁴¹.

Se antes de 1978 cerca de metade das receitas governamentais eram oriundas da agricultura, com a reforma, cerca de 23 por cento do total dos ativos na área rural em 1992 pertenciam aos agricultores. Segundo Wu (2005, *op. cit.*, p. 118), esse patrimônio materializou-se de três formas: “*i*) como propriedade individual (poupança, casas, meios de produção); *ii*) pelo direito de uso da terra, que era arrendada por prazos longos; *iii*) incorporado ao capital humano, como a capacidade de auto-gestão e a mudança de mentalidade e de atitudes, como viajar e procurar emprego”

³⁹ Em 1985, a população chinesa com registro urbano era de 20 por cento, enquanto o contingente de habitantes urbanos atingia 23,7 por cento (em consequência, os migrantes sem registro eram estimados em 3,4 por cento, uma proporção ainda pequena quando comparada as décadas seguintes (Ibid., p. 85).

⁴⁰ A participação do setor primário no PIB chinês expandiu-se de 28,2 para 32,1 por cento, entre 1978 e 1984, mantendo-se em 25 a 28 por cento até 1990, quando começou a declinar acentuadamente (Ibidem).

⁴¹ A área irrigada duplicou entre 1952 e meados dos anos 70, mantendo-se estagnada até o final da década de 1980 (sobretudo pelo desmonte das comunas). O uso de fertilizantes químicos dobrou, entre 1978 e 1983, mas a produção de pesticidas declinou (em 1983, ela representava 1/3 do total de 1978) (Ibid., p. 78).

2.2.3 Inovações Institucionais: a criação de TVEs Rurais

A opção criada aos agricultores de alocar seu tempo de trabalho da maneira mais conveniente fez com que o aumento na produção de grãos fosse concomitante à redução do tempo de trabalho gasto nessas lavouras. Em outras palavras, a produtividade do trabalho campesino aumentou com o novo sistema. Como resultado, houve expansão das culturas comerciais (frutas, legumes e verduras) e, também, dos empreendimentos não-agrícolas.

Outra importante inovação institucional do período foi a criação de empresas rurais controladas pelos governos de municípios (*township, xiāng*)⁴² e de aldeias (*village*) - as TVEs⁴³. A maioria delas era ‘coletiva’, ou seja, de propriedade pública⁴⁴, uma forma de controle empresarial sem respaldo jurídico à época, deixando dúvidas quanto aos direitos de propriedade. O surgimento das TVEs refletia o desenvolvimento da economia de mercado na China.

Inicialmente dispersas espacialmente e tecnologicamente atrasadas, elas receberam os trabalhadores liberados das comunas, que tinham liberdade de colocação em atividades não-agrícolas, sendo então alocados às TVEs. O emprego nessas firmas rurais expandiu-se rapidamente, alcançando 135 milhões de pessoas em 1996 (contra 28 milhões, em 1978), e seu valor adicionado expandiu-se para um quarto do PIB (6 por cento, em 1978) (NAUGHTON, 2007, p. 275).

Em paralelo, os rendimentos das atividades agrícolas sob o novo sistema podiam ser aplicados como investimentos em indústrias rurais. Novas demandas por bens de consumo, derivadas do aumento de renda agrícola, também abriam mercado às TVEs. Em consequência, a participação das atividades não-agrícolas na renda rural per capita elevou-se de 7,6 para 24,6 por cento, entre 1978 e 1985 (Ibid.).

⁴² As municipalidades e as aldeias representam, respectivamente, o quarto e o quinto nível administrativo da divisão política da RPC. O governo de uma *township* era responsável, formalmente, pelo desenvolvimento econômico local, planejamento, manutenção de estradas locais, planejamento familiar (implementação da política de um só filho), saneamento e saúde etc.

⁴³ Em março de 1984, as antigas empresas das comunas e das brigadas foram renomeadas TVEs, de maneira a conferir legitimidade às empresas rurais.

⁴⁴ Não confundir com as cooperativas de trabalhadores. Ao dissolver-se os ‘coletivos’, ao início da década de 1980, suas funções foram repassadas a domicílios individuais ou aos governos locais, em substituição às antigas comunas. Os líderes locais, selecionados por instâncias superiores em nível de municípios, definiam os administradores das TVEs. Os residentes locais não tinham parte direta nessas empresas, nem direitos de participar em sua administração (NAUGHTON, 1994, p. 267).

A rápida disseminação das TVEs no interior da China tinha incentivo governamental. A oferta de crédito para a criação dessas firmas era abundante, com destaque para a atuação do Banco Agrícola da China e das cooperativas de crédito rural⁴⁵. Adicionalmente, as atividades das TVEs concentraram-se em segmentos industriais de baixa intensidade de capital e ampla utilização de mão-de-obra⁴⁶, protegidos da concorrência externa.

Os volumes de produção das TVEs não estavam integrados aos planos governamentais e, por consequência, podiam suprir demandas não atendidas, ou gerar alguma competição às empresas estatais (*State-Owned Enterprises*, SOEs). A participação das firmas rurais no total da produção industrial chinesa expandiu-se de 9 por cento, em 1978, para 16 por cento em 1985, quando quase não havia empresas privadas (NAUGHTON, 1994, p. 267).

As vantagens das TVEs *vis-à-vis* as SOEs eram várias. Os preços praticados pelas primeiras refletiam a dotação real dos fatores produtivos, como trabalho abundante (barato) e capital e recursos naturais escassos (caros). Isso induzia a escolha das tecnologias de produção apropriadas a essas condições (implicando em desvantagens para as estatais, devido ao maior custo de capital e às tecnologias intensivas em recursos dessas últimas).

As TVEs mantinham-se lucrativas, também, devido às distorções do próprio sistema socialista. As margens de lucro na manufatura eram altas, dado o controle de preços pelo Estado, orientado a garantir elevado retorno às SOEs, e também por atender a determinados nichos de mercado. Adicionalmente, a taxação era reduzida para as TVEs (6 por cento de imposto sobre os lucros, em 1980), de maneira a fomentar a industrialização rural.

Diante da insuficiência de desenvolvimento dos mercados, à época, vários tipos de colaboração interindustrial ocorreram. Algumas TVEs concentraram-se nas periferias das cidades⁴⁷, sendo subcontratadas por firmas urbanas, que lhes proviam tecnologia e equipamentos, ou atuavam como fornecedoras da indústria estatal. Governos locais intermediavam o acesso das *startups* ao capital, reduzindo o risco dos emprestadores (a

⁴⁵ O *Agricultural Bank of China* (ABC), criado em 1983, era orientado a conceder recursos para residentes rurais engajados em atividades não-agrícolas, bem como às cooperativas de crédito rural que, em 1985, respondiam por quase metade dos empréstimos às TVEs, operando muitas vezes em operações conjuntas com o ABC (Huang, 2008, p. 147-148 apud MORAIS, 2011, p. 92).

⁴⁶ Como têxteis, processamento de alimentos, moveleiro, ferramentas, insumos para construção civil e máquinas simples destinadas ao mercado rural local em expansão (Ibid.).

⁴⁷ Em 1988, três províncias chinesas – Jiangsu, Zhejiang e Shandong – respondiam por 17 por cento da população rural, e por metade da produção total das TVEs em toda a China (RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 269).

poupança familiar era elevada), mediante a geração de recursos para a produção com alguma mecanização, de maneira que essas firmas usufríssem de economias de escala.

Os benefícios derivados do crescimento das TVEs revertiam-se às comunidades rurais. Os lucros eram, majoritariamente, retidos nas empresas para serem reinvestidos; os empregos, gerados localmente, e receitas, destinadas a serviços sociais prestados pelo governo. A orientação governamental era desenvolver a economia local, sem recurso à privatização, quando as TVEs adquiriam papel dinâmico na transição econômica.

Esses ensaios pioneiros de *marketização* foram escolhidos como alternativa a um processo de privatização precoce (como ocorreu na experiência de outras economias socialistas, como as do leste europeu). Na visão dos dirigentes, essa última opção teria impactos incomensuráveis, dada a extensão territorial da China e o precário desenvolvimento das instituições para gerir esse processo.

Apesar da expansão e da mudança estrutural na produção e na renda agrária (refletida em novos hábitos de consumo dos camponeses), as ações adotadas foram consideradas insuficientes para promover a modernização do meio rural. Desse modo, no biênio 1985/86, o governo passou a conceder apoio à industrialização no campo e à prestação de serviços básicos no meio rural (RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 274).

Uma das razões dessas medidas tinha conotação territorial específica à realidade chinesa, uma vez que a diretiva política de contenção da população no campo (*hukou*) seguia vigente, para evitar a migração maciça às grandes cidades. Outra razão do projeto era a proposta de que a indústria rural fosse fator de “absorção, difusão e, se possível, de geração de técnicas e tecnologias”⁴⁸.

O setor de empresas rurais foi ampliado para incluir grupos de empresas individuais e familiares (ou seja, empresas privadas), depois de 1983. Nos próximos cinco anos, a produção das TVEs ampliou-se cinco vezes, enquanto no período anterior, entre 1978 e 1983, havia duplicado. Isso explica o ufanismo de Deng ao declarar a esse respeito “a maior realização (das reformas) não previstas foi o desenvolvimento das empresas rurais”.

⁴⁸ A Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia (depois de 1998, Ministério da Ciência e Tecnologia). Tornou o plano experimental para regiões atrasadas em plano estratégico de desenvolvimento rural, que integrou o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do VII Plano Quinquenal (1986-90) (Ibid., p. 276).

2.2.4 Reformas do Setor Externo

A China inaugurou uma nova etapa de relações econômico-comerciais com o mundo exterior, a partir de 1978, tendo por objetivo obter tecnologias, empréstimos e ajuda financeira, bem como atrair novos investimentos e gerar reservas externas. Os níveis de comércio internacional da RPC, que caíram a seu nível mais baixo em 1976 (refletindo a crise no entorno da sucessão de Mao e os efeitos do terremoto em Tangshan), rapidamente expandiram-se no triênio 1978/80 (tabela 4).

Tabela 4:

CHINA: Comércio Exterior, 1975-1980 (US\$ milhões)

Ano	Total	Exportações	Importações
1975	14.575	7.180	7.395
1976	13.275	7.205	6.010
1977	15.055	7.955	7.100
1978	21.100	10.000	11.100
1979	30.300	14.100	16.200
1980	36.400	17.933	18.466

Fonte: *China National Foreign Assessment Centre* apud MacDOUGAL p.153.

Arranjos inimagináveis no período maoísta (qualificados de “semicoloniais” e capitalistas), como o processamento e a montagem industrial controlados por firmas estrangeiras, a criação de *joint ventures* e, mesmo, a exportação de mão-de-obra chinesa para obras civis em outros países, foram progressivamente reintroduzidos, visando a gerar as divisas estrangeiras essenciais ao financiamento do processo de modernização da China.

Em 1979, políticas especiais e medidas de flexibilização foram adotadas nas províncias de Guangdong e Fujian, por proposta de Zhao e atuação direta de Deng, com o objetivo de tirar proveito da proximidade geográfica com Hong Kong e Macau. Em junho daquele ano, a lei das *joint ventures* entre empresas chinesas e parceiros externos foi aprovada, abrindo espaço para a associação com o capital estrangeiro, depois de duas décadas de isolacionismo do país.

Em 1980, quatro zonas econômicas especiais (ZEE) pioneiras foram criadas: três na província de Guangdong (Shenzhen, Zhuhai e Shantao), próxima a Hong Kong, e uma em Xiamen (província de Fujian), perto do estreito de Taiwan. Essas duas províncias colocaram-se na vanguarda do processo de abertura chinesa ao exterior, recebendo autorização do Conselho de Estado chinês para adotar políticas especiais (*teshu zhengce*) em relação ao capital estrangeiro com autonomia administrativa (*linghuo cuoshi*)⁴⁹.

A dimensão física das ZEEs chinesas era, propositalmente, muito maior⁵⁰ do que as instaladas em países vizinhos asiáticos, onde os espaços incentivados formavam-se como enclaves em economias de mercado. Adicionalmente, as ZEEs serviam de laboratório de experimentos às reformas econômicas chinesas e possuíam um alto nível de autonomia em um país de sistema burocrático planejado.

A liderança chinesa explorava as vantagens de cidades costeiras como Shenzhen, próxima a Hong Kong, Macau e Taiwan, e origem de grande número de chineses ultramarinos. As facilidades ali encontradas⁵¹ criavam ambiente para a economia de mercado, de maneira a atrair investimentos, tecnologia e gerenciamento externos para o desenvolvimento de indústrias orientadas à exportação.

A China buscava incrementar o comércio compensado⁵², que se mostrou viável em pequena escala mediante a parceria com firmas estrangeiras⁵³ e entre empresários de Hong Kong e da China continental. O processamento e a montagem de produtos iniciou-se nas ZEEs de Shenzhen (próxima a Hong Kong)⁵⁴ e Zhuhai (próxima a Macau). Os sócios estrangeiros forneciam matérias primas, partes, e mesmo equipamentos à contraparte local. A fábrica chinesa, mediante remuneração pelo processamento, devolvia o produto acabado à contratante e amortizava o custo do maquinário (ZHOU, *op. cit.*, p. 168).

⁴⁹ As ZEEs podiam reter moeda estrangeira após recolher 30% do valor das exportações (QIAN, *op. cit.*, p. 233).

⁵⁰ A ZEE de Shenzhen, particularmente, tinha um projeto abrangente, que incluía turismo, moradia, e outros serviços para os egressos de Hong Kong (NAUGHTON, 2007, p. 408).

⁵¹ Como tratamento fiscal diferenciado, simplificação de processos administrativos, terrenos grátis e outros.

⁵² O termo “comércio compensado” é utilizado para descrever transações comerciais internacionais onde parte ou todo o pagamento da aquisição de bens e serviços se faz por meio de troca por outros bens e serviços, em lugar da intermediação monetária (“comércio sem dinheiro”).

⁵³ Um caso típico ocorreu na Feira do Cantão, em 1979, quando uma firma alemã forneceu maquinário para instalação de uma fábrica de papel de parede plastificado em Shenyang. Toda a produção destinava-se ao mercado externo, com parte da produção alocada ao fornecedor das máquinas (Ibid.).

⁵⁴ Chineses expatriados criaram pequenas fábricas para processamento ou arranjos de comércio compensado. Shenzhen, firmou um contrato com firma de Hong Kong para a montagem de ônibus.

Negócios conjuntos com capitais estrangeiros (*joint equity ventures*) foram autorizados nesses “enclaves” da costa chinesa, de modo a incrementar investimentos e a incentivar a transferência de tecnologias, com expressiva participação de capitais chineses de ultramar vindos de Hong Kong (60 por cento), Macau e Taiwan.

Em 1984, o governo chinês anunciava a abertura ao exterior de mais quatorze cidades portuárias costeiras (incluindo Xangai), bem como da ilha de Hainan⁵⁵. Zonas de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico (ZDTE) ofereciam os mesmos incentivos de suas precursoras, e eram encorajadas a barganhar novos investimentos diretos⁵⁶.

Essa expansão contribuiu para o crescimento das exportações chinesas e a atração de capital e de tecnologia estrangeiros. Participar da forte competição no mercado internacional, de outra parte, permitia às firmas chinesas a compreensão dos negócios com o senso de urgência adequado, ao mesmo tempo que pressionava a melhora de qualidade dos produtos e a redução dos custos de produção. Da mesma maneira, a participação competitiva no mercado externo aproximava os preços domésticos aos internacionais.

A diferenciação entre funções governamentais e das empresas encarregadas do comércio exterior foi definida, com a criação de novas corporações estatais de comércio e investimento (CITIC e Everbright), mantendo-se o controle governamental sobre produtos estratégicos⁵⁷. Em paralelo, elevava-se a tarifa alfandegária de mercadorias cujas importações se queriam coibir (até 100% *ad valorem*).

Os fluxos de investimento estrangeiro à China, contudo, foram marginais⁵⁸ até 1983. A quase totalidade do investimento externo direto (US\$7,4 bilhões), entre 1979 e 1985, orientou-se a oito províncias costeiras, excetuando-se os recursos destinados à Shandong e às municipalidades especiais - Pequim, Tianjin e Xangai (RODRIGUEZ, *op. cit.*).

Acordos de comércio foram assinados com a, então, Comunidade Econômica Europeia (CEE) e com o Japão. Enquanto a convenção com os europeus tinha caráter político, a

⁵⁵ Hainan tornou-se província independente, a partir de 1988, e a maior ZEE do país.

⁵⁶ Xangai aprovou projeto da empresa 3M visando estabelecer uma subsidiária totalmente controlada, embora não houvesse provisão na lei chinesa para empresas estrangeiras fora das ZEEs (NAUGHTON, 2007, p. 409).

⁵⁷ O Ministério do Comércio controlava oitenta por cento das exportações e dois terços das importações, em 1984, cujos volumes e destinos eram definidos no plano central (González, 1999, *apud* RODRIGUEZ, p. 350).

⁵⁸ A RPC contava com remessas enviadas pelos “chineses de ultramar”, sobretudo, do sudeste asiático, utilizadas tanto para reservas, quanto para projetos de inversão (Ibidem).

negociação com os japoneses apresentava números definidos: prazo (1979-1985); trocas previstas de US\$10 bilhões em cada direção e aquisição de plantas industriais e tecnologias japonesas (estimadas em sete bilhões de dólares). A China comprometeu-se a vender petróleo e carvão ao Japão (rompendo o paradigma de não exportar matérias primas).

Restrições financeiras e de divisas limitavam, porém, as iniciativas chinesas, levando a RPC a negociar a expansão do crédito externo⁵⁹, bem como a desenvolver mecanismos de intercâmbio que aumentassem o ingresso de divisas. Ajuda financeira externa também foi obtida seguindo a adesão da China às instituições financeiras de Bretton Woods em 1980, enquanto o Banco da China passava a atuar de maneira agressiva no mercado externo⁶⁰.

Naquele ano, a China obteve tratamento de nação mais favorecida (NMF) pelos Estados Unidos, com resultante redução das tarifas norte-americanas sobre têxteis e vestuários “*made in China*”. Os custos muito inferiores e o câmbio chinês desvalorizado, adicionalmente, exerciam atrativo para o deslocamento de capitais de Hong Kong, Taiwan e Japão às ZEEs chinesas, dadas as altas taxas de lucro ali usufruídas.

Apesar da resistência das facções conservadoras do PCC às ZEEs (notadamente Chen Yun), a partir de 1988, o processo ampliou-se com a abertura ao capital estrangeiro de regiões fronteiriças, cidades do delta do rio Yangtzé e do rio das Pérolas. Em 1990, a ZEE de Putong (‘a cabeça do dragão’) foi criada em Xangai, mais avançada, podendo acolher empresas de serviços e bancos estrangeiros, com prerrogativas de negociar em moeda local.

O acesso ao crédito preferencial ocorreu quando a China - em decisão pioneira entre os países socialistas - ingressou no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial (BM), tornando-se a maior recipiente mundial desses recursos. Como resultado, a poupança externa e as exportações tornaram-se fundamentais na sustentação das altas taxas de crescimento da China ao longo da década de 1980.

⁵⁹ O projeto da grande usina siderúrgica de Baoshan (US\$ 2,6 bilhões), próxima a Xangai, foi renegociado para pagamento a crédito, e colocado no acordo comercial de longo prazo com o Japão, reduzindo a necessidade da compra de equipamentos. Ao fim de 1979, Pequim obteve recursos subsidiados de US\$1,5 bilhões dos japoneses para projetos de infraestrutura e, a seguir, empréstimos sem juros do governo belga (com carência de 10 anos) para aquisição de equipamentos de geração de energia (Ibid., p. 164-166).

⁶⁰ Depois de realizar acordo pioneiro com bancos ingleses, o Banco da China fechou acordo de captação de crédito de US\$ 26 bilhões proveniente de bancos e governos ocidentais, em meados de 1979 (Ibid.).

2.2.5 Reformas Urbanas

A maior autonomia das empresas foi um dos aspectos centrais das reformas propostas por economistas e formuladores da política econômica sênica, em convergência com as ideias pioneiras de Sun Yefang (1908-1983), economista proeminente que fora perseguido por suas propostas de orientação ao mercado. Li Xiannian (1909-1992), vice *premiê* do Conselho de Estado, defendia a descentralização, tanto em nível dos governos locais quanto das empresas agrícolas e industriais, por ocasião da Terceira Sessão Plenária do XI Congresso do PCC, a mesma que reabilitara Deng Xiaoping (WU, *op. cit.*, p. 58).

Em outubro de 1978, a província de Sichuan foi pioneira em conceder maior liberdade empresarial, sob o comando do, então, secretário provincial do partido Zhao Ziyang. Seis empresas estatais foram selecionadas para a experiência piloto de expandir a autonomia, delegar poder e reter lucros, com bons resultados.

No ano seguinte, cem SOEs incorporaram-se à experiência, que incluía o direito de produzir e vender produtos ao mercado, uma vez cumprida a cota definida no Plano. As empresas tinham autoridade de nomear administradores de escalão médio sem aprovação estatal, além de reter parte dos lucros sobre produção adicional (QIAN, *op. cit.*, p. 234).

Em julho de 1979, o governo central expandiu a experiência de Sichuan em nível nacional. Em 1980, cerca de sessenta por cento das SOEs (em termos de valor da produção) aderiram aos experimentos com autonomia parcial para expandir o produto e os lucros⁶¹. Contudo, as limitações da iniciativa começaram, então, a evidenciar-se.

A autonomia não foi acompanhada de aumento da competição entre as estatais e o sistema de preços não refletiu o grau de escassez das mercadorias. As metas de crescimento da produção continuavam elevadas, gerando pressão sobre os investimentos que levaram a déficits fiscais e à desorganização econômica. A reforma das SOES estagnou, assim, fortalecendo a posição dos defensores dos interesses estabelecidos no planejamento estatal, ao rejeitar-se, politicamente, o papel suplementar do mercado (WU, *op. cit.*, p. 63).

⁶¹Os lucros retidos distribuíam-se em três fundos destinados a diferentes propósitos: bem-estar (p.ex. moradia), bônus e desenvolvimento da produção, com autonomia das empresas nessa distribuição.

Permitir a expansão dos setores não-estatais era tema politicamente sensível na China dos anos oitenta. Contudo, na prática, a taxa de crescimento do produto industrial dos segmentos não-governamentais era o dobro do setor estatal. Em 1984, as empresas não-estatais já representavam um terço da produção industrial, e canais regulares de oferta e de comercialização ao mercado eram requeridos⁶².

Em 1979, o Conselho de Estado adotara diretiva que garantia às SOEs um limitado poder de venda e precificação dos produtos que excedessem as quotas planejadas, abrindo, assim, uma segunda via (de mercado) para a circulação de mercadorias. Em janeiro de 1985, foi autorizado às empresas vender e comprar produtos - que superassem a cota planejada - a preços de mercado, oficializando-se o “sistema de duas vias” (*shuangguizhi*).

Instituíam-se, desse modo, a coexistência do Plano tradicional e do canal de mercado na alocação de cada bem. Os preços dos produtos e as quantidades alocadas ao Plano governamental ficaram congelados. A maioria das estatais chinesas atendia a metas compulsórias de produção, e a oferta excedente (acima do estabelecido no plano) podia ser comercializada a preços flexíveis, introduzindo-se uma *proxi* do sistema de mercado⁶³.

Esse sistema tornou-se compatível com a estratégia de desenvolver setores não-estatais. Com essa expansão, a quantidade de mercadorias em circulação crescia “além do plano” governamental⁶⁴ (“*grew out of the plan*”, NAUGHTON, 1995). Em paralelo, promoviam-se a autonomia das empresas estatais e os incentivos à lucratividade, quando os sistemas de responsabilidade contratual (*chengbao zhi*) tornaram-se plurianuais.

Não obstante, era comum que indivíduos com fortes conexões políticas se valessem dessas medidas para auferir ganhos econômicos em benefício próprio (“*rent-seeking*”), conectando-se a grupos partidários⁶⁵ para bloquear futuras reformas liberalizantes pró-mercado. A corrupção gerava, assim, ressentimentos na população e instabilidade social.

⁶² A economia planejada da China pré-1979 possuía forte controle administrativo, devido à escassez de mercadorias, sob a forma de cupons de racionamento para atender as necessidades diárias da população.

⁶³ Em contraste, a importância crescente das firmas coletivas, privadas e de investimento estrangeiro deve ser considerada à parte, uma vez que foram orientadas ao mercado desde sua origem (WONG 1996).

⁶⁴ Para que o sistema continuasse a fluir, os planejadores pactuavam contratos individuais com cada empresa estatal, e a tributação era específica para cada firma individual (NAUGHTON, 2008, p. 97).

⁶⁵ Em 1984, empresas de importação-exportação deviam seguir o ‘sistema de agenciamento’ para importações, ao vendê-las no mercado doméstico pelo preço internacional mais uma margem (*mark-up*).

Na visão de Wu (2005, p. 71-74), o sistema de duas vias tornou-se um obstáculo ao crescimento futuro dos setores não-governamentais pelos seguintes motivos:

- i) a condição financeira das SOEs deteriorou-se⁶⁶, enfraquecendo o setor estatal;
- ii) a persistência de grandes déficits fiscais fez da inflação um desafio constante;
- iii) a coexistência de dois sistemas (planejamento socialista e economia de mercado) provia muitas oportunidades para *rent-seeking*, e outras formas de corrupção;
- iv) a desigualdade social ampliava-se, apesar do aumento da renda média.

Para fazer frente a esses desafios, reestruturações sucessivas do Conselho de Estado⁶⁷, com eleição de novos membros, concomitantemente às mudanças organizacionais e de estrutura, foram adotadas para reduzir o aparato governamental na economia. A Comissão para a Reestruturação Econômica Estatal (CREE), criada em junho de 1983, durante a Sexta Assembleia Popular Nacional, desde então, passou a ter atuação decisiva na formulação e na aplicação da estratégia reformista.

A redefinição das funções do Partido e do governo, bem como da relação desses com os atores econômicos significava delimitar responsabilidade em questões como emprego para a população e adequado apoio financeiro às empresas estatais (pela oferta de crédito, em lugar de recursos orçamentários)⁶⁸. Buscava-se, desse modo, transformar incentivos ideológicos em materiais, com vistas a adequar-se à economia de mercado (Ibid., p. 309).

A reforma financeira eliminou o monopólio do Banco do Povo da China, que passou a atuar como Banco Central em 1983. As operações comerciais foram repassadas a quatro bancos então criados⁶⁹, que receberam autorização para competir entre si por depósitos e empréstimos às empresas, quebrando-se o controle monopolista em segmentos de mercado (QIAN, *op. cit.*, p. 236).

Contudo, o ministro do comércio exterior, protegido do líder Chen Yun, não implementou o sistema pois ele corroeria os lucros monopolistas das *trade companies* sob sua alçada (Ibid., p. 105).

⁶⁶ Em 1986, o Conselho de Estado decretou que os trabalhadores contratados por estatais, a partir de então, não teriam mais garantia de permanência na empresa (*life time jobs*), tendo por compensação maiores salários. A nova regra atingia 3,6 milhões de pessoas, ou 5 % do pessoal empregado naquele ano (Ibid., p. 319).

⁶⁷ Em 1998, ocorreu a maior reestruturação implicando na redução de cerca de quatro milhões de empregos, incluindo os governos provinciais e locais (Ibid., p. 312)

⁶⁸ A maior autonomia concedida às SOEs incluía decisões relativas à geração de emprego da mão-de-obra, desvinculando o Estado, ainda que parcialmente, da questão do desemprego urbano em expansão. Adotou-se maior austeridade financeira para essas firmas, com concessão de créditos (ainda que preferenciais) (Ibidem).

⁶⁹ O Banco Agrícola da China (ABC), o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), o Banco da China (BOC) para negócios em moeda estrangeira e o Banco da Construção do Povo Chinês (PCBC).

2.2.6 A iniciativa de reformas abrangentes

Na metade da década de oitenta, os setores econômicos não-governamentais já estavam bem desenvolvidos. Naquela ocasião, Deng Xiaoping propôs iniciar reforma abrangente do setor estatal. Em sua visão, a construção do socialismo com características chinesas deveria contemplar “reforma urbana que incluísse não apenas indústria e comércio, mas também ciência e tecnologia, educação e todo o tipo de esforço humano”.⁷⁰

Na terceira sessão plenária da XII Reunião do CCPCC, em outubro de 1984, foi adotada a decisão de implementar reformas abrangentes, com foco nas áreas urbanas, tendo em vista o “estabelecimento e a expansão de uma economia socialista de mercadorias”. Essa proposta foi incorporada ao VII Plano Quinquenal (1986-1990), submetido à Conferência Nacional do PCC, em 1985, requerendo reformas em três aspectos:

- “(a) transformar as empresas estatais em ‘operadoras de negócios’, com autoridade administrativa plena e responsabilidade por lucros e perdas;
- (b) aperfeiçoar o sistema de mercado; e
- (c) estabelecer controle macroeconômico por meios indiretos”.

No início de 1986, Zhao Ziyang, como *premiê* do Conselho de Estado, apresentou um plano tentativo de reforma sobre *i)* preços; *ii)* impostos, e *iii)* sistema fiscal, com a finalidade de “aperfeiçoar a administração macroeconômica para melhorar as condições de oferta sob a premissa de restringir a demanda” (*People’s Daily*). A reforma de preços deveria iniciar o processo, tendo por inspiração o modelo adotado pela Checoslováquia, nos anos sessenta: “primeiro o ajustamento, depois a liberalização” (Ibid., p. 78).

As reformas, contudo, sofreram resistências⁷¹, e acabaram restringindo-se a mudanças nas estatais, onde foram implementados os ‘cinco sistemas de responsabilidade/contratação’⁷². A coexistência da economia de mercado com a economia planificada socialista era, assim, perpetuada. Na visão de Wu (2005, *op. cit.*, p. 79) “a perda da oportunidade de ouro de levar adiante a reforma resultou na crise econômica de 1988, bem como nos distúrbios de 1989”.

⁷⁰ Deng, 1984 *apud* WU, *op. cit.*, p. 75.

⁷¹ Zhao abandonou a proposta indagando quem iria apoiar esse programa (NAUGHTON, 2008, p.105).

⁷² Ou seja: (i) sistema de contratação pela empresa; (ii) sistema de contratação pelo departamento; (iii) sistema de responsabilidade fiscal completa; (iv) sistema de responsabilidade do comércio exterior e (v) sistema de responsabilidade das quotas de crédito por região (Idem).

2.3 A Política Externa a Serviço do Reformismo Chinês

A nova estratégia de desenvolvimento da China requeria um ambiente geopolítico estável com os vizinhos asiáticos, as organizações econômicas internacionais e os países mais distantes. Para atingir as “quatro modernizações”, os reformistas buscaram conciliar a preservação doméstica do socialismo (sob a liderança do partido comunista) com o aprofundamento dos laços chineses com a economia capitalista internacional.⁷³

Quando assumiu a responsabilidade pela política externa, Deng Xiaoping enfrentou os mesmos dilemas da era maoísta: o expansionismo soviético na periferia da China⁷⁴ e o anseio norte-americano de se desengajar dos conflitos no sudeste asiático. Deng liderou várias missões internacionais⁷⁵, no biênio 1978-79, tendo em vista mudar a imagem externa da RPC e buscar alinhamentos. Na visão dos dirigentes chineses, Washington oscilava entre uma linha dura e acomodação com Moscou, que por sua vez era aliado da Índia e do Vietnã para conter e pressionar a China (SUTTER, *op. cit.*, ps. 66 e 189).

Representantes do governo chinês aproximaram-se de líderes conservadores, como o Xá do Irã e Mobutu do Zaire, na contenda contra a URSS. A assistência sínica aos países em desenvolvimento, bem como o apoio a grupo insurgentes na África e no Oriente Médio foram reduzidos, uma vez que recursos eram canalizados a sua própria modernização. A China tornava-se competidora por recursos financeiros do Banco Mundial, das agências de assistência das Nações Unidas e dos países desenvolvidos.

O Comunicado entre os Estados Unidos e a RPC, ao fim de 1978, formalizava o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países em 01 de janeiro de 1979. O governo Carter reconhecia o governo de Pequim, ratificando a China como legítima representante do povo chinês e aceitava que Taiwan era parte da China, encerrando as relações norte-americanas oficiais com o governo taiwanês, bem como o tratado de defesa.

⁷³ O *slogan* de Pequim era a busca de “uma política externa independente da paz” tendo por metas “preservar independência, soberania e integridade territorial” e “criar um ambiente internacional favorável às reformas da China, e sua abertura e modernização” (YAHUDA, 1993, p. 554).

⁷⁴ Ao final de 1978, Hanói assinou um tratado de segurança com Moscou e a seguir invadiu o Camboja (*Kampuchea*), sob a justificativa do “genocídio promovido pelo *Khmer* vermelho”.

⁷⁵ A primeira dessas missões teve por destino o Japão, para ratificar a normalização das relações diplomáticas entre os dois países ocorrida em agosto de 1978, na gestão de Fukuda (NAKAMURA, 1995).

Manifestações oficiais sublinhavam o interesse dos Estados Unidos em que o futuro de Taiwan fosse resolvido pacificamente, bem como assegurava a continuidade da venda de armas defensivas a Taipei. Em paralelo, o Congresso norte-americano aprovava o *Taiwan Relations Act* para salvaguardar os interesses norte-americanos na península⁷⁶.

O programa do governo Carter refletia o rompimento com a política realista dos governos republicanos anteriores, buscando a normalização⁷⁷ das relações com a China comunista, diante das pressões crescentes da União Soviética na África, no Oriente Médio, América Central e no sudeste e sudoeste asiático⁷⁸. A preocupação chinesa maior era a Indochina, definida pelo *premiê* Huang Hua como “o problema da hegemonia regional”.

O Vietnã ambicionava dominar o Camboja e o Laos, criando uma Federação Indochinesa com o apoio da URSS. De outra parte, embora os líderes chineses declarassem formalmente a não oposição ao acordo de limitação de armas entre as duas superpotências⁷⁹, esse era interpretado “como uma política de apaziguamento, em que a China não podia confiar” (YAHUDA, 1986, p. 43).

A visita diplomática de Deng aos Estados Unidos⁸⁰, em janeiro de 1979, no contexto da normalização do relacionamento entre os dois países, foi interpretada “em parte como viagem de negócios e, igualmente, intimidação à União Soviética e ao Vietnã⁸¹”, na medida em que aquele encontro de cúpula sugeria o alinhamento da China com o país capitalista líder (KISSINGER, 2011, p. 352-353).

⁷⁶ A criação do Instituto Norte-Americano em Taiwan, tendo por contraparte o Escritório de Representação Econômica e Cultural de Taipei, protegia os interesses comuns entre os dois países, uma vez que o relacionamento diplomático se encerrara. Acordos progressos foram respeitados, preservando o *status quo* de Taiwan na legislação norte-americana. O tratado referia-se apenas a ataques armados contra Taiwan como pré-requisito para acionar o apoio dos EUA ao país, cabendo ao executivo reportar a crise ao congresso norte-americano. Quanto ao fornecimento de armas, o tratado previu que o Congresso deveria se pronunciar nessas situações. A maior parte dos artigos da TRA não tinha poder vinculante (BUSH III, 2009).

⁷⁷ A normalização significava, na prática, que a embaixada americana se transferia de Taipei para Pequim, enquanto diplomatas de Pequim iriam substituir seus pares de Taipei em Washington.

⁷⁸ Essa posição era ratificada pela China quanto aos avanços do “social imperialismo” soviético “nos quatro cantos do planeta” (KISSINGER, *op. cit.*, p. 343).

⁷⁹ O SALT-1, Tratado de Limitação de Armas Estratégicas, foi firmado entre as duas potências em 1972. Proibia a construção de sistemas defensivos de mísseis ou antimísseis. O SALT-2 deu continuidade às negociações até 1979, e embora assinado pelos dois dirigentes, nunca foi ratificado pelo Senado dos EUA.

⁸⁰ Em Washington, Deng firmou acordos bilaterais com o anfitrião, incluindo ciência e tecnologia (Ibid.).

⁸¹ Ao final da visita, Deng submeteu ao presidente Carter uma “notificação à Casa Branca” de que a China pretendia ir à guerra contra o Vietnã, tendo como resposta “a desaprovação amena (de Carter), nuançada em um endosso vago, tácito”⁸¹ (Ibid., p. 354). O objetivo chinês declarado era “dar uma lição ao Vietnã”, pondo freio às ambições expansionistas daquele país para o futuro.

No mês seguinte, o exército chinês invadiu o norte do Vietnã⁸². A previsão de Deng de que a URSS não atacaria a RPC confirmou-se. A relativa passividade de Moscou foi interpretada, posteriormente, como sintoma da crise da União Soviética.⁸³ Na visão do primeiro-ministro de Cingapura, “a imprensa ocidental noticiou a ação chinesa como um fracasso. Eu acredito que ela mudou a história do Leste Asiático” (Lee, 2000, apud KISSINGER, *op. cit.*, p. 366).

O nacionalismo chinês implicava em elevados custos de guerra, necessidade de reforçar a defesa das fronteiras norte (com a União Soviética) e sul (com o Vietnã) e em aquisição de armas avançadas, bem como o uso de pessoal qualificado em projetos militares. A assertividade sínica era interpretada como incongruente, por desviar recursos importantes da modernização da economia civil doméstica (YAHUDA, *op. cit.*, p. 46-47).

O governo chinês obteve, contudo, benefícios em termos de capacitação militar, então considerada importante para o equilíbrio global e para a segurança nacional norte-americana. Em visita à China ainda em 1979, o conselheiro de segurança nacional norte-americano Brzezinski declarou que os Estados Unidos estavam dispostos a transferir tecnologias militares à China que não seriam disponibilizadas para os soviéticos.⁸⁴

Ao final de 1979, a União Soviética enviou tropas para invadir e ocupar o Afeganistão em apoio a um governo local pró soviético, com forte repercussão negativa entre os Estados Unidos e países aliados. O último ano de Carter e o início da administração Reagan destacaram-se pelo forte crescimento dos gastos em defesa e preparação militar. Os aliados europeus e o Japão também adotaram posições duras contra a URSS (SUTTER, *op. cit.*, p. 66).

A pressão doméstica chinesa, contudo, avivava-se contra o “envolvimento excessivo da China com os EUA, bem como a animosidade desnecessária com a União Soviética”⁸⁵. Políticos conservadores, como Chen Yun, defendiam a redução das hostilidades contra a URSS, bem como a menor influência da cultura ocidental na China (ROSS, *op. cit.*, p. 293).

⁸² A China invadiu o norte do Vietnã com contingente do Exército da Libertação do Povo (ELP) [...] semelhante em escala ao ataque chinês ao entrar na Guerra da Coreia, em 1950.

⁸³ A reação soviética foi condenar o ataque “criminoso” e enviar força-tarefa naval para o mar da China com limitado aporte de armas para Hanói, bem como reforçar patrulhas aéreas na fronteira sino-soviética (Ibidem).

⁸⁴ KISSINGER apud Memorandum of Conversation with Vice *Premiê* Deng Xiaoping. Beijing, 08/01/1980.

⁸⁵ O vice-*premiê* Li Xiannian argumentava que os “Estados Unidos eram uma potência imperialista”, exercendo o hegemonismo na política para Taiwan” (SUTTER, *op. cit.*, p.72).

O *status* chinês de nação mais favorecida (MFN, em inglês) pelos Estados Unidos, que havia sido suspenso em 1951, foi recuperado em 1980, embora a concessão necessitasse ser renovada anualmente segundo o acordo de comércio entre os dois países (-). Em paralelo, os atritos comerciais entre os Estados Unidos e o Japão se intensificavam, com a imposição de restrições às exportações de aço e automóveis ao mercado americano⁸⁶.

Ao perceber a forte determinação estratégica dos Estados Unidos e aliados contra o aparente declínio da União Soviética, a China adotou postura menos alinhada aos EUA. Adicionalmente, no plano político, observava-se no início da administração Reagan o aumento do apoio à autodeterminação de Taiwan no senado americano - um anátema para Pequim. Assim, em 1981, a RPC adotava a retórica da “política externa independente” com reaproximação aos países em desenvolvimento e ao movimento comunista internacional.

A recuperação econômica norte-americana, em 1983, era notória, mas o novo secretário de Estado George Schultz reduzia a importância da China para os Estados Unidos, dando maior prioridade ao relacionamento com o Japão e outros aliados no leste asiático⁸⁷. Para a liderança da RPC, entretanto, relações cooperativas com os Estados Unidos eram fundamentais, em face das pressões soviéticas.

Adicionalmente, o acesso chinês ao mercado norte-americano, inclusive à *expertise* técnica e financeira, poderia ser afetado, com repercussões negativas sobre outros países capitalistas importantes para a China, com destaque ao Japão. Os Estados Unidos, igualmente, exerciam forte influência sobre as instituições financeiras internacionais, de onde a RPC esperava receber ajuda essencial de bilhões de dólares nos anos oitenta para seu processo de modernização e desenvolvimento em recente implementação.

As conversações sino-soviéticas quanto à normalização das relações, em nível vice-ministerial, foram retomadas em outubro de 1982. Contudo, os encontros semestrais não avançavam quanto aos aspectos políticos e de segurança. Como pré-condição, a China exigia a retirada das forças soviéticas das fronteiras comuns aos dois países e da Mongólia.

⁸⁶ O Japão era criticado pela não-abertura dos mercados de seguros e financeiros (NAKAMURA, p. 245).

⁸⁷ Em sua visão, “pela primeira vez em anos, os aliados asiáticos, com destaque ao Japão, trabalhavam na contenção da ameaça militar soviética”. O primeiro-ministro Nakasone tomou a iniciativa de selar o relacionamento “Ron-Yasu” (Ibid.).

A RPC pedia, também, a retirada do apoio soviético à ocupação militar do Vietnã no Camboja e a saída das forças soviéticas do Afeganistão. Moscou, contudo, evitava compromissos e negava-se a discutir assuntos que afetassem terceiros países⁸⁸. Não obstante, em 1983, o vice-ministro de negócios estrangeiros Mikhail Kapitsa⁸⁹ visitou a China, firmando acordos que se restringiram às áreas de comércio, intercâmbio educacional e cultural e de transferência de tecnologia (SUTTER, *op. cit.*, p. 79-80).

Deng Xiaoping dispunha de maior grau de liberdade em conduzir a política externa do que em reger o complexo conjunto de reformas domésticas. Embora sem registro nos documentos formais disponíveis, ajustamento e moderação passaram a orientar a política externa sínica para os Estados Unidos (Ibidem). O governo chinês *de facto* reduzia a pressão quanto às divergências entre os dois países em encontros políticos ou diplomáticos.

Em consequência, a chancelaria chinesa respondeu afirmativamente ao pedido de encontro do secretário de defesa norte-americano, postergado há tempos, e também à troca de visitas do *premiê* Zhao Ziyang a Washington, em janeiro de 1984, bem como à visita presidencial de Reagan a Pequim, no mesmo ano. As críticas oficiais e informais da China quanto aos contatos entre Taiwan e os Estados Unidos tornaram-se menos intensas.⁹⁰

A visita de Reagan à RPC, no final de abril de 1984, deu grande visibilidade ao então candidato à reeleição presidencial norte-americana, seguindo-se à visita do *premiê* Nakasone. A expectativa chinesa era consolidar o relacionamento com os dois países, de maneira a assegurar os interesses econômicos e estratégicos chineses. Em paralelo, outro ataque militar ao Vietnã foi desencadeado pela China, concomitante à visita presidencial.

A China encontrava dificuldades em obter concessões da URSS ou, ao menos, reduzir a escalada da expansão militar do antigo parceiro na Ásia, durante a breve administração de Yuri Andropov (1982-1984), sucedido por Konstantin Chernenko, que se mostrou ainda mais rígido e descompromissado com as relações bilaterais. A visita do vice primeiro-ministro Arkphov, que fora assessor soviético na China nos anos cinquenta, em sequência à visita de Reagan, foi o encontro de mais alto nível desde 1969 (Ibid.).

⁸⁸ Mísseis de alta precisão (SS-20) eram instalados pela URSS na Ásia tendo a RPC como alvo.

⁸⁹ Kapitsa era sinólogo russo proeminente. Participou de duas reuniões com sua contraparte chinesa, Qian Qichen, e com o ministro das relações exteriores Wu Xueqian (Ibid., p. 77).

⁹⁰ Em janeiro de 1984, coincidindo com a visita de Zhao a Washington, cerca de 30 parlamentares norte-americanos viajaram a Taiwan, em várias delegações, e alguns deles estenderam a visita à RPC (Ibidem).

Na metade dos anos oitenta, com a ascensão de Mikhail Gorbachev e seu grupo reformista, China e União Soviética moderaram suas diferenças, em prol da melhora das relações bilaterais. De maneira a acomodar os interesses chineses, iniciou-se a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, Mongólia e outras periferias da RPC. Os estrategistas sínicos reduziram a probabilidade de ataque soviético e desmobilizaram as forças terrestres.

Em 1985, Deng declarava que os temas de maior significado global eram a paz e o desenvolvimento (*heping yu fazhari*). A paz referia-se às relações Leste-Oeste, enquanto o desenvolvimento, às relações Norte-Sul. Nestas, havia compatibilidade de interesses, uma vez que o Norte requeria mercados e o Sul necessitava de tecnologias avançadas. Assim, “quanto mais a China se expandisse, maiores as chances de se preservar a paz mundial”⁹¹

Nas questões de disputa fronteiriça, a China passou a advogar negociações pacíficas com os vizinhos⁹². De forma inédita, a RPC assumiu compromisso com o multilateralismo (*duobian waijiao*), referendada por alinhamento à Nova Ordem Econômica Internacional, além da adesão a várias modalidades de cooperação internacional e a convenções internacionais⁹³, incluindo as relativas à segurança internacional e ao controle de armas. No Conselho de Segurança da ONU, a China optou por se abster em lugar do recurso ao veto.

A definição de “um país dois sistemas” (*yiguo liangzi*) foi o compromisso assumido pela China nas negociações com a Grã-Bretanha para recuperar Hong Kong⁹⁴. A primeira-ministra britânica Margaret Thatcher qualificou a proposta “ideia de gênio”, quando da assinatura da ‘Declaração conjunta anglo-chinesa sobre Hong Kong’, em 1984. No pacto, respeitava-se a “autonomia administrativa, legislativa e judicial, bem como a manutenção do sistema capitalista na ilha por cinquenta anos”, a partir de 1997 (YAHUDA, *op. cit.*, p. 561). Da mesma maneira, em 1986, iniciaram-se as negociações sino-portuguesas quanto a Macau. No ano seguinte, os dois governos estabeleceram o retorno da possessão à soberania chinesa em 1999, sob a modalidade jurídica de Região Administrativa Especial.\

⁹¹ Deng, 1987, p. 46 apud YAHUDA, *op. cit.*, p. 562.

⁹² Na disputa das ilhas Diaoyu (*Senkaku*, em japonês), o governo chinês anunciou que não iria buscar soluções imediatas, para evitar potencial confrontação militar com o vizinho nipônico (ZHU, *op. cit.*, p.16).

⁹³ A RPC foi signatária das Convenções da ONU relativas a direitos econômicos, sociais e culturais (1983) e a direitos civis e políticos (1985).

⁹⁴ O Tratado de Nanjing (1842) cedeu Hong Kong em termos perpétuos, e alguns novos territórios foram transferidos à Grã-Bretanha, em 1898, por um período de 99 anos.

Conclusões Parciais

O período de transição 1976-1978, após a morte de Mao Tsé-tung constituiu-se em conjunção crítica na China. Tendo-se esgotado o modelo socialista adotado, sem grandes benefícios econômicos para a população, a opção da liderança do PCC foi implementar um processo reformista de características *path dependent*. A opção maoísta radical foi encerrada com a prisão da “Gangue dos Quatro” e, a seguir, isolava-se Hua Guofeng e seus poucos seguidores que defendiam um modelo econômico obsoleto.

A partir da ascensão ao poder do grupo reformista de Deng Xiaoping, mudanças institucionais, sob a forma de reformas incrementais na economia e no setor externo, foram implementadas na China, sempre sujeitas ao endosso das facções moderadas ou conservadoras pró-estabilidade no âmbito do PCC. Ao longo da década de oitenta, iniciou-se um dos mais bem-sucedidos processos de modernização econômica na esfera socialista, com criação de instituições, com propriedades autorreprodutoras.

O produto interno bruto chinês (a preços correntes) cresceu a taxas anuais de 14,6 por cento entre 1978 e 1990, enquanto a renda per capita urbana disponível expandiu-se a 13,1 por cento ao ano (tabela 5). O comércio exterior aumentou mais de quinze vezes, com participação crescente das exportações, enquanto o valor da produção industrial e a demanda de bens de consumo quintuplicavam-se.

Tabela 5

CHINA: Expansão Econômica, 1978-1990

Ano	1978	1980	1985	1990
PIB (RMB b.)	362,4 1	451,78	896,44	1.854,79
Produção Industrial (RMB b.)	423,7 0	515,40	971,60	2.392,40
Comércio Exterior (RMB b.)	35,50	57,00	206,67	556,01
Exportações (RMB b.)	16,76	27,12	80,89	298,58
Vendas domésticas de bens de consumo (RMB b.)	155,8 6	214,00	430,50	830,01
Renda per capita urbana (RMB)	343,4	477,6	739,1	1510,2

RMB=renminbi (moeda chinesa)

Fonte: NBS, *China Statistical Yearbook*, vários anos.

O processo de modernização foi liderado pelas reformas rurais, área nevrálgica da estrutura econômica, onde a vasta população chinesa estava majoritariamente assentada. Em consequência, ocorreu forte redução da pobreza rural, em cinco anos, diminuindo também a desigualdade rural-urbana.

A abertura comercial e financeira chinesa ao exterior foi, igualmente, uma dimensão institucional inovadora das reformas chinesas - seja por sua rápida evolução, seja por sua contribuição ao crescimento⁹⁵ econômico da RPC. De um modelo fechado, com pretensões à autossuficiência, reverteu-se a ênfase às indústrias leves (adequadas ao enorme contingente de mão-de-obra chinesa), ao comércio compensado e à atrativa associação com capitais privados externos, sobretudo oriundos da diáspora chinesa.

O modelo chinês de desenvolvimento foi caracterizado por políticas flexíveis, ao longo de vários estágios. As reformas iniciais caracterizaram-se pela “experimentação, pela flexibilidade, pelo gradualismo e pelo pragmatismo”, adotando-se, assim, as medidas que davam certo e descartando aquelas sem bom resultado (ZHANG, 2012, p. 70).

Os grupos sociais relevantes não sofreram perdas significativas, ao longo do período, que se caracterizou pela “reforma sem perdedores” (LAU, QIAN e ROLAND, 2000, p. 142). Os trabalhadores das estatais foram poupados, os residentes rurais obtiveram ganhos significativos, e os moradores urbanos encontravam novos nichos de mercado, ou foram protegidos por seus vínculos com as SOEs.

Em termos de política internacional, a assertividade da União Soviética, em várias partes do mundo e em suas fronteiras, induziu a China à normalização das relações com os Estados Unidos em 1979 (o “grande triângulo de poder”). A RPC era favorecida à época pela aparência de um socialismo mais aberto, e crescentemente orientado ao mercado.

Em consequência, a China obteve a cláusula de nação mais favorecida, ajuda, empréstimos, cessão de tecnologias e de armamentos pelos norte-americanos, bem como concessões do Japão, de países europeus, e dos organismos internacionais criados em Bretton Woods. A relação de amizade e de vantagens mútuas foi mantida com os países em desenvolvimento, mas sem recurso aos projetos de assistência do passado.

⁹⁵ O PIB chinês expandiu-se a taxas superiores a nove por cento ao ano, na década de oitenta; as exportações cresciam mais que proporcionalmente (12 por cento a.a., entre 1980 e 1991). As importações aumentaram de US\$ 20,6 bilhões para US\$165,6 bilhões (alçando da 32^a para a 11^a posição no *ranking* mundial).

CAPÍTULO III

REAÇÕES E CONTRARREAÇÕES: A “REFORMA PROFUNDA”(1989-2002)

Introdução

A interrupção temporária do reformismo, como consequência da repressão do governo chinês ao “Movimento Democrático” de 1989, foi reforçada por sanções econômicas e militares impostas pelos países ocidentais à RPC, como reação ao massacre de Tiananmen. Em sequência, o ciclo demarcado pelo colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, se por um lado indicava um período de paz e descompressão da ameaça atômica, por outro gerava grande incerteza quanto à continuidade do sistema político sob o PCC na China¹.

A indicação de Jiang Zemin como secretário-geral do PCC, em 1989, representou a acessão ao poder, no âmbito do Politburo, da facção ‘elitista’ do PCC (ou “grupo de Xangai”)² (HUNG, 2009). Criava-se, assim, um consenso ideológico a favor dos grupos sociais urbanos, sobretudo os residentes das zonas costeiras afluentes.

O conjunto de políticas e mudanças institucionais que caracterizaram a era pós-Tiananmen é comumente referido na China como “reforma profunda” (*shenhua gaige*). Esse processo foi, em parte, continuação da modernização econômica iniciada por Deng Xiaoping, destacando-se também pela transferência de iniciativas do Estado para o mercado sob a liderança de Jiang Zemin e Zhu Rongji.

Em setembro de 1992, o XIV Congresso do PCC decidiu-se pela expansão da “economia de mercado socialista com características chinesas”. A RPC manteve a estratégia de reformas incrementais, em contraste com o experimento acelerado de

¹ O regime chinês passou a ser visto como anacrônico, na perspectiva ocidental, sob tutela de um governo autoritário que desrespeitava direitos humanos, quando poucos países ainda adotavam o regime comunista.

² Esse grupo informal era composto sobretudo por descendentes de líderes proeminentes do PCC (*princelings*). Ao final dos anos oitenta, cerca de 200 *princelings* trabalhavam em Hong Kong, em posições destacadas. Empreendedores chineses retornados, pertencentes à diáspora, e líderes políticos das principais cidades costeiras afluentes eram também próximos a Jiang Zemin (XU, 1993, p. 257-263).

modernização (“*big bang*”) adotado por outras economias socialistas anteriormente sob a órbita soviética.

Neste capítulo, analisaremos as reações e contrarreações, ou “sequências reativas” (MAHONEY, 2000), que se seguiram à tragédia de Tiananmen em 1989. A resistência de grupos sociais ao *status quo* (cujos efeitos perversos manifestavam-se pela inflação e pela corrupção crescente) desencadeou protestos de estudantes, intelectuais e trabalhadores, seguidos de contrarreações sob a forma de dura repressão pelo governo sínico.

A implementação das ‘reformas profundas’ foi iniciada poucos anos depois (a partir de 1992/93). Novas formas de propriedade não-estatal, onde se incluíam *joint ventures* e investimentos por firmas estrangeiras, expandiram-se aceleradamente, enquanto inúmeras empresas estatais (SOEs) eram reorganizadas e, muitas delas, fechadas ou privatizadas.

Aspectos econômicos-chave da gestão governamental nas áreas administrativa, financeira, fiscal, além dos direitos de propriedade, foram também reformulados. A maior centralização do poder financeiro e a mudança do planejamento central para a regulação de mercado possibilitaram que a China sustentasse taxas de crescimento elevadas, durante a década de noventa (9,8 por cento ao ano), mesmo durante a crise financeira asiática.

As reformas pró-mercado tiveram consequências positivas e negativas, como discutiremos a seguir. Se, por um lado, reformas profundas levariam a uma maior eficiência e produtividade do sistema econômico chinês, por outro, a disparidade social se aguçou; ao mesmo tempo que a renda pessoal se expandia, a corrupção espraiava-se.

A política de “portas abertas”, por sua vez, progrediu para a abertura abrangente do mercado chinês para capitais de todo o mundo, no contexto da globalização. A China inaugurou nova fase de abertura internacional, a partir de 1992, com forte expansão do comércio exterior e do investimento estrangeiro. O rápido crescimento das conexões com o mundo exterior teria impacto profundo em instituições e aspectos da vida social chinesa.

Esse processo culminou com a acessão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. A redução significativa de tarifas e a eliminação de outras barreiras não-tarifárias restringiu a proteção às indústrias estratégicas, mas por outro lado criou um ambiente atrativo para capitais, tecnologias e talentos externos.

3.1 O Movimento Democrático de 1989

O maior teste à conduta da política chinesa sob Deng Xiaoping foi “o incidente de 04 de junho” (六四事件) ou “o movimento democrático de 1989”. Este ano marcou o fim da era das reformas incrementais e a derrota temporária do grupo reformista do PCC, colocando em dúvida a continuidade de maior liberalização econômica e política na China.

Propostas de reforma política afloravam concomitantes à mudança econômica, entre 1985 e 1988. Intelectuais e tecnocratas reabilitados pelo secretário-geral Hu Yaobang reivindicaram um sistema político mais próximo ao estilo ocidental de governança e uma linha menos dogmática do marxismo-leninismo, apropriada às reformas. Já os “anciãos” mais conservadores, sob a liderança de Chen Yun, temiam o surgimento de movimentos democráticos na China, à semelhança do ‘Solidariedade’ na Polônia.

O exercício do voto para escolha de representantes em áreas rurais teve início ao final dos anos oitenta. Cabia aos líderes eleitos implementar as diretivas de Estado (como a impopular “política do filho único”), bem como defender os aldeões de cobranças abusivas pelos municípios e vilarejos³. Os líderes do Congresso Nacional do Povo (CNP) também defendiam o aumento de poder da legislatura, tendo em vista limitar a liderança do PCC⁴.

Manifestações estudantis irromperam na Universidade de Ciência e Tecnologia da província de Anhui no final de 1986, e se espalharam pelas cidades litorâneas, chegando a Pequim. Os veteranos do partido conseguiram colocar os intelectuais no ostracismo, seguido da demissão de Hu⁵. Seu sucessor como novo secretário-geral Zhao Ziyang voltou-se às reformas políticas, defendendo a separação das hierarquias do partido e do governo⁶.

O descontentamento⁷ da população urbana da China era aguçado por vários fatores: aumento da inflação decorrente da liberação de preços em alguns setores, erodindo a renda

³ Em 1987, a Lei Orgânica dos Comitês dos vilarejos oficializou o direito de escolha de representantes políticos nas eleições com vários candidatos (sempre aprovados previamente pelo governo) (Ibid.).

⁴ Por exemplo, com relação ao projeto da represa de Três Gargantas que seria construída no Rio Yangtzé, em 1992, um terço dos delegados votou contra, ou se absteve diante dos potenciais impactos destrutivos sobre pessoas, meio-ambiente e tesouros arqueológicos (GOLDMAN, *op. cit.*, p. 423).

⁵ O ostracismo de Hu, em 1987, pode ser interpretado como uma concessão de Deng à linha mais dura do partido de maneira a preservar o curso das mudanças econômicas (LYRIO, 2011, p. 90).

⁶ Ao partido, caberia formular os objetivos e prioridades nacionais e, ao governo, implementar as metas.

⁷ Demonstrações estudantis iniciaram-se em Hefei, capital da província de Anhui e, ao início de 1987, a presença de manifestantes em Tiananmen antecipava a crescente onda de protestos que se avizinhava (Ibid.).

real; oposição a privilégios arbitrários; corrupção crescente dos quadros do Partido; e expectativas negativas quanto a mudanças econômicas e políticas domésticas. Em abril de 1989, mais protestos seguiram-se à morte inesperada de Hu Yaobang.

Segundo Lyrio (2010, p. 91):

“ Enquanto estudantes e intelectuais enfatizavam a importância das reformas políticas, os trabalhadores que participavam do movimento voltavam-se aos efeitos negativos das reformas, como a elevação dos preços e as demissões provocadas pela dissolução das empresas estatais. ”

Mais de 100.000 estudantes reuniram-se na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*), em Pequim, para prestar homenagem a Hu. A manifestação transformou-se em ocupação da praça e, por três semanas, cerca de um milhão de chineses concentraram-se em vigília no centro da capital, reivindicando reformas democráticas, econômicas e da estrutura de governo. Os anciãos e outros líderes do PCC, por sua vez, viam os protestos como ameaça a eles mesmos e ao partido-Estado (GOLDMAN, *op. cit.*, p. 428).

Em maio de 1989, ocorreu em Pequim a Cúpula Sino-Soviética entre Deng e Gorbachev⁸, sinalizando a normalização das relações entre os dois países. A presença do líder soviético possibilitou a cobertura da mídia internacional ao movimento, causando embaraços ao governo chinês. Os protestos espalharam-se pelas principais cidades da China, em meio à paralisia do partido⁹.

Zhao Zyang defendeu a abertura do diálogo com os estudantes, que decretaram greve de fome, atraindo atenção nacional e internacional. Deng Xiaoping seguiu a posição dos veteranos do Partido¹⁰. Destituíu Zhao, por este negar-se a impor a lei marcial, colocando-o em prisão domiciliar até a sua morte em 1997 (ZHU, 2014, p. 7). Na madrugada de 04 de junho, comandos regionais do Exército da Libertação do Povo (ELP) entraram com tropas e tanques na Praça da Paz Celestial, pondo fim às manifestações violentamente¹¹.

⁸ As reformas soviéticas (*glasnost e perestroika*) eram heresia para as elites chinesas (KISSINGER, 2011, p. 394).

⁹ No oeste do país, tibetanos e a minoria muçulmana uigur iniciaram agitações. Protestos contra o governo espalhavam-se por 341 cidades; manifestantes tomaram trens e escolas, e ruas de Pequim foram bloqueadas.

¹⁰ Deng aliou-se aos conservadores, valendo-se de procedimentos irregulares e de intervenção do grupo dos veteranos na reunião do Politburo, em junho de 1989 (DITTMER e LIU, 2006).

¹¹ A Cruz Vermelha chinesa estimou 2.660 mortes, e retirou os números sob pressão do governo, enquanto as prisões foram de 10.000 a 30.000 (LYRIO, *op. cit.*, p. 93). Outros manifestantes foram forçados a deixar o país.

Jiang Zemin¹² conquistou, então, reconhecimento da liderança do partido ao evitar distúrbios violentos em Xangai, sendo promovido a secretário-geral do PCC. A maioria dos países ocidentais e o Japão, em represália, impuseram sanções econômicas e militares à China, mas os governos do sudeste asiático não aderiram às punições¹³. O chanceler Li Peng (que decretara a lei marcial, também conhecido como o “açougueiro de Pequim”) foi ao Conselho de Segurança da ONU para declarar que os embargos eram violação da soberania nacional¹⁴.

Nas palavras de Yahuda (1993, p. 563, tradução nossa):

“ O tom de resposta chinês às críticas do mundo ocidental, sobretudo, dos Estados Unidos, era truculento e desafiante. Denúncias quanto aos abusos contra os direitos humanos eram interpretadas pelos líderes da RPC não como normas de conduta internacional, mas como conspiração das forças ocidentais para solapar o socialismo na China e em outros lugares, orquestrada por uma política sinistra e subversiva de ‘evolução pacífica’ . ”

O “cenário conspiratório” elaborado pelos líderes chineses confirmou-se com o colapso quase imediato do comunismo nos países da Europa Oriental. Em abril de 1990, Deng fez circular entre os membros do PCC seus comentários sobre a derrocada do eurocomunismo e a ‘traição’ de Gorbachev, frisando que as pressões dos ‘inimigos’ concentrar-se-iam então contra a China.

O fim da União Soviética, na visão de Deng e outros reformistas, seria consequência da não realização de reformas efetivas na URSS em momento oportuno. O grupo defendia a estabilidade e o aceleração dos processos de reforma, sob pena da regressão do desenvolvimento síncico “por décadas, ou mesmo por um século”.

¹² Jiang, então secretário do PCC na municipalidade, expressou “sua compreensão” pelas posições estudantis, uma vez que também atuara como “agitador” antes de 1949 (KISSINGER, *op. cit.*, p. 394).

¹³ A reação internacional à chacina durante os protestos de Tiananmen foi generalizada, incluindo países da Europa Ocidental e Oriental, América do Norte, América Latina, Austrália e alguns países asiáticos. A Índia adotou posição moderada, tentando evitar o comprometimento de suas relações com a China. Cuba, Checoslováquia e Alemanha Oriental deram apoio ao governo chinês, denunciando os protestos. Estudantes fizeram demonstrações em várias cidades da Europa, das Américas, Oriente Médio e Ásia (Ibid.).

¹⁴ Empréstimos à China foram suspensos pelo Banco Mundial, pelo Banco de Desenvolvimento Asiático e por governos estrangeiros (THAKUR & SRIVASTAVA, 1997, p. 404-405); receitas de turismo caíram, intenções de investimento externo foram canceladas, e os gastos síncicos em defesa cresceram de 8,6 por cento, em 1986, para 15,5 por cento em 1990 (KELLEY & SHENKAR, 1993, p.122).

O início dos anos de 1990 foi caracterizado pela austeridade e pela maior projeção da facção conservadora do Politburo que desejava reverter as reformas, mas as iniciativas de retorno ao planejamento centralizado não vingaram. Em atmosfera política de extrema vigilância e repressão na China, centenas de greves eclodiram nas províncias, envolvendo milhares de trabalhadores chineses: “a contestação da classe operária ao Estado ocorria em um momento em que a sociedade era por ele intimidada” (BLECHER, 2006).

As sequências reativas¹⁵ na China foram caracterizadas por retrocessos políticos e contrarreações (como a redução do número de empresas privadas), à medida que atores políticos proeminentes entraram em desacordo quanto aos padrões institucionais instaurados após a conjunção crítica. As reformas introduzidas foram acusadas de provocar instabilidade econômica e turbulência política; a austeridade e o corte de gastos governamentais perduraram por três anos (1989-1991).

O êxito exportador inicial das zonas econômicas criadas por Zhao em 1984 permitiu que a China atingisse superávit comercial em 1990, o primeiro desde 1983, e as reservas externas acabariam ultrapassando US\$ 42 bilhões, em 1992. Em outras regiões, contudo, os protestos dos trabalhadores se intensificaram¹⁶, à medida que a situação se distendia.

Deng afastou-se das atividades públicas, mas antes foi responsável pela escolha de Jian Zemin, e também do sucessor deste, Hu Jintao. Segundo Lyrio (2011, p. 95), “de comum entre os novos líderes havia a formação tecnocrática, a moderação ideológica, um certo conservadorismo político e a capacidade de compromisso dentro do partido”.

Como legado, Deng institucionalizou um sistema de poder que prevenia a ascensão de lideranças carismáticas, absolutas, ao estilo de Mao, ao validar um processo sucessório de mandatos definidos (até dois mandatos, de cinco anos cada), com idade limite para os líderes máximos (70 anos). De outra parte, promoveu a valorização da meritocracia e da inteligência, sinônimo para Deng de governos mais eficientes (LYRIO, *op. cit.*, p.139). Deng Xiaoping ressurgiu em 1992, quase nonagenário, para realizar a “jornada ao sul” (*nansun*), de maneira a revigorar o espírito das reformas e angariar apoio público a Jiang Zemin.

¹⁵ Sequências reativas são cadeias de eventos conectados por causalidades e ordenados temporalmente, pelas quais um evento desencadeia outro pela dinâmica de reação-contrarreação (MAHONEY, 2000).

¹⁶ De acordo com estatísticas oficiais, em 1992, houve mais de 540 manifestações, 480 greves e 75 ataques a escritórios governamentais; em 1993, as atividades grevistas em Fujian triplicaram (BLECHER, *op. cit.*, p. 406).

3.2 A Ascensão da Facção Elitista

Quando Jiang Zeming (1926~) sucedeu a Deng Xiaoping, em novembro de 1989, o governo chinês sofria uma crise de efetividade¹⁷. Poucos anos depois, porém, a era Jiang-Zhu¹⁸ (1992-2002) conseguiu compatibilizar crescimento e estabilidade de preços. O topo da estrutura de poder da RPC havia mudado abruptamente, com o colapso físico (por idade e doença) dos ‘anciãos’ revolucionários que tinham poder de veto, e a decorrente extinção da Comissão de Assessoramento Central que encarnava esse poder (NAUGHTON, 2008, p.115).

As decisões-chave passaram a fluir pelo Comitê Permanente do Politburo (CPP), e a firmeza e o compromisso com as reformas voltaram a predominar. O XIV Congresso do PCC, em setembro de 1992, adotou como objetivo atingir uma ‘economia de mercado socialista’, a primeira vez que a questão do mercado foi assumida como finalidade da transição.

Feng (2006) argumenta que a noção ocidental de ‘esquerda’ e ‘direita’ é bastante distorcida na arena política chinesa. Em lugar disso, a designação ‘reformista’ ou ‘conservadora’ descrevia melhor o embate de posições, ou clivagens na liderança do PCC. Ao mesmo tempo, os ‘esquerdistas’ pró-maoísmo haviam perdido poder, e exerciam pouca influência na formulação das políticas.

Deng Xiaoping e, depois, Jiang Zemin foram reconhecidos como ‘núcleos’ (*hexin*) da segunda e terceira geração da liderança do Partido, confirmando que o reformismo era dominante na orientação política do PCC. Tornar-se ‘núcleo’ era resultante de lutas faccionais, cabendo ao vitorioso manter a unidade do Partido (nas palavras de Deng, “uma liderança sem um núcleo não é confiável”) (Fewsmith, 1994, p. 8 apud FENG, *op. cit.*, p. 92).

Jiang buscou a consolidação de seu poder político rebaixando rivais potenciais, como Li Peng e Qiao Xhi¹⁹ e, assim, diluiu a ameaça de retrocesso representada pelos ‘anciãos’. O *status* de Jiang era fortalecido por indicações pessoais e pelo controle dos ‘pequenos

¹⁷ A crise foi complexa e multifacetada: o isolamento internacional, a desintegração comunista, a premiação do Dalai Lama com o Nobel da Paz exortando a autonomia tibetana. (KISSINGER, *op. cit.*, p. 424).

¹⁸ Na transição de 1991-92, Deng Xiaoping estabeleceu aliança com o secretário do PCC de Xangai, Zhu Rongji, que se manteve no cargo de vice primeiro-ministro na gestão de Jiang Zeming.

¹⁹ Li renunciou ao cargo de primeiro ministro, substituindo Qiao Xhi como presidente do Congresso Nacional do Povo (CNP), enquanto Qiao era removido de sua posição (Ibid., p. 178).

grupos de liderança' (*lingdao xiaozu*) do PCC, que partilhavam decisões políticas importantes e coordenavam o trabalho entre o partido e o governo (Ibid., p. 95).

A despeito desses arranjos, a autoridade de Jiang era mais fraca do que a de seus antecessores, heróis revolucionários e fundadores do Partido Comunista Chinês. A posição mais vulnerável de Jiang, diante de questões sensíveis, redundava em manifestações de nacionalismo e ataques de seus rivais de partido. Como réplica, Jiang assumia postura inflexível a exemplo das ofertas de liberalização para o acesso da China à OMC.

Zhu Rongji (1928~), por sua vez, era amplamente reconhecido por seu pensamento econômico e liderança reformista²⁰. Promovido vice-ministro na hierarquia política chinesa, em 1997, e primeiro-ministro em 1998, Zhu foi apelidado pela mídia como '*iron face*', por sua forte determinação²¹. Ele reduziu a burocracia, fechou empresas das forças armadas, lançou campanhas anticorrupção, criou sistemas de aposentadoria e de seguro desemprego viáveis, além de liderar a acessão chinesa à OMC.

Já Li Peng (1928~; filho adotivo de Zhou Enlai) era veterano do Partido, e tido como herdeiro da *rationale* dos 'anciãos'. Sua carreira burocrática foi exercida na indústria pesada e, por conseguinte, tido como representante dos interesses dos burocratas que haviam usufruído tanto os privilégios da era maoísta como os decorrentes da reforma gradual²². A ala conservadora de Li foi marginalizada na era Jiang, tornando-se minoritária no Comitê Permanente do Politburo (CPP), mas mantendo influência política respeitável.

A emergência de Jiang Zemin e do reformista Zhu Rongji e a permanência do conservador Li Peng representavam a transição entre a geração pioneira de políticos revolucionários para outra de tecnocratas. A política faccionista também se perpetuava, e Jiang pactuou compromissos com coalizão de apoios, de maneira a fortalecer seu poder e eliminar os rivais.

²⁰ Nas palavras de Deng Xiaoping "não há muitos membros sêniores do nosso Partido que tenham conhecimento em economia. Zhu é um dos que realmente tem" (Ibid.).

²¹ Em campanha contra a corrupção, em 1995, Zhu dizia a seus auxiliares que preparassem o caixão para si mesmo, bem como para os funcionários corruptos que ele caçaria (Loh, 2003 *apud* FENG, *op.cit.* p. 96).

²² Ele foi o único conservador de alto escalão que exerceu influência política tanto na era Deng como na de Jiang, como primeiro-ministro. Entre 1993 e 1999, contudo, ele passou à posição figurativa de presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo (CNP) (Ibidem).

3.3. As reformas profundas

No início das reformas profundas, o padrão de vida médio da população chinesa melhorara substancialmente, nos últimos quinze anos, e o setor estatal não era mais dominante na economia²³. Uma série de mudanças econômicas havia sido adotada, a partir de 1993, contrastando com o espírito das reformas do período anterior. Instituições fortes e avalizadas foram criadas com vistas a construir uma estrutura econômica de mercado socialista, que ocorreu sob um processo evolucionário *path-dependent* (*lu jing yi lai*).

No período das reformas profundas (*shenhua gaige*), Zhu Rongji, ainda na condição de vice-primeiro-ministro, passou a comandar a política econômica. Na 3ª Sessão Plenária do XIV Congresso do PCC, em fins de 1993, a estratégia era explicitada, visando a mudanças mais impactantes no setor estatal e resultados palpáveis quanto aos avanços da economia chinesa rumo ao sistema de mercado.

Uma série de aspectos do novo modelo chinês foram, também, destacados, tais como: “ *i*) estabelecer distribuição de renda e sistema de seguridade social ‘razoáveis’; *ii*) aprofundar as reformas do sistema econômico rural; *iii*) aprofundar as reformas do sistema de relações econômicas internacionais; *iv*) avançar nas reformas do sistema de ciência e tecnologia e *v*) intensificar a construção de um sistema em conformidade legal²⁴ ”.

A partir do início de 1994²⁵, o governo chinês adotou decisões importantes para a implementação de reformas em cinco áreas-chave, a serem analisadas a seguir. Três medidas econômicas foram implementadas como pré-requisitos do novo modelo reformista: *i*) o fim do ‘sistema de duas vias’; *ii*) a recentralização dos recursos fiscais; e *iii*) o reforço da austeridade macroeconômica.

O ‘sistema de duas vias’ (coexistência de preços fixos da produção planejada e preços de mercado) nas empresas públicas (estatais e coletivas), formulado na década anterior,

²³ Na indústria, a participação das empresas estatais no produto era de 43 por cento em 1993, um forte declínio em relação a 1978, quando essas firmas representavam 78 por cento. Ao mesmo tempo o emprego gerado nas SOEs declinava de 60 para 30 por cento do emprego não agrícola (QIAN, *op.cit.*, p. 239).

²⁴ “Decisões sobre Aspectos Referentes ao Estabelecimento de um Sistema Econômico Socialista de Mercado”. 3ª Sessão Plenária do XIV Congresso do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (WU, p. 83).

²⁵ Três medidas cruciais: novo sistema fiscal, novo sistema de comércio exterior e nova lei das corporações foram efetivadas em 01 de janeiro de 1994 (NAUGHTON, *op. cit.*, p. 103).

teve por consequências negativas a especulação de preços e os favorecimentos pessoais. O mercado de divisas também se caracterizou por essa duplicidade e a taxa de câmbio oficial (que representava menos de 20 por cento das transações) foi abolida, em favor de uma única taxa de câmbio definida pelo mercado.

Dois anos depois, adotou-se a conversibilidade da moeda chinesa nas transações em conta corrente do balanço de pagamentos. Essa medida, contudo, não se aplicava à conta de capital, que se manteve sob o controle estatal. Essa providência foi essencial à preservação da estabilidade chinesa na crise financeira asiática (1997-98)²⁶.

A necessidade de reforço na condução macroeconômica e regulatória, de outra parte, demandava fontes de receitas financeiras confiáveis e adequadas para o governo, uma vez que as finanças públicas chinesas se erodiram ao longo da era reformista.²⁷ Assim, a partir de 1995, um sistema tributário moderno foi gradualmente construído. A austeridade macroeconômica foi implementada pelo recurso à política monetária contracionista, o que contribuiu para que a taxa de inflação se reduzisse a 5 por cento, ainda em 1996.

O Conselho de Estado determinou a realização de experimentos de maneira a adquirir experiência para a implementação nacional de modelo econômico visando a criar um sistema empresarial moderno (definido na ‘lei das empresas’) na China (WU, *op.cit.*, p. 83). A maior competição substituiu, gradualmente, a ação estatal direta na administração das empresas; em consequência, houve melhora do ambiente administrativo e regulatório, à medida que novas regras (e preços) passaram a ser aplicados aos demais atores econômicos.

Em 1998, emenda à constituição chinesa definiu que “setores não públicos da economia, como o setor de negócios individuais e o setor privado, dentro dos limites prescritos pela lei, são importantes componentes da economia de mercado socialista (...) O Estado protege os direitos legais e os interesses desses dois setores”. A China adquiriu proeminência no comércio internacional²⁸, ao mesmo tempo que promoveu o investimento externo em seu mercado, visando também à transferência de tecnologia às firmas locais.

²⁶ Essa foi importante razão por que a crise financeira asiática de 1997 não afetou a China. A taxa de câmbio manteve-se estável, e até valorizou-se um pouco, de RMB 8,7 para 8.3 por dólar (QIAN, *op. cit.*, p. 241).

²⁷ A posição fiscal da RPC erodiu-se ao longo do período das reformas, declinando de 33,8 por cento do PIB, em 1978, para apenas 10,8 por cento em 1995 (WU, *op.cit.*, p. 156).

²⁸ Entre 1994 e 1998, as exportações e o investimento direto estrangeiro cresceram intensamente, e as reservas externas da China atingiram-se US\$ 145 bilhões nesse último ano (Ibid.).

3.3.1. Estabelecimento de Novo Sistema Tributário e Fiscal

Em 01 de janeiro de 1994, o governo chinês introduziu reformas tributária e fiscal mais próximas às práticas internacionais vigentes. Em primeiro lugar, estabeleceu distinção clara entre impostos²⁹ nacionais e locais, bem como implementou sistema de arrecadação independente em dois níveis³⁰. Sob o novo sistema, um imposto indireto de 17 por cento sobre o valor agregado (IVA) repartia-se entre os governos central e locais.³¹

Empresas muito pequenas sem registros contábeis regulares tinham de pagar imposto de 6 por cento sobre as vendas brutas, em lugar do IVA. Adicionalmente, um imposto de 33 por cento sobre lucros foi introduzido, com taxas uniformes para empresas privadas, coletivas e estatais. Um imposto sobre consumo foi criado para cigarros, álcool e outros produtos não essenciais.

A reforma fiscal visava a frear a queda das receitas orçamentárias e, sobretudo, evoluir para uma base tributária mais ampla. Comparado ao sistema anterior, o nível de taxação era mais baixo, mas um aumento efetivo de recursos para o governo foi previsto a partir de 1995, quando a Lei Orçamentária entrou em vigor. A partir daí a relação da receita fiscal sobre o PIB chinês cresceu pelo desenvolvimento da economia. Impostos sobre os rendimentos das estatais foram reduzidos e projetos estatais-chave nos setores de energia e transporte tiveram isenção tributária (WU, *op.cit.*, p. 270).

O governo central foi proibido de tomar empréstimos ao Banco Central, enquanto eventuais déficits eram financiados pela emissão de títulos. Os governos locais, em todos os níveis, deviam equilibrar seus orçamentos (como antes), mas a nova lei limitava as emissões de títulos, restringindo os empréstimos oferecidos pelo mercado financeiro a esses agentes públicos (uma mudança do passado) (QIAN, *op.cit.*, p. 241). Como resultado, a erosão fiscal reverteu-se a partir de 1996. Em 2005, as receitas orçamentárias representavam 17,5 por cento do PIB, enquanto os gastos eram pouco superiores.

²⁹ Antes dessa reforma, não existia uma agência coletora de impostos em nível nacional, e todos os tributos eram recolhidos pelas administrações locais. Essas últimas, frequentemente, reduziam ou eliminavam impostos que deviam ser pagos à administração central (MICU, 2016).

³⁰ Foi criada uma agência arrecadadora nacional, e outras em níveis locais; cada uma responsável por seu respectivo recolhimento de tributos.

³¹ Em uma proporção fixa de 75 (governo central) para 25 (governos locais) (Ibid.).

3.3.2 Reformas do Sistema Bancário e Financeiro

Na segunda metade da década, o sistema bancário chinês passou por uma grande reestruturação. O Banco do Povo da China (BPC), que atuava nominalmente como banco central, teve sua estrutura organizacional alterada, com Zhu Rongji como seu dirigente. O propósito dessas mudanças era transformar o BPC em um verdadeiro banco central a partir da centralização da política monetária.

Em 1998, nove filiais regionais do BPC substituíram trinta filiais provinciais, que passaram a ser supervisionadas pela direção central, nas mesmas linhas do *Federal Reserve* norte-americano, e não mais pelos governos locais da região em que estavam localizadas. O Comitê de Política Monetária foi criado em caráter consultivo (WU, *op.cit*, p. 226).

A crise financeira asiática, a partir de 1997, salientou a importância de uma regulação restritiva. A China seguiu o modelo regulatório bancário norte-americano à época (*Glass Steagall Act*), pelo qual os bancos comerciais eram separados dos bancos de investimento e não podiam deter participação acionária em empresas. Três diferentes agências governamentais passaram a regular, respectivamente, bancos comerciais, empresas de *securities* e companhias de seguros.

As autoridades financeiras tinham que lidar com as consequências de uma eventual supervisão “frouxa” (*lax*), bem como pelos empréstimos não pagos aos quatro maiores bancos comerciais chineses. Pela primeira vez, em 1998, bancos e companhias de investimento de destaque fecharam, ou foram a bancarrota. Quatro corporações foram estabelecidas para administrar ativos, absorvendo parte do passivo e a liquidação desses bancos. Em 2003, as funções de supervisão do BPC foram transferidas para a recém-criada Comissão Regulatória de Bancos da China.

As reestruturações ocorreram em sintonia com a austeridade macroeconômica adotada à época, quando os bancos comerciais estatais sofreram restrições orçamentárias, à medida que o acesso a recursos governamentais foi reduzido. Três bancos foram instituídos³² com missão de ofertar recursos, a taxas de juros reduzidas, para projetos de ciclo longo e baixa rentabilidade, mas com importantes externalidades econômicas.

³² O Banco de Desenvolvimento da China, o Banco de Exportações-Importações (*Eximbank*) da China e o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China.

3.3.3 Privatização e Reestruturação das Empresas Públicas

Com a aprovação da Lei das Corporações em 1993 (com vigência a partir de julho de 1994), tiveram início novas mudanças institucionais que afetaram, sobremaneira, as empresas públicas e seus trabalhadores. Por esse dispositivo legal, eram definidos princípios segundo os quais as empresas estatais chinesas (SOEs) se converteriam em corporações³³ de propriedade híbrida, o que facilitava sua eventual privatização.

A quase completa ausência de um mercado de trabalho era aspecto singular na China, sobretudo na área urbana, até aquele momento. As empresas públicas³⁴ – estatais, coletivos urbanos e rurais (TVEs) – representavam um quarto do emprego total, em 1996. Como modelo urbano de trabalho (*danwei*) controlado pelo governo, as estatais eram responsáveis não só pelo emprego, mas também pela moradia, escola, saúde e doutrinação política³⁵.

Entre 1978 e 1996, as TVEs expandiram sua participação no produto industrial chinês de 9 para 28 por cento, atingindo o auge naquele último ano (quando se encerrava a ‘era de ouro’ dessas firmas), enquanto as estatais declinavam de 77 para 33 por cento. As firmas coletivas (urbanas e rurais) atingiram o auge em 1996, quando então as empresas privadas e estrangeiras, inexistentes em 1978, já representavam 31 por cento do mercado (tabela 7).

Tabela 6

CHINA: Composição da Propriedade na Produção Industrial
1978 e 1996
(% do produto em preços correntes)

	1978	1996
Empresas estatais	77	33
Empresas coletivas (TVEs)	23 (9)	36 (28)
Empresas privadas e familiares	0	19
Empresas estrangeiras (IDE chinês) (IDE de Hong Kong e Taiwan)	0	12 (7) (5)

Fonte: Naughton, 2007, p. 300. IDE=investimento direto estrangeiro”

³³ O processo era caso a caso, à medida que órgãos supervisores decidissem que a firma estava preparada.

³⁴ O emprego total nas SOEs havia-se expandido, ao longo do período inicial de reformas, de 58 milhões em 1978 para 75 milhões em 1996 (NAUGHTON, 2007, p. 183).

³⁵ *The Economist*, 04/09/2003.

A privatização³⁶ das SOEs e a demissão de trabalhadores ocorreram, em grande escala, a partir de 1993. Esse processo teve origem em experimentos de governos locais, em algumas poucas províncias (Shandong, Guangdong e Sichuan)³⁷. A partir daí o governo central passou a promover a privatização sob o *slogan* “agarrem as grandes³⁸ e liberem as pequenas”, uma questão sensível uma vez que o setor industrial estatal³⁹ na China era dominado por pequenas e médias empresas, a maioria delas sob a administração de governos locais ou provinciais.

Mais de 30 milhões de trabalhadores das SOEs (38 por cento da força de trabalho chinesa) e quase 50 milhões de trabalhadores urbanos de diversos tipos foram demitidos, reduzindo-se, dramaticamente, o emprego público (NAUGHTON, *op. cit.*, p. 185). Dez milhões de trabalhadores das SOEs e dos coletivos urbanos fechados foram demitidos (*xiagang*) em 1996, e 11,5 milhões em 1997.

Por sua vez, as TVEs também passaram a sofrer maior competição das firmas urbanas, evidenciada pela abrupta queda na criação de empregos que registraram a partir de 1996. As firmas urbanas, para fazer frente à maior competição da economia, desenvolveram estratégias nacionais de comercialização, entrando em concorrência direta com as TVEs. Com o aumento da renda dos consumidores, a demanda passou a orientar-se a produtos de melhor qualidade que as TVEs, defasadas tecnologicamente, não tinham meio de prover.

As restrições à privatização das empresas públicas pelos governos locais foram flexibilizadas, com predomínio de ‘privatizações internas’, ou seja, a compra de participação na empresa pelos administradores ou funcionários⁴⁰. Outras TVEs converteram-se em sociedades de responsabilidade limitada, em que os trabalhadores podiam adquirir ações, criando, assim, direitos de propriedade.

³⁶ Os chineses não usam o termo ‘privatização’, preferindo empregar metáforas como “transformação da propriedade” (*zhuanzhi*) ou reestruturação da propriedade (*suoyouzhi gaizao*). Da mesma maneira, a expressão “propriedade não-pública” era substituída de ‘propriedade privada’ (QIAN, *op. cit.*, p. 250).

³⁷ Em 1996, dois terços das SOEs pequenas foram privatizadas nessas províncias, e metade nas demais áreas.

³⁸ Os esforços governamentais concentraram-se em cerca de mil empresas estatais, médias e grandes, essenciais à economia sínica (WU, *op. cit.* p.19).

³⁹ Em 1993, essas empresas correspondiam a 95 por cento em número, 57 por cento do emprego e 43 por cento do produto industrial do setor estatal (Ibid.)

⁴⁰ Os administradores podiam adquirir uma participação vinte vezes maior do que a dos operários (Ibidem).

As TVEs também se adaptaram a ambientes mais competitivos, por meio da criação de *clusters* industriais em áreas suburbanas e rurais, concentrados na produção de bens de consumo não duráveis⁴¹. Três ou quatro grandes empresas centralizam a produção final, com a subcontratação de centenas de pequenas firmas em diversas fases do processo, constituindo, em seu conjunto, uma cadeia industrial completa. A província de Zhejinag foi considerada o centro desse processo, com mais de quinhentos *clusters* (QIAN, 2003, p. 47).

No XV Congresso do PCC, em setembro de 1997, era anunciada a eliminação progressiva da maioria das estatais. Apenas as que operavam em indústrias-chave (recursos naturais) e em setores estratégicos (energia, militar, química, telecom e distribuição de grãos) foram preservadas. As demais foram vendidas⁴² sob a modalidade de participação acionária, com compra de ações por administradores, funcionários e investidores privados.

A implementação de inovações institucionais nas estatais de médio e grande porte, previstas na lei das corporações, ocorreu apenas ao final da década. Em primeiro lugar, as funções administrativas dessas empresas foram transferidas ao governo, ao encargo da Comissão de Comércio e Economia Estatal⁴³. Posteriormente, monopólios estatais setoriais foram abolidos, promovendo-se a reestruturação e a competição setorial entre as SOEs⁴⁴.

Em seguida, promoveu-se a reestruturação dessas empresas, com o objetivo de criar corporações modernas pelos padrões internacionais. A otimização e a estruturação dos ativos visou fortalecê-las, por meio de operações financeiras no mercado de capitais⁴⁵. Esse processo ocorreu simultaneamente à listagem de novas firmas nas bolsas de valores recém-criadas (em Shenzhen e Xangai). O mercado de capitais tornou-se nova fonte de financiamento das SOEs, e os recursos da oferta pública inicial (IPO) revertiam-se à própria firma, ou à sua controladora, com menor participação no financiamento da expansão de firmas privadas.

⁴¹ Como exemplo, o *cluster* de produção de meias, na municipalidade de Zhuji, fornecia uma quantidade equivalente a cerca de um terço do mercado mundial (*New York Times*, 20.11.2010).

⁴² Os efeitos desestabilizadores da mudança econômica provocaram greves industriais e manifestações. Em algumas províncias, os protestos se transformaram em motins (GOLDMAN, *op.cit.*, p. 416).

⁴³ Com exceção do comércio exterior e telecomunicações, sob o MOFTEC e o MII (WU, *op.cit.*, p. 156).

⁴⁴ Na indústria petrolífera, as atividades sobre o controle de ministérios foram reestruturadas sob três empresas integradas (SINOPEC, CNPC e CNOOC), que competiam entre si (*Ibid.*).

⁴⁵ Por exemplo, em 1999, a China National Petroleum Corporation (CNPC) transferiu seus ativos nas áreas de extração, refino, petroquímica, e comercialização à PetroChina, que absorveu apenas um terço dos empregados da companhia original. A nova empresa abriu seu capital, pelo lançamento de ações nas bolsas de Hong Kong e Nova York, sendo seguida por outras corporações chinesas de petróleo, auferindo em seu conjunto US\$ 15 bilhões (*Ibidem*).

3.3.4 Reformas do Setor Externo

A presença internacional da China ampliou-se na década de noventa, em especial nos domínios econômico, cultural e das organizações internacionais. Para atender a essas novas demandas, o Ministério de Negócios Exteriores (MNE) promoveu maior especialização de seus quadros, com envio de profissionais para realizar cursos no exterior, maior disseminação de conteúdos estrangeiros e contratação de assessoria por especialistas externos. O MNE adquiriu maior proeminência institucional também na formulação de diretivas vinculadas às vendas externas de armas, sobretudo quanto a equipamentos avançados destinados a regiões sensíveis (LAMPTON, 2001).

Indivíduos, organizações e localidades sínicas, não envolvidos formalmente no processo de política externa, também conquistaram espaços de atuação internacional. Províncias do sudoeste chinês, por exemplo, formaram coalisões para realizar negócios com países vizinhos fronteiriços, como o Vietnã, bem como as províncias de Liaoning e Shandoong firmaram acordos comerciais pioneiros com a Coreia do Sul, antes do estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais entre os dois países (Ibid.).

A abertura das regiões costeiras chinesas ao mundo exterior promoveu o rápido crescimento das economias locais, que passaram a ter acesso a recursos internacionais e a práticas de competição externa. Na primeira década da existência das quatro ZEEs pioneiras, o investimento acumulado excedeu RMB 30 bilhões, com a finalização de projetos industriais e de infraestrutura de grande escala (WU, *op. cit.*, p. 296).

A proteção tarifária chinesa, em 1992, assemelhava-se à de outros países em desenvolvimento. Segundo o Banco Mundial (1994), a RPC registrava uma tarifa média de 43,2 por cento, sendo a tarifa média ponderada de 32 por cento (equivalente à do Brasil, à época). O mesmo estudo identificou que mais da metade das importações estavam sujeitas a barreiras não-tarifárias (BNTs)⁴⁶. O acesso ao mercado de importações da China era regulado por uma combinação de tarifas, quotas e normas administrativas sob o comando das *trading-companies* estatais.

⁴⁶ As BNTs incluíam restrições de direito de comércio, quotas e licenças de importação, listas de similares locais, bem como padrões de qualidade e segurança, entre outros (Ibid., p. 312).

Durante a Rodada Uruguai (1986-94), os países em desenvolvimento obtiveram promessa de acesso facilitado para seus produtos agrícolas e manufaturados leves (como têxteis) nos mercados dos países desenvolvidos. Em contrapartida, as grandes corporações desses países receberam maior facilidade de entrada e proteção nos mercados emergentes, sobretudo, em novas áreas (investimentos, serviços, e propriedade intelectual).

A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1996, sinalizou mudanças decisivas no comércio global. À medida que as economias desenvolvidas se especializavam, de maneira crescente em serviços, os acordos internacionais passavam a acompanhar as transformações decorrentes, sob a égide da nova organização.

Paradoxalmente, antes da liberalização do seu comércio exterior, a China apresentava uma modesta parcela de exportações em manufaturas intensivas de mão-de-obra.⁴⁷ Em 1995, o perfil exportador chinês já se orientava para têxteis e vestuário, com rápido crescimento de produtos esportivos. Entre 1996 e 2001, a participação do comércio exterior da RPC como percentagem do PIB estabilizou-se, o que pode ser atribuído, em parte, a eventos externos (a crise financeira asiática), e à apreciação do RMB (da ordem de 30 %).

A rápida retomada do comércio exterior sínico só ocorreria após a acessão à OMC, quando tanto as importações como as exportações passaram a expandir-se acima de 20 por cento ao ano. Esse processo foi acompanhado do forte crescimento das exportações chinesas de máquinas e de produtos eletrônicos, que passaram a responder por mais de metade do total exportado pela China, em 2003.

Dessa maneira, a China foi um dos países que mais se beneficiou da liberalização do comércio e da globalização, como evidenciado pelo Banco Mundial “a China reforçou sua estrutura industrial, avançou no ciclo do produto, e reforçou sua competitividade internacional” (BM, 1993). A partir das crescentes exportações⁴⁸ (15 a 17 por cento a.a., ou mais do dobro da expansão do comércio internacional), as reservas chinesas tornaram-se as maiores do mundo, superando as do Japão.

⁴⁷ A participação de produtos intensivos em mão-de-obra nas exportações chinesas aumentou de 37 por cento, em 1984, para 54 por cento, dez anos depois. Em contrapartida, a participação de produtos primários declinou de 49 por cento para 15 por cento, enquanto as exportações intensivas em capital expandiram-se de 14 para 31 por cento no mesmo período (IEDB *apud* Naughton, *op.cit.*, p. 393).

⁴⁸ A China dependia de seus vizinhos asiáticos para ajuda, investimento e benefícios de comércio, e dos Estados Unidos e outros grandes mercados de consumo para absorver suas exportações.

3.3.5 Reformas Governamentais

A habilidade em implementar programas arrojados pela burocracia chinesa combinava-se com o fim do *status* privilegiado de segmentos da sociedade, sobretudo dos trabalhadores urbanos em empresas públicas. Em nível interno, um sistema competitivo de seleção de funcionários governamentais (*guokao*) foi reintroduzido na RPC, em 1994⁴⁹.

Em setembro de 1997, no XV Congresso Nacional do PCC, Jiang Zemin evocava o pensamento de Deng Xiaoping⁵⁰ para defender o desenvolvimento de várias formas de propriedade na China, na medida em que promovessem os “três favoráveis”: “ *i*) o crescimento das forças produtivas em uma economia socialista; *ii*) a resiliência do estado socialista e *iii*) o crescimento do padrão de vida da população” (JIANG, 1997, tradução nossa).

Três condições de ajuste eram propostas: “ *i*) reduzir o escopo do setor estatal e retirar o capital estatal de indústrias não essenciais à economia nacional; *ii*) buscar várias maneiras de materializar a propriedade pública que possam promover o crescimento das forças produtivas e desenvolver diversas formas de propriedade pública; e *iii*) encorajar o desenvolvimento dos setores *não-públicos* da economia, como o setor de negócios individuais e o setor privado, tornando-os importantes componentes da economia socialista de mercado” (Relatório de Jiang Zemin, 1997 apud Wu, *op. cit.*, p. 87, tradução nossa).

Em 1998, uma reorganização administrativa foi implementada para reduzir o tamanho da burocracia governamental. Vários ministérios voltados a setores específicos (como indústrias têxteis, ou equipamentos) foram extintos, e substituídos por estruturas mais leves subordinadas à Comissão Estatal de Comércio e Economia, ou por agências regulatórias.

O número de ministérios sob a administração central foi reduzido de quarenta e cinco para vinte e nove (ação similar foi implementada em nível local, em 1999), e a quantidade de funcionários públicos nessas atividades foi reduzida à metade (de oito milhões para quatro milhões). Os demitidos tinham como opção atender a cursos de graduação ou de pós-graduação, com despesas pagas pelo governo por três anos e, de acordo com o nível de senioridade, adquirir moradias a preços reduzidos (QIAN, 2006, p. 242).

⁴⁹ O critério de acesso à burocracia estatal chinesa tinha origem longínqua no século VII da era imperial, quando servidores públicos já eram submetidos a exames seletivos (*koju*).

⁵⁰ Referindo-se ao famoso discurso de Deng Xiaoping no sul da China, em 1992.

3.4. Impactos das "Reformas Profundas"

Como resultado das reformas, na segunda metade dos anos noventa os ciclos macroeconômicos de expansão e contração da economia chinesa amenizaram-se, com consequente estabilidade de preços. Enquanto os laços entre as firmas públicas, especialmente as SOEs, e o governo sínico começavam a ser rompidos, a RPC passou a obter crescentes benefícios de sua estratégia de "portas abertas" ao comércio exterior e ao investimento direto estrangeiro.

Os principais benefícios da abertura foram destacados pela literatura econômica: " *i*) a China especializou-se segundo suas vantagens comparativas, melhorando sua eficiência alocativa; *ii*) ao interagir com concorrentes estrangeiros, as empresas chinesas tiveram acesso a conhecimentos que as ajudaram a aperfeiçoar sua eficiência técnica, a melhorar a qualidade dos produtos e a acessar métodos administrativos superiores (WANG, 2006).

As empresas públicas encontravam-se sob a dupla pressão do aumento da competição no mercado de seus produtos e da redução de acesso a fundos públicos oferecidos pelos bancos estatais. Assim, SOEs e também TVEs, tiveram de se submeter a processos de reestruturação e enxugamento de suas atividades, com repercussões sobre o emprego.

A reestruturação significava a mudança de *status* de uma categoria vagamente definida como "propriedade pública" para outra gradação legal, que amiúde envolveu a privatização. A partir do XV Congresso do PCC, em 1997, os líderes dos governos locais tinham autonomia para adotar reformas no setor estatal, que incluíam decretação de falências, vendas e leilões, promoção de fusões e aquisições de empresas públicas⁵¹.

O declínio da indústria estatal, contudo, impactava sobremaneira o partido-Estado comunista. Cerca de 60 por cento das receitas do governo central provinham das SOEs⁵², daí a perda substancial de recursos do PCC. Apesar do crescimento econômico contínuo da China, o orçamento do partido progressivamente se exauria (GOLDMAN, *op.cit.*, p. 417).

⁵¹ As demissões atingiram áreas do 'cinturão de ferrugem' (*rust belt*), no nordeste da China (Manchúria) e no interior (Shanxi, Hubei e Sichuan). Apenas em 1999, quatrocentas e trinta e cinco SOEs deficitárias, trinta e uma mil pequenas minas de carvão e setenta pequenas refinarias foram fechadas (GOLDMAN, 2006, p. 416).

⁵² A lucratividade média dessas firmas, em 1996-97, reduziu-se a menos de 2 por cento do PIB chinês (em comparação com uma taxa de lucro de 15 por cento ao início das reformas) (NAUGHTON, 2007, p. 185).

Devido à natureza descentralizada da economia chinesa, a reestruturação das SOEs dependia, também, dos incentivos disponíveis aos governos locais, 'proprietários' da maioria dessas empresas. A baixa rentabilidade, entretanto, colocava dúvida quanto ao interesse dos governos locais em manter esses ativos, uma vez que agora se beneficiavam da expansão do empreendedorismo e das empresas privadas.

Assim, quando as diretivas do governo central divergiam dos interesses locais, funcionários e empreendedores aliavam-se para desconsiderar aquelas instruções. A aliança entre os dois grupos levou à crescente descentralização econômica e política, além de fomentar a corrupção (GOLDMAN, *op.cit.*, p. 418).

O desenvolvimento do setor não-estatal promovia, de maneira não intencional, um federalismo informal. A privatização, embora não mencionada como tal pelas autoridades, tornou-se usual em TVEs, empresas coletivas e estatais (SOEs), muitas vezes adquiridas por ex-funcionários. As empresas privadas, progressivamente, obtinham reconhecimento e legitimidade do governo chinês⁵³. Ao início do século XXI, um esboço de economia de mercado com estruturas de propriedade diversas emergia na RPC (tabela 7).

Tabela 7:

CHINA: PIB por Origem de Propriedade, 1990-2001 (%)

Ano	Setor estatal	Setor coletivo	Setor não público*
1990	47,7	18,5	33,8
1995	42,1	20,2	37,7
2000	37,3	16,5	46,2
2001	37,9	14,6	47,5

*setores não públicos referem-se à diferença dos demais (estatal, coletivo)

Fonte: *China Statistical Yearbook*, vários anos.

⁵³ Ao fim de 2002, o setor privado empregava 20 milhões de trabalhadores urbanos, cerca de duas vezes mais do que em 1998 (GOLDMAN, 2006, p. 417).

Em contraste com o período pioneiro das reformas⁵⁴, as reestruturações promovidas pela liderança chinesa impuseram perdas significativas a grupos sociais (a "reforma com perdedores", Naughton, 2007). O *status* dos trabalhadores urbanos das empresas estatais, o grupo mais privilegiado do regime, foi substancialmente alterado. Expostos à incerteza de colocação profissional, pela primeira vez desde a criação da RPC, parcela substancial de empregados das SOEs sofreu perdas de renda e de padrão social, além do desemprego⁵⁵.

De outra parte, o desmonte do *danwei*⁵⁶ gerava forte insegurança quanto ao futuro da população. A 'elite de Xangai', sob a liderança de Zhu Rongji, optou por "quebrar a 'tigela de ferro do arroz'⁵⁷ onde todos comiam juntos", reduzindo a participação estatal na economia, e suprimindo o emprego vitalício nas SOEs, e os benefícios a ele associados. As reformas profundas, além do desemprego, geraram mobilidade e informalidade dos trabalhadores urbanos e rurais, em busca de trabalho, e a desigualdade social ascendente⁵⁸.

O desemprego atingiu o auge em 1997, permanecendo elevado (com mais de 14 milhões de desempregados) até 2002. Nesse último ano, manifestações ocorriam em fábricas, no nordeste da RPC, onde trabalhadores demitidos protestavam pelo não pagamento dos atrasados, perdas de pensão e benefícios, e corrupção espraiada. Algumas dessas reivindicações envolveram milhares de trabalhadores e duraram mais que qualquer protesto depois de 1989 (GOLDMAN, *op. cit.*, p.417).

O Ministério de Trabalho e da Seguridade Social foi criado, em 1998 para, entre outras tarefas, direcionar os trabalhadores demitidos para Centros de Reemprego (CR). Além de prover treinamento e dar apoio à procura de nova ocupação, os CRs concediam ajuda financeira e, em cidades como Pequim e Xangai, os trabalhadores redundantes recebiam assistência por até cinco anos, proteção que não foi replicada em cidades menos prósperas.

⁵⁴ Em 1978, a maioria dos trabalhadores eram membros de coletivos agrícolas, e 6 por cento trabalhava nas TVEs rurais. Na área urbana, a força de trabalho foi organizada em unidades estatais ou coletivos urbanos. Assim, não havia mercado de trabalho na China socialista (NAUGHTON, *op.cit.*, p. 181).

⁵⁵ A partir de 1993, mais de 30 milhões de trabalhadores nas estatais foram demitidos, 38% da força de trabalho, e quase 50 milhões de trabalhadores urbanos de todos os tipos (Idem, p. 184).

⁵⁶ De acordo com Morais (2011, p. 101) "o *danwei* dava ao trabalhador chinês o senso de pertencimento à comunidade responsável não só por emprego e salário, mas também por bem-estar, *status* e controle social".

⁵⁷ Essa expressão refere-se aos empregos governamentais, que significam para os chineses segurança garantida, renda permanente e benefícios sociais (*China Daily*, 27/11/2016).

⁵⁸ Naughton (2008) estimou que 160 milhões de chineses, entre migrantes rurais e residentes urbanos, competiam por postos na construção civil, ou em fábricas têxteis, em restaurantes, ou no comércio informal.

À medida que a renda se expandia velozmente nas regiões urbanas costeiras, os rendimentos dos domicílios rurais, ao nordeste e oeste da China, cresciam lentamente. Em contraste com o passado, a desigualdade⁵⁹ alastrou-se de modo dramático, ao fim do século.

A iniquidade na RPC destacava-se em quatro níveis: *i)* no setor rural; *ii)* no setor urbano; *iii)* entre os setores rurais e urbanos, e *iv)* regional (WANG, *op. cit.*, p. 258). A desigualdade rural ocorria desde os anos oitenta, mas acelerou-se na década de 1990 (PING, 2000). Isso ocorreu em regiões prósperas, e foi ainda pior entre os camponeses pobres das partes central e oeste da China, que viviam da produção de grãos.

Da mesma maneira, a situação urbana agravou-se devido ao crescente desemprego⁶⁰. Como resultado dessa mudança estrutural, em 2003, apenas 5 por cento da força de trabalho chinesa estavam no setor público, enquanto 80 por cento, em atividades privadas (metade delas representadas por famílias camponesas).⁶¹

Ao início das reformas, o hiato urbano-rural na RPC era expressivo (a renda per capita urbana era 2,6 vezes maior que a de suas contrapartes rurais)⁶². Essa discrepância atingiu o seu ápice, em 2002, quando os ganhos do setor rural, obtidos no período inicial das reformas, foram perdidos. A mesma diferença era observada entre as regiões e, ao início do século XXI, a desigualdade atingiu seu nível mais alto na história da RPC⁶³.

A disparidade entre os setores rural e urbano foi mitigada pelo abrandamento das restrições de movimento dos habitantes do setor rural para as cidades. Migrantes internos, ou “população flutuante”, de regiões mais pobres eram atraídos por salários baixos oferecidos por empresas não-estatais e *joint ventures*, mas superiores aos rendimentos que poderiam auferir em seu lugar de origem. A remuneração total do trabalho, contudo, caiu a partir de 1998 devido à ampliação do setor informal (quase dois terços do mercado de trabalho urbano) e do migrante sem registro.

⁵⁹ Em 2001, a renda média em Xangai equivalia a US\$1.130, enquanto na rural Guizhou, US\$165 (Idem).

⁶⁰ De acordo com levantamento realizado na China, 40 por cento das residências urbanas em 1996, sofreram declínio, e a situação piorou no ano seguinte, atingindo 45 por cento das famílias (WANG, *op.cit.*, p. 259-260).

⁶¹ Empresas privadas respondiam por 8,6 por cento do emprego total; "auto empregados", 7,2 por cento; e firmas estrangeiras, 2,1 por cento (NAUGHTON, *op.cit.*, p. 185).

⁶² *China Statistical Yearbook*, 2003.

⁶³ Em 2001, o índice de Gini da RPC atingiu 0,447, tornando-a mais desigual que a maioria dos países em desenvolvimento asiáticos (o da Índia era 0,325, a Coreia, 0,32), e mesmo superior aos EUA (0,408, em 2000).

Segundo estudo da Organização Mundial do Trabalho (KHAN, 1996), a estrutura exportadora chinesa moveu-se a favor de setores intensivos em mão-de-obra⁶⁴, onde o país apresentava vantagens comparativas. O crescimento econômico orientado ao setor externo (nas ZEEs) beneficiou as províncias mais ricas e, mesmo assim, não foi acompanhado do aumento proporcional de empregos (quando o PIB crescia 1 por cento adicional, a expansão das oportunidades de emprego era de apenas 0,14 por cento).

Em termos de redução da pobreza, em 2001, 8 por cento da população total da RPC eram consideradas pobres, enquanto, em 1991, 22 por cento estavam nessa categoria (Ravallion e Chen, 2004). Nas regiões remotas com poucos recursos e muita degradação ambiental, contudo, o aumento da renda foi diminuto, e agravado pela queda de preços dos produtos agrícolas decorrentes da liberalização do mercado.

A China alcançou uma renda per capita equivalente a US\$ 2.500 (em PPP), em 1994. Em termos comparativos, países grandes, como Brasil e Indonésia, atingiram essa renda bem antes. No primeiro caso, esse patamar foi alcançado em 1964, seguido do “milagre brasileiro” sob a ditadura militar, com taxas médias anuais de crescimento de 8,2 por cento, entre 1964 e 1980. A Indonésia atingiu essa posição em 1990, e seu crescimento econômico (7,4 por cento anuais, entre 1968 e 1997), foi sustado pela crise asiática e a deposição de Suharto (dados extraídos de Maddison, 2001).

Em 2003, a China registrou um produto per capita (nominal) de US\$ 1.274 - bastante inferior aos vizinhos asiáticos, como Malásia ou Tailândia, à Turquia, ou a países latino-americanos, como Brasil, Colômbia e México. A comparação com a Índia, à época, era mais favorável à RPC, cujo produto per capita equivalia ao dobro do indiano⁶⁵.

A distância entre a China e essas economias reduz-se quando se aplica o PIB per capita em PPP (US\$5.788, em 2003), colocando-a como “país em transição para a renda média”. O índice de desenvolvimento humano (IDH)⁶⁶ da RPC era similar ao do Brasil ou da Turquia, que exibiam um produto per capita maior (nominal e em PPP).

⁶⁴ Cerca de 80 por cento das exportações chinesas, no último quinquênio do século XX, provinham de onze províncias costeiras, as mais ricas da China, onde se concentravam 40 por cento da população (KHAN, 1996).

⁶⁵ Segundo Morais (2011, p. 120), isso devia-se a "terra muito menos concentrada, ao acesso igualitário em termos de gênero à educação e ao regime de modernização chinesa (com viés intensivo em mão-de-obra)".

⁶⁶ O IDH é uma medida do PNUD, que corresponde à média dos índices de expectativa de vida, de alfabetização e de matrícula escolar para comparar a evolução da qualidade de vida entre os países.

3.5 A China como a "Fábrica do Mundo"

Em 2002, último ano da gestão de Jiang Zemin, a China tornou-se a sexta maior economia no comércio internacional, e o maior mercado recipiente de investimento direto estrangeiro (IDE) no mundo. Exibindo taxas médias anuais de crescimento do PIB e do comércio exterior de 10 e 16 por cento, respectivamente, entre 1978 e 2000, a estratégia chinesa de “portas abertas” (*kaifang zhengce*) gerava benefícios incontestes.

Como salientado profusamente pela literatura, a China atingiu um ritmo de expansão dos padrões de vida material sem precedentes na história da civilização⁶⁷. Segundo o Banco Mundial, entre 1978-1995, se as províncias sínicas fossem computadas como economias individuais (e, de fato, elas equivaliam a países médios em termos de território e população), “as vinte economias mundiais mais dinâmicas seriam chinesas” (*World Bank*, 1997).

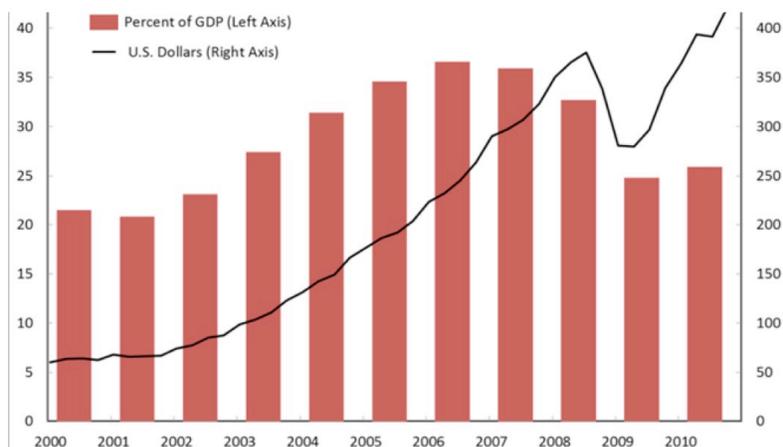
3.5.1 Comércio Exterior

Na metade da década de 1990, o comércio exterior da RPC era responsável por mais de um terço do PIB, e três vezes maior que o valor observado em 1980. Lardy (1994, p. 110) constatou que, à época, a China era “mais integrada à economia mundial do que o Japão, Taiwan ou a Coreia do Sul, em estágios comparáveis de desenvolvimento econômico”. O crescimento acelerado chinês, de fato, vinculava-se intrinsecamente ao mundo exterior, em termos de mercados, tecnologias e recursos financeiros.

Em 2000, as exportações chinesas equivaliam ao total alcançado por Brasil, Índia, Indonésia e Malásia em conjunto. O maior superávit era atingido no comércio bilateral com os Estados Unidos (US\$ 84 bilhões, no ano 2000), superando, pela primeira vez, o Japão (MOORE, 2002, p. 3-5). Neste ano, as exportações já representavam 20 por cento de PIB chinês, e atingiram 35 por cento em 2005 (Figura 4). As indústrias chinesas emergiam como competidoras no mercado internacional pela oferta de bens leves de consumo (têxteis, calçados esportivos, eletrodomésticos e brinquedos), que logo se diversificou em equipamentos de geração de energia e máquinas de escritório.

⁶⁷ De acordo com dados do Banco Mundial (1997), a RPC conseguiu dobrar o seu produto, entre 1978 e 1987, ultrapassando o desempenho - tanto de países de industrialização original (Reino Unido, Estados Unidos e Japão), como os de industrialização tardia (Brasil e Coreia do Sul, p.ex.). Esse comportamento se repetiria entre 1987 e 1996.

Figura 4:
CHINA: Exportações, 2000-2010
(% do PIB e bilhões de dólares)



Fonte: *China National Bureau of Statistics* apud *Federal Reserve*.

O regime preferencial de processamento de exportações⁶⁸ era conferido em toda a região costeira chinesa onde firmas exportadoras estrangeiras (FEE) operassem, e não circunscrito a zonas restritas, como ocorreu em outros países. A origem majoritária dessas empresas era Hong Kong e Taiwan, que possuíam experiência pregressa em comércio exterior e cuja *expertise* era, então, transferida. Em 2005, mais da metade das exportações eram produzidas por subsidiárias de empresas estrangeiras na China (DAVIES e SAUVANT, 2010). Em termos de importações, no curto período entre 1998 e 2004, a China tornou-se três vezes mais aberta (de 4 para 12 por cento do PIB).

Em consequência, as FEEs expandiram sua participação no total das exportações celeremente⁶⁹, respondendo por dois terços do incremento das exportações sínicas, entre 1992 e 2005. Em contrapartida, os exportadores domésticos - predominantemente SOEs - não se beneficiavam dos mesmos incentivos, com resultante menor êxito no mercado externo, sobretudo em sua fase de reestruturação (1995-1999). A aplicação chinesa à OMC foi, assim, importante fator motivacional para a redução do dualismo no regime comercial.

⁶⁸ Esse regime oferecia não só a isenção de impostos sobre o conteúdo importado, como também a opção de não se submeter ao aparato regulatório formal de importação controlado por corporações estatais.

⁶⁹ As FEEs atingiram 58 por cento, em 2005, partindo de 1 por cento, em 1985 (NAUGHTON, *op.cit.*, p. 387).

A China beneficiava-se do *status* de comércio como “nação mais favorecida” pelos Estados Unidos, que foi renovado ano a ano, a partir de 1980, mesmo depois das tensões no relacionamento bilateral devido à repressão aos manifestantes chineses em Tiananmen. Em 1994, o comércio bilateral atingiu US\$ 60 bilhões, e quadruplicou em uma década. O crescente déficit comercial norte-americano com a China no período (de US\$ 30 bilhões em 1994 para US\$ 162 bilhões em 2004) atingiu um quarto do déficit do comércio global estadunidense. Em consequência, pressões internas demandavam barreiras às importações norte-americanas da China bem como a valorização do yuan (BOWN et al., 2005).

Essa retórica assemelhava-se à argumentação utilizada ao longo do conflito comercial entre os Estados Unidos e o Japão na década de oitenta. Os Estados Unidos apresentavam um vasto déficit de comércio bilateral com o Japão, bem como déficits comerciais e na conta corrente de seu balanço de pagamentos. O Japão evitava a valorização do yen pela aquisição maciça de títulos da dívida norte-americana, financiando, assim, o elevado e crescente déficit fiscal dos Estados Unidos.

Adicionalmente, tanto no Japão como na China, os subsídios governamentais às indústrias exportadoras exerciam importante papel no sucesso do modelo. A partir de 1981, um acordo de restrição voluntária limitou o dinamismo das exportações nipônicas de automóveis para o mercado norte-americano. No caso chinês, ações bilaterais restringiram exportações de têxteis e vestuários chineses para os Estados Unidos, bem como outros setores exportadores sínicos receberam medidas *antidumping* (Ibid.).

Outras notáveis diferenças são observadas entre as duas posições. Nos anos oitenta, as importações japonesas, especialmente de bens intermediários, eram reduzidas quando comparadas a outras economias industrializadas. Em contraste, as importações chinesas são amplas e crescentes, uma vez que a produção pelas firmas locais é altamente integrada às cadeias globais de valor. Além disso, as corporações multinacionais tiveram pouco sucesso em penetrar no mercado doméstico japonês naquele período, enquanto a China classificava-se como o país que mais recebeu investimentos estrangeiros em 2004. Finalmente, o Japão já se aproximava do pleno emprego nos anos 80, enquanto a RPC dispunha de grande contingente populacional deslocado das terras rurais, bem como os trabalhadores desempregados pela reestruturação e o encerramento de empresas estatais e coletivas.

3.5.2 Investimento Direto Estrangeiro

A atratividade ao capital estrangeiro também caracterizou a China na década de noventa. Entre 1992 e 2000, a RPC foi a maior recipiente de investimento direto estrangeiro (IDE)⁷⁰ entre os países em desenvolvimento, e a terceira colocada em termos mundiais. A partir da metade da década, as firmas estrangeiras respondiam por mais de 40 por cento das exportações totais, com participação crescente não só nos investimentos, mas também no produto industrial, impostos e empregos. Em 2003, 10 por cento do fluxo de IDE global (totalizando US\$ 600 bilhões) dirigiram-se à RPC (MOORE, *op.cit*, p. 7).

Dois características distintivas definiam o investimento na RPC, na última década do século XX. Em primeiro lugar, a entrada de capital estrangeiro destinou-se principalmente à indústria manufatureira. Em segundo, grande parte dos recursos veio de dois “pequenos tigres”, Hong Kong e Taiwan. A explicação desse processo reside, essencialmente, na reestruturação das redes de produção orientadas à exportação das economias asiáticas.

A predominância de Hong Kong e de Taiwan como fontes de IDE é explicada pela percepção de risco elevado pelos demais investidores, no período pioneiro das reformas, e pela preferência dada aos relacionamentos informais entre os chineses étnicos. A menor escala dos projetos permitia que as negociações ocorressem diretamente com os governos locais, nas ZEEs, valendo-se da confiança advinda de relações pessoais.

Algumas características adicionais explicam essa escolha: *i)* a experiência pregressa das empresas entrantes em processamento de exportações com o qual eram familiarizadas; *ii)* a abundância e o custo baixíssimo da mão-de-obra razoavelmente treinada na RPC; *iii)* a prioridade concedida, inicialmente, às exportações pelo governo chinês. A exigência de gerar saldos cambiais positivos para a repatriação de lucros também inibia a vinda de investidores dos países desenvolvidos (Zhang, 2005 apud ALVES, 2014, p. 319).

A política de atração de IDE voltado às exportações perdurou até 1992. As províncias costeiras chinesas, que abrigaram as ZEEs pioneiras⁷¹, apresentavam uma concentração ainda maior dos capitais de chineses expatriados, com ênfase às indústrias intensivas em mão-de-obra que não atuavam em setores de fronteira tecnológica.

⁷⁰A China recebeu US\$ 372 bilhões de IDE, entre 1979 e 2000, 80 por cento desse total, a partir de 1990.

⁷¹ Como Guangdong, Fujian, Xangai, Jiangsu e mesmo Pequim.

O retorno dos investidores estrangeiros ao mercado chinês, iniciado em 1992-93, pode ser, em parte, explicado pelo aval da continuidade das reformas transmitido nos discursos de Deng Xiaoping na “jornada ao sul”. Como maior atrativo, a participação do capital estrangeiro foi estendida, seletivamente, ao atendimento do grande e dinâmico mercado interno chinês⁷², sob a modalidade de “transferência de tecnologia em troca dos mercados domésticos” (HUANG e SHARIF, 2009, p. 4).

Em contraste com o padrão de industrialização do Japão, da Coreia do Sul e, mesmo, de Taiwan - onde a entrada de capital estrangeiro foi limitada nos períodos de maior crescimento (correspondendo a cerca de 1 por cento do PIB), a China adotou postura mais liberal ao investimento externo (em torno de 4 por cento do PIB), na década de noventa⁷³.

Essa decisão era alinhada ao modelo de outras economias do sudeste asiático, com maior abertura ao investimento estrangeiro (também chamadas ‘NICs de segunda geração’⁷⁴), particularmente na manufatura orientada à exportação. Os investimentos eram atraídos pela abundância de mão-de-obra barata chinesa, e pelo recurso de utilizar a China como plataforma para o mercado internacional.

Originariamente, a RPC encorajou a formação de *joint ventures* contratuais, que se tornaram a modalidade dominante de ingresso do IDE no mercado chinês⁷⁵, entre 1987 e 1996. À medida que a China evoluiu para uma economia de mercado, os investidores estrangeiros passaram a dar preferência à criação de filiais sob seu controle exclusivo.

O IDE, visando a substituição de importações, proveio de empresas multinacionais (EMNs) de países desenvolvidos, atraídas pelo potencial do mercado chinês. Esse investimento trouxe consigo experiência gerencial, canais de *marketing* e conhecimento tecnológico. A transferência de tecnologia de produção (mas não de concepção) pelas corporações multinacionais na China foi crucial nesse período.

⁷² Novos setores, como o imobiliário, foram abertos aos investidores externos, e as empresas manufatureiras estrangeiras passaram a ter direito de vender seus produtos no mercado doméstico chinês.

⁷³ Até 1990, a entrada de IDE nunca excedeu 1 por cento do PIB chinês, e restringiu-se, à província de Guangdong (NAUGHTON, 1996, p. 277).

⁷⁴ Como Malásia, Tailândia, Filipinas e Indonésia.

⁷⁵ Em 1986, o governo chinês introduziu as “22 provisões” para encorajar a entrada de IDE voltado à exportação e/ou tecnologias sofisticadas. Incentivos tributários foram estendidos a qualquer firma com participação estrangeira, independente de sua localização, e também foram relaxadas as restrições à conversão cambial e à remessa de lucros (ALVES, *op. cit.*, p. 315).

Devido à taxa de poupança doméstica bastante alta, em teoria a China era menos dependente do investimento estrangeiro que outros países em desenvolvimento⁷⁶. A formação bruta de capital fixo (FBKF) ultrapassava 40 por cento do PIB chinês, uma proporção extraordinária mesmo entre as economias asiáticas.

Ao início dos anos noventa, criavam-se novas modalidades de ZEEs. A zona especial de Pudong (no leste de Xangai) serviu de “efeito demonstração”, ao ser instalada na região mais desenvolvida do país. O mercado imobiliário urbano foi aberto ao capital estrangeiro, bem como setores do varejo, atraindo recursos vultosos, especialmente de Hong Kong.

A China passou a abrir, gradualmente, o mercado interno às empresas estrangeiras, inclusive em serviços - como os de telecomunicações, bancos e seguros, com vistas ao acesso às tecnologias avançadas, e também como parte dos requisitos à acessão a OMC. Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET) foram aprovadas em 1992-93, além da criação das Zonas Industriais de Alta Tecnologia.

De maneira a nortear o IDE, a partir de 1995, o governo chinês passou a publicar edições do ‘Catálogo de Orientação às Indústrias de Investimento Estrangeiro’. Nessa publicação, projetos eram classificados em quatro divisões: ‘proibido, restrito, encorajado e permitido’, e listas dos setores incluídos nas três primeiras categorias, disponibilizadas⁷⁷.

Com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais crescentes, o governo chinês passou a promover a entrada de IDE⁷⁸ nas regiões centrais e ocidentais do país. Dezessete ZDETs foram criadas no interior da China, em 2000-2002, quando também foi lançado o Programa de Desenvolvimento Ocidental, estendendo esses privilégios nas províncias interioranas.⁷⁹

De outra parte, a ascensão chinesa como a “fábrica do mundo” permitiu a Hong Kong transitar para uma economia com base em serviços. A relação simbiótica desenvolvida com

⁷⁶ Os países em desenvolvimento – excluindo a RPC – tiveram entrada de capital estrangeiro equivalente a 15 por cento de sua formação bruta de capital fixo, entre 1999 e 2001, enquanto na China o investimento externo contribuía com 11 por cento nesse período (Ibid.).

⁷⁷ Por exclusão, as atividades que não constavam das listas eram presumidas como ‘permitidas’, salvo restrição em outro documento legal (ALVES, *op.cit.*, p. 316).

⁷⁸ Dayal-Gulati e Husain (2002) recolheram evidências de que a distribuição espacial do IDE ajuda a explicar as disparidades regionais na China.

⁷⁹ Outras tantas foram implementadas por governos locais sem apoio da administração central (Ibidem).

a província de Guangdong e, particularmente, com a ZEE de Shenzhen, gerou a especialização da ilha em serviços desregulados, como bancos, mercado de capitais, logística e portos. Uma parcela expressiva do IDE proveniente de Hong Kong eram capitais exportados pela China continental que regressavam (*'round trip'*) sob aquela rubrica para obter as vantagens oferecidas aos investidores externos (Ibid.).

Os Estados Unidos tornaram-se o terceiro maior investidor no mercado chinês até 2002, embora esses recursos não se orientassem à ampliação do comércio bilateral entre os dois países⁸⁰. Em 2005, o mercado sínico absorvia dois terços da produção de subsidiárias norte-americanas ali instaladas, e apenas um quarto destinava-se a terceiros mercados (Greaney e Li, 2009, p. 622, apud ALVES, *op.cit.* p. 320), e uma parte ínfima (menos de 2 por cento) do déficit comercial dos Estados Unidos com a China, em 2005, devia-se às exportações dessas subsidiárias⁸¹.

Capitais da Coreia do Sul e do Japão tinham por característica a exportação de um 'pacote' (bens de capital, intermediários, partes e peças) para a China, onde se dava o processamento intensivo em mão-de-obra, e a subsequente exportação para terceiros países. Esse padrão difundiu-se para setores de alta densidade tecnológica, como os de equipamentos eletrônicos, de comunicação e de bens de capital.

O ingresso de IDE japonês acelerou-se no período 1993-96, antecedendo a crise asiática e a forte depreciação cambial do iene. Contudo seu montante equivalia a um terço do IDE de Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul somados (embora o PIB japonês fosse seis vezes maior), em parte justificado pela estagnação econômica japonesa nessa década.

Depois da crise asiática, os fluxos de IDE dirigidos à China atingiram seu auge em 2004, alcançando mais de US\$ 60 bilhões, em 2005. O investimento externo, contudo, permanecia concentrado geograficamente na região costeira, que respondia por 93,5 por cento do IDE naquele ano (US\$ 56,4 bilhões).

⁸⁰ Dados oficiais norte-americanos indicam que, em 2005, apenas 8,2 por cento das vendas das subsidiárias de empresas industriais americanas na China destinavam-se ao mercado norte-americano (ALVES, *op.cit.*, p. 320).

⁸¹ Cadeia varejistas norte-americanas, como o *Wal-Mart* são grandes importadoras de produtos *made in China*, oriundos sobretudo de fábricas chinesas sediadas em Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul (Ibid.).

3.5.3 Globalização Econômica

A globalização econômica (*quanqiuhua*) foi incorporada ao discurso político chinês sob a gestão Jiang Zemin, ao início da década de 1990. De um lado, a globalização era vista como oportunidade de enriquecimento do Estado chinês e, de outro, o afrouxamento do controle governamental sobre a economia, para se adaptar às regras internacionais, era interpretado como ameaça de erosão do partido-Estado sob pressões ocidentais.

Como outras economias emergentes, a China exercia um mercantilismo ofensivo de maneira a acumular reservas em moeda estrangeira que a protegesse de potenciais choques futuros. A participação das exportações no PIB chinês cresceu continuamente, de 10 por cento no início dos anos 80 para um pico acima de 39 por cento em 2006. Em 1995, a China ainda não mostrava relevância como importadora de bens de outros continentes⁸², mas o comércio intra-asiático já representava 17 por cento do comércio global em 2000.

Sucedendo à autossuficiência em petróleo, a China passou a ser importadora líquida de derivados petrolíferos a partir de 1993, e de petróleo bruto em 1996⁸³. Embora a região do Golfo Pérsico, incluindo a Arábia Saudita, fosse a maior provedora de óleo e gás à China, a RPC estabeleceu acordos em diversas partes do mundo, como na Ásia Central, na América Latina e na África Subsaariana⁸⁴ em parcerias para extração, produção e refino de petróleo.

A demanda crescente da China por matérias primas - incluindo metais básicos (como o ferro) e preciosos, materiais de construção, alimentos - entre outros, gerava dependência de países fornecedores desses produtos. Nesse contexto, é possível compreender o interesse da RPC pelo Brasil, quando o vice primeiro-ministro Zhou Rongji, em visita ao país, aventou a possibilidade da parceria estratégica, em meados de 1993⁸⁵. Oficialmente, essa decisão pioneira foi precursora de uma série de outras alianças estabelecidas com diversos países pela China nos anos vindouros.

⁸² Naquele ano, a RPC adquiriu 2 por cento do total das exportações do continente americano e da Oceania, respectivamente, e 1 por cento do total das exportações africanas (UNCTAD, 2016).

⁸³ O campo petrolífero de Daqing, na província de Heilongjiang no nordeste da China, atingiu o pico de produção de um milhão de barris por dia, entre 1975 e 2003, quando então começou a declinar.

⁸⁴ Em 2002, a RPC procurou melhorar o relacionamento com o MPLA, vencedor em Angola, oferecendo US\$ 5 bilhões em empréstimos a juros baixos, e substituiu a Total francesa em vários campos de petróleo (Ibid.).

⁸⁵ A China reiniciava seu processo de modernização, depois da tragédia de Tiananmen, e a aliança reforçava os interesses dos dois parceiros em termos de ação conjunta nos fóruns internacionais (OLIVEIRA, 2012, p. 93).

Ao final do século XX, Pequim passou a encorajar as empresas chinesas a sair (*go out*) para o mercado externo (*zouchuqu*), e adquirir recursos, em mercados além da Ásia⁸⁶. De acordo com acadêmicos sínicos, a direção da influência pode ser compreendida de forma inversa, a medida em que as empresas petrolíferas chinesas pressionavam o governo a ajudá-las a competir com suas contrapartes estrangeiras (Daojiong, 2005 apud ZWEIG e JIANHAI, 2005, p. 34). Em paralelo, acordos preferenciais de comércio (APC) passaram a ser pactuados pela China na região da Ásia-Pacífico, bem como em outras áreas geográficas⁸⁷.

O forte dinamismo acarretou nova dimensão da política externa chinesa, conhecida como ‘diplomacia comercial’⁸⁸ (*shangwu waijiao*), ou ‘diplomacia de recursos’. A expressão significava o recurso à negociação para influenciar a política governamental nas esferas do comércio exterior e dos investimentos, ou o uso do poder econômico em decisões políticas, ou mesmo estratégicas (LANTEIGNE, *op. cit.*, p. 63).

Ao longo da gestão de Jiang-Hu, a formulação da política externa sínica passou a ser mais descentralizada, como parte de abordagem ampla orientada ao desenvolvimento de elos econômicos e de melhora no relacionamento com seus vizinhos e com outras regiões do mundo⁸⁹.

As instituições chinesas responsáveis pelo desenvolvimento da política externa passavam também por reformas, de maneira a se reajustar às circunstâncias domésticas e internacionais em transformação. Consequentemente, o número de atores, incluindo setores do governo chinês, mas também indivíduos e atores não estatais interessados e participantes na formulação da política externa, não pararam de crescer.

⁸⁶ Apenas em 2002, 6.960 empresas sínicas foram estabelecidas fora da RPC. Contudo, a atuação dessas firmas gerou controvérsia, pelo não cumprimento das normas internacionais no tratamento dos trabalhadores locais (ZWEIG, 2011, p. 42).

⁸⁷ Acordos preferenciais bilaterais foram estabelecidos com Chile, Costa Rica, Hong Kong, Macau, Paquistão, Peru e Cingapura, bem como a cooperação econômica com Taiwan. O Acordo de Livre Comércio China-ASEAN foi proposto por Zhu Rongji em 2000, mas implementado somente uma década depois (2010).

⁸⁸ Dada a dificuldade de acordo preferencial da RPC com a União Europeia, a China buscou países menores, como Islândia, Noruega e Suíça, não membros da EU, para negociar individualmente os acordos (Ibid.).

⁸⁹ A RPC colaborou com o acordo internacional de paz no Camboja, em 1991, e com os Estados Unidos no fechamento de acordo com o Vietnã do Norte, em 1994 (SUTTER, 2013, p.94).

3.6 A Política Externa Chinesa no Período Pós-Guerra Fria

No período pós-Guerra Fria, os Estados Unidos eram vistos na China como o poder internacional líder determinado a manter sua dominância e hegemonia nos assuntos internacionais. O condicionamento da elite chinesa e da opinião pública pela mídia e a educação controlada pelo governo reforçava o senso de forte patriotismo e de suspeição dos Estados Unidos pela população.

A política chinesa pós-Guerra Fria para o sudeste asiático, por sua vez, estava alinhada com os esforços da China em reduzir as tensões em sua periferia. Essa posição era parte do objetivo maior de manter um “ambiente internacional pacífico” necessário à ambiciosa agenda chinesa de mudanças econômicas e reformas e à manutenção do papel proeminente do Partido Comunista Chinês.

Em reciprocidade à visita do primeiro ministro indiano Rajiv Gandhi à China em 1988, o *premiê* Li Peng visitou a Índia em 1990, e o presidente Jiang Zemin fez uma viagem ao país em 1996. De outra parte, a China mantinha seu apoio econômico e militar ao Paquistão, onde se incluía o desenvolvimento de armas nucleares e de sistemas de lançamento de mísseis balísticos (SUTTER, *op. cit.*, p.246).

A administração de Jiang fez progressos significativos no desenvolvimento das relações internacionais da RPC, incluindo a abertura de contatos com países do Círculo do Pacífico e também com países em desenvolvimento. Sob seu comando, a China desenvolveu “parcerias estratégicas” (*huoban*) bilaterais⁹⁰ com diversos países, bem como organizações em nível governamental, incluindo o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), que permitiam o encontro de lideranças internacionais para conversações.

Em meio à moderação e a concessões chinesas, em 2002, e refletindo o interesse dos Estados Unidos em consolidar e evitar tensões com a RPC, em uma conjuntura de preocupações norte-americanas com guerra ao terrorismo, Iraque e Coreia do Norte, a administração Bush deu alta prioridade ao relacionamento com Jiang Zemin como “amigo”.

⁹⁰ Incluindo a Rússia (1996); ASEAN, Canada, França, Índia, México e Estados Unidos (1997); União Europeia, Japão, Paquistão e Reino Unido (1998); Egito, Arábia Saudita e África do Sul (1999) (LANTEIGNE, 2016, p. 24).

3.6.1 A China e o Multilateralismo: a Acesso à Organização Mundial do Comércio

Uma das mudanças mais sensíveis da política externa chinesa a partir do reformismo foi a aproximação gradativa da RPC às organizações multilaterais e aos regimes internacionais. A convergência chinesa ao multilateralismo (*duobian weijiao*) apoiava-se em seu crescente poder de barganha, sustentado pela dimensão e dinamismo do seu imenso mercado interno. A China deslocava-se, gradativamente, à posição de “influenciar o sistema”, com recurso crescente a coalisões com outros países em desenvolvimento.

O engajamento institucional junto às organizações internacionais de caráter econômico, na visão do governo chinês, era menos suscetível a riscos, devido a sua maior transparência. Assim, a liderança política chinesa foi iniciadora e condutora do acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC), em um processo político *top-down*, que contornou e reestruturou a burocracia sínica, relutante e reativa, sob crescente pressão de um sistema internacional globalizado.

A elite reformista buscava a maior integração da China no mercado mundial, de maneira a aumentar o protagonismo externo chinês, bem como aprofundar as reformas domésticas. Logo após Zhu Rongji tornar-se primeiro ministro, em 1998, era lançada a campanha “um pequeno governo e um grande mercado” (*xiao zhengfu, da shichang*), com vistas a reduzir a burocracia estatal e, ao mesmo tempo, reforçar as equipes da área macroeconômica.

A nova estrutura reduziu o número de participantes (resistentes) na coordenação política ligada ao acordo da OMC. A racionalização organizacional implementada foi a maior redução da burocracia⁹¹ desde 1949. Outros ministérios ligados à indústria foram rebaixados, incluindo aqueles oponentes à adesão à OMC, e o processo decisório passou a ocorrer em instância superior. O “envolvimento pessoal da liderança do Partido recolocou a proposta de adesão chinesa à OMC no rumo certo” (FENG, 2006, p. 129). O Pequeno Grupo de Liderança em Negócios Econômicos e Financeiros, liderado por Zhu Rongji entre 1998-2003, também tomava decisões sobre a integração chinesa à economia global.

⁹¹ Quarenta ministérios, comissões e agências do Conselho de Estado foram reduzidos a vinte e nove, e com concomitante modernização. Mais de duzentos escritórios sob a direção desses ministérios e comissões foram também abolidos. Por exemplo, o Ministério dos Correios e Telecomunicações fundiu-se com o Ministério da Indústria Eletrônica, criando-se o Ministério da Indústria da Informação.

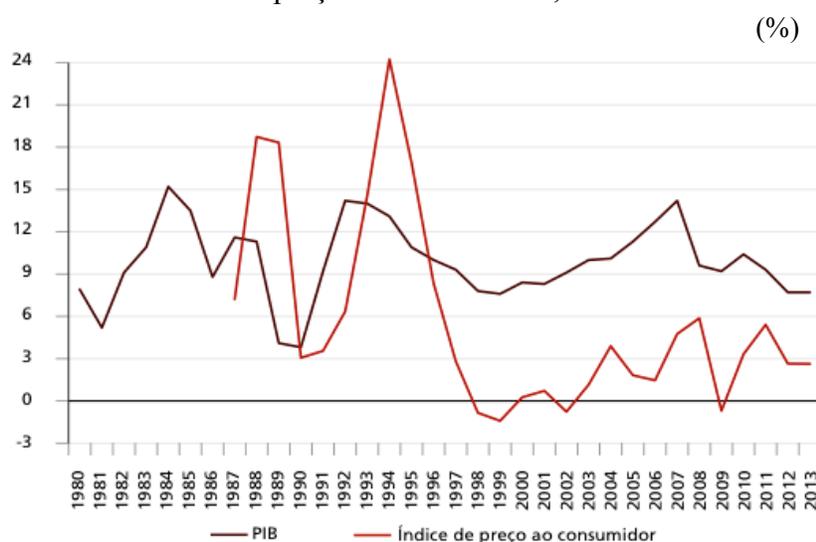
O maior obstáculo às ambições da China junto à OMC era a postura norte-americana, que alegava ausência de histórico de livre mercado e possíveis danos à sua economia decorrentes da aceitação da grande, e ainda pouco regulada, economia sínica. Governos estrangeiros, particularmente de países desenvolvidos, bem como interesses das empresas multinacionais pressionavam Pequim nas negociações multilaterais.

Como resposta, a China implementou reformas comerciais, reduzindo tarifas sobre vários produtos, bem como começou a remover barreiras não-tarifárias. O longo processo e a extensão das ofertas geravam reações internas, incluindo dos acadêmicos e intelectuais da “Nova Esquerda” (*xinzuopai*), preocupados com o entusiasmo do governo chinês quanto à globalização (LANTEIGNE, 2016, p. 81).

O envolvimento direto da liderança nas negociações da OMC em 1999 tinha razões domésticas, uma vez que a legitimidade do regime se apoiava em altas taxas de expansão da economia, e na conseqüente melhoria dos padrões de vida da população. O crescimento do PIB chinês, contudo, declinava desde a metade da década, ao mesmo tempo que a economia sofria um processo deflacionário prolongado (Figura 5).

Figura 5:

CHINA: Taxa de crescimento real do PIB e Índice de preços ao consumidor, 1980-2013



Fonte: Fundo Monetário Internacional, Estatísticas Financeiras Internacionais.

Adicionalmente, a erupção da crise financeira asiática foi severo revés ao setor externo da economia (que já representava 40 por cento do PIB chinês), que também se ressentia da valorização real do RMB entre 1994 e 1997. A expansão das exportações chinesas foi diminuta, em 1998 e 1999 (0,3 e 6,3 por cento, respectivamente, comparada ao crescimento de 21,1 por cento em 1997), enquanto a entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) também se contraía.

A acessão à OMC surgia como oportunidade para impulsionar esses dois pilares do crescimento recente da China. Com a expansão do PIB, mais empregos seriam gerados de maneira a aliviar o desemprego urbano causado pela reestruturação das estatais. Ao mesmo tempo, o ingresso na Organização era um expediente para dismantelar o núcleo da economia planificada, as empresas estatais (SOEs) (FENG, *op.cit.*, p.105-106).

O envolvimento pessoal do presidente norte-americano Bill Clinton reforçava a expectativa de que o acordo bilateral fosse estabelecido em breve. Esse gesto foi o pretexto utilizado por Jiang e Zhu para convencer os oponentes internos ao entendimento na OMC. Em viagem a Washington, em abril de 1999, Zhu Rongji declarava que a RPC estava preparada para oferecer ‘concessões substanciais’⁹², no âmbito da OMC.

Apesar de vários sérios incidentes⁹³ no relacionamento sino-americano, ao longo de 1999, que enfraqueceram politicamente Zhu Rongji, as negociações foram retomadas e, em 15 de novembro de 1999, o acordo bilateral entre os dois países foi firmado, com ratificação pelo congresso norte-americano em 2000. A partir dessa decisão, a União Europeia tornou público que 80 por cento de suas metas de negociação com a China já haviam sido preenchidas. Pendências nas áreas de seguros, telecomunicações e comércio varejista, foram superadas, e o acordo foi pactuado em maio de 2000.

⁹² As negociações finais foram realizadas no outono de 1999 em Pequim. Segundo Panitchpakdi e Clifford (2002, p. 70), as empresas norte-americanas foram beneficiadas, uma vez que poderiam ter participação de 49 por cento em empresas de telecomunicações e Internet, com possibilidade de aumento para 50 por cento em dois anos. As tarifas agrícolas foram reduzidas para 14.5 por cento, em média, e os produtos não poderiam ser subsidiados. As importações de cítricos, grãos, carnes bovinas e aviárias, proibidos de longa data, foram eliminadas, bem como restrições geográficas aos negócios dos bancos estrangeiros, que receberam permissão de diversificar os mercados de financiamento, como em automóveis. Mesmo Hollywood foi beneficiada, com a exibição de 20 filmes estrangeiros por ano na RPC. A apreensão quanto a subsídios ocultos na economia planejada sínica deu-lhes direito de classificar a China como uma economia de não-mercado por 15 anos.

⁹³ Em maio de 1999, a embaixada chinesa em Belgrado foi bombardeada por forças da OTAN sobre a Iugoslávia. Apesar de os norte-americanos alegarem que fora uma bomba perdida, na visão chinesa, isso era teste à firmeza sínica, além de retaliação pelo apoio da RPC à Iugoslávia (FENG, *op. cit.*, p. 108).

Quando o México aceitou os termos de entrada da RPC, em setembro do mesmo ano, a China finalizava as conversações bilaterais requeridas com todos os 37 membros da OMC que desejavam negociar as condições do acesso sínico. Por fim, na quarta conferência ministerial da OMC realizada em Doha, ao final de 2001, a China assinava o acordo de adesão, e tornava-se o 143º membro da OMC.

A liberalização do regime de comércio pela adesão à OMC levou ao recrudescimento do comércio exterior chinês. Depois de 2002, as exportações e importações sínicas expandiram anualmente acima de 20 por cento. A produção fabril intensiva em mão-de-obra, sobretudo vestuário, manteve forte demanda externa (em parte, antecipando o fim das quotas de importação de têxteis ao final de 2004) (MOORE, *op. cit.*, 394).

A RPC também buscou o multilateralismo, pelo estabelecimento de parcerias com Estados selecionados. A primeira delas foi com a Federação Russa, sob Boris Yeltsin, encerrando o período de animosidade entre os dois antigos aliados. Outras parcerias eram firmadas, em diferentes condições, com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, e também com países em desenvolvimento, como África do Sul, Brasil, Índia e México.

Seguindo a crise asiática, a RPC propôs encontros formais com a ASEAN que, em 1999, se constituiu na ASEAN+3, reunindo os dez membros asiáticos com China, Coreia do Sul e Japão. O multilateralismo desenvolveu-se no escopo da política externa sínica, por reear a unipolaridade norte-americana⁹⁴. Shambaugh (2004-2005, p. 75) argumentou que os interesses chineses nas instituições regionais asiáticas se expandiram, em parte, pela percepção de que os interesses norte-americanos não eram dominantes em várias delas. Assim, a natureza aberta dessas instituições teria dado oportunidade para a China desenvolver abordagem própria de cooperação regional.

A acessão à Organização Mundial do Comércio foi um marco na trajetória chinesa em tornar-se global. No longo prazo, o aprendizado advindo do processo de negociação política foi positivo em termos de maior liberalização econômica, profissionalização da burocracia sínica e, mesmo, de democratização. A aceitação da China como economia de mercado por seus parceiros comerciais constituiu-se, contudo, em desafio adicional a esse processo.

⁹⁴ A literatura chinesa de relações internacionais frequentemente reduzia a questão da unipolaridade pós-Guerra Fria, fazendo referência a “um superpoder, quatro grandes poderes” (*yi chao si qiang*), ou seja, Estados Unidos e China, Europa, Japão e Rússia (LANTEIGNE, *op. cit.*, p. 81).

3.6.2 O Fim da Guerra Fria e as Repercussões sobre a Política de Segurança da China

Com o fim da Guerra Fria, em teoria, reduziu-se a possibilidade de conflitos diretos entre Estados. Nesse período, Pequim passou a beneficiária de um “dividendo de paz”, que lhe deu condições de recompor o relacionamento com vários países egressos da antiga União Soviética, bem como em seu entorno asiático (LANTEIGNE, *op. cit.*, p. 100).

Depois de Tiananmen, a diplomacia chinesa buscou continuidade e aprofundamento das relações factíveis, pelo recurso à política de “boa vizinhança” com países asiáticos da costa do Pacífico. Em 1991, a RPC tornou-se parceira de diálogo na ASEAN (*Association of South East Asian Nations*). Da mesma maneira, a China tornou-se membro da APEC (*Asia Pacific Economic Cooperation*)⁹⁵, por meio de mediação da Coreia do Sul no acordo que permitiu a adesão da RPC, Hong Kong e Taiwan, sob condições específicas.⁹⁶

A expansão dos gastos militares chineses, na década de noventa, correspondia ao forte crescimento econômico da China, e a decorrente modernização de suas forças armadas. De outra parte, as guerras no Golfo (1991 e 2003) e a intervenção da OTAN no Kosovo (1999)⁹⁷ eram interpretadas como crescente assertividade norte-americana. Adicionalmente, a ideia de autonomia ou de independência de Taiwan, considerada nas administrações de Lee Teng-hui e de Chen Sui-bian, estimulava o crescimento armamentista sínico (Ibid., p. 103).

A postura norte-americana nesse período, era desconsiderar a China como parceiro confiável (a proibição da venda de armamentos à RPC pelos Estados Unidos estava em vigor), ou como estado “tampão”, e não vê-la como o mais importante Estado comunista remanescente na ordem internacional⁹⁸. Em contrapartida, preocupações com o poder e a postura hegemônica crescente dos Estados Unidos seriam o cerne da geopolítica sínica.

Como resultado, a corrente acadêmica da “ameaça chinesa” (*Zhongguo weixie lun*) disseminava-se. Mearsheimer (2010) argumentava que a ascensão econômica chinesa, sob a ótica do realismo ofensivo, podia transformar-se em poder militar desafiante. Essa visão

⁹⁵ A APEC foi fundada em 1989, com o objetivo de criar uma zona de livre comércio na costa do Pacífico.

⁹⁶ A adesão referia-se a ‘economias’ e não a ‘Estados’, e Taiwan foi aceita como ‘Taipei chinesa’, e Hong Kong como ‘Região Autônoma Especial’ (RAE).

⁹⁷ Esses eventos beligerantes chamaram a atenção da China para os sistemas “C4I”: comando, controle, comunicações, computadores e inteligência (Ibidem).

⁹⁸ Temas como democratização, direitos humanos, a questão de Taiwan, e disputas no mar do sul da China ressurgiram como aspectos beligerantes entre os dois países.

adquiriu proeminência entre os formuladores da política externa norte-americana, suscitando o debate sobre a contenção do poder regional/internacional da China. Em reação à postura norte-americana, as manifestações nacionalistas chinesas, na década de noventa, tinham por alvo os Estados Unidos⁹⁹.

A China, em resposta, passou a advogar a não-proliferação nuclear, aderindo a protocolos como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1992) e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM). Em paralelo, a RPC buscava a modernização de suas competências nucleares e não reduziu o seu próprio arsenal.

Com a criação da União Europeia (UE), em 1993, a China buscou incrementar os laços políticos, culturais e educacionais com os Estados membros da UE. Em 1995, a Comissão Europeia expandiu os objetivos do engajamento chinês com a instituição, ao incluir temas como promoção do desenvolvimento dos direitos humanos e de reforma legal na RPC.

A África, também, voltou a ser prioritária à China, quando o pragmatismo substituiu a ideologia, visando a exploração conjunta de recursos energéticos e de *commodities* e, em nível político, o reconhecimento político. Estabelecia-se, assim, a "diplomacia do yuan", ou seja, a oferta de acordos comerciais, ou outros incentivos econômicos aos países africanos, em troca do reconhecimento diplomático da RPC.

Em 1996, Jiang Zemin submeteu a "Proposta dos Cinco Pontos" a esses países, combinando princípios da coexistência pacífica com cooperação internacional. O continente africano era, assim, priorizado na estratégia de saída internacional (*going out*) das firmas sínicas¹⁰⁰ ao fim do século XX. A decisão da África do Sul em romper com Taiwan em favor da China, em 1998, influenciou outros países africanos a fazer o mesmo.

O acordo entre Clinton e Hashimoto (1998), por sua vez, foi interpretado como a possível independência militar do Japão de maneira a contribuir para a contenção da China. Da mesma maneira, observava-se a aproximação norte-americana com a Índia e Estados da ex-União Soviética, bem como o aprofundamento da parceria estratégica com a Austrália.

⁹⁹ Em 1993, um cargueiro chinês foi detido por navios de guerra norte-americanos na suposição (falsa) de que carregava armas químicas para o Iran, bem como o presidente de Taiwan fez palestra na Universidade de Cornell. Em 1996, era lançado um livro crítico aos norte-americanos, '*China can say no*' (Ibid., p. 135-136).

¹⁰⁰ A busca de diversificação das fontes de petróleo levou as empresas estatais chinesas à competição com contrapartes estrangeiras em Angola, Guiné Equatorial, Nigéria, República Democrática do Congo e Sudão.

Em resposta à postura dos países líderes ocidentais, o "Novo Conceito de Segurança" (*xin anquan guandian*) (NCS) da China foi expresso no Livro Branco lançado naquele ano:

" para obter a paz duradoura, é imperativo abandonar a mentalidade da Guerra Fria, cultivar novo conceito de segurança e procurar novas maneiras de salvaguardar a paz." (Livro Branco da Segurança, 1998)¹⁰¹

O NCS promovia o renascimento dos “cinco princípios da coexistência pacífica” criados na década de cinquenta que, na visão chinesa, mantinha flexibilidade e resiliência para as interações estratégicas no contexto pós-Guerra Fria. A RPC era crítica às intervenções humanitárias realizadas pelos Estados Unidos e aliados ocidentais, em países como a antiga Iugoslávia, a Somália e o Haiti, na década de noventa, que feriam o direito internacional e serviam para impor as visões dos países mais fortes entre os mais fracos.

A China tinha preferência por “comunidades de segurança” e era contrária às alianças de segurança estabelecidas pelos Estados Unidos. A primeira opção, na visão sínica, tinha por base o compartilhamento de interesses estratégicos entre os países, cooperação mútua e respeito à soberania, desenvolvimento conjunto e não-alinhamento a terceiras posições. Desde a década de noventa, a RPC procurou construir essa proposta na Ásia que inspirou a criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) (Ibid., p. 119-120).

O sudeste asiático também assumiu papel mais relevante na ‘diplomacia periférica’. Brunei e Cingapura estabeleceram relações diplomáticas plenas com a China, em 1991. A Coreia do Sul era vista como modelo econômico bem-sucedido, passível de ser emulado pela China, e as relações diplomáticas bilaterais foram firmadas em 1992¹⁰². Seul deu apoio a Pequim nas negociações junto à APEC, bem como negou-se a participar do sistema de defesa antimísseis pretendido pelos Estados Unidos (ao contrário da atualidade).

A RPC também concedeu assistência financeira emergencial às economias asiáticas atingidas pela crise financeira de 1997-98¹⁰³. A expansão comercial da China na região Ásia-Pacífico alcançou a Austrália, que se tornou grande provedora de *commodities* ao mercado sínico

¹⁰¹ Apud LANTEIGNE, *op. cit.*, p. 118.

¹⁰² A RPC mantinha-se como principal parceira do governo ditatorial da Coreia do Norte. O país sofreu crises alimentares severas, incluindo a “Grande Fome” de 1996-99. A demanda chinesa por *commodities* (carvão, minerais e metais), era complementada por ajuda e assistência técnica ao governo de Pyongyang.

¹⁰³ A China transferiu cerca de US\$ 1 bilhão ao FMI, como medida emergencial para conter a crise na economia tailandesa (LANTEIGNE, *op. cit.*, p.171).

3.7 Políticas Tecnológica e de Inovação

O economista Joseph Schumpeter (1883-1950) notabilizou-se ao definir que a inovação é um processo de ‘destruição criadora’, que ocorre como “um processo de mutação que incessantemente revoluciona a estrutura econômica, incessantemente destrói o antigo, e incessantemente cria novas formas”¹⁰⁴ (SCHUMPETER, 1942, p. 83). Nessa perspectiva, as inovações são o motor não só do capitalismo, mas do progresso econômico em geral.

No período do pós-guerra, o desenvolvimento de estratégias de industrialização e de emparelhamento (*catching-up*) por países asiáticos, seguindo o êxito do Japão e da Coreia do Sul, destacaram questões relativas à transferência internacional de tecnologia e às inovações endógenas pelos países de industrialização retardatária, como a China.

Em contraste com a experiência japonesa e coreana, na década de setenta, a RPC criou um modelo de desenvolvimento com maior espaço ao capital estrangeiro, nos anos noventa. A China buscava, assim, implementar uma política assertiva de regulação e administração do IED, e sustentar o fomento tecnológico em um ambiente de relativa abertura econômica.

3.7.1 Experiências Pioneiras

A adoção da estratégia de “transferência de tecnologia em troca de acesso ao mercado doméstico” (TTTMD) pelo governo chinês buscava a internalização de competências das empresas multinacionais que entrassem no mercado chinês, de maneira a explorar os efeitos de ‘transbordamento’ (*spillover*) de seus investimentos (HUANG, 2006, p.18).

Esse processo era seletivo, priorizando tecnologias avançadas, cuja internalização possibilitava o acesso a futuros aperfeiçoamentos pela matriz, e também ao conhecimento tácito, reduzindo os custos de aprendizado locais. Em segundo lugar, o desenvolvimento de fornecedores e subcontratados permitia explorar os encadeamentos para frente e para trás do IDE, em favor de uma gama de competências industriais locais. Em terceiro, a competição entre potenciais investidores resultava em transferência de tecnologias mais avançadas de maneira a conquistar maior participação no atrativo mercado interno chinês.

¹⁰⁴ Segundo Schumpeter, a inovação refere-se à introdução ou adoção de novos produtos, novos processos produtivos, novas formas de organização e administração, novos métodos de marketing e de modelos empresariais, além de novos canais de distribuição (Ibid.).

Os instrumentos de política aplicados distinguiam-se em três categorias. Em primeiro lugar, incentivos fiscais e isenção de tributos (*tax holiday*) por um período determinado às empresas estrangeiras, acesso a empréstimos bancários, e redução de taxas sobre os royalties. Os equipamentos importados como parte da transferência de tecnologia também eram isentos das tarifas de importação e de IVA. Adicionalmente, reforçava-se a proteção à propriedade intelectual segundo os requerimentos do TRIPS, antes da acessão à OMC.

Em contrapartida, os requerimentos ao IDE em tecnologias avançadas incluíam *i)* exigência de conteúdo local; *ii)* exigência de capital doméstico e *iii)* equilíbrio de divisas. Diante dessas exigências compulsórias, a contraparte estrangeira tinha que recorrer a fornecedores locais, provendo-lhes assistência técnica, muitas vezes de graça (Ibid., p. 21).

Finalmente, a aprovação pelo sistema administrativo governamental foi o mais importante instrumento. O processo de escolha iniciava-se a partir das ofertas das EMNs, e os projetos de tecnologia mais avançada eram autorizados. A seleção em cada indústria estratégica era limitada a poucas firmas, de maneira a deixar espaço para futuros competidores locais. Contudo, na prática, as EMNs entrantes dominavam os mercados.

Na metade da década de noventa, essa estratégia havia sido reforçada em setores estratégicos e de fortes encadeamentos industriais, como automobilística, eletrônica e telecomunicações, química e outros. As importações de tecnologia experimentavam um crescimento robusto. Ao longo da década, os valores absolutos desses gastos expandiram-se mais de cinco vezes, e a participação nas importações totais quase duplicou.

Tabela 8:

CHINA: Gastos em Importações de Tecnologia, 1991-2000 (US\$ bilhões)

Ano	Valor	Ms tecnologia/ Ms Totais (%)
1991	3,459	5,43
1995	13,033	9,97
1997	15,923	11,18
1999	17,162	10,36
2000	18,176	8,07

M= importações

Fonte: *China Statistical Yearbook*, vários anos, apud HUANG, *op. cit.*, p. 23.

A ausência de competição nas indústrias incentivadas, contudo, fez com que os preços dos produtos se mantivessem elevados, e muitas vezes os modelos apresentavam defasagem em relação ao mercado internacional. Ao início dos anos de 1990, o governo chinês passou a estimular a concorrência, pela aprovação de projetos de entrada de outras EMNs no mercado local. Ao final da década, a maioria dos fabricantes estrangeiros de veículos havia estabelecido *joint ventures* e estavam competindo no mercado sínico, que também se beneficiava da introdução de tecnologias e modelos mais avançados.

Da mesma maneira, a competição no setor de telecomunicações também se intensificava pela mudança de políticas, entre 1992-1995. NEC, AT&T e Nortel estabeleceram *joint ventures* na China. Empresas domésticas, como Huawei e ZTE, começaram a penetrar no mercado chinês, previamente dominado por marcas estrangeiras. A maior competição acelerou o *upgrade* tecnológico do setor, com a oferta do estado da arte das tecnologias pelas EMNs, e crescentes inovações tecnológicas pelas firmas locais.

Ao final do ano 2000, previamente à entrada da China na OMC, houve flexibilização dos regulamentos relativos à operação das firmas de capital estrangeiro na RPC. Exigências de conteúdo nacional mínimo, de equilíbrio ou superávit nas transações comerciais com o exterior, e a condicionalidade de obter divisas por meio de exportações para a realizar remessa de lucros (conflitantes com as regras do TRIMs¹⁰⁵) foram eliminadas.

Da mesma maneira, a obrigatoriedade de se associar à empresa local, sob a forma de *joint ventures*, antes aplicadas a vários setores, foi também reduzida. A prática de exigir transferência de tecnologia ao parceiro local teve fim, embora não estivesse incluída na lista das proibições¹⁰⁶. Em 2002, o número de setores restringidos ao IED reduziu-se de 112 para 75 (OCDE, 2008, p. 32).

Como novidade, centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) estabelecidos por EMNs na China expandiram-se rapidamente. Em 1994, pioneiramente, a Northern Telecom criava o primeiro centro de P&D com a Universidade dos Correios e Telecomunicações, em Pequim. Uma década depois, cerca de 700 centros de P&D operavam na China, em sua maioria instalados voluntariamente em Pequim, Xangai e Guangdong.

¹⁰⁵ Acordo sobre investimentos definidos pelo GATT (*Trade-Related Investment Measures, TRIMS*)

¹⁰⁶ Branstetter e Lardy (2006, *op.cit.*, p. 24 apud ALVES, *op.cit.*, p. 317) reconhecem que a China continua a utilizar subterfúgios para fazê-lo.

3.7.2. Os insumos da inovação: P&D e pessoal de pesquisa

A análise clássica do papel da tecnologia no contexto econômico de um país leva em conta a tríade de *i*) esforço tecnológico (refletindo o volume de recursos colocados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e a estratégia política que dá direção a essas atividades; *ii*) a base de recursos humanos (que define as capacidades possíveis e reflete o resultado de longo prazo do esforço tecnológico; e *iii*) as instituições e incentivos que determinam que ideias e tecnologias serão aplicadas na esfera produtiva.

À medida que as economias se aproximam da categoria de renda média, o esforço tecnológico tende a aumentar¹⁰⁷. A intensidade do P&D na economia da China, medida pelos gastos em P&D¹⁰⁸, como percentagem do PIB, era de 0,57, em 1995, expandindo-se para 1,13 por cento, em 2003 (CSY, 1996-2004). Em comparação com outras economias emergentes, o esforço tecnológico sínico, em termos proporcionais, encontrava-se à frente do Brasil e da Índia, mas não da Coreia do Sul e de Taiwan (OCDE, 2003).

Empresas e instituições públicas chinesas são as principais financiadoras desse rápido crescimento de gastos em P&D. Em 2003, elas representavam 90 por cento dos recursos nessas atividades, enquanto a participação estrangeira era muito limitada (Ibdi.). Naquele ano, o total de profissionais engajados em P&D já colocava a China em quarto lugar no mundo em termos de pesquisadores, somente ultrapassada pelos países avançados. Empresas e institutos de pesquisa respondiam por 80 por cento desse contingente, a maioria envolvida em atividades de desenvolvimento experimental (CSY, 2004).

Além institucionalizar as atividades de P&D *in-house*, a RPC buscava tecnologias avançadas no mercado internacional, como a compra de licenças, patentes e copyrights, além do recurso ao IDE condicional, como vimos anteriormente. Os gastos totais com a aquisição de tecnologia aceleraram-se depois da acessão sínica à OMC (com expansão anual de 30 por cento, até a crise financeira de 2008). De outra parte, o recurso crescente à imitação e a infringência de direitos de propriedade intelectual colocavam a RPC sob críticas de outros países quanto a seu modelo de crescimento.

¹⁰⁷ Esse foi o caso de Taiwan e da Coreia do Sul, que atingiram uma taxa acima de 1 por cento, ao início dos anos oitenta, quando atingiram o status de países de renda média e passaram a se engajar em atividades inovadoras mais ousadas.

¹⁰⁸ De acordo com a classificação da OCDE (2002), P&D cobrem três atividades: a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento experimental.

3.7.3 Os Incentivos ao Desenvolvimento de Alta Tecnologia

O desenvolvimento de alta tecnologia manteve-se como diretriz dos governos da RPC desde meados da década de 1950, como visto anteriormente. Apesar de ser antes de 1978 um país de renda baixa, a China mobilizou recursos para uma estratégia de desenvolvimento *high-tech* com propósitos de defesa¹⁰⁹, e criou instituições de elite em pesquisa, como a Academia de Ciências Chinesa (ACC).

Uma das experiências pioneiras em telecomunicações, no mercado chinês, foi a formação da *joint venture* Shanghai Bell¹¹⁰, em 1983, entre a belga Bell Telephone Manufacturing Company, afiliada à ITT, e a Corporação Industrial de Correio e Telecomunicações, vinculada ao, então, Ministério de Correios e Telecomunicações. O conhecimento absorvido na parceria foi crucial para o esforço posterior de desenvolver uma central digital de tecnologia e padrão chineses¹¹¹, e também para a difusão de conhecimentos para empresas iniciantes como a Huawei.

Ao início dos anos noventa, a estatal chinesa *Great Dragon* colaborou com a Universidade de Engenharia de Informática (IEI) do ELP para desenvolver o HJD-04, o primeiro sistema de centrais digitais desenvolvido na China. A empresa, por sua vez, foi criada por cientistas do próprio IEI e do braço industrial do antigo MCT, demonstrando os vínculos entre a empresa e o ELP.

O desenvolvimento da indústria eletrônica foi uma política explícita do governo chinês, ao longo de diversos programas de ciência, tecnologia e inovações (CT&I), até ser declarada uma indústria “pilar” na política industrial sínica dos anos noventa (ver item 3.6.1). A computação de alto desempenho teve origem militar, a exemplo de outros países, a partir da Universidade Nacional de Tecnologia de Defesa¹¹² (UNTD), criada nos anos cinquenta como Academia Militar de Engenharia de Harbin.

¹⁰⁹ Os gastos governamentais em Ciência e Tecnologia (C&T) atingiram 1,7 por cento do PIB chinês, em 1964, o ano em que a RPC explodiu a sua primeira bomba atômica.

¹¹⁰ Esse teria sido o primeiro acordo civil de transferência de tecnologia avançada na RPC (Zhou e Kerknofs, 1987, apud MORAIS, 2015, p. 46).

¹¹¹ Em 1992, a estatal chinesa *Great Dragon* lançava o primeiro sistema de centrais digitais desenvolvido no país. Seis anos depois, a Huawei ultrapassava a Shanghai Bell na venda de centrais digitais no mercado chinês (Mu e Lee, 2005, apud MORAIS, op.cit, p. 66)

¹¹² A UNTD é administrada, hoje, pelo Ministério de Defesa Nacional e pelo Ministério da Educação da RPC.

De outra parte, esse aumento devia-se à expansão vertiginosa na participação de máquinas e produtos eletrônicos nas exportações chinesas (mais da metade do total exportado em 2003), sobretudo de computadores *laptop*. A RPC consolidava sua posição nas redes de produção globais, cadeias que ligam produção, pesquisa e serviços realizados em vários países diferentes. Nessa estrutura, coube à China a montagem final do produto, uma atividade intensiva em mão-de-obra, requerendo uma qualificação média.

Dedrick et al (2010) demonstraram que para produtos eletrônicos (*iPods* e *laptops*) fabricados na China, menos de 3 por cento do valor de exportação era capturado no país. A maior parte do valor revertia-se às firmas dos Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Taiwan que forneciam insumos intermediários sofisticados para a produção na China, onde era realizado serviço de montagem que requeriam operários sínicos de média qualificação.

Essa análise torna evidente as limitações das estatísticas de exportação como indicadores de competitividade. O estudo de caso mostra a forte fragmentação global do processo produtivo de produtos eletrônicos de ponta. Atribuir US\$ 183 por unidade de iPod exportado pela China “distorce onde o valor é realmente criado na economia global” (Sturgeon e Gereffi, 2009, p. 17, apud MORAIS, 2015, p. 45).

Box 1

A Apple, multinacional norte-americana, projeta seus produtos de alta tecnologia e organiza sua produção. O iPod, por exemplo, era fabricado na China pela montagem de centenas de componentes e partes, onde os componentes mais caros têm origem em outros países asiáticos e nos Estados Unidos. Alguns deles, como os *hard-drives* (HDD) japoneses, são produtos finais de outra cadeia de produção global¹¹³: os processadores vêm dos Estados Unidos, e a bateria da Coreia do Sul (ERUMBAN et al., 2011). O preço ex-fábrica, à época, era US\$144, e o valor agregado pela montagem na RPC era estimado em apenas quatro dólares,¹¹⁴ enquanto a Apple capturava US\$ 80 pelo Ipod.¹¹⁵

A Lenovo (originariamente ‘*Legend*’) foi criada a partir de ‘*spin-off*’ do Instituto de Tecnologia da Computação, da ACC, em 1984, tornou-se uma empresa de computadores pessoais (PCs) para o mercado chinês. Vinte anos depois, notabilizou-se por adquirir a divisão de PCs da IBM.

¹¹³ Essa cadeia é liderada pela Toshiba, mas a montagem é feita na China e nas Filipinas, e os componentes têm várias origens no mundo.

¹¹⁴ Linden et al (2010) mostraram que, para produtos como notebooks, a montagem feita em fábricas chinesas capturou, no máximo, 3 por cento do preço ex-fábrica.

¹¹⁵ Essa é a compensação para a Apple por prover serviços intangíveis, como software e design, conhecimento do mercado, propriedade intelectual, integração de sistemas, custo de administração e marca de alto valor.

O uso de compras governamentais foi importante instrumento de apoio às firmas chinesas emergentes de alta tecnologia. Como exemplo, a Huawei¹¹⁶ sozinha recebeu encomenda para instalação de milhões de linhas de telefonia, entre 1997-98. De maneira a assegurar o atendimento do pedido, o Banco da Construção da China concedeu uma linha de crédito à empresa, equivalente a quase metade do financiamento concedido pelo BCC em 1998 (Mu e Lee, *op. cit.*, apud *Ibdi.*, p. 72).

De outra parte, o lançamento do programa “Guerra nas Estrelas” pelo governo Reagan, na década de oitenta, convenceu os dirigentes sínicos da necessidade de maior investimento em áreas tecnológicas relacionadas à segurança nacional. Como resposta, em 1986, a RPC criou o ‘Programa 863’ orientado a automação, biotecnologia, energia, tecnologia da informação, novos materiais e tecnologia espacial (TREBAT e MEDEIROS, 2015, p. 527).

O Programa 863 tornou-se “o maior programa da China” para P&D (Liu e Liu, 2012, apud *Ibid.*), a partir do fim da década de 1990, quando os recursos se expandiram condizentes com o esforço de modernização do setor de defesa sínico. Entre 1991 e 2001, as despesas militares chinesas cresceram a uma taxa média anual de 8,5 por cento. Segundo Cheung (2009), o crescimento do Programa apoiou a introdução, o desenvolvimento e a difusão de produtos e processos de alta tecnologia, sobretudo em computação, eletrônica óptica, telecomunicações e tecnologia da informação¹¹⁷ (*Ibdi.*, p. 530).

A expansão dos programas de alta tecnologia na República Popular da China correlacionava-se com a melhora geral dos indicadores de desempenho das inovações, a exemplo da participação chinesa nas publicações científicas mundiais, que se expandiram de 2 por cento, em 1995, para 6 por cento, em 2004. As aplicações domésticas de patentes junto ao Escritório de Propriedade Intelectual do Estado Chinês aumentaram quase seis vezes, também, em uma década.

¹¹⁶ A Huawei foi fundada por ex-oficiais do Exército de Libertação do Povo (ELP), em 1987, e tornou-se importante fornecedora de equipamentos de telecomunicações as Forças Armadas chinesas nos anos 1990.

¹¹⁷ Até 2002, o Programa teria sido responsável por mais de 100 descobertas nessas áreas, bem como por invenções patenteadas e outros indicadores.

Conclusões Parciais

A interrupção temporária do processo reformista na China foi um dos resultados das manifestações de vários grupos sociais, entre eles estudantes, intelectuais e trabalhadores contra os efeitos negativos das reformas, como inflação e demissões, e ao mesmo tempo, pressionando por reformas políticas liberalizantes. Como resultante Deng Xiaoping ordenou violenta repressão aos manifestantes, em junho de 1989, que ficou conhecida como o “massacre na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*)”.

O fim da Guerra Fria confirmou-se com o colapso quase imediato do socialismo nos países da Europa Oriental, seguido pela desintegração da União Soviética, com suas forças militares e sua capacidade nuclear intactas. O início dos anos 90 seria marcado pela dominância da facção conservadora na China, caracterizada pela vigilância e repressão políticas, mas as tentativas de se reverter as reformas econômicas não prosperaram.

Essas seqüências reativas eram caracterizadas pela “lógica inerente de eventos” (ABBOTT, 1992) em uma dinâmica de reações e contrarreações. Assim, as facções pró e contra as reformas econômicas incrementais da última década (1979-1989), respectivamente, apoiavam ou desafiavam os padrões institucionais estabelecidos na era de Deng Xiaoping.

A emergência de Jiang Zemin e do reformista Zhu Rongji e a permanência do conservador Li Peng, na terceira geração da liderança do PCC, representavam a transição dos políticos revolucionários para novos dirigentes de perfil tecnocrático. A política de facções manteve-se e Jiang teve de pactuar compromissos com coalizão de apoios, com o objetivo de fortalecer seu poder e eliminar os rivais.

Ao início de 1992, Deng Xiaoping ressurgiu para seu último gesto público em resposta ao arrefecimento do crescimento econômico chinês (inferior a 5 por cento, em 1990 e 1991). Deng realizou a famosa “jornada ao sul” (*nanxun*) para promover publicamente o espírito das reformas e da abertura, bem como angariar apoio público a Jiang Zemin. Na visão dos reformistas, apenas a implementação de políticas abrangentes e mais profundas impediriam que a China tivesse o mesmo destino da União Soviética.

De acordo com as decisões adotadas no XIV e XV Congressos do PCC, em 1992 e em 1997, respectivamente, a RPC iria implementar a “economia de mercado socialista com

características chinesas”, e construir um “Estado com base no estado de direito”. Em contraste com as políticas econômicas anteriores que asseguraram a coexistência do Plano e do mercado, instituições fortes eram criadas de maneira a produzir um processo autônomo *path-dependent* que levasse aos resultados de interesse do grupo reformista.

Em consequência, o rápido crescimento da iniciativa privada, das *joint ventures* e das empresas estrangeiras, bem como a reorganização dos ativos das estatais permitiu uma verdadeira “economia de propriedade mista” na China. As reformas também confirmaram a resiliência da economia da RPC, em meio à crise financeira asiática de 1997/98. De outra parte, desemprego, migração rural-urbana, disparidade regional, entre outros problemas, escalaram, implicando em desigualdade de renda e social acentuadas e em expansão.

Depois de retração temporária da abertura externa da China, entre 1989-91, a política de “portas abertas” revigorou-se a partir de 1992, levando a grande expansão do comércio exterior e dos investimentos, com vimos anteriormente. O aumento da velocidade e do escopo das conexões chinesas com o mercado internacional teve impacto sobre as instituições sínicas e sobre o comportamento da população. Esse processo atingiu seu ápice pela acessão da RPC à Organização Mundial do Comércio em 2001, refletindo o avanço institucional exterior sínico na era da globalização.

Finalmente, as “reformas profundas” articulavam-se à nova estratégia internacional da China de “ascensão pacífica”. A acelerada expansão econômica chinesa fazia contribuições crescentes à vitalidade de economia mundial e regional. Os avanços foram de fato vertiginosos, em várias dimensões. A China alcançou um volume de comércio exterior de US\$ 1,1 trilhão em 2004 (depois dos Estados Unidos e Alemanha), enquanto em 1978 o país posicionava-se em trigésimo-segundo lugar, com trocas de apenas US\$ 20 bilhões.

Em seu conjunto, as “reformas profundas” permitiram atingir novo patamar de desenvolvimento como resultado da estratégia política de ‘rejuvenescimento’ da China e concomitante modernização dos padrões institucionais. De outra parte, os impactos do desenvolvimento socioeconômico acelerado colocaram novos desafios à governança sínica, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

O LEGADO REFORMISTA (2003-2012)

Introdução

A China ascendeu à posição de segunda maior economia mundial em 2010, quando seu produto interno bruto (em PPP) ultrapassou o do Japão. Em paralelo, tornou-se a exportadora líder internacional, superando a Alemanha. Os efeitos desestabilizadores das reformas, contudo, como crescente desigualdade econômica e social, escassez de recursos naturais, e efeitos nefastos sobre o meio ambiente, afetavam negativamente a população.

Se, por um lado, as reformas possibilitavam a mobilidade social e a melhora do padrão de vida da população chinesa, por outro, o precário apoio na situação de desemprego e a perda da proteção social - previamente suprida pelas comunas e empresas estatais - geravam graves efeitos sociais e psicológicos, sobretudo em grupos vulneráveis como os de idosos e de mulheres¹.

Diante do colapso da ideologia marxista-leninista, alguns grupos sociais recorriam ao nacionalismo, e outros à religião². Enquanto um pequeno grupo de ideólogos tentava reabilitar as ideias maoístas, crescente número de jovens intelectuais voltava-se a valores confucionistas que teriam possibilitado o milagre econômico dos NICs asiáticos. Para eles, a busca da modernização não significava, todavia, ocidentalização.

A sociedade chinesa tornava-se crescentemente pluralista em valores, crenças, e orientações ideológicas. Uma parcela crescente da população aderira ao consumismo como estilo de vida, enquanto o acesso às novas tecnologias de comunicação facilitava o discurso e a organização política independentes³. A pressão internacional, contudo, não impedia o tratamento despótico dos dissidentes políticos⁴, como quando da tentativa em criar um partido de oposição na RPC (o Partido Democrático da China) em 1998.

¹ Ao final do século XX, a China apresentava a maior taxa de suicídio feminino no mundo (Kleinman, 1997 *apud* GOLDSMAN, 2006, p. 439).

² O grupo de meditação budista-taoista *Falungong* tinha mais de dois milhões de seguidores na China, até ser violentamente suprimido, ao início de século XXI.

³ Em 2005, os usuários chineses da Internet atingiam 100 milhões, superando o número de membros do PCC (69,6 milhões) naquele ano. Entre eles, encontravam-se os “cybers” dissidentes, a maioria jovens da geração pós-1989, que recorriam aos recursos virtuais para criticar as políticas do Partido e reivindicar reformas amplas. Nesse ano, os sites e *blogs* chineses foram submetidos a registro oficial (Ibid., p. 440).

⁴ Ativistas políticos, depois de muitos anos de prisão, continuavam a reivindicar reformas democráticas. Quando libertados, a maioria pedia asilo a países estrangeiros, sobretudo, aos Estados Unidos.

Neste capítulo, discutiremos o legado reformista, após quase quatro décadas de intenso dinamismo econômico e crescente abertura internacional da China. A quarta geração da liderança do PCC, sob Hu Jintao e Wen Jiabao, constituía um grupo sócio-político e geográfico diverso dos seus predecessores. As ligações políticas de Hu derivavam de sua atuação na Liga da Juventude Comunista Chinesa (LJCC), e de longa experiência nas províncias interiores e pobres da RPC.

A nova liderança buscou a melhoria do ambiente de negócios para o setor privado *de jure*, com destaque às atividades agrícolas. Uma emenda constitucional foi aprovada, em 2004, reforçando a segurança dos direitos de propriedade para os investidores privados. A liberalização regulatória definiu, igualmente, o tratamento menos desigual entre empresas privadas domésticas e estrangeiras, permitindo a entrada das primeiras em setores onde essas últimas já investiam, como os de exploração de energia.

Depois de anos de negligência quanto à degradação ambiental na China, a regulação sobre o meio-ambiente foi reforçada. Problemas como a escassez recorrente de água, especialmente nas áreas urbanas do norte chinês, e o declínio generalizado de sua qualidade agravavam-se. A aceleração do consumo de energia colocava a RPC na posição de candidata à liderança mundial das emissões de gases de efeito estufa em 2007, gerando incertezas quanto à sustentabilidade de seu modelo econômico.

Adicionalmente, a China reformou o seu sistema de ciência e tecnologia, de maneira a alcançar um padrão de crescimento intensivo em tecnologia e conhecimento. A crescente competitividade manufatureira chinesa refletia-se na expansão da produção e do comércio exterior com conteúdo cada vez maior de bens de alta tecnologia. Entre outros aspectos, a presença crítica do capital estrangeiro em atividades *high-tech* foi incentivada com vistas à criação de laboratórios e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) pelas corporações multinacionais no espaço chinês.

Em nível internacional, a gestão de Hu-Wen promoveu a diplomacia ‘transregional’, buscando vínculos mais consistentes com regiões e Estados além da costa do Pacífico. Em seus últimos anos de governo, contudo, a postura da liderança chinesa passou a demonstrar maior assertividade, seja em seu entorno asiático, seja em relação às potências ocidentais. De outra parte, a China ampliava seu relacionamento no eixo Sul-Sul, sobretudo em direção à África e à América Latina, de maneira a garantir os recursos materiais e políticos necessários à alavancagem de sua trajetória de desenvolvimento.

4.1 A Ascensão da Facção Populista

Hu Jintao (1942~) assumiu o poder na China como líder da ‘quarta geração’ (*disidai*), sob um processo de “sucessão institucionalizada”⁵. Por ocasião do XVI Congresso do Comitê Central do Partido Comunista, ao final de 2002, Hu foi confirmado secretário-geral do PCC e sexto presidente da China (2003-2013), tendo Wen Jiabao (1942 ~) como primeiro ministro.

Hu Jintao formou-se engenheiro elétrico em 1965, um ano antes da eclosão da Revolução Cultural, quando foi enviado, então, à província de Gansu como trabalhador na construção civil. A aliança ali criada com Song Ping, um dos ‘anciãos’ do Partido, foi decisiva a sua carreira política⁶. Em 1982, assumiu a presidência da Liga da Juventude Comunista Chinesa (LJCC), bem como construiu sua base política em administrações provinciais rurais (em 1985, Hu tornou-se secretário do PCC na província de Guizhou).

Hu foi designado secretário provincial do PCC no Tibete, onde impôs a lei marcial em 1989, em resposta às agitações pró-separatistas ocorridas em paralelo aos protestos de Tiananmen. No 14º Congresso do PCC, em setembro de 1992, Hu Jintao tornou-se o mais jovem membro do Comitê Permanente do Politburo, o que lhe possibilitou estabelecer conexões no âmbito da liderança do Partido. Dez anos depois, foi indicado a vice-presidente da China e, no ano seguinte, vice-presidente da Comissão Militar Central.

Os novos dirigentes representavam a “facção populista” (*Gongqingtuan*), ou *Tuanpai* (relacionada à LJCC). A liderança Hu-Wen, apresentava-se como mandatária dos grupos sociais vulneráveis - camponeses, migrantes rurais e desempregados urbanos. Uma série de *slogans*, como “desenvolvimento científico”⁷ e “democracia popular” foram escolhidos, de maneira a “acomodar aspirações de setores amplos da população que desejavam tornar-se acionistas do processo reformista”⁸. Os céticos, contudo, consideravam essa postura uma “projeção de imagem” (*xinxiang gongcheng*) sem substância, com posições ideológicas meramente simbólicas (NARAYANAN, 2006, p. 339).

⁵ Hu foi o último líder designado por Deng Xiaoping, muito tempo antes, para ocupar o poder na China.

⁶ Quando Song aposentou-se do cargo de membro permanente do Politburo, em 1992, ele escolheu Hu como seu herdeiro político, com apoio de Deng Xiaoping. O líder o referendou como sucessor de Jiang.

⁷ Equivalente à mudança da China para um modelo de crescimento mais equilibrado, eficiente, equitativo e responsável ambientalmente. Esse conceito evoluiria para o de ‘sociedade harmoniosa’.

⁸ As propostas incluíam a revitalização da economia rural em regiões não contempladas por duas décadas de reformas, bem como a redução dos custos sociais do desenvolvimento, incluindo os danos ao meio-ambiente e à saúde dos trabalhadores (Ibid.).

A retórica esquerdista da nova liderança, de toda maneira, conferiu-lhe popularidade entre cidadãos chineses, enquanto os veteranos do Partido valorizavam seu compromisso com valores maoístas⁹. A rápida superação da epidemia da ‘Síndrome Respiratória Aguda Severa’ (SARS), que se espalhou em Hong Kong e depois na China continental, em 2003 também produziu prestígio imediato para a nova facção entre a população.

O grupo *Tuanpai*¹⁰, contudo, não havia consolidado seu poder no âmbito do Partido. Mesmo com a promoção de diversos correligionários que haviam trabalhado com Hu quando ele presidia a LJCC¹¹, nas instituições chinesas proeminentes, o topo da hierarquia era ocupado por representantes de cada facção dominante (“populista” e “elitista”)¹². A carência de especialistas em assuntos econômicos e financeiros entre os *Tuanpai* criou espaço para a divisão do poder com grupos que possuíssem essa *expertise* complementar.

Ao início do século XXI, o poder político na RPC estava mais institucionalizado e o Politburo e seu Comitê Permanente eram instituições legitimadoras do poder soberano na China¹³. De maneira a consolidar a liderança política de Hu-Wen, o novo presidente reforçou a autoridade e a legitimidade do Politburo¹⁴ junto à população e aos militares, aumentando seu poder informal (*shili*). Adicionalmente, Hu indicou Zeng Qinghong, o candidato favorito de Jiang e seu potencial rival, a vice-presidente e como seu apoiador.

Hu Jintao seria, assim, reconhecido como ‘núcleo’ (*hexin*), da quarta geração da liderança chinesa em 2005, ao ser eleito presidente da Comissão Militar Central da RPC, que até então ainda era presidida por Jiang Zemin. A partir daí, iniciou-se a construção de sua base de poder, com indicação de novos ministros, secretários de comitês provinciais, e governadores das províncias. Ao final daquele ano, oito dos membros do Conselho de Estado já pertenciam à facção *Tuanpai*.

⁹ Como consequência, um grupo dos anciãos do PCC teria enviado carta ao Comitê Central solicitando a remoção de Jiang da presidência da CMC, finalizando sua aposentadoria (WANG, 2006, p.102).

¹⁰ A LJCC era considerada ‘exército de reserva’ do PCC, possuindo 68 milhões de afiliados em 2002. Comparados a seus colegas de mesmo nível na liderança, seus representantes eram mais jovens e bem-educados, alguns possuindo níveis de escolaridade avançada.

¹¹ Li Keqiang, atual *premiê* chinês, por exemplo, foi transferido da província central e pouco desenvolvida de Henan para ocupar o cargo de secretário do PCC na província industrial de Liaoning (Ibid., p.105).

¹² Ao assumir a presidência da Comissão Militar Central (CMC), Jiang nomeou Guo Boxiong, seu protegido, como vice-presidente da CMC (Ibid.).

¹³ Congressos quinquenais do PCC e reuniões plenárias do Comitê Central do Partido eram eventos com poder decisório sobre importantes temas da política sínica (SHAMBAUGH, 2001, p. 101-112).

¹⁴ Hu passou a publicar sinopses dos encontros do Politburo, que anteriormente eram secretos. Outra estratégia foi instituir ‘sessões de estudo’, quando acadêmicos selecionados ministravam palestras sobre assuntos domésticos ou internacionais que impactavam a política chinesa (WANG, *op. cit.*, p. 116).

4.2 Os Desbalanceamentos Estruturais da Economia Chinesa

Ao início da administração Hu-Wen, promoveu-se o *slogan* do "desenvolvimento científico" que incorporava novos atributos ao desenvolvimento chinês, como a sustentabilidade ambiental e o maior equilíbrio entre as áreas urbanas e rurais. O 10º Plano Quinquenal (2001-2005), por sua vez, já registrara a necessidade de ajustamentos estruturais na economia da China devido aos problemas acarretados pelo consumo excessivo de recursos e de energia, pela poluição e por desigualdade social crescente.

No XVI Congresso Nacional do PCC, em 2002, tornou-se pública a necessidade de mudanças no padrão de industrialização chinês, pela agregação de maior conteúdo de ciência e tecnologia, menor consumo de recursos naturais e menor poluição ambiental. Na 3ª Sessão Plenária do XVI Comitê Central do PCC¹⁵, realizada no fim de 2003, adotou-se a “Decisão sobre Várias Questões relativas ao Aperfeiçoamento da Economia de Mercado Socialista”.

A ‘Decisão’ reafirmava o caráter “introdutório” da economia de mercado socialista na China e também admitia que:

“Alguns problemas ainda existem, como uma estrutura econômica irracional, relações de distribuição desbalanceadas, crescimento lento da renda dos agricultores, contradições formidáveis em termos de emprego, pressões exacerbadas sobre os recursos e o meio-ambiente, e a existência de uma economia não-competitiva em geral”.

O documento reconhecia a existência de vários obstáculos institucionais ao processo de mudança e propunha sua superação por meio de “reformas relativas ao sistema econômico, à moderna economia de mercado, à administração da gestão macroeconômica, à estrutura legal, à distribuição de renda, e ao sistema de seguridade social”.

Na visão Wu e Ma (2016), o tratamento das questões relativas ao desenvolvimento dos mercados favorecia mais aos produtos, e menos aos fatores produtivos. O ângulo desfavorável aos agricultores referia-se aos direitos de propriedade da terra, que afetavam a maioria da população. Segundo a constituição chinesa, a terra urbana pertence ao Estado, e a terra rural ao ‘coletivo’ (*jiti*). A partir das reformas, os agricultores receberam o direito de *uso* da terra contratada. Em consequência, não podiam penhorar, transferir ou alugar a terra, nem a usar como garantia de empréstimos para expandir os seus negócios.

¹⁵ A nova proposição do ‘desenvolvimento científico’ era adicionada à formulação do ‘socialismo com características chinesas’ definido na Constituição do PCC em 2007 (ZHANG, 2012, p. 81).

Tendo em vista o acelerado processo de industrialização e urbanização chinês desde a década de 1990, com a rápida valorização fundiária, as municipalidades passaram a requerer a devolução das terras em uso pelos agricultores (em nome do “interesse público”), de forma unilateral¹⁶. Em consequência, as terras rurais em poder dos camponeses eram retomadas pelos administradores provinciais de forma arbitrária, a preços muito baixos, ocasionando confrontações e “incidentes de massa”¹⁷.

A terra devoluta era, a seguir, arrendada a preços de mercado para empresas comerciais ou industriais, ou destinada ao mercado imobiliário. Grande quantidade de terra rural foi assim adquirida ou expropriada¹⁸. Até 2006, cerca de 70 milhões de camponeses perderam a terra e a fonte de subsistência, como resultado da retomada da terra coletiva (*zhengdi*), tendo em contrapartida indenizações ‘grosseiramente inadequadas’¹⁹ (RISKIN, 2008).

As quantias oriundas dessas transações tornaram-se a maior fonte de receita extra orçamentária de governos locais²⁰, que também se beneficiavam ao atrair negócios para suas regiões. As fronteiras urbanas expandiam-se à frente do aumento da população residente, e a especulação imobiliária resultou em crescimento exponencial de funcionários corruptos e de magnatas empresariais (WU e MA, *op. cit.*, p. 229).

Intensa migração rural em direção às cidades foi uma das consequências desse processo. Migrantes, sem registro e não qualificados (*waidiren*), passaram a preencher as remunerações urbanas inferiores²¹. O impacto da migração tornou-se visível no campo, quando os mais velhos, ou as mulheres passaram a cuidar das plantações. Na visão de Morais (2011, p. 150), “a terra tornou-se menos uma fonte de renda, e mais uma ‘apólice de seguro’: se tudo der errado nas cidades, essa é a garantia de que o mínimo de sobrevivência está assegurado”.

¹⁶ O agricultor não tinha poder de interferir, ou de negociar o preço a lhe ser pago, nem discutir a distribuição dos recursos auferidos na cessão futura dos terrenos.

¹⁷ Esse é o termo oficial utilizado pelo governo chinês para manifestações e protestos populares.

¹⁸ Entre 1990 e 2002, projetos não agrícolas utilizaram 47,36 milhões *mu* (1 *mu* = 0,16 acres) de terra cultivável. CASS, *Institute of Finance and Trade Economics*, 2004 apud MORAIS, 2011.

¹⁹ Em algumas áreas próximas às cidades médias ou grandes, a compensação aos agricultores pela terra representava entre 3 e 6 por cento do valor regular para compensação de projetos estatais (LI, 2009, p. 6).

²⁰ Em 2005, governos locais venderam 2,45 milhões *mu* de terra, obtendo RMB 55 bilhões, auferindo, assim, uma receita líquida de RMB 21 bilhões, que representava 15 por cento das suas receitas (Ibid.).

²¹ Os *waidiren* tornaram-se numerosos, a partir da flexibilização do *hukou*, primeiro nas cidades pequenas ocupadas por TVEs e, a seguir, nas fábricas das regiões costeiras, ou em diversos serviços (restaurantes, coleta de lixo, serviços de limpeza e bordéis, entre outros) (MORAIS, *op. cit.*, p. 146).

Diante dessa realidade, a liderança Hu-Wen passou a dar prioridade à região rural, como forma de reduzir a escalada dos conflitos sociais no interior da China, bem como preservar o crescimento acelerado. Políticas experimentais foram, então, implementadas a partir de 2002 em vinte províncias rurais, de maneira a reduzir os impostos sobre a produção agrícola. Em 2005, com a expansão da renda urbana, a disparidade de rendimentos entre o setor urbano e rural atingiu 3,22, a maior diferença registrada desde a adoção das reformas (21st Century Herald, 2005 apud IMAI, *op. cit.*, p.118).

Nessas circunstâncias, foi proposta a inclusão do tema da “nova sociedade agrícola” no 11º Plano Quinquenal (2006-2010). O primeiro-ministro Wen Jiabao anunciou, em 2006, a extinção do imposto agrícola como um dos pilares de construção do “interior socialista”. Taxas e pagamentos de material escolar foram abolidos para os nove anos de educação fundamental compulsória em áreas carentes rurais, bem como criou-se um incipiente seguro de saúde coletivo.

A “Iniciativa de Desenvolvimento do Oeste” (*xibu da kaifa*) que fora promulgada em 1999, visava a reduzir o diferencial de renda e de desenvolvimento do oeste chinês²² em relação às províncias costeiras (NAUGHTON, 2007, p 495). Esse espaço abrange não só províncias como também regiões autônomas de Ningxia, Tibete e Xinjiang. Juntas, elas representam 60 por cento do território chinês, mas menos de um quarto da população habita essas regiões devido ao predomínio de montanhas e desertos.

O programa incluía a melhora da infraestrutura (transportes, transmissão de energia, gasodutos e ligação desses com regiões costeiras), de maneira a expandir as comunicações e incrementar a produtividade das províncias e a criação de polos industriais. Os investimentos atingiram 1,4 por cento do PIB chinês, distribuído entre setenta projetos²³. A melhoria da qualidade das estradas regionais, conjuntamente com a criação de projetos energéticos elevaram a formação bruta de capital fixo sobre o PIB regional a 50 por cento.

Em 2002, o modelo era replicado na região nordeste (o “cinturão da ferrugem” chinês) e em 2004, nas províncias centrais, adotando-se os mesmos eixos programáticos. Em consequência, em 2008, a renda da região oeste chinesa alcançou dois terços da renda das províncias costeiras. O fluxo de migração interna, contudo, manteve-se da periferia (regiões central e oeste) rumo ao centro (região leste), sobretudo para Guangdong.

²² A região concentrava 90 por cento das reservas de petróleo e gás, e 80 por cento das minas de carvão.

²³ Como o gasoduto Oeste-Leste, a linha de transmissão Oeste-Leste e a ferrovia Qinghai-Tibete. Essa última corre por mais de 900 km a uma altura superior a 4.000 metros (OLIVEIRA, 2012).

A implicação para o mercado de trabalho chinês foi assegurar um fluxo estável de trabalhadores de baixa qualificação para os centros industriais, deprimindo os custos do trabalho. No médio prazo, isso representava um grande desafio intimidador para a RPC. A cada geração, um contingente maior que toda a população brasileira migrava do campo para as cidades chinesas. Adicionalmente, a pressão populacional contínua sobre os limitados recursos naturais implicava em severa degradação ambiental da China.

O forte crescimento econômico, de sua parte, implica em outros problemas, como forte poluição e pressões insustentáveis sobre os recursos naturais. A criação de instituições voltadas à política ambiental vem da década de 1980 e, em 1998, a Agência de Proteção Ambiental (APA) adquiriu *status* ministerial, enquanto governos locais criavam secretarias ambientais.

A desertificação é problema de grande relevância para a China, país árido por natureza²⁴. A área desértica move-se ao leste, e um dos efeitos mais dramáticos desse processo foi o aumento de tempestades de areia e poeira²⁵. A poluição do ar e da água afetava, igualmente, a saúde humana²⁶, a produtividade do trabalho e o produto agrícola.

O maior impacto negativo sobre a qualidade do ar adveio do crescimento da frota de automóveis e caminhões²⁷, além da dependência do carvão (dois terços do consumo energético chinês). A poluição da água pelo lixo industrial e urbano, bem como pelo uso intensivo de fertilizantes e pesticidas na agricultura também era sério problema²⁸.

A aceleração do consumo de energia (que se expandia a taxas de 13 por cento, ao início do século XXI) posicionou a China como candidata a líder mundial nas emissões de gás de efeito estufa, criando inquietação quanto à sustentabilidade do seu crescimento. Acidentes também ocorriam em minas de carvão²⁹, quando milhares delas foram fechadas por ausência de medidas preventivas de segurança, enquanto as menores e mais perigosas, que faziam uso intensivo de mão-de-obra, permaneciam em operação.

²⁴ A oeste da linha Aihui-Tengchong, a maior parte da superfície é desértica (NAUGHTON, *op. cit.*, p. 498).

²⁵ Em 2002, uma dessas intempéries reduziu a visibilidade no nordeste chinês, alcançando o Japão.

²⁶ A poluição do ar foi acusada de aumentar a morte de prematuros na China (BANCO MUNDIAL, 1997). Em 2002, a APA mensurou a qualidade do ar em mais de 300 cidades chinesas, verificando que dois terços delas não atendiam aos padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS). Levantamentos posteriores atestaram melhora dos níveis de emissão devido a maior eficiência das indústrias (ROUMASSET et al., 2008).

²⁷ O número de veículos em circulação cresceu de 5,5 para 43 milhões entre 1990 e 2005 (Ibid., p. 490).

²⁸ Em 2005, explosão em petroquímica provocou contaminação do rio Songhua, só comunicada à população após dez dias. O governo de Harbin suspendeu o abastecimento de água e o acidente causou várias vítimas.

²⁹ Em 2004, 6.027 mortes acidentais ocorreram nas minas de carvão chinesas, sobretudo nas menores (Ibidem).

4.3. A Economia Chinesa ao Início do Século XXI

Ao início do século XXI, a China continuava a distinguir-se mundialmente pelo crescimento econômico intenso e sustentado. O PIB chinês³⁰, em 2005, foi estimado em US\$ 2.225 bilhões (FMI, 2006), cerca da metade do valor do PIB japonês. Essas cifras colocavam a RPC como a quarta maior economia mundial, depois da Alemanha. A indústria automobilística chinesa excedia a produção germânica, classificando-se como a terceira maior fabricante mundial, depois dos Estados Unidos e do Japão.

Na vigência do 10º Plano Quinquenal (2001-2005) delineou-se novo ciclo expansivo impulsionado por investimentos em infraestrutura - em particular, autoestradas e construção residencial, associado à crescente urbanização e à apropriação de terras comunais nas periferias urbanas³¹. Esse processo gerou efeitos de encadeamento com indústrias de insumos básicos (ferro, aço, cimento, alumínio, vidro e química)³², combinando a substituição de importações com a diversificação de exportações³³.

Elevados investimentos na indústria têm sido o motor da dinâmica macroeconômica da China, ao longo das reformas³⁴. As atividades manufatureiras³⁵ respondiam por um terço do PIB chinês, acima do observado entre os países de renda média. Entre 2003 e 2010, os investimentos foram responsáveis por 54 por cento do crescimento da China³⁶, uma contribuição elevada segundo padrões internacionais, e bem acima do alcançado por seus vizinhos asiáticos em seu período de auge econômico.

Os gastos crescentes eram financiados pelo aumento da taxa de poupança nacional³⁷, que atingiu níveis sem precedentes (mais de 50 por cento do PIB), no período 2006-2010. Em contrapartida, o consumo privado mostrava-se pequeno e declinante, a partir de 2002, apresentando uma das menores taxas em relação ao PIB entre as economias mundiais³⁸.

³⁰ A taxa de crescimento do PIB (9,9 por cento, em 2005) foi pouco menor que os 10,1 por cento, em 2004.

³¹ O *boom* imobiliário elevou os preços dos imóveis e ampliou a taxa de investimento (MEDEIROS, 2013).

³² A produção de aço chinesa atingiu 370 milhões de toneladas, ou cerca de um terço da produção global.

³³ A demanda chinesa por matérias-primas importadas, sobretudo minerais, cresceu vertiginosamente³³ até 2008, “deixando o dragão chinês muito, muito faminto” (Rothman, 2005 apud ZWEIG, *op. cit.*, p. 40).

³⁴ Os investimentos em ativos fixos atingiam 36 por cento do PIB, em média, nas três décadas de reforma.

³⁵ A definição de manufatura, nas estatísticas chinesas, difere do conceito de indústria, excluindo atividades de construção, mineração e de serviços públicos.

³⁶ *National Bureau of Statistics, China* (NBSC), 2010.

³⁷ Por definição, a poupança nacional é igual ao investimento sobre o PIB mais o saldo em conta corrente como percentagem do PIB. Esses valores alcançaram 42 e 9 por cento, respectivamente, do PIB em 2006.

³⁸ O consumo das famílias respondia por apenas 34 a 35 por cento do PIB chinês, entre 2008 e 2010, e seu crescimento era inferior à expansão do PIB. Em contraste, nos Estados Unidos, essa relação equivalia a

Os aportes de investimento direto estrangeiro (IDE) contribuíam de forma modesta ao financiamento da modernização chinesa, com participação declinante (de 11,8 por cento da formação bruta de capital fixo, em 1996, para apenas 2,9 por cento, em 2008). Os recursos para investir provinham, majoritariamente, de lucros retidos (mais de três quartos) pelas empresas.

A produção adicional dirigia-se ao setor exportador de grande dinamismo, enquanto as importações estabilizavam-se. O superávit comercial da China (US\$ 101,9 bilhões) com o resto do mundo, em particular com os Estados Unidos, duplicou, entre 2004-2005, ultrapassando o valor alcançado pelo Japão³⁹.

O declínio de participação da agricultura no produto chinês (10 por cento do PIB, em 2010) correspondia à trajetória clássica dos países em desenvolvimento, na medida em que a renda per capita se expandia (NBSC, 2011). A participação da indústria e dos serviços no produto, todavia, não acompanhou o padrão observado entre os países emergentes.

Enquanto o setor industrial chinês expandia-se continuamente, respondendo por 48 por cento do PIB em 2006 (equivalente à proporção observada ao início da era das reformas em 1978), o setor de serviços não acompanhou esse crescimento, com participação inferior a 42 por cento PIB naquele ano. Essa proporção contrastava com o desempenho observado em outros mercados emergentes, com renda per capita semelhante, onde os serviços respondiam por mais da metade do produto nacional.

O baixo crescimento do emprego formal na China, a partir de 2002, foi reflexo dessa situação, na medida em que a ampliação dos serviços (intensivos em mão-de-obra) estagnava. Em consequência, a participação do trabalho na renda nacional chinesa reduziu-se de 50 para 47 por cento, entre 1993 e 2009, ao mesmo tempo em que a parcela relativa ao governo expandia-se de 12 para 15 por cento⁴⁰.

70 por cento do PIB antes da crise financeira global. Em economias emergentes, como a da Índia, essa relação era de 56 por cento, em 2007 (LARDY, 2012, p. 47).

³⁹ Por consequência, a partir de 2005, a expansão das exportações líquidas de bens e serviços tornou-se, pela primeira vez na década, a maior fonte do crescimento econômico da China (20 por cento, enquanto em anos anteriores a contribuição era de menos de 5 por cento). Com o crescente influxo de capital externo, as reservas da China alcançaram US\$ 820 bilhões, nesse ano (Ibid., p.45).

⁴⁰ A ‘compensação aos empregados’ incluía salários e benefícios providos pelos empregadores (como a seguridade social) e as rendas dos trabalhadores autônomos (Ibidem).

4.3.1 As Políticas de Reajustamento do Crescimento Chinês

O *premiê* Wen Jiabao caracterizou o crescimento chinês como “instável, desequilibrado, descoordenado e insustentável” (WEN, 2007). A nova liderança política buscou atenuar os efeitos desses problemas, a partir da expansão do consumo privado e da maior provisão de serviços sociais à população, por meio de programas governamentais, em consistência com a “sociedade harmoniosa” proposta por Hu Jintao.

A transição para novo padrão de crescimento que privilegiasse o maior consumo interno, com menor ênfase aos investimentos e superávits comerciais, era compatível com a meta de reduzir o aumento do consumo energético e seus efeitos adversos sobre o meio ambiente. Mudanças na estrutura da produção, com vistas a gerar externalidades em favor da expansão dos serviços, também faziam parte da proposta.

Ao longo dessa trajetória de crescimento acelerado, sinais de superaquecimento da economia chinesa surgiram, a partir de 2003. Estoques de insumos intermediários, como aço, metais não ferrosos, cimento e vidros planos aumentavam. A produção de aço já equivalia a um terço da produção global, e a queda dos preços internacionais, decorrente do excesso de oferta, afetou os lucros do setor.

O setor imobiliário na China tornara-se altamente especulativo sob risco de estouro da ‘bolha’ que se formava, além de gerar problemas sociais crescentes em termos de moradia. Medidas governamentais derrubaram os preços dos imóveis, particularmente em Xangai, afastando outros potenciais compradores. Em resposta, representantes do setor organizaram campanhas contrárias às políticas consideradas prejudiciais à economia⁴¹.

Ao final de 2005, o Conselho de Estado aprovou diretivas de ajustamento estrutural da indústria chinesa. A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNRD) - criada como parte das reformas administrativas de 2003 - categorizou produtos, equipamentos e tecnologias em três níveis: *i*) atividades a serem encorajadas; *ii*) atividades cuja produção seria limitada; e *iii*) atividades produtivas a serem encerradas.

Os problemas decorrentes do excesso de investimento e de produção na China eram equacionados pela via administrativa. A produção de aço foi restringida a 400 milhões de toneladas ao ano, e programas de racionalização, melhora da qualidade dos produtos e tecnologia dos processos foram previstos pelo 11º Plano Quinquenal (2006-2010).

⁴¹ Ao início de 2006, a imprensa divulgava que a não-utilização efetiva de terras comerciais disponíveis crescia bem acima das estatísticas oficiais do governo (IMAI et al., 2006, p. 104).

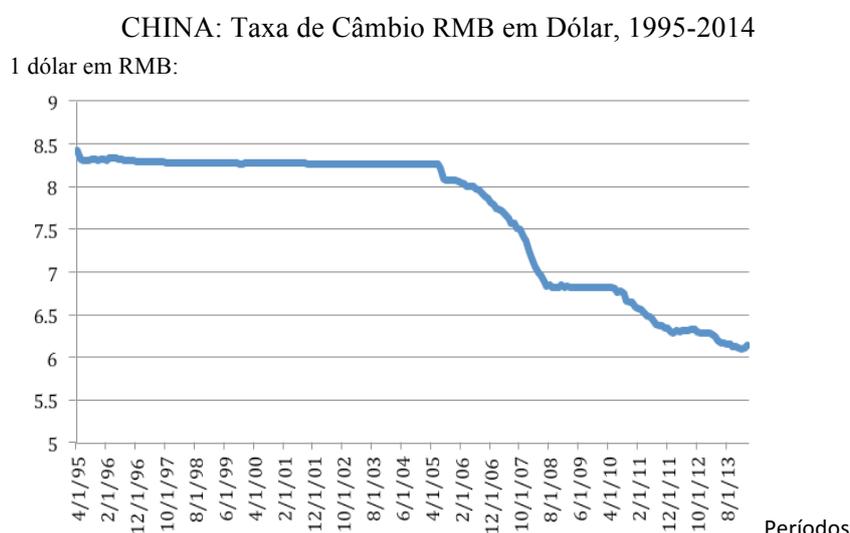
4.3.2 Reforma da moeda e Revalorização do Renminbi

Os sucessivos superávits da China no comércio internacional, ao início do século XXI, desencadearam pressões crescentes dos países desenvolvidos em favor de mudanças do sistema cambial sínico⁴². Entre a segunda metade da década de 1990 e 2005, a moeda chinesa esteve atrelada (*pegged*) ao dólar norte-americano⁴³. Até 2001, o dólar valorizou-se e o RMB acompanhou essa tendência, e o superávit comercial chinês foi modesto.⁴⁴

A partir de fevereiro de 2002, o dólar enfrentou longo período de desvalorização, e o RMB acompanhou essa trajetória⁴⁵, como forma de subsidiar as exportações sínicas. A expansão do superávit comercial chinês atingiu 10 por cento do PIB em 2007, bem como os lucros do setor manufatureiro cresceram-se velozmente, entre 2002 e 2009⁴⁶. Em consequência, os investimentos chineses orientados à manufatura expandiam-se, em detrimento dos serviços, onde os recursos declinaram.

Diante da pressão crescente dos Estados Unidos e dos países do G-7, em 2005, o Banco Central da China (*People's Bank of China*) anunciou a adoção de taxa de câmbio flutuante, tendo por referência uma cesta de moedas (dólar, euro, yen e won). A partir daí a valorização do RMB foi de 34 por cento, em oito anos (Figura 6).

Figura 6:



Fonte: JIUN (2015).

⁴² No encontro euroasiático de ministros das finanças, em junho de 2005, o governo chinês foi pressionado por representantes do Japão, países da União Europeia e dos Estados Unidos.

⁴³ A taxa de câmbio manteve-se em 8,28 RMB por US\$ 1, de 1998 até a metade de 2005.

⁴⁴ Equivalente ao entorno de 2 por cento do PIB chinês.

⁴⁵ De acordo com LARDY (2012), os beneficiários da desvalorização da moeda na China foram os exportadores e os setores que competiam com bens importados no mercado doméstico. O setor industrial respondia por 95 por cento das exportações, e 70 por cento de bens concorrentes com os importados.

⁴⁶ Os lucros manufatureiros dispararam de RMB 470 bilhões (ou 4,2 por cento do PIB chinês, em 2002) para RMB 3,45 trilhões (ou 10 por cento do PIB chinês, em 2009) (NBS, 2009).

4.3.3 A Resposta Chinesa à Crise Financeira Global

O modelo de desenvolvimento econômico da China - com base em exportações e altas taxas de investimento - teve seu ápice em 2008, quando a crise financeira internacional se instalou. No ano anterior, o crescimento da economia chinesa alcançara 13 por cento, concomitante a uma inflação de 5,6 por cento. Superávits (em conta corrente e na conta de capital) eram registrados no balanço de pagamentos, ganhos que se revertiam em reservas de divisas para o governo da China.

O Banco Central, em contrapartida, expandia a base monetária junto ao sistema bancário. A injeção de recursos na economia chinesa levou a novo ciclo de investimentos, onde a especulação imobiliária escalava aceleradamente. A conjuntura era vista como era de prosperidade, onde alguns setores estavam superaquecidos.

Diante desse cenário, as autoridades monetárias adotaram várias medidas restritivas em 2007. O banco central aumentou as reservas compulsórias dos bancos comerciais e, por cinco vezes, elevou a taxa de juros básica, definindo o patamar para empréstimos bancários. Limites quantitativos a esses empréstimos foram também reintroduzidos. Como resultado, o crescimento econômico da China passou a desacelerar.

Muitas das medidas contracionistas eram destinadas ao setor imobiliário, que se encontrava sob risco de estouro da ‘bolha’ especulativa que se formara. As autoridades aumentaram o valor da entrada (40 por cento) para a aquisição múltipla de propriedades, bem como elevaram os juros para financiamentos de imóveis não ocupados pelos adquirentes (*China Banking Society, 2008 apud LARDY, op. cit., p. 7*).

A economia chinesa atingia seu auge cíclico⁴⁷, ao mesmo tempo em que a crise norte-americana dos fundos ‘*subprime*’ se espalhava, contaminando outros países em meio à crise financeira global. Embora as instituições financeiras síncas não estivessem diretamente expostas aos ativos ‘tóxicos’ que derrubaram muitos bancos de investimento e outras agências financeiras ocidentais, a liderança política reconheceu, precocemente, que a dependência da China às exportações, sobretudo em seus principais mercados: os Estados Unidos e a União Europeia, colocava-a vulnerável à recessão global.

⁴⁷ No primeiro semestre desse ano, a produção industrial e o PIB chinês continuavam a crescer celeremente.

Dado o imperativo político de manter o elevado crescimento da economia e geração de emprego, bem como cumprir as metas do 11º Plano Quinquenal, o governo chinês lançou um programa de estímulo econômico para compensar os efeitos perversos do forte declínio do comércio externo. A redução do crescimento, em 2009, foi modesta quando comparada aos impactos causados pela crise financeira no cenário internacional. Na visão de sinólogos como Lardy (2012), “a pronta resposta chinesa à crise, iniciada em 2008, foi abrangente e bem construída”.

Antecipando-se à redução do ritmo da economia global, o banco central chinês implementou a flexibilização da política monetária em setembro de 2008, revertendo a austeridade adotada anteriormente. O Conselho de Estado lançou programa de estímulo econômico, com recursos de RMB 4 trilhões (equivalente a US\$586 bilhões), ampliando gastos em habitação, infraestrutura rural e de transportes (aeroportos, autoestradas e trens de alta velocidade), saúde pública e educação, meio-ambiente e inovações.

O programa chinês iniciou-se no último trimestre de 2008, com disponibilidade imediata de RMB 100 bilhões (US\$15 bilhões), e o restante foi desembolsado nos dois anos seguintes. A preocupação governamental precípua era o efeito adverso da queda das exportações⁴⁸ sínicas sobre o crescimento econômico. A expansão do crédito teve uma expansão sem precedentes (15-20 por cento ao ano), com impacto na qualidade dos empréstimos, fragilizando também o sistema financeiro.

Ao mesmo tempo, o governo promoveu a interiorização do investimento e o aumento da participação das regiões central e oeste no gasto total. Frente a menor capacidade de gestão desses investimentos e a ausência de controles, os projetos tornaram-se mais suscetíveis a atrasos, desperdícios, além de desvios (corrupção).

Em consonância com seu projeto de ampliar seu relacionamento externo com países Ásia-Pacífico, a RPC contribuiu com US\$ 34,8 bilhões (o mesmo montante oferecido pelo Japão) para um fundo emergencial destinado a aumentar a liquidez dos membros da ASEAN, e ajudar a região a superar a crise financeira de 2008-2009⁴⁹.

O resultado do programa de fomento permitiu que a China fosse a primeira economia importante a se recuperar da recessão global. Enquanto no último trimestre de 2008, o

⁴⁸ O crescimento das exportações ‘reduziu-se’ a 16 por cento, no biênio 2008-09, e sua contribuição ao PIB chinês tornou-se negativa em meio a crise.

⁴⁹ “ASEAN, China, S. Korea Finalizes Crises Fund Pact” apud DOSCH, 2010.

crescimento chinês reduziu-se a 4,3 por cento, já em 2009, a economia sínica expandiu-se em 8,7 por cento, ultrapassando o limiar de 10, 4 por cento em 2010 (NBSC, 2011).

O programa de investimentos doméstico adotado levou à criação de excesso de capacidade industrial, resultando em queda de preços e de lucros das empresas manufatureiras. Essas firmas, por sua vez, tinham dificuldade em amortizar os débitos bancários, e dívidas não pagas levavam o governo a recapitalizar os bancos, com consequências adversas a sua posição fiscal (WALTER et FRASER, 2011).

Em resumo, o pacote permitiu a retomada do crescimento no curto prazo, mas exacerbou os problemas estruturais da economia chinesa, sobretudo os relativos à expansão do consumo privado. Da mesma maneira, o programa fortaleceu, o papel do Estado, em detrimento do setor privado. Segundo Huang Yasheng (2011), o biênio 2010-2011 foi um dos períodos de maior intervenção estatal em toda a era reformista.

A propriedade estatal de ativos produtivos elevou-se na medida em que empresas ligadas ao governo absorveram firmas não-estatais, ou o estado nacionalizou empresas. O volume de empréstimos ter-se-ia dirigido, de forma mais que proporcional, às empresas estatais, particularmente às corporações manufatureiras (BREMER, 2010, p. 143-144).

Da mesma maneira, a crise econômica e financeira global reduziu o papel do mercado, enquanto permitiu o aumento do papel do Estado em sua formulação às políticas industrial e tecnológica (NAUGHTON, 2011). A promoção de inovações endógenas foi implementada, a partir de escolhas realizadas no âmbito do Conselho de Estado que identificou sete indústrias estratégicas emergentes para receber apoio estatal.

Embora o sistema financeiro asiático tivesse pouca exposição direta aos produtos *subprime* dos Estados Unidos, os efeitos da crise internacional foram proporcionais à integração da Ásia aos mercados financeiros, especialmente ao G-2 (EUA e Área do Euro). Em 2009, ocorreu a maior redução do fluxo de comércio global desde 1929, quando as exportações do Japão e da China caíram, subitamente, à metade.

A crise expôs os limites da estratégia chinesa de apostar na demanda do mercado norte-americano, de se proteger por meios de controle de capital e de níveis sem precedentes de reservas internacionais (sobretudo em títulos do Tesouro dos Estados Unidos). A partir daí a China passou a considerar formalmente o reequilíbrio de suas fontes de crescimento, e a mudança de orientação em favor do seu mercado interno.

4.3.4 Comércio Exterior

Com a crise financeira internacional, na primeira década do século XXI, a China adquiriu proeminência ainda maior no comércio internacional. No ano 2000, a participação chinesa nas exportações mundiais era de 4,3 por cento (ocupando o sétimo lugar entre os maiores exportadores); em 2011, a China tornou-se o maior país exportador global (respondendo por 10,4 por cento das exportações mundiais)⁵⁰ (WTO, 2012).

O grau de abertura⁵¹ da economia chinesa, em 2010, era elevado - mais de metade do seu PIB - enquanto a Índia apresentava coeficiente de 31,7 e o Brasil, 18,8. A participação dos serviços no comércio exterior sínico, contudo, mantinha-se baixa (menos de 20 por cento) e deficitária (com tendência a redução), em contraste com outras economias emergentes, como a do Brasil, onde a balança de serviços mostrava déficits ascendentes (OLIVEIRA et al., 2014).

Os Estados Unidos mantinham-se como seu maior parceiro comercial (US\$ 446,6 bilhões, em 2011), gerando saldo positivo para a China de US\$ 202 bilhões, só superado por Hong Kong (US\$252, 5 bilhões)⁵². A Alemanha era a maior parceira comercial europeia (US\$169 bilhões), seguida da Austrália (US\$116,6 bilhões) e da Federação Russa (US\$ 79, 2 bilhões). O Brasil classificava-se em décimo lugar (US\$ 77,1 bilhões), à frente da Índia, e o maior parceiro comercial da RPC na América Latina (CEBC, 02/2012).

Na Ásia, a vigorosa expansão chinesa⁵³ refletia-se na importância comercial adquirida no relacionamento com seu entorno asiático. Mesmo com países da estatura do Japão, ou da Coreia do Sul⁵⁴, a China respondia por 22 por cento das importações japonesas e um quarto das exportações sul-coreanas em 2011. Taiwan (US\$ 160 bilhões) e Malásia (US\$ 90 bilhões) também se classificavam entre os maiores parceiros da RPC e com todos eles, a China mostrava déficits comerciais crescentes (Ibid.).

⁵⁰ Entre 2000 e 2010, as exportações chinesas cresceram, em média, 23 por cento ao ano, mais que o dobro da taxa de expansão observada no comércio mundial naquela década.

⁵¹ Medida pela proporção do fluxo de comércio global (exportações mais importações) sobre o PIB. No grupo dos BRICs, o Brasil tinha o menor grau de abertura econômica (18,8), seguido pela Índia (31,7).

⁵² A transferência da base produtiva da ilha para a RPC fez com que as empresas em Hong Kong se especializassem em serviços, reexportando os bens produzidos na China para outros mercados.

⁵³ Como vimos anteriormente, a integração desses mercados vinculava-se à lógica da globalização e pela inserção nas redes de produção global. Esse regionalismo aberto e em rede contrasta-se com o regionalismo institucional estabelecido na Europa (Katzenstein, 1996 *apud* OLIVEIRA et al., 2014).

⁵⁴ 2º e 4º maiores parceiros comerciais, registrando US\$ 692 bilhões nas transações bilaterais em 2011.

As vantagens comparativas da China com os vizinhos, em 2010, concentravam-se em produtos manufaturados (desde vestuário e calçados até instrumentos óticos, fotográficos e de medição), maquinário e materiais de transporte. A competitividade nesses últimos é compartilhada não apenas com Japão e Coreia do Sul, como também Malásia, Filipinas e Cingapura, e o Camboja, esse último em vestuário e calçados. O incremento do comércio chinês tem sido intenso com Brunei, Mongólia e Vietnã (superando os 1.000 por cento, em uma década) (Ibidem).

Na visão de Oliveira et al. (2014, p. 276), a existência de vantagens reveladas em bens finais para países no entorno da China correspondia à “lógica de integração produtiva na fábrica asiática, reforçando o papel chinês enquanto *hub* produtivo comercial na região”. Em consequência, a integração produtiva-comercial da China com seus vizinhos pode viabilizar a interferência futura da região sobre as decisões que afetam a produção e o comércio globais, contribuindo para a projeção de poder internacional da RPC.

A implementação da Área de Livre Comércio China-ASEAN, em 2010, tornou a Associação a terceira maior parceira comercial da RPC no ano seguinte. O maior limite a esse processo é a importância geopolítica dos Estados Unidos na região, na medida em que países como Cingapura ou Vietnã buscam contrabalançar a influência chinesa aproximando-se de Washington. A RPC possui acordos bilaterais de livre comércio em vigência na América do Sul (Chile e Peru), América Central (Costa Rica), Oceania (Nova Zelândia), Paquistão e Macau⁵⁵.

Em nível da União Europeia (UE), conflitos comerciais com a China e os países desenvolvidos (que respondiam por 30 por cento do mercado para os têxteis chineses) intensificaram-se com a extinção do Acordo Multifibras, no âmbito da OMC, e a abolição progressiva do sistema de quotas.

A Alemanha era o maior país exportador do bloco (responsável por 28 por cento do mercado mundial da UE, em 2011), e a China o mais importante mercado para a Alemanha fora da UE (e metade do comércio alemão com a Ásia, em 2010). As exportações alemãs para o mercado chinês concentravam-se em automóveis e máquinas (metade das exportações totais). A China respondia pela produção e oferta de subconjuntos para a

⁵⁵ Outros quatro acordos regulam as relações da China com países e territórios aduaneiros em seu entorno. Para detalhes, ver BADIN et al., 2014.

Alemanha, que eram utilizados como componentes de produtos de alta tecnologia, bem como produtos eletrônicos e máquinas⁵⁶.

Em 2009, a China tornou-se a maior parceira comercial da Austrália⁵⁷ e do Brasil⁵⁸, superando o tradicional parceiro estadunidense. O forte influxo das exportações desses últimos - concentradas em *commodities* - atende ao intenso ritmo de urbanização e industrialização chinesa. Esses países ocupavam naquele ano, respectivamente, sétima e décima posição entre os maiores parceiros comerciais sínicos, mas sua posição na cadeia de *commodities* coloca-os vulneráveis frente às oscilações dos preços externos, e à concentração do comércio internacional em poucos produtos.

Exportações de recursos energéticos e matérias-primas pela Austrália expandiram-se de US\$ 3,9 bilhões para US\$ 62,4 bilhões, entre 2001 a 2011, quando as *commodities* representavam 80 por cento das exportações australianas para o mercado chinês. Minerais eram os segmentos mais dinâmicos⁵⁹ do comércio bilateral, com predomínio do minério de ferro (US\$ 44 bilhões, ou 57 por cento do valor total), seguido do cobre, níquel, alumínio, manganês e terras raras (minério e concentrados de titânio e zircônio) australianos.

Combustíveis respondiam por 10 por cento das exportações australianas em 2011, com predomínio do carvão (US\$ 4,5 bilhões), seguido por petróleo e gás natural. De outra parte, embora as exportações agrícolas⁶⁰ australianas à China triplicassem na década (US\$ 6,6 bilhões, em 2011), superando a demanda japonesa, a sua contribuição ao total exportado reduziu-se de 26,4 para 8,6 por cento. O mesmo ocorreu no setor manufatureiro, que encolheu de 14,3 para 5,9 por cento das exportações destinadas à RPC (DFAT, 2012).

As exportações brasileiras à China também se concentraram em *commodities* agrícolas e minerais – sobretudo minério de ferro, soja, celulose e petróleo (mais de 70 por cento do valor total)⁶¹. Em contrapartida, a pauta importadora do Brasil incluía ampla variedade de produtos manufaturados chineses, com alguma concentração em máquinas

⁵⁶ Apesar da similaridade do comércio em categoria de produto, as importações da China eram bens de consumo, como computadores pessoais ou telefones celulares, enquanto produtos alemães exportados na mesma categoria destinavam-se a aplicações industriais. Adicionalmente, têxteis, moveis e calçados completam as cinco categorias mais exportadas pela RPC à Alemanha (CCAC, *op. cit.*, p. 2)

⁵⁷ O comércio Austrália-China expandiu-se de US\$ 8,8 b. para US\$ 77,1 b., entre 2001-11 (DFAT, 2012).

⁵⁸ Entre 2000-2010, o comércio bilateral Brasil-China elevou-se de US 3,2 bilhões para US\$ 56,4 bilhões.

⁵⁹ As exportações minerais cresceram 500 % em volume, mas o aumento de preços foi de 180 % (Ibid.).

⁶⁰ O setor incluía alimentos e outros itens (lã, algodão, couros e peles) (Ibidem.).

⁶¹ Os principais itens foram soja e minério de ferro, petróleo, couros e peles, celulose, óleo de soja bruto, fumo em folhas, ferro-ligas, catodos de cobre, madeira serrada e ferro fundido (SECEX, MDIC, 2011).

e partes, equipamentos eletrônicos e de transmissão e motores, além de têxteis e confecções, brinquedos e calçados (SECEX, MDIC, 2011).

A assimetria no relacionamento comercial ‘complementar’ da Austrália e do Brasil com a China é crescente. Mesmo posicionados entre os dez maiores parceiros comerciais da RPC, esses países respondiam por 3 e 2 por cento, respectivamente, do comércio global chinês em 2011. Em contraste, a China representava, respectivamente, 15 e 12 por cento do comércio exterior desses países, com demanda restrita a produtos primários.

A reaproximação entre China e Rússia, no período Hu Jintao, repercutiu sobre o padrão de comércio exterior entre os dois países⁶². A importação sínica impulsionou as atividades petrolíferas e de *commodities* russas que, em 2009, representavam 80 por cento das exportações à RPC. Em contrapartida, 40 por cento das exportações chinesas à Rússia eram manufaturados⁶³. Em 2010, a China tornou-se a maior parceira comercial da Rússia.

O maior projeto bilateral sino-russo visava à cooperação energética⁶⁴ e, em 2011, um novo oleoduto fornecia petróleo siberiano à RPC. Diante do embargo de venda de armas pelos EUA e EU, a demanda de armamentos russos pela China se expandiu celeremente⁶⁵. A partir de 2007, a RPC passou a priorizar parcerias tecnológicas com a Rússia e aquisição de artefatos avançados (aviões, jatos, torpedeiros), em paralelo ao desenvolvimento de sistemas de defesa.

A China também se tornou a maior parceira comercial da Índia, em 2008. O comércio bilateral expandiu-se vinte e cinco vezes, no curto período entre 2001 e 2011 (de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 74,4 bilhões), com déficits crescentes para o parceiro indiano. A Índia importava manufaturados⁶⁶, de intensidade tecnológica crescente da RPC, que se destacava como competidora internacional em máquinas e equipamentos. As exportações

⁶² O comércio bilateral aumentou quatorze vezes (de US\$ 5,7 bilhões para US\$ 79,3 bilhões), entre 2000-2011.

⁶³ Em 2009, mais de 40 por cento das exportações da RPC à Federação Russa eram bens de intensidade tecnológica alta e média, relacionados às tecnologias da informação e telecomunicações (TICs). Petróleo, *commodities*, e produtos intensivos em trabalho e recursos naturais respondiam pela outra metade do comércio chinês aos russos (UNCTAD, 2010).

⁶⁴ A cooperação abrangia não só fornecimento de longo prazo de petróleo siberiano a China, mas também projetos conjuntos em gás natural, carvão e energia hidroeétrica e nuclear (LARIN et al., 2014).

⁶⁵ Entre 2000 e 2006, o valor das aquisições chinesas aumentou para US\$ 2,8 bilhões, e no último ano, atingiu US\$ 3,5 bilhões. A RPC teria recebido “arsenal militar diversificado, incluindo porta-aviões, submarinos, mísseis lançados de navios e de aeronaves-tanque, de transporte e de ataque de longo alcance (...) A China não só comprou esses equipamentos, como também licenciou produtos e tecnologia russa em seu o mercado interno” (WEITZ, 2009 *apud* NOZAKI et al., 2011, p. 220).

⁶⁶ As importações da Índia provenientes da China, em 2008, concentraram-se em quatro setores: química, máquinas (mais de 40 por cento do total), metais, têxteis e vestuário. Nos anos da crise financeira, o comércio bilateral com a RPC representou 9 por cento do total comercializado mundialmente pela Índia.

indianas à China concentra-se em *commodities*⁶⁷ e bens intensivos em mão-de-obra, apesar do interesse local em fornecer fármacos ao mercado chinês (MOHANTY, 2014).

Os fluxos de comércio entre China e África Subsaariana expandiram-se celeremente desde 1995, atingindo US\$ 170 bilhões, em 2013. A partir de 2009, a RPC tornou-se a maior parceira comercial da África Subsaariana, ultrapassando a Europa. Entre 2003 e 2009, os saldos de comércio foram positivos aos países africanos, mas, a partir da crise financeira, houve queda nas exportações levando novamente ao déficit (UNCTAD, 2011).

África do Sul e Angola lideravam o *ranking* dos países exportadores africanos à China (70 por cento das exportações, em 2011), seguidos pelo Congo (ou Sudão)⁶⁸. Guiné Equatorial (petróleo), Zâmbia (cobre), Líbia e Nigéria (petróleo) também têm participação expressiva nesse comércio. Em seu conjunto, esses países respondiam por 82 por cento das importações chinesas no continente africano (UN Comtrade, 2011).

O *mix* dessas exportações assenta-se sobre o setor primário, e podem ser agrupadas em quatro grandes categorias: “produtos agrícolas, petróleo, recursos naturais que não-petróleo, e manufaturas”⁶⁹. Apesar de a produção de petróleo ser dominante, a competitividade dos recursos energéticos que não petróleo e dos minerais se expandia devido à crescente demanda chinesa.

Em sentido oposto, as exportações de manufaturas africanas à China (como fibras têxteis) regrediam. As importações de produtos chineses pelos países africanos são diversificadas, incluindo bens de consumo não duráveis (têxteis e brinquedos), máquinas e materiais de transporte (automóveis, vans, caminhões).⁷⁰ Enquanto as exportações subsaarianas contribuem para o crescimento da região, a forte penetração de produtos chineses afeta negativamente o setor manufatureiro local⁷¹. Os preços reduzidos dos bens chineses importados beneficiam os consumidores bem como os produtores locais que utilizam bens de capital e insumos importados da China. Contudo, têm impacto limitado sobre a transformação econômica e a diversificação exportadora dos países africanos.

⁶⁷ ⁶⁷ Minerais e metais (sobretudo minério de ferro); têxteis e produtos têxteis, e alimentos.

⁶⁸ O Sudão aparece apenas nas estatísticas chinesas como terceiro país africano exportador para a RPC.

⁶⁹ As *commodities* incluem recursos extrativos (petróleo, urânio, alumínio, zinco, fosfato, cobre, níquel e ouro), bem como agrícolas (algodão, borracha, cacau, café, castanha de caju, peixe) (PIGATO e TANG, p. 5).

⁷⁰ Esses últimos derivam da presença crescente de firmas chinesas em setores de infraestrutura em países africanos (telecomunicações, ferrovias e construção civil, entre outros) (RIBEIRO, 2015, p. 19)

⁷¹ Em estudo de 44 indústrias na África do Sul, entre 1992-2010, as empresas intensivas em mão-de-obra eram prejudicadas pelas importações chinesas, e o impacto negativo sobre o emprego foi mais que proporcional ao deslocamento da produção (EDWARDS e JENKIS, 2014).

4.3.5 Investimento Direto Estrangeiro

Na primeira década do século XXI, a China manteve-se como maior recipiente de investimento direto estrangeiro (IDE) entre os países emergentes⁷². De outra parte, a política de estímulo às firmas sônicas a investir no exterior (*zou chu qu*) foi bem-sucedida em promover a maior integração da economia chinesa em termos regionais e mundiais.

Em um contexto de globalização produtiva, a integração entre Estados Unidos e China intensificou-se aceleradamente. A entrada de IDE norte-americano no mercado chinês destina-se tanto às exportações (minoritárias) para os EUA como à demanda local em forte expansão. O segundo movimento ocorre no âmbito das cadeias de valor globalizadas, sob a modalidade de produção em rede, que articula firmas de origem norte-americana detentoras de marcas emblemáticas - atuando primordialmente nos dinâmicos mercados de eletrônica digital - com grandes empresas asiáticas fornecedoras de insumos de alta tecnologia cuja montagem final e posterior distribuição mundial ocorre na China.

Em termos de valor, a Ásia mantinha-se na posição de fonte principal de IDE à RPC⁷³. Como novidade, parte desses recursos passaram a dirigir-se às regiões central e oeste da China, devido aos aumentos salariais e outras pressões de custo na região leste costeira. O fluxo de IDE para China e Hong Kong duplicou entre 2001 e 2008⁷⁴.

Por sua vez, o estoque de investimentos norte-americanos na “Grande China” (RPC, Hong Kong e Taiwan) mais que duplicou no mesmo período (de US\$ 54 bilhões para US\$ 110 bilhões), e esse forte crescimento do IDE estadunidense foi observado também no Japão e na Coreia do Sul⁷⁵. Embora os norte-americanos também pressionassem a China na medida em que o país passou a apresentar superávits crescentes em seu comércio com os Estados Unidos, a presença ascendente de investimentos das subsidiárias de firmas estadunidenses na RPC, bem como a detenção de forte volume de títulos do tesouro americano pelo governo chinês, limitava as pressões.

⁷² A RPC tornou-se a maior receptora de IDE, entre os países em desenvolvimento, em 1993; dez anos depois, ela era a terceira maior receptora de IDE mundial. A estimativa do estoque acumulado de IDE na China, até 2011, apresenta diferenças substanciais: US\$ 712 bilhões, segundo a UNCTAD (*World Investment Report*); US\$ 1.907 bilhões, segundo o FMI (*Direct Investment Survey*).

⁷³ Dez economias asiáticas eram responsáveis por US\$ 76,4 bilhões, ou dois terços do IDE total. Hong Kong sustentava a posição de maior supridor de recursos de investimento à RPC, mas essa posição era superestimada pelos movimentos de *round tripping* dos capitais sônicos visando a usufruir dos incentivos à entrada de capital estrangeiro na China até 2008 (ALVES, 2014, p. 325).

⁷⁴ Nesse período, o fluxo de IDE à RPC foi de US\$ 47 bilhões para US\$ 108 bilhões, e o estoque de IDE atingiu US\$ 473 bilhões, e ultrapassou US\$ 912 bilhões em Hong Kong em 2009 (UNCTAD, 2011).

⁷⁵ O estoque de IDE das firmas americanas atingiu US\$ 103,6 bilhões no Japão e US\$ 27 bilhões na Coreia do Sul, entre 2001 e 2009 (Departamento de Comércio dos Estados Unidos apud PINTO, 2011, p. 49).

Essa dinâmica de crescimento do investimento externo na China foi interrompida em 2009, em virtude da crise financeira internacional. De outra parte, o influxo de IDE para o setor de serviços chinês (notadamente o segmento financeiro bancário) tornou-se majoritário, superando os investimentos tradicionais em manufaturas.

O governo central chinês, adicionalmente, passou a priorizar a qualidade do investimento externo, e as políticas tecnológicas decorrentes encorajavam as empresas multinacionais líderes a estabelecer centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) na China. Em paralelo, as inovações tecnológicas eram enfatizadas no sistema estatal de catálogos que orientava o investimento estrangeiro (DAVIES, 2013, p. 15).

A destreza do “ganso seguidor” (China) em buscar as capacidades produtiva e tecnológica de determinados produtos e/ou setores do “ganso líder” (Japão) induzia este último a realizar esforços continuados, na direção de novas tecnologias e de inovações, que lhe permitissem manter a liderança na cadeia produtiva regional (LEÃO, 2011, p. 135).

De acordo com Medeiros (2010, p. 282-283), “o resultado encontrado [por Kwan (2002)] vai ao encontro do previsto no [esquema dos Gansos Voadores]. Embora todos os países tenham elevado o seu grau de sofisticação, a hierarquia não mudou, as exportações mais sofisticadas originam-se no Japão [...] e finalmente seguido pela China” (Apud LEÃO, *ibid.*).

Embora os investimentos das firmas estrangeiras contribuíssem à geração de superávits comerciais maciços pela RPC⁷⁶, eles nunca foram dominantes na formação bruta de capital fixo (FBKF)⁷⁷ chinês. Em 2010, uma circular do Conselho de Estado reiterava o papel do capital estrangeiro para “alavancar a inovação, o *upgrade* industrial e o desenvolvimento equilibrado regional.”⁷⁸ Da mesma maneira, a competição entre empresas locais e firmas internacionais caracterizava, de forma crescente, o mercado doméstico chinês. Em sentido oposto, a China se confirmava como mercado crescente para as exportações de outros países asiáticos.

⁷⁶ Em 2004, os investimentos das empresas estrangeiras respondiam por mais da metade do *superávit* comercial chinês, atingindo seu ápice em 2008 (US\$ 171 bilhões), e recuperando-se da crise já em 2012 (US\$ 151, 5 bilhões) (MOFCOM, 2013).

⁷⁷ O investimento estrangeiro atingiu 17 por cento da FBKF em 1993, e desde então tem sido declinante, respondendo apenas por 2,8 por cento da FBKF chinesa em 2010. Em termos absolutos, porém, os volumes de IDE destinados à China triplicaram, entre 2000 e 2012 (*Ibid.*).

⁷⁸ O IDE era encorajado em manufaturas de ponta, indústrias de tecnologias novas e de ponta, indústrias de serviços modernos, novas energias, indústrias de proteção ambiental e poupadoras de energia.

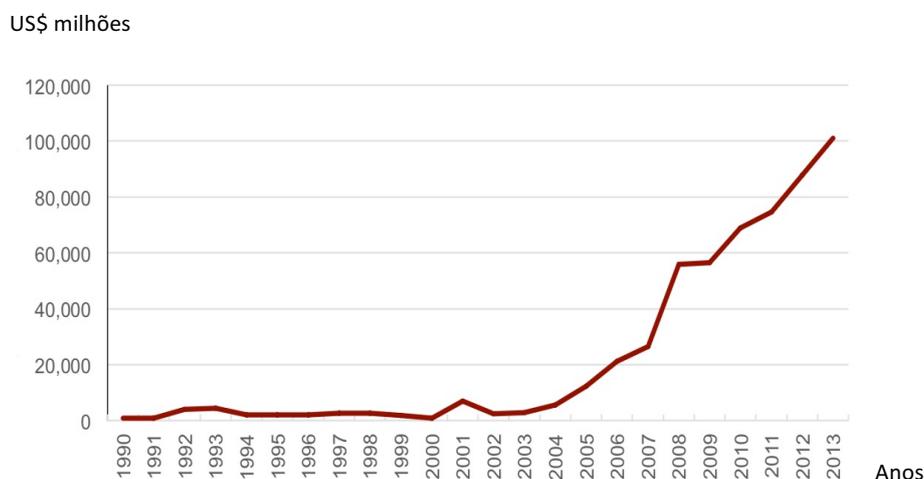
No setor primário, a expansão do consumo chinês de *commodities* e alimentos beneficiou, igualmente, outros países asiáticos em desenvolvimento. As empresas sônicas ampliaram as importações e realizaram investimentos na região de maneira a assegurar esses recursos essenciais para a sustentação de seu crescimento econômico acelerado.

A estratégia chinesa de internacionalização “*go global*” fora referendada nos 10º Plano Quinquenal (2001-2005) e 11º Plano Quinquenal (2006-2010), concedendo apoio governamental a “indivíduos e empresas qualificados a investir no exterior”. De outra parte, priorizava-se os “avanços em indústrias estratégicas emergentes”⁷⁹. Para garantir o suprimento das crescentes demandas - sobretudo quanto a matérias-primas e energia - o governo chinês exercia grande influência sobre suas empresas estatais⁸⁰.

O vertiginoso acúmulo de reservas internacionais⁸¹ permitiu a mudança estrutural em favor do investimento externo pelas empresas chinesas a partir de 2002⁸², e o IDE chinês duplicou entre 2007 e 2008, atingindo US\$ 56 bilhões no preâmbulo da crise financeira internacional (Figura 7).

Figura 7:

CHINA: Fluxos de Investimento Externo Direto ao Exterior, 1990-2013



Fonte: MOFCOM e UNCTAD, *World Investment Report* 2013.

⁷⁹ Essas indústrias incluíam “a próxima geração de tecnologias da informação, conservação de energia, proteção ambiental, novas energias, biotecnologia, manufatura de equipamentos avançados, novos materiais e veículos movidos a novas energias” (WEN, 2011).

⁸⁰ Em 2009, havia 129 SOEs centrais, com um total de ativos superior a US\$ 3 trilhões. Elas que atuavam em atividades econômicas essenciais, sob a administração da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais da China (SASAC) no âmbito do Conselho de Estado (LI, 2013).

⁸¹ As reservas externas da China de US\$ 79 bilhões, em 2000, atingiram US\$ 821,5 bilhões em 2005, e escalaram a US\$ 1,5 trilhões em 2007 (*World Development Indicator Database, World Bank*).

⁸² Esses investimentos dirigiram-se a atividades mineradoras em países em desenvolvimento, bem como a economias avançadas e ricas em recursos, como Austrália e Canadá (DAS, 2014).

Em uma posição *sui generis*, a China auferia superávits tanto em conta corrente como na conta de capital, e a opção de investir no exterior era mais atrativa do que reter os títulos da dívida do governo norte-americano. O processo de aprovação administrativa pelo governo chinês dos investimentos externos tornou-se menos rigoroso⁸³, assim como os controles foram descentralizados para os governos das províncias.

Entre 2003-2009, as empresas estatais responderam por 80 por cento dos fluxos e do estoque do IDE chinês, sendo responsáveis por grandes fusões e aquisições externas em setores definidos pelo Estado⁸⁴. O objetivo era torná-las corporações globais, seja por novos investimentos, seja por aquisições de empresas em nível mundial⁸⁵. Em reação, algumas aquisições ou associação por empresas chinesas foram rejeitadas por firmas estadunidenses ou australianas⁸⁶, sob o manto do protecionismo.

As firmas privadas chinesas, que até 2003 eram proibidas de fazer investimentos no exterior, passaram a responder por mais da metade do valor total das transações externas. No 12º Plano Quinquenal (2011-2015), o governo chinês encorajava essas empresas, sobretudo as pequenas e médias, a realizar IDEs com apoio estatal.⁸⁷ O modo dominante de entrada foi a aquisição de participação minoritária em empresas *offshore* atuantes em serviços comerciais e de *leasing*, atividades bancárias e de seguro, e comércio de atacado e varejo (DAS, *op. cit.*, p.14).

Ao final de 2011, o estoque total de IDE no mundo era estimado em US\$ 19 trilhões, dos quais 10 por cento encontravam-se na China, e 19 por cento nos Estados Unidos (DOLLAR, 2015). Em 2013, o fluxo de IDE chinês ultrapassou US\$ 100 bilhões, tornando a RPC o terceiro maior país investidor no mundo, seguindo os Estados Unidos e o Japão. A ênfase dos investimentos orientava-se aos mercados de consumo e à alta tecnologia.

⁸³ Desde 2014, as firmas chinesas que desejem investir menos de US\$ 1 bilhão operações de fusões e aquisições (F&A) não precisavam de aprovação, apenas registro na Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR). Negociações acima desse valor requerem a aprovação da CNDR, e acima de US\$ 2 bilhões, o aval do Conselho de Estado (Ibid.).

⁸⁴ O Ministério do Comércio (MOFCOM) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), além dos bancos (Eximbank, BICC e BDC) definiam os rumos para o IDE chinês (DAVIES, *op. cit.*, p. 39).

⁸⁵ Em 2012, cerca da metade do IDE chinês no exterior orientou-se a fusões e aquisições (MOFCOM, 2013).

⁸⁶ Em 2007, a empresa de telecomunicações Huawei associou-se à Bain Capital para comprar a 3Com norte-americana (oferta de US\$ 2,2 bilhões). A oposição à transação pelos órgãos regulatórios norte-americanos sustentou-se em aspectos de segurança, sob alegação de que a Huawei tinha laços com as forças armadas chinesas, e o negócio não se concretizou. Em 2009, a *Aluminum Corp. of China* (Chinalco) anunciou investimento de US\$ 19,5 bilhões na Rio Tinto australiana, mas os termos da transação não foram aceitos. Um ano depois, as duas empresas formaram uma *joint venture* para explorar depósitos de minério de ferro na Guiné (DAVIES, *op. cit.*).

⁸⁷ Por exemplo, a criação de centro de P&D em parceria (*joint venture*) com sócio estrangeiro em setor relevante é considerado um negócio prioritário.

A condição de “fábrica do mundo” impôs à China a necessidade de garantir um provimento crescente de energia e de inúmeras matérias-primas, tornando-a a maior consumidora de minérios e minerais do planeta. Em 2010, a indústria pesada chinesa respondia por 71 por cento do produto industrial, quando o mercado chinês superou o norte-americano como maior comprador de petróleo⁸⁸. Os setores de mineração⁸⁹ e de energia respondiam por 61 por cento das fusões e aquisições externas das firmas chinesas.

Naquele ano, o Brasil era incluído na base internacional de investimentos das empresas chinesas (estimados à época em US\$12,7 bilhões)⁹⁰ (CEBC, *op.cit.*, p.13). Esse movimento foi caracterizado por Castro et al. (2011) como a “última fronteira para o investimento chinês”, uma vez que vários países da América Latina, anteriormente, foram objeto de negócios pelas corporações sônicas. De acordo com dados da *Heritage Foundation* (2014), o Brasil respondia por US\$ 29 bilhões do estoque de IDE chinês, em 2013, colocando-se na quarta posição mundial (depois dos Estados Unidos, Austrália, Canadá, e a frente do Reino Unido) naquele ano.

A América Latina é uma das regiões de maior “complementaridade” com a China em termos de recursos naturais⁹¹. Em consequência, observou-se uma “remercantilização” das economias dos principais países da Região com a ascensão chinesa. O aumento das quantidades e dos preços de um conjunto de matérias-primas⁹² demandadas pela economia chinesa estendeu-se até 2013. Uma nova onda de investimentos, sobretudo em indústrias extrativas, iniciou-se sob a liderança das firmas sônicas, atingindo US\$ 43 bilhões, entre 2010 e 2013 (ECLAC, 2015, p. 61), e as aquisições de empresas locais pelo capital chinês foram dominantes ao final do período.⁹³

⁸⁸ Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), em 2014, o consumo chinês era de 10,5 milhões de barris de petróleo ao dia.

⁸⁹ Pesquisa realizada em 2008 indicava que a África era responsável por um terço do abastecimento de energia da China. Entre os investimentos realizados pela *China International Trade and Investment Co.* (CITIC), destacavam-se US\$ 938 milhões destinados à fábrica de alumínio no Egito, e US\$ 230 milhões na aquisição de mina de ferro-cromo na África do Sul (CEBC, 2011, p. 17).

⁹⁰ Mais de 90 por cento dos recursos provinham de SOEs centrais, e a forma de ingresso dominante foi por fusões e aquisições parciais: a Sinopec adquiriu participação na Repsol Brasil (US\$7,1 bilhões). Adicionalmente, as chinesas Chery e JAC também ingressaram como montadoras de automóveis (Ibid.).

⁹¹ Por exemplo, Argentina, soja; Brasil, soja, minério de ferro e petróleo; Cuba, níquel; Chile e Peru, cobre; Venezuela e Equador, petróleo.

⁹² A demanda chinesa por minério de ferro passou de 14,4 para 64,6 das importações mundiais em valor, entre 2000 e 2014, ultrapassando os grandes importadores como Japão, Coreia do Sul e Alemanha. O mesmo foi observado com o cobre, alumínio e bauxita (CEPAL, 2016, p. 89).

⁹³ A aquisição da mina de cobre Las Bambas por consórcio chinês (CITIC Metal, MMG e Guoxin) por US\$ 5,85 bilhões pagos a vista à Glencore Xstrata, em 2014 foi recorde. A mineração é responsável por 5 por cento do PIB peruano, e respondia por metade das exportações do país em 2013.

A China, na posição de *latecomer* no mercado africano, respondia por 3 por cento do estoque de IDE na África (ainda majoritariamente europeu) em 2011. O valor investido pelas firmas chinesas até 2013 (US\$ 26 bilhões), entretanto, foi superior aos gastos norte-americanos no continente (US\$22 bilhões). Resultados da análise econométrica realizada por Dollar et al. (2015) sobre o investimento chinês na África mostraram que este era positivamente correlacionado com tamanho do mercado, riqueza de recursos naturais e estabilidade política, mas neutro em relação a direitos de propriedade ou regras legais.

Firmas privadas sônicas menores espalharam-se pelo continente africano, investindo em serviços e em manufaturas. A Transição chinesa controla, hoje, 40 por cento do mercado africano de *smartphones*, ultrapassando gigantes como a Samsung e a Huawei. Em 2011, diante da intensa concorrência no mercado chinês, a empresa oriunda de Shenzhen investiu em uma primeira fábrica na Etiópia, e hoje opera dois centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) na Nigéria, o país mais populoso da África, e outro no Quênia, de maneira a *customizar* seus aparelhos às necessidades do mercado africano em expansão (*China Daily*, 09.02.2017).

Já a orientação do investimento chinês nos Estados Unidos dividia-se entre busca de mercados e de tecnologia⁹⁴, e mais recentemente à segurança alimentar⁹⁵. Entre 2010 e 2014, o IDE chinês naquele mercado expandiu-se de US\$ 7 bilhões para US\$ 19 bilhões, classificando os EUA como seu principal receptor mundial de gastos ao final do período.

A diversificação tem pautado a estratégia das empresas chinesas, que recorrem crescentemente às fusões e aquisições (F&A), com ênfase aos setores de tecnologia⁹⁶, que receberam 44 por cento do total do IDE chinês no mercado norte-americano em 2014. Empresas privadas chinesas, como o Grupo Alibaba, lançaram com sucesso ações na bolsa de Nova York, atingindo o maior IPO registrado naquela disputada bolsa de valores.

⁹⁴ Em 2005, a Lenovo chinesa adquiriu a divisão de computadores pessoais da IBM por US\$ 1,75 bilhões, com direito ao uso da marca por cinco anos. A transação foi analisada pelo Comitê de Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos, um órgão intergovernamental que revê aspectos relativos a fusões e aquisições de empresas norte-americanas, em termos de potenciais riscos à segurança nacional. A investigação foi longa, uma vez que congressistas se opuseram ao negócio devido a criptografia desenvolvida pela IBM, que era de uso comum em outros computadores da marca por agências governamentais (DOLLAR, 2015)

⁹⁵ A Shuanghui International adquiriu a Smithfield Foods, a maior produtora mundial de produtos suínos, em 2013, por US\$ 7,1 bilhões, para atender a crescente demanda na China (Ernst & Young, 2015).

⁹⁶ A Lenovo realizou duas aquisições, em 2014, a área de servidores x86 da IBM (US\$ 2,1 bilhões) e a Motorola Mobility da Google (US\$ 2,9 bilhões) (Ibid.).

No espaço europeu, o investimento chinês dirigiu-se a ativos estratégicos e conhecimentos - sob a forma de tecnologias avançadas e *expertise*, marcas reconhecidas e redes de *marketing* consolidadas. Um alvo preferencial de aquisições das empresas chinesas foi a Alemanha, com foco nos setores automotivo e de máquinas (28 por cento), seguido por eletrônica e semicondutores (22 por cento) entre 2007 e 2011. A maioria das aquisições nessas indústrias foi realizada por estatais chinesas, com o objetivo precípua de aumentar sua reputação no mercado doméstico⁹⁷.

As ‘campeãs nacionais chinesas’ - como Haier, Huawei e Lenovo - preferiram criar subsidiárias próprias (*greenfield investment*) e centros de pesquisas nos principais centros europeus⁹⁸. Em paralelo, 116 projetos de F&A chinesas ocorreram na Europa em 2014 (um aumento de 314 por cento, em relação a 2010), com absorção de empresas europeias atuando em mercados de produtos de maior valor agregado.

O estoque de IDE chinês na Austrália superava US\$ 50 bilhões em 2012, colocando o país como o maior recipiente de investimento sínico no mundo (Heritage Foundation apud HENDRISCHKE e LI, 2013). Esses gastos concentraram-se em indústrias mineradoras⁹⁹ e, a seguir, em energia (gás e energia renovável). Os investimentos foram realizados por estatais chinesas¹⁰⁰, com recurso preferencial a F&A¹⁰¹. Como suas contrapartes eram empresas listadas em bolsas de valores, o acesso ao capital era facilitado às entrantes.

A partir de 2013, as características do IDE chinês na Austrália mudaram. Metade dos novos recursos orientou-se ao mercado imobiliário e à infraestrutura local por firmas privadas chinesas. A Austrália perdeu também a posição de maior receptora de IDE da China, em favor dos Estados Unidos. O modelo chinês orientava-se aos investimentos em tecnologia, agricultura e alimentos, serviços e empreendimentos imobiliários. Nove das dez maiores transações de F&A, em 2013, miraram empresas de países desenvolvidos.

⁹⁷ Na tradição chinesa, bens ‘*made ou design in Germany*’ representam alta qualidade. Em consequência, a aquisição ou fusão com essas firmas não só aumentam as vendas como também as chances de bem-sucedidos lançamentos de ações das firmas chinesas em bolsas de valores (SCHÜELLER e al., 2012).

⁹⁸ O IDE chinês na França concentrou-se em produtos eletrônicos e equipamentos de telecomunicação, enquanto no Reino Unido, as aquisições sínicas dirigiram-se à indústria automotiva (EY, *op. cit.*, p.16).

⁹⁹ O valor da maioria das transações era elevado: 24 dos 128 negócios tinham valor acima de US\$ 500 milhões; e 102 deles foram firmados por SOEs. Os setores de minério de ferro e aço tiveram sua demanda reduzida devido à redução de gastos em infraestrutura e construção civil, em 2012.

¹⁰⁰ 24 dos 128 negócios, entre 2006-12, tinham valor acima de US\$ 500 milhões; 102 foram firmados por empresas estatais chinesas (SOEs), correspondendo a 95 por cento do total.

¹⁰¹ Dessa maneira, o parceiro chinês tinha acesso imediato a ativos estratégicos, como tecnologia, propriedade intelectual e marca (Ibid.).

4.4 Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação

O sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) da China, a partir de 2003, mudou significativamente, a partir da implementação efetiva de políticas de desenvolvimento voltadas a construir uma economia orientada à inovação. De uma parte, a adoção dos “Dezesseis Megaprojetos”, no biênio 2005/2006, incorporou-se ao ‘Programa de Ciência e Tecnologia de Médio e Longo Prazo’(2006-2020), dando ênfase às “inovações autóctones”¹⁰². De outra, a adoção do programa de Indústrias Estratégicas Emergentes, ao final de 2010, teve impactos diretos sobre os recursos destinados à CT&I chinesa.

Depois de uma década de intensas mudanças institucionais, observava-se a “fadiga das reformas” (NAUGHTON e CHEN, 2013) na China, apesar de seu incontestável sucesso. Especificamente, críticas eram dirigidas aos excessos da “marketização” e “empreendedorismo” na política tecnológica, ao constatar que essa opção teria enfraquecido as competências tecnológicas sínicas¹⁰³.

Essas inquietações intensificavam-se diante da inserção chinesa nas cadeias globais de valor. Como vimos no capítulo anterior, apesar de o mercado chinês exportar crescentemente mercadorias sofisticadas, as etapas produtivas realizadas no país concentravam-se em atividades de montagem com requisitos de capacitação tecnológica baixos ou médios. As empresas estrangeiras mantinham, assim, o controle sobre tecnologias proprietárias e das redes como um todo.

De outra parte, tendo em vista a importância do mercado interno da China para as subsidiárias de empresas multinacionais (EMNs), as políticas estabelecidas pelo governo chinês subordinaram o acesso ao mercado dessas firmas à obrigação de implantar atividades tecnológicas no país. A China tornou-se, assim, grande receptora de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das EMNs a partir do início dos anos 2000.

Extensa pesquisa sobre mais de mil centros de P&D dessas empresas na China, realizada por Su (2010) revelou que a maioria dos investimentos ocorreu em adaptação de tecnologias, e não em atividades de cunho inovador. A literatura aponta que as EMNs têm baixa propensão a realizar P&D em áreas onde dispõem de vantagens expressivas (Ibid.).

¹⁰² Em discurso ao início de 2006, o presidente Hu afirmava: “Em face do desenvolvimento científico internacional e da crescente concorrência internacional, a China pode aproveitar a oportunidade, através do desenvolvimento da ciência e tecnologia como um fio condutor de sua estratégia de desenvolvimento” (apud CASSIOLATO, 2005, p. 75).

¹⁰³ Vários institutos de pesquisa converteram-se em empresas, e muitos cientistas e engenheiros proeminentes foram trabalhar em corporações estrangeiras, ou tornaram-se administradores (Ibid., p. 9).

Em termos políticos, *slogans* como “a criação de um país inovador” tentavam diferenciar a nova facção no poder e seu possível legado de “políticas estratégicas” e “inovações autóctones”. Essa plataforma tinha apelo aos militares e aos sentimentos nacionalistas da população, sobretudo entre jovens bem-educados urbanos. Em nível burocrático, oferecia-se uma agenda revitalizada e, implicitamente, a promessa de projetos de desenvolvimento lucrativos financiados com recursos públicos (NAUGHTON e CHEN, *op. cit.*, p. 13).

Como resultante, em janeiro de 2006, os resultados da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia realizada em Pequim consubstanciaram-se no “Plano Estratégico Nacional de Médio e Longo Prazo para Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia” (2006-2020). Essa proposta de planejamento enfatizava a busca de “inovações autóctones”¹⁰⁴ para a construção de um país “orientado a inovação”.

Os megaprojetos selecionados tinham liderança própria sob supervisão intergovernamental, com destaque ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MOST), o Ministério das Finanças (MOF) e à Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional (NDRC, na sigla em inglês)¹⁰⁵. Os megaprojetos tinham por propósito a comercialização de tecnologias, e respondiam por parte significativa dos gastos em ciência e tecnologia (C&T)¹⁰⁶, onde as empresas estatais tinham papel proeminente¹⁰⁷.

O Plano selecionou onze atividades-chave em que o emprego da tecnologia e o desenvolvimento de inovações eram fundamentais para a RPC: *i)* energia; *ii)* água e recursos minerais; *iii)* meio ambiente; *iv)* agricultura; *v)* indústria; *vi)* transporte; *vii)* informação e serviços; *viii)* população e saúde; *ix)* urbanização; *x)* segurança pública; e *xi)* defesa nacional. O Plano também destacava oito áreas tecnológica e programas de pesquisa básica que incluíam “tecnologia da informação, biotecnologia, materiais avançados, manufatura avançada, energia, tecnologias do mar, de laser e aeroespacial” (CASSIOLATO et al., 2014).

¹⁰⁴ Um produto de inovação autóctone é “aquele cujos direitos de propriedade pertencem a uma empresa chinesa e a marca comercial foi registrada, inicialmente, na China” (CASSIOLATO, *op. cit.*, p. 76).

¹⁰⁵ Essas três agências emitiram a Circular no 618, em 2009, anunciando a criação de um catálogo de novos produtos, em nível nacional, que receberiam tratamento preferencial nas compras governamentais. Províncias e municípios lançaram catálogos, a maioria dos quais exclui produtos estrangeiros das aquisições locais (Ibid.).

¹⁰⁶ O apoio aos megaprojetos representou um quinto dos em C&T, entre 2009 e 2011 (*S&T Yearbooks*).

¹⁰⁷ Por exemplo, aeronaves civis, usinas nucleares e desenvolvimento de campos petrolíferos eram administrados por SOEs centrais. No caso de equipamentos de manufatura de circuitos integrados, o projeto era gerenciado pelos governos municipais de Pequim e Xangai.

Segundo Cassiolato e Lastres (2011, p. 30), o objetivo da estratégia chinesa era claro, ainda que implícito:

“utilizar o mercado interno para desenvolver novas trajetórias tecnológicas voltadas às especificidades da realidade sínica. Por exemplo, o terceiro projeto especial (nova geração de redes de comunicação móvel de banda larga sem fio) tem como objetivo alcançar, em 2020, 10% das patentes globais, 25% do mercado de semicondutores de telecomunicações, 20% do mercado global de *hardware* de banda larga e 50% do mercado doméstico”.

Em dezembro de 2009, o governo chinês lançou um catálogo de equipamentos industriais, oferecendo incentivos fiscais e subsídios para as firmas chinesas que se propusessem a produzir esses produtos. A seguir, o Conselho de Estado definia em projeto de lei o “produto interno”: “aquele produzido dentro das fronteiras da RPC, com custos de produção no mercado interno superior a certa percentagem do produto final”¹⁰⁸.

Em termos de propriedade intelectual, a posição do governo chinês prioriza os aspectos geopolíticos¹⁰⁹. Segundo o ministro de C&T chinês Xu Guanghua (2009, apud CASSIOLATO, *op. cit.*, p. 76), “sob as regras da OMC, direitos de propriedade intelectual, barreiras técnicas e *antidumping* tornaram-se grande impedimento para a maioria das empresas chinesas competir na arena internacional”.

Um segundo ‘pacote’ de políticas tecno-industriais foi adotado pela China logo depois da crise financeira global. O programa das ‘Indústrias Estratégicas Emergentes’ (IEE) tinha foco pragmático e propunha converter os resultados dos megaprojetos em aplicações comerciais. De outra parte, as áreas de conhecimento relacionadas à sustentabilidade ambiental passaram a ser reconhecidas como estratégicas, e o desenvolvimento de tecnologias ambientais, mercado promissor.

Quando o governo chinês lançou o 12º Plano Quinquenal (2011-2015), destinou-se um total de US\$ 1,5 trilhões, com destaque para as energias renováveis. Pelo menos três novas áreas estavam relacionadas à sustentabilidade: fontes energéticas alternativas, como solar e eólica; carros movidos a combustíveis alternativos; e tecnologias poupadoras de energia e redutoras de impactos ambientais.

¹⁰⁸ Anteriormente, o Ministério das Finanças classificava como importações produtos com menos de 50 por cento de seu valor produzido na China (Ibidem).

¹⁰⁹ Segundo Cassiolato (2013), “a lei de patentes chinesa utiliza o conceito alemão *gebrauchsmuster*, que significa que o solicitante não necessita explicitar como desenvolveu o produto. Da mesma maneira, ela segue o padrão europeu (primeiro a depositar), e não o americano (primeiro a inventar), o que tem dado certa vantagem às empresas locais”.

4.5 A Política Externa Chinesa no Século XXI

Ao assumir a liderança da China, Hu Jintao tinha por referência a retórica da política externa (*taoguangyanghui*) herdada de Deng Xiaoping: “esconder suas potencialidades, concentrar-se na construção das forças nacionais e não se manifestar”. O objetivo maior dessa estratégia era esquivar-se da confrontação com as potências ocidentais, e “aprender a conviver com o *hegemon*” (QUINGGUO, 2005). Adicionalmente, Pequim adotava uma política de “boa vizinhança” (*mulin zhengce*) com seus vizinhos asiáticos.

Hu teve pouca exposição a temas da política externa antes de assumir a presidência da RPC. Sua experiência com os Estados Unidos era especialmente limitada e visitou o país, pela primeira vez, apenas em 2002. Embora fosse favorável a maior cooperação com os Estados Unidos, herdada do período pós-setembro de 2001¹¹⁰, ele também preocupava-se com potenciais políticas de contenção norte-americana sobre a China.

No primeiro quinquênio de governo, era empregada a expressão “ascensão pacífica” (*heping jueqi*) para representar a ascendência sínica no Sistema Internacional e o maior prestígio e direitos associados a seu poder. Na visão do teórico do Partido Zheng Bijian, esse seria o contra-argumento sínico às teorias difundidas no Ocidente como as de “Ameaça Chinesa” ou de “Colapso Chinês”.

A interpretação por parte dos acadêmicos chineses era que a China, enquanto poder ascendente, buscava definir posições e afirmar-se no cenário internacional, sob uma postura de reformismo prudente. A seu ver, um mundo unipolar e multipolar (*yichao duoqiang*) coexistia como etapa de transição para uma multipolaridade plena.

A estratégia de desenvolvimento da China era caudatária da economia global¹¹¹, requerendo, assim, a preservação de um sistema internacional pacífico e estável. Na prática, os desafios contemporâneos eram multifacetados, indo de movimentos especulativos transfronteiriços de *‘hot money’* até as atividades terroristas e separatistas internacionais, além da contenção exercida por países líderes sobre a RPC.

¹¹⁰ Logo a seguir aos ataques terroristas de 11 de setembro, o governo chinês expressou condolências quanto a tragédia e ofereceu apoio aos Estados Unidos na luta contra o terror. Esse apoio foi expresso pelo voto da RPC a favor resolução antiterrorismo no Conselho de Segurança da ONU, pelo apoio ao Paquistão na operação contra Bin Laden e o regime talibã no Afeganistão, bem como ao uso do encontro da APEC em Xangai para promover a causa antiterrorista (QUINGGUO, *op. cit.*, p. 403).

¹¹¹ Haja visto a dependência crescente da China aos mercados externos, às transferências massivas de tecnologia, ao acesso à energia e às matérias primas, e mesmo à resiliência da economia dos Estados Unidos (seu maior mercado e na posição de detentora principal dos títulos da dívida do tesouro norte-americano).

Os interesses internacionais da China sob Hu Jintao eram, em vários temas, similares aos sustentados anteriormente por Jiang Zemin. Grande ênfase era concedida à proteção do *status quo* da RPC e ao desenvolvimento do comércio e da cooperação, de maneira a melhorar a vida da população chinesa e a expandir ainda mais a economia sínica. Ambos os líderes criticavam a “visão antiquada” de outros Estados, por exemplo na persistência de alianças (como a OTAN) e sobre questões de hegemonia.

Enquanto Jiang concentrou sua diplomacia com os Estados vizinhos e com os “grandes poderes”, a diplomacia sob Hu Jintao ampliou-se em vários continentes - África, América Latina, Europa, Oceania e região do Pacífico Sul. Pequim buscava ampliar seu prestígio e os direitos associados ao *status* de potência emergente, expresso por seu poder de mercado e recursos militares expansivos. Hu defendia a ‘teoria da oportunidade’ (*jiyulun*) para reforçar a imagem externa chinesa, estendendo a política de “boa vizinhança” além das fronteiras asiáticas (LANTEIGNE, *op. cit.*, p. 25-26).

A partir de 2005, contudo, Hu Jintao passou a enfatizar em seus discursos o “desenvolvimento pacífico” chinês. O discurso político da ‘sociedade harmoniosa’ (*hexie shehui*) tinha correspondente na política externa - o ‘mundo harmonioso’ (*hexie shijie*). Essa visão foi defendida por Hu nas Nações Unidas, e sustentava-se em quatro atributos:

- i) um multilateralismo efetivo, sob a liderança da ONU;
- ii) o desenvolvimento de mecanismo coletivo de segurança;
- iii) a prosperidade, por meio de cooperação mútua benéfica;
- iv) a tolerância e reforço no diálogo entre civilizações¹¹².

Nos anos finais da gestão de Hu Jintao, entretanto, houve mudança da postura internacional da China. De acordo com vários autores, a política externa sínica tornou-se mais assertiva na defesa de seus interesses nacionais “centrais”, reagindo de maneira veemente a qualquer ameaça velada a seus valores, ou a sua soberania.

A China passou a desafiar abertamente os Estados Unidos em defesa de seus interesses centrais - formalmente referidos às questões relativas à Taiwan, ao Tibete e à Xinjiang. Em reação ao encontro do presidente Obama com o Dalai Lama em 2010, a mídia chinesa resgatou um dito de Deng: “ninguém deve ter expectativas de que a China vá engolir o fruto amargo que fere seus interesses”¹¹³.

¹¹² Hu Jintao, discurso nas Nações Unidas, em 15.09.2005 apud SHAMBAUGH, 2011, p. 220.

¹¹³ Conferência de Imprensa do Conselho de Estado da RPC, 11.02.2010, apud SUISHENG, 2012.

Representantes chineses criticavam ostensivamente o governo norte-americano pela crise econômica global, ao mesmo tempo que se recusavam a aceitar o acordo climático firmado em Copenhagen, além de posicionar-se contra a adoção de sanções mais duras ao Irã pelo Conselho de Segurança da ONU (Ibid.).

Em suas relações com os vizinhos da Ásia-Pacífico, havia um mosaico de disputas territoriais marítimas no mar do Sul da China, como discutiremos a seguir. Nos dois últimos anos da gestão de Hu-Wen, a RPC passou a assumir a suserania e soberania sobre os territórios marítimos em litígio, provocando crises diplomáticas onde a China exibiu seu poderio naval em sustentação a suas reclamações territoriais (Ibidem).

Um dos sustentáculos da postura assertiva chinesa era o crescente nacionalismo doméstico. Havia crescente pressão popular sobre o governo em favor do confronto com os poderes ocidentais e da adoção de medidas duras para recuperar os territórios marítimos em disputa com os vizinhos asiáticos. A liderança passou a ser mais atenta a opinião pública, que pressionava os formuladores da política externa a agirem de maneira firme na proteção dos interesses nacionais chineses.

De outra parte, a gestão de Hu também tinha de lidar com incertezas domésticas, em nível político e econômico. A população demandava medidas governamentais efetivas para dirimir inúmeros problemas que se avolumavam, entre eles, corrupção endêmica, poluição severa, assistência médica e serviços sociais precários, excesso de capacidade industrial, envelhecimento da população, conflitos étnicos, entre outros. Por sua vez, a liderança de Hu percebia que sua legitimidade dependia também do atendimento das demandas da sociedade e a estabilidade social.

Ao tomar posse, Hu defendeu uma diplomacia e política externa onde “o povo viesse primeiro” (*yiren weiben*), bem como maior transparência dos formuladores da política exterior chinesa, em especial do Ministério dos Assuntos Estrangeiros, e a população. Um exemplo disso foram os protestos anti-japoneses ao início de 2005 (SUTTER, *op. cit.*, p. 26).

Os *disidai* representavam a primeira geração de chineses que se tornaram adultos após a adoção das políticas reformistas de Deng e se beneficiaram desse processo; em consequência, não tinham mais compromissos com a ideologia maoísta de revolução permanente. Essa distinção tornou-se notória quando Pequim suspendeu o suprimento de petróleo à Coreia do Norte devido às ameaças persistentes do governo de Pyongyang em desenvolver armamentos nucleares (MEDEIROS e FRAVEL, *op. cit.*, p. 22)

4.5.1 A Ascensão Regional Chinesa na Ásia

Ao início do novo milênio, analistas chineses de relações internacionais colocavam em questão até que ponto os Estados Unidos e o Japão, o maior aliado norte-americano na Ásia, iriam reiterar apoio à estratégia de ascensão pacífica chinesa. Em sua visão, os EUA - como superpoder exclusivo no Sistema Internacional, tentavam inibir o desenvolvimento da China. Nas palavras de Wang Jisi, especialista em relações sino-americanas e assessor de Hu Jintao:

“a linha oficial continua a indicar os Estados Unidos como o sustentáculo das ‘forças hostis’ que tentam desestabilizar a China, e refere-se a ele como o poder hegemônico que ameaça a segurança global (...) para a maioria dos observadores chineses (...) os Estados Unidos são um país dominador insaciável que acredita apenas em seu poder absoluto, e que nunca permitirá a outro país alcançá-lo.”¹¹⁴

A questão da hegemonia era vista com suspeição pelos acadêmicos chineses e associada ao hegemonismo¹¹⁵. Em sua visão, a estratégia norte-americana na Ásia era movida pelo auto interesse, e desfavorável à integração regional. Assim, a “Pax Americana” era vista como ordem internacional injusta (...), “e a China não deveria aceitar ser liderada pelos Estados Unidos, mesmo por pragmatismo”¹¹⁶.

Os partidários da teoria da “ameaça chinesa”, em contrapartida, denunciavam o aumento da expansão militar¹¹⁷ da China e sua penetração em áreas geopolíticas anteriormente ligadas a interesses ocidentais, como África e Oriente Médio. Outrora vista como país de poder continental, a RPC passou a desenvolver sua capacidade militar naval para defender sua área territorial marítima.

As conexões econômicas entre a RPC e os Estados Unidos apresentaram interdependência crescente¹¹⁸, ao longo das últimas décadas. Entre outros aspectos, o mercado norte-americano se beneficia do baixo preço dos produtos chineses, enquanto as empresas chinesas usufruem da imensa base de consumidores norte-americanos. O presidente Hu Jintao visitou os Estados Unidos, pela primeira vez depois de assumir o

¹¹⁴ Wang Jisi, 2005, apud SUTTER, *op. cit.*, p. 133.

¹¹⁵ O hegemonismo norte-americano, em sua visão, incluía aumento dos gastos em defesa, uso de medidas coercitivas na política internacional, promoção agressiva de valores ocidentais, restrições em nível de altas tecnologias, violações da soberania de outros países, e determinação de conter países como a China (Ibid.).

¹¹⁶ Wang Jisi, 2008 (Ibid.).

¹¹⁷ Os gastos militares chineses têm crescido a taxas de 12,1 por cento ao ano, desde 1989 (Ibid., p. 274).

¹¹⁸ O comércio China-Estados Unidos atingiu US\$ 446 bilhões, em 2011, com superávit de US\$ 202 bilhões para a RPC, enquanto essa registrava déficits com Taiwan, Coreia do Sul e Japão (CEBC, fevereiro de 2012).

poder, em 2005 e o presidente George W. Bush retribuiu a visita ao final do mesmo ano¹¹⁹. Um dos temas mais sensíveis nesse relacionamento referia-se a Taiwan¹²⁰.

Hu Jintao foi considerado o mais pragmático líder chinês quanto à questão de Taiwan. Em 2000, o partido Progressista Democrático (PPD) pró-separatista foi vitorioso, e Chen Sui-bian assumiu a presidência de Taiwan. Diante dos fatos, Hu passou a convidar sucessivos líderes da oposição taiwanesa à China¹²¹, ao mesmo tempo que o Congresso Nacional do Povo aprovou a lei antissecessão, em 2005, onde se explicitava o repúdio chinês a movimentos a favor da independência da península¹²².

O Kuomintang (KMT) retornou ao poder em Taiwan, em 2008, sob Ma Ying-jeou, quando as relações entre os dois lados se estreitaram, incluindo acordos de livre comércio, voos diretos, e o entendimento quanto à interrupção da disputa por países aliados pelas duas partes, em um processo de soma zero¹²³. Ma conquistou o segundo mandato em 2012; todavia, o *status* político de Taiwan manteve-se intocado.

A expansão chinesa também afetou a península coreana. Ao mesmo tempo que a instabilidade intrínseca do programa nuclear e de mísseis norte-coreanos¹²⁴ era mitigada pela China, a RPC intensificava sua “ofensiva de charme”¹²⁵ em relação à Coreia do Sul, um dos exemplos mais visíveis da diplomacia ‘periférica’ sínica.

O sudeste asiático ocupava, igualmente, posição expansiva na geopolítica global¹²⁶. O desenvolvimento das cadeias globais de valor expandia a interdependência regional, ao mesmo tempo que os acordos multilaterais de livre comércio reforçavam as conexões com outras áreas do mundo. A localização geográfica da região - no encontro dos oceanos

¹¹⁹ A primeira rodada de diálogo estratégico, entre autoridades dos dois países, ocorreu no mesmo ano, com pauta abrangendo temas econômicos, políticos, internacionais e de segurança (IMAI et alii, *op. cit.*, p. 129).

¹²⁰ Em 2001, o presidente George W. Bush declarou que “faria qualquer coisa” para defender Taiwan, destoando da política de “uma China” adotada pelo Estados Unidos, a partir de 1979 (LANGTEINE, p. 36).

¹²¹ O presidente do Kuomintang (KMT) Lien Chang participou do encontro histórico entre os dois partidos (KMT-PCC) em Pequim, o primeiro depois da ruptura entre os dois governos, em 1949 (Ibid.).

¹²² Em seu artigo VIII, definia-se que, caso forças separatistas tentassem a secessão da ilha, Pequim recorreria a ‘meios não pacíficos’ para proteger a integridade territorial e a soberania (Ibidem).

¹²³ Desde a fundação da RPC, em 1949, nenhum país podia reconhecer Pequim e Taipei ao mesmo tempo.

¹²⁴ O lançamento do *Taepodong II*, e o terceiro teste nuclear, entre 2012/ 2013, eram anunciados como estratégia de atingir desenvolvimento econômico e segurança nacional no país (AKUTSU, 2014, p. 163).

¹²⁵ A China tornou-se o maior parceiro comercial da Coreia do Sul, o maior mercado para exportações coreanas e a maior fonte de superávit comercial (KIM, 2007, apud LANGTEINE, *op. cit.*, p. 164).

¹²⁶ Em 2012, o PIB conjunto da região atingiu US\$2,3 trilhões, superando a Índia, e correspondia a 12,5 por cento do produto asiático. A população de 620 milhões respondia por um dos maiores e mais dinâmicos mercados mundiais, ao mesmo tempo que colhia os benefícios do ‘dividendo demográfico’.

Pacífico e Índico, onde encontram-se o estreito de Malaca e o Mar do Sul da China - define sua posição estratégica nas redes marítimas e aéreas¹²⁷.

As exportações norte-americanas para os países da ASEAN, em 2008, eram mais do dobro do valor exportado para a China, e os Estados Unidos mantinham-se como o maior investidor na região, seguidos do Japão e do Reino Unido. O Japão também buscava reforçar sua legitimidade como parceiro dos países do sudeste asiático, dada a atratividade de seus mercados para os negócios nipônicos, enquanto a população japonesa envelhecia e se reduzia. Os investimentos das firmas japonesas no sudeste asiático, em 2012, superaram os investimentos destinados à China¹²⁸.

O poder marítimo chinês expansivo passou a desafiar a tradicional supremacia nipo-americana no litoral asiático, como estratégia de limitar o acesso a outras potências marítimas em seus ‘mares próximos’ (o mar Amarelo, e os mares do sul e leste da China). A presença militar norte-americana no sudeste asiático, em contrapartida, adquiria novas modalidades, como a diretiva de operar a partir de ‘lugares e não de bases’ na região¹²⁹.

A questão da soberania sobre o mar do Sul da China, e das cadeias de ilhotas ali situadas tem sido motivo de conflito entre os países da ASEAN e a RPC, uma vez que esta última defende que 80 por cento daquelas águas estão sob sua jurisdição¹³⁰. Apesar de pequenas e desabitadas, o que está em questão nesses arquipélagos é a potencial existência de reservas de petróleo e gás, além das rotas comerciais de trânsito intenso.

Em 2004, as Filipinas firmaram acordo com a RPC para a exploração marítima conjunta de possíveis reservas de petróleo no mar da China¹³¹, e o Vietnã aderiu ao projeto no ano seguinte. Em 2006, a marinha chinesa passou a fazer operação conjunta com navios de guerra vietnamitas no golfo de Tonquim. Diante do ataque de piratas contra

¹²⁷ A cada ano, mais de cinco trilhões de dólares de carga passam pelos estreitos da região (ASEAN, 2010).

¹²⁸ No início de 2009, o IDE japonês no SE asiático e na RPC eram equivalentes (em torno de US\$7 bilhões). Na primeira metade de 2013, o IDE japonês no SE asiático atingiu mais de US\$ 10,3 bilhões, mais do dobro do realizado na China. A indústria automobilística japonesa vendia quantidade equivalente de carros na ASEAN e na China. A participação no mercado do SE asiático era de 79 por cento, enquanto na RPC, essa participação reduziu-se a 20 por cento, no surgimento da crise nas ilhas Senkaku (AIZAWA, 2014, p. 115).

¹²⁹ Em 2003, os EUA concederam às Filipinas e à Tailândia *status* de ‘países aliados fora da OTAN’, e em 2005, firmaram parceria para cooperação em defesa e segurança com Cingapura, de maneira a proteger as rotas comerciais na região (Ibid.).

¹³⁰ Os dois principais grupos de ilhas naquele mar, Paracel (*Xisha*) e Spratly (*Nansha*) são disputados entre a RPC e o Vietnã, no primeiro caso, e entre a RPC e as Filipinas, Taiwan, Vietnã, e, em parte, Brunei e Malásia, no segundo. O mar que circunda a ilha Natuna (Indonésia) é também disputado pela China.

¹³¹ Em 2003, a RPC passou a posição de segunda maior consumidora de petróleo, ultrapassando o Japão.

barcos pesqueiros chineses nas ilhas Spratly, em 2006, os três países reforçaram suas operações de segurança para combater pirataria, contrabando e crimes transnacionais¹³².

Da mesma maneira, o programa do vale do rio Mekong envolveu seis países - China, Camboja, Laos, Mianmar, Tailândia e Vietnã, e uma população de 250 milhões¹³³. Os projetos direcionaram-se a áreas de segurança não convencionais, como desenvolvimento sustentado, aumento do padrão de vida das populações, administração ambiental e a segurança energética, em particular (em termos de hidroeletricidade¹³⁴, e também de energia nuclear para fins pacíficos).

Episódios de maior assertividade sínica voltaram a ocorrer, ao início de 2008, contra os Estados Unidos e seus parceiros asiáticos¹³⁵. A China passou a se referir à região em litígio como de seu ‘interesse central’ (*lexin liyi*), exigindo a proibição da pesca na área. A percepção dos países da região reconhecia a postura sínica como ameaça em comum, daí a busca de laços mais fortes com os Estados Unidos, que se posicionavam a favor da liberdade de navegação.

A vertente da “tendência ascendente chinesa” sustentava que a RPC passou a contestar a ordem política na Ásia, com base em seu maior poder absoluto decorrente da expansão de suas capacidades econômica e militar. Esse argumento se confirmou pela rápida recuperação chinesa da crise financeira global, ao mesmo tempo que, em 2010, a RPC ultrapassava o Japão como segunda maior economia mundial.

Movimentos anti-nipônicos também refletiam o aumento do nacionalismo chinês, e o recurso à Internet agregava forte poder de mobilização popular. Campanhas (*baiduao*), em defesa das ilhas Senkaku, iniciadas em Hong Kong, disseminaram-se na China continental em 2004. Adicionalmente, os dois países discordavam quanto à delimitação de suas Zonas Econômicas Exclusivas¹³⁶.

¹³² DOSCH, *op. cit.*, p. 68.

¹³³ O rio Mekong é o décimo segundo maior do mundo, e o mais longo da região. Esse programa é antigo, mas apenas em 1992, após o fim da Guerra Fria, esses países estabeleceram a cooperação regional, com assistência do Banco de Desenvolvimento Asiático.

¹³⁴ A partir de 2006, a RPC fornecia eletricidade ao Vietnã, e estatal chinesa participava da construção das instalações de geração de eletricidade no Laos, Mianmar e Vietnã, com a perspectiva de que, no futuro, elas forneçam energia para províncias no oeste chinês (Ibid.).

¹³⁵ Filipinas, Taiwan e Vietnã, além do Japão: todos vizinhos com zonas marítimas contíguas à China.

¹³⁶ A RPC aderiu ao princípio da plataforma continental, enquanto o Japão considerava o ponto médio como fronteira (Ibidem).

A tensão sino-japonesa tem origem históricas, relacionada ao ponto de vista chinês de conduta assertiva do Japão durante a guerra civil e na segunda guerra mundial¹³⁷. Na gestão do *premiê* japonês Koizumi (2001-2006), visitas sucessivas ao templo Yasukuni¹³⁸, bem como a publicação de livros didáticos com versões controversas sobre a guerra, resultaram em abalo das relações bilaterais sino-japonesas. Outras divergências referiam-se às compensações de guerra, à questão de Taiwan, a queixas quanto a imigração e turismo e às contravenções levadas a efeito por estudantes japoneses¹³⁹.

O governo chinês também cultivava o patriotismo (*aiguozhuyi*), e passou a adotar postura mais assertiva, especialmente depois do encerramento dos Jogos Olímpicos em Pequim, em 2008. O maremoto em Fukushima, em março de 2011, com muitas perdas humanas e vazamento radiativo por reatores atômicos japoneses destruídos, fez com que a China enviasse ajuda e um grupo de resgate à região, melhorando o relacionamento bilateral sino-japonês por curto período.

O anúncio do reforço da cooperação militar entre Japão e Estados Unidos pelo *premiê* Habe e o governo Obama, em setembro de 2011, acirrou, mais uma vez, a disputa. Incursões chinesas em águas territoriais das ilhas Senkaku/Dyaoyu intensificaram-se, e o conflito se agravou, em 2012, quando foi noticiado¹⁴⁰ que o governo japonês tentava adquirir três das ilhas em disputa, decisão duramente criticada por Pequim, que argumentava serem as ilhas propriedade histórica da China.

A política de rebalanceamento (*pivot*) proposta pela administração Obama, em 2012, implicava em mobilização das forças militares norte-americanas dentro da Ásia¹⁴¹. Tradicionalmente, a política de segurança dos Estados Unidos concentrou-se no nordeste asiático, em especial na península coreana e no estreito de Taiwan. A proposta da mudança defensiva norte-americana buscava alcançar toda a região da Ásia-Pacífico, de maneira a conter a influência regional ascendente da China, mas limitações no orçamento de defesa dos Estados Unidos limitaram a efetividade dessas mudanças.

¹³⁷ Na metade de 2003, mais de um milhão de chineses subscreveu uma petição *online* demandando desculpas e compensações pelos danos causados ao povo chinês devido ao vazamento de armas químicas japonesas deixadas em solo sínico, depois da guerra (*The New York Times*, 12.08.2003, apud HE, 2007, p. 2).

¹³⁸ Ali estão enterrados militares japoneses que são considerados criminosos de guerra pelos chineses.

¹³⁹ Em 2005, diante da notícia da possibilidade do Japão pleitear uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, demonstrações anti-japonesas irromperam em vinte províncias chinesas, com consequências danosas sobre cidadãos e representações do Japão na China (Ibid.).

¹⁴⁰ *BBC News*, 10.09.2012 apud LANTEIGNE, *op. cit.*, p. 160.

¹⁴¹ Em 2012, foi anunciada a transferência de parte dos *marines* da base norte-americana em Okinawa para Guam, enquanto outros foram colocados, em termos rotativos, no Havaí e Austrália (KOTANI, 2014, p. 44).

4.5.2 A Diplomacia Transregional

Um dos traços distintivos da gestão de Hu Jintao foi implementar iniciativas de uma diplomacia transregional, buscando vínculos mais consistentes com regiões e Estados além da costa do Pacífico. Entre os desafios encontrados nesse processo, a formação da União Europeia (UE)¹⁴², em 1993, definiu novos parâmetros de relacionamento externo para um conjunto crescente de Estados europeus, além dos entendimentos bilaterais. A interação entre a RPC e a UE era dominada por motivos econômicos, especialmente depois da entrada da China na OMC¹⁴³.

A parceria estratégica consubstanciou-se em projetos de cooperação aeroespacial¹⁴⁴, em 2003 (ano em que a China tornou-se a terceira nação a enviar um homem ao espaço), ao mesmo tempo que a RPC comprometia-se a cofinanciar o sistema de posicionamento de satélites europeu Galileu, como alternativa ao sistema GPS norte-americano. Nesse ano, a China publicou um documento sobre a União Europeia, onde enfatizava a ausência de ameaças de segurança entre os parceiros, e visões e interesses similares no comércio e na ordem internacional (WONG, 2012). O entendimento comum referia-se à importância da paz e da estabilidade, e também à preferência pelo multilateralismo.

Diante do cenário favorável, houve solicitação formal chinesa pelo fim do embargo do comércio de armas imposto em 1989. Apesar de receber apoio de líderes europeus, o pedido sofreu a interferência negativa dos Estados Unidos, e devido à lei antissecessão aprovada pela RPC em 2005, o Parlamento Europeu manteve o embargo. Outro embaraço surgiu no comércio de têxteis, depois da abolição do Acordo Multifibra¹⁴⁵.

A Europa tornou-se a maior parceira de negócios da China, apesar da existência de conflitos na área comercial. O continente também contribuiu, majoritariamente, na transferência de tecnologia e de equipamentos à RPC em 2006¹⁴⁶ e, cada vez mais,

¹⁴² A China estabeleceu relações formais com a Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1975.

¹⁴³ Os Estados Unidos e a União Europeia não conferiram o *status* de economia de mercado à RPC, devido à forte intervenção do governo chinês na economia, dando espaço para mecanismos de defesa comercial como medidas *antidumping* e anti-subsídios sobre as importações originadas na China.

¹⁴⁴ Um centro bilateral de cooperação em navegação de satélites foi criado em Pequim, em 2003.

¹⁴⁵ O forte aumento das exportações desses produtos direcionadas à EU pela China, no primeiro trimestre de 2005, fez com que metade dos vinte e cinco estados membros da UE demandassem imposição imediata de limites a esse comércio. Quando do acesso à OMC, incluiu-se cláusula que permitia aos demais membros da organização salvaguardar suas indústrias têxteis por medidas que incluíam quotas, caso as importações chinesas causassem danos irrevogáveis a seus produtores até 2008 (JING, 2008).

¹⁴⁶ Nesse ano, a Europa transferiu 22.855 “itens tecnológicos” à China, representando metade das importações chinesas de tecnologia estrangeira naquele ano (SHAMBAUGH, 2013, p. 86).

estudantes chineses estudavam em instituições europeias. O relacionamento diplomático intensificou-se e, além do estabelecimento da ‘parceria estratégica abrangente’ com a UE em 2003, a China estabeleceu acordos, individualmente, com dez países europeus.

Depois de uma década de colaboração intensa, a partir de 2007 o relacionamento entre a China e a UE ingressou em um período onde a “lua de mel transformou-se em casamento” (SHAMBAUGH, 2011). A sucessão política nos três países líderes (Merkel, Cameron e Sarkozy) e a adesão de nove antigos países comunistas da Europa Central à UE contribuíram para uma fase menos favorável ao relacionamento chinês com o bloco¹⁴⁷.

A visita do Dalai Lama à chanceler alemã, em 2007, e a repressão chinesa no Tibete, em 2008, provocaram a adoção de retaliações nos dois lados.¹⁴⁸ A partir de 2010, esforços bilaterais foram encetados para reavivar o relacionamento político sino-europeu, e 2012 seria escolhido como o ano do Diálogo Intercultural UE-China. A UE permaneceu como aliada próxima aos Estados Unidos, enquanto a China promovia o multilateralismo, de maneira a contrabalançar a dominância norte-americana na era pós-Guerra Fria.

Embora tenham firmado tratado de amizade, em 2001, o relacionamento entre a China e a Rússia mostrou-se volátil em termos de cooperação política. Em relação aos Estados Unidos, os líderes dos dois países reuniram-se na Organização de Cooperação de Xangai¹⁴⁹, em 2005, exigindo um prazo para a retirada dos EUA e aliados da Ásia Central.

Outra forma de contestação sino-russa era o veto conjunto a resoluções, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU quanto à Síria (2012), bem como às iniciativas e sanções norte-americanas sobre Iraque, Coreia do Norte e Sudão. A cooperação era também limitada por suspeitas mútuas históricas e a preocupação das lideranças quanto às prioridades domésticas. Os dois governos reconheciam, de forma relutante, o poder e a influência norte-americanos, além de avaliarem a importância do relacionamento bilateral aos respectivos programas de reforma e desenvolvimento (SUTTER, *op. cit.*, p. 190).

¹⁴⁷ Em outubro de 2006, a Comissão Europeia publicou documento sobre a China e seu relacionamento econômico com a UE, onde inúmeros problemas eram apontados, desde questões de competição desleal ao respeito aos direitos humanos, além do aumento galopante do déficit comercial europeu com a RPC (€ 15 milhões por hora, segundo um comissário europeu). O Conselho da Europa ratificou o comunicado e os representantes chineses pareciam ter sido pegos de surpresa sobre o conteúdo (Ibid., p. 91).

¹⁴⁸ Autoridades europeias não compareceram à cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos em Pequim. Em contrapartida, a rede *Carrefour* foi boicotada, durante meses, pela população chinesa (Ibidem).

¹⁴⁹ A Organização de Cooperação de Xangai foi criada com apoio da Rússia e de quatro das ex-Repúblicas da Ásia Central soviética. O empenho da China na consolidação da SCO (na sigla inglesa) está relacionado à crescente importância dos países da Ásia Central no suprimento de hidrocarbonetos à RPC, onde foram construídos oleodutos e gasodutos interligados com a China (OLIVEIRA, 2012, p. 97).

4.5.3 A Diplomacia Sul-Sul

A retórica da China quanto à cooperação¹⁵⁰ e à unidade entre países do eixo Sul-Sul tem sido constante em sua política externa. Na administração de Hu Jintao, a RPC passou a adotar uma política externa ‘em todas as direções’, “enfazando uma diplomacia equilibrada e buscando desenvolver laços com todos os poderes importantes no mundo” (*The Global Magazine*, 19.10.2009 *apud* YUN, 2014, p. 13).

Como desdobramento, foi definido um mapa estratégico específico para as regiões/países do mundo: “os grandes poderes são chave; a periferia chinesa, a prioridade; os países em desenvolvimento, a fundação; e as plataformas multilaterais, o palco”.¹⁵¹ À medida que a China sobrepuiu a condição de potência ascendente, ela buscou maior visibilidade na governança global, participando de arranjos como o G-20, ou os BRICs, entre outras iniciativas. O relacionamento mais recente com a África, por exemplo, dá-se pelo engajamento coletivo, com o Fórum de Cooperação China-África (FOCAL)¹⁵².

Os benefícios geopolíticos desse relacionamento para a RPC incluíam a confirmação da política de “Uma China”, e facilidades em concorrer por mercados, fontes de energia alternativas, além de espaço estratégico nas votações das Nações Unidas (os países africanos representavam 1/4 dos votos na Assembleia Geral). Em termos de ajuda, historicamente, quase metade do aporte chinês destinou-se aos países africanos (RPC, LIVRO BRANCO, 2011). Parte dos recursos, todavia, dirigiam-se a obras de infraestrutura feitas por empresas chinesas, que contratavam operários chineses¹⁵³.

A abordagem “mercantilista” chinesa (incluindo a atuação das estatais) era criticada por maximizar o ganho econômico, sem levar em conta os impactos sociais e ambientais nas comunidades locais africanas. Adicionalmente, denúncias de ‘neocolonialismo’ estendiam-se a empréstimos¹⁵⁴ concedidos a países corruptos e repressivos.

¹⁵⁰ A cooperação Sul-Sul abrange, sobretudo, dois pilares: *i*) a cooperação econômica (por fluxos de comércio e de tecnologia entre países em desenvolvimento; e *ii*) assistência técnica, com foco na capacitação por treinamento, troca de especialistas e de experiência e *know-how* (OCDE/OMC, 2009, p. 87)

¹⁵¹ Entrevista com Qin Yaqing: A Política Externa Chinesa dará mais ênfase ao multilateralismo depois do 17º Congresso do PCC. *China News Agency*, 12.10.2007 (ibid.).

¹⁵² Criado em 2000, o FOCAL é uma plataforma de diálogo entre a China e os países africanos. A RPC oferece investimentos e outros benefícios em troca de concessões de exploração de petróleo e outras matérias-primas, segundo a estratégia “*oil for infrastructure*” (LOPES, NASCIMENTO e VADELL, 2013).

¹⁵³ Os chineses também argumentavam que grande contingente de sua população (mais de 80 milhões, em 2014) ainda vivia na pobreza, e que o governo devia priorizar o *welfare* de seus cidadãos (YUN, 2015).

¹⁵⁴ Em 2012, o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) emprestou US\$ 3 bilhões a Gana, equivalente a 10 por cento do PIB ganense; em 2008, a China forneceu US\$ 6 bilhões para a República Democrática do Congo, valor equivalente ao PIB congolense naquele ano (Ibidem).

A China também ofereceu ajuda externa e empréstimos não condicionais a países do Sul, em particular àqueles ricos em recursos naturais e com dificuldades financeiras, na África¹⁵⁵ e na América Latina¹⁵⁶. Quanto a essa última, o relacionamento econômico entre a região e a China intensificou-se a partir da visita de Ju Jintao, em 2004, quando dezenas de acordos comerciais, de investimento e de cooperação foram assinados entre os países.

Entre 2002 e 2011, apesar do forte crescimento das trocas entre China e América Latina, observou-se um aumento maior das importações do que das exportações, o que se traduziu em crescente déficit comercial para a Região¹⁵⁷. Nesse período, a participação dos países latino-americanos no comércio sínico passou de 3,11 por cento para 7,03 por cento (COMTRADE). Com a crise econômica de 2008, a RPC reconhecia a necessidade de diversificar seus mercados para manter o crescimento¹⁵⁸.

Em termos diplomáticos, a América Central e o Caribe, além do Paraguai, representam uma área de competição diplomática para a RPC, ao concentrar doze dos vinte e três países que ainda reconhecem Taiwan. A América Latina, embora distante geograficamente, denota também a solidariedade da Região para um mundo multipolar. A China reconheceu alguns países latino-americanos como “parceiros estratégicos”¹⁵⁹.

Os laços entre a RPC e o Brasil são significativos. Em 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro, em substituição aos Estados Unidos. Naquele mesmo ano, a primeira cúpula dos BRICs se realizava, com a adesão posterior da África do Sul, em 2011, identificando a convergência entre países ascendentes na ordem internacional.

Em 2012, por ocasião da Rio+20, foi assinado o Plano Decenal entre os dois países, elevando a relação bilateral a uma “parceria estratégica global”. Brasil, Argentina e China também integram o G-20, que reúne “90 por cento do PIB mundial, dois terços da população e 84 por cento das emissões de gases de efeito estufa” (MRE, 2016).

¹⁵⁵ Por exemplo, desde 2002, a RPC buscou a melhora do relacionamento com o grupo vitorioso na guerra civil de Angola (o MPLA) pela concessão de empréstimos a juros baixos superiores a US\$ 5 bilhões; em retorno, as empresas chinesas substituíram a francesa Total em vários campos petrolíferos.

¹⁵⁶ A Venezuela responde por mais de metade dos empréstimos chineses à América Latina, tendo o Banco de Desenvolvimento da China como seu maior credor. Em contrapartida, a “Petróleos de Venezuela” (PDVSA) fornece petróleo à RPC, de maneira a gerar recursos para amortizar os empréstimos. Em 2010, metade dos fundos alocados à Venezuela era denominados em renmimbi (PIRAGIBE, 2016).

¹⁵⁷ Três setores – informática, máquinas e equipamentos, e outros manufaturados responderam por dois terços do total importado pela região em 2009. Isso demonstra o rápido avanço chinês para manufaturas intensivas em capital e tecnologia (BITTENCOURT, 2012)

¹⁵⁸ A América Latina, com 600 milhões de habitantes e uma economia de US\$ 4 trilhões, é um mercado expressivo para produtos chineses.

¹⁵⁹ Venezuela (2001), México (2003), Brasil e Argentina (2004) e Peru (2008).

Conclusões Parciais

A quarta geração (*disidai*) dos líderes comunistas sob Hu e Wen tinha por proposta atingir um desenvolvimento mais equilibrado, pela definição de políticas a favor dos segmentos mais pobres, sobretudo nas áreas rurais, ao mesmo tempo em que se consolidava uma classe média urbana sólida na sociedade chinesa. Adicionalmente, buscava-se a expansão do consumo privado, bem como maior provisão de serviços sociais à população, em consistência com o projeto da “sociedade harmoniosa”.

Como legado do processo reformista, o modelo de desenvolvimento da China foi bem-sucedido, ao longo de três décadas, em termos da intensidade e continuidade do crescimento econômico sem precedentes (em torno de 10 por cento ao ano), da redução da pobreza, da melhora dos padrões de vida da população e da expansão acelerada do comércio exterior.

De outra parte, a liderança de Hu-Wen enfrentava enormes desafios em lidar com uma ampla gama de novos problemas como a desigualdade de renda, o crescente hiato rural urbano, a disparidade regional, além da intensa degradação ambiental, corrupção disseminada e injustiça social.

O intenso êxodo rural em direção às cidades foi uma das consequências desse processo, quando migrantes rurais, sem registro e não qualificados (*waidiren*), passaram a preencher as remunerações urbanas inferiores. Em 2005, a disparidade de rendimentos entre o setor urbano e rural foi a mais elevada desde a adoção das políticas de reformas.

A necessidade de mudanças no padrão de industrialização chinês, com agregação de maior conteúdo de ciência e tecnologia, menor consumo de recursos naturais e menor poluição ambiental foi explicitada formalmente em nível do Partido em 2007. A China tornara-se a maior consumidora de minérios e minerais do planeta e, em 2010, superando os Estados Unidos como a maior compradora de petróleo em nível mundial.

Elevados investimentos na indústria têm sido o motor da dinâmica macroeconômica da China, ao longo das reformas. Em 2006, o setor industrial chinês respondia por 48 por cento do PIB (equivalente à proporção observada ao início da era das reformas em 1978). O setor de serviços não acompanhou esse crescimento, com participação inferior a 42 por cento do PIB naquele ano, enquanto o declínio da agricultura no produto chinês (10 por cento do PIB) correspondia à trajetória clássica dos países em desenvolvimento

O modelo econômico chinês, tendo por base exportações crescentes e altas taxas de investimento teve seu ápice em 2008, quando a crise financeira internacional se instalou. O vertiginoso acúmulo de reservas internacionais permitiu que o investimento externo chinês duplicasse entre 2007 e 2008 e, durante a crise, empresas chinesas adquirissem firmas e ativos internacionais a “preços de liquidação”. Esse processo foi seletivo, e orientado, sobretudo, à alta tecnologia e às marcas consolidadas.

Dado o imperativo político de manter o crescimento da economia e a geração de emprego, o governo da China lançou um programa de estímulo econômico que buscou compensar os efeitos perversos do forte declínio do comércio externo. O fomento governamental permitiu que a RPC fosse a primeira economia importante a se recuperar da recessão global e, já em 2009, a economia chinesa retomava o crescimento, ultrapassando o limiar clássico de expansão de 10 por cento em 2010.

Em nível internacional, a estratégia chinesa de internacionalização “*go global*” foi referendada. A China tornou-se a maior parceira comercial de diversos países, com destaque à Austrália, Brasil, Índia e Rússia, quando a assimetria no relacionamento comercial ‘complementar’ se tornava crescente. A RPC adquiria maior visibilidade na governança global, ao participar de arranjos como o G-20, ou os BRICS, ao mesmo tempo que o relacionamento com a África se dava pelo engajamento coletivo no Fórum de Cooperação China-África.

A diplomacia sob Hu Jintao ampliou-se globalmente - África, América Latina, Europa, Oceania e região do Pacífico Sul, estendendo a política de “boa vizinhança” além das fronteiras asiáticas. Pequim buscava ampliar prestígio e os direitos associados ao *status* de potência emergente, expresso por seu poder de mercado e recursos militares expansivos.

A China, enquanto poder ascendente, buscava definir posições e afirmar-se no cenário internacional, sob uma postura de reformismo prudente. O discurso político tinha seu correspondente na política externa – o ‘mundo harmonioso’ (*hexie shijie*). Uma diplomacia ativa, dita periférica (*zhoubian*), intentava manter o entorno geográfico do sudeste asiático em clima de paz e estabilidade.

Nos anos finais da gestão de Hu Jintao, contudo, houve mudança na postura externa da China. De acordo com vários autores, a política externa sínica tornou-se mais assertiva na defesa de seus interesses nacionais, reagindo de maneira veemente a qualquer ameaça velada relativa a seus valores, ou à sua soberania. Em consonância, A RPC expandia sua capacidade militar de forma compatível com a posição de poder regional na Ásia, onde se incluía a “segurança marítima, espacial e cibernética”.

Episódios de maior assertividade ocorreram contra os Estados Unidos e parceiros asiáticos. A China passou a se referir à região em litígio com países da ASEAN - o mar do Sul da China e as cadeias de ilhotas ali situadas - como de seu ‘interesse central’ (*lexin liyi*), requerendo a proibição da pesca na área.

Movimentos anti-nipônicos refletiam o aumento do nacionalismo chinês, quando campanhas disseminadas pela Internet em defesa das ilhas Senkaku propagaram-se na China continental. O anúncio do reforço da cooperação militar entre Japão e Estados Unidos, pelo *premiê* Habe e o presidente Obama, acirrou, uma vez mais, as fricções sino-japoneses.

A China ascendeu à posição de segunda maior economia mundial em 2010, quando seu produto interno bruto (em PPP) ultrapassou o do Japão. Em paralelo, tornava-se exportadora líder internacional, superando a Alemanha. O lançamento do 12º Plano Quinquenal (2011-2015) explicitava o desenvolvimento tecnológico e a sustentabilidade como prioridades do desenvolvimento chinês, com destaque para as energias renováveis (como solar e eólica; carros movidos a combustíveis alternativos; e tecnologias poupadoras de energia e redutoras de impactos ambientais).

SUMÁRIO E OBSERVAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa sustentam o argumento de que as políticas de reforma e de abertura ao mercado internacional da República Popular da China (RPC), iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, desencadearam uma série de transformações, pela criação de instituições de cunho desenvolvimentista com propriedades autorreprodutoras que impulsionaram a aceleração do crescimento econômico e a inserção internacional da RPC.

A preocupação quanto ao domínio estrangeiro foi central na construção nacional chinesa, que viu seu poder erodido pela ingerência de várias potências capitalistas a partir do século XIX. A riqueza do Império do Meio, expressa em território, população e recursos naturais, com decorrente imenso mercado comercial – era preservada à época de maneira frágil por uma cultura de passividade e uma débil força militar - tendo por consequência a partilha de áreas de seu território entre países ocidentais.

O estabelecimento de esferas de influência estrangeira na China, por mais de um século de humilhação semi-colonialista, de acordo com a narrativa nacionalista sínica, teve início com as Guerras do Ópio e encerrou-se apenas com a ascensão ao poder, em 1949, do Partido Comunista Chinês (PCC) sob a liderança de Mao Tsé-tung e seus correligionários.

O período pioneiro da recriação da República Popular da China (1949-1976) sob o maoísmo (capítulo 1) correspondeu, em nossa trajetória de análise, às condições históricas iniciais, ou seja, à criação de uma economia coletivista, de comando centralizado que, em sua primeira etapa, contou com assistência soviética técnica e financeira para implementar a industrialização pesada na RPC.

A estratégia externa chinesa de “apoiar-se em um lado” (a União Soviética) foi considerada a única opção viável no cenário bipolar da Guerra Fria ao longo da década de 1950. O *premiê* Zhou Enlai, em paralelo, empenhava-se em reforçar os laços chineses com países não-alinhados no espírito de Bandung, com base nos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”

O sistema econômico de planejamento socialista chinês, contudo, passara a ser objeto de críticas internas desde meados da década de cinquenta. Em resposta, a opção maoísta de coletivização rural sob o Grande Salto Adiante (1958-60) implicou em grave

catástrofe humanitária, onde 25 a 30 milhões de chineses morreram de fome, ou de doenças a ela associadas, sobretudo nas comunidades rurais. A retirada dos assessores soviéticos, que tinha por objetivo pressionar a China a abandonar tais políticas, gerou *de facto* disputas fronteiriças e a resultante ruptura entre os dois gigantes comunistas.

Nessas circunstâncias, a RPC teve de se ajustar ao ambiente estratégico internacional crescentemente hostil, uma vez que a administração Kennedy não julgava a ruptura sino-soviética uma oportunidade de melhorar as relações dos Estados Unidos com a China. A estratégia de “lutar com dois punhos” declarada por Mao colocava o país em situação de confronto simultâneo com os dois superpoderes.

Em vista da deterioração das relações sino-soviéticas, materializadas por conflitos armados ao longo das fronteiras comuns e ameaça de confronto nuclear, em 1969, a China buscou a reaproximação com os Estados Unidos. No início dos anos 1970, Washington optou pela concessão de apoio não-declarado ao retorno da RPC ao Sistema das Nações Unidas, que ocorreu em outubro de 1971. Com base no interesse comum de contenção da União Soviética, os dois países normalizaram suas relações em fevereiro de 1972 com a visita de Nixon a China.

A última década da gestão maoísta (1966-1976), contudo, seria pautada pela radicalização da Revolução Cultural. Mao e seus seguidores visavam eliminar os revisionistas por suas “tendências capitalistas”, e os conflitos entre as elites dirigentes do governo e do Partido redundaram em perseguição e punição àqueles que divergiram do líder supremo, com conseqüente caos doméstico e desorganização institucional.

Com as mortes de Zhou Enlai e de Mao Tsé-tung, em 1976, explicitou-se a clivagem entre diferentes facções do PCC (capítulo 2). Na medida em que nenhum líder era dominante na cena política, várias alternativas se colocavam para o futuro da China durante a conjunção crítica. A opção pelo radicalismo foi suprimida de imediato, com a prisão da “Gangue dos Quatro”, enquanto Hua Guofeng, o sucessor escolhido por Mao e seus parceiros apoiadores neo-maoístas não apresentavam propostas inovadoras.

Naquela conjuntura, a China mantinha-se como país muito pobre (com renda per capita inferior a 100 dólares), e um dos mercados mais fechados do mundo (0,6 por cento do comércio mundial), em contraste com a prosperidade observada em seu entorno asiático (Japão e os quatro “pequenos tigres” - Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan).

À medida que a legitimidade do Partido não se assentava em ganhos efetivos à população, os líderes do PCC adotaram uma ‘opção particular’: a busca da melhora do padrão de vida da população por meio de reformas e de abertura ao exterior. No Terceiro Pleno, em dezembro de 1978 (o ‘ponto chave de escolha’, segundo nossa metodologia), Deng Xiaoping consolidou seu poder *de facto*, e a liderança comunista que o apoiava optou pelo reformismo e a abertura externa.

Nesse primeiro estágio, que se estendeu do final da década de setenta ao final dos anos oitenta, a liderança sínica adotou postura cautelosa, tendo como objetivo principal reconstruir as instituições danificadas no período radical maoísta e manter a estabilidade nessa conjuntura de incertezas. Essa fase pioneira caracterizou-se por “experimentação, flexibilidade, gradualismo e pragmatismo”. As medidas que davam certo eram efetivadas, da mesma maneira que se descartavam aquelas sem bom resultado. De outra parte, diante do intenso crescimento populacional (15 milhões de novos chineses nasciam a cada ano), encorajado no período anterior como forma de tornar a China mais poderosa, implementou-se a draconiana política do “filho único”.

A área rural foi precursora nas reformas liberalizantes, uma vez que a China ainda se encontrava em estágio inicial de urbanização (80 por cento da população ainda se encontravam no campo). Em substituição ao regime comunal, foi criado o ‘Sistema de Responsabilidade Familiar’ na produção agrícola. Famílias camponesas adquiriam, assim, relativa autonomia em suas tarefas, exceto o direito de dispor da terra.

Outra importante inovação institucional do período foi a criação de empresas rurais controladas pelos governos de municípios (*township*) e de aldeias (*village*) - as TVEs. A maioria delas era ‘coletiva’, ou seja, de propriedade pública. Depois de 1983 esse conjunto de empresas rurais foi ampliado para incluir firmas individuais e familiares (ou seja, empresas privadas).

A redução radical da pobreza na China rural, em curto espaço de tempo, foi o resultado mais destacado dessas iniciativas pioneiras. Em cinco anos (1980-1985), a saída da condição de pobreza extrema foi alcançada por mais de quatrocentos milhões de chineses. A provisão de grãos e outros insumos agrícolas, igualmente, não era mais um óbice ao desenvolvimento do país.

Em nível urbano, as reformas administrativas visavam a mudanças no setor estatal, até então as atividades mais protegidas pelo Estado, quando essas firmas passaram a

fazer face a crescentes pressões competitivas de maneira a melhorar seu desempenho. Ao contrário de outros países socialistas, todavia, a China não recorreu à privatização como recurso inicial para reformar as estatais.

Nas regiões urbanas costeiras, as instituições criadas foram as quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) pioneiras, estabelecidas próximas a Hong Kong e ao estreito de Taiwan. Os incentivos ali oferecidos visavam atrair investimentos, técnicas de gerenciamento e tecnologias de chineses expatriados para criar indústrias intensivas em mão-de-obra orientadas à exportação.

Esse conjunto de decisões correspondeu à fase inicial de “reformas incrementais”. O processo de modernização econômica levou à formação de instituições, tais como as TVEs e as ZEEs, com propriedades autorreprodutoras e resilientes, que definiram um padrão peculiar de desenvolvimento na China, tornando a opção reformista dependente da trajetória (*path dependent*).

A meta estabelecida por Deng Xiaoping e seu grupo reformista era duplicar o produto chinês em uma década e, ao mesmo tempo, garantir alimento e abrigo suficientes para toda a população. O produto interno bruto (PIB) do país expandiu-se a taxas anuais de 14,6 por cento entre 1978 e 1990, enquanto a renda per capita urbana avançou 13,1 por cento anualmente. O comércio exterior expandiu-se mais de quinze vezes, com ênfase às exportações.

Os grupos sociais chineses mais relevantes não sofreram perdas significativas ao longo desse período, que se caracterizou pela “reforma sem perdedores”. Residentes rurais obtiveram ganhos de renda significativos e os trabalhadores urbanos nas empresas estatais preservaram seus privilégios (*danwei*). Ao mesmo tempo, maior espaço de mercado era destinado às atividades econômicas não-estatais, onde se incluíam a propriedade coletiva e a privada.

Mudanças institucionais foram estabelecidas, também, para limitar a concentração de poder político na liderança do Partido como ocorrera anteriormente. Deng Xiaoping introduziu novas regras visando a maior institucionalização do processo sucessório na China em 1984. A duração do mandato dos dirigentes foi limitada (cinco anos), com possibilidade de apenas uma recondução, ao mesmo tempo em que se estabeleceu um limite de idade para exercer as funções dos cargos máximos (70 anos).

Em termos de política externa, no XII Congresso Nacional do PCC em 1982, Deng Xiaoping estabelecia os princípios da política externa chinesa independente e de paz, em substituição aos temas maoístas de guerra e revolução. A China emergiu, gradativamente, do isolacionismo, bem como sua participação nas organizações intergovernamentais, especialmente as de âmbito financeiro, expandiu-se significativamente. A condução dos processos decisórios da política externa sob a liderança de Deng Xiaoping, contudo, mantinha-se fortemente centralizada.

A persistência institucional do processo reformista doméstico (capítulo 3) desencadeou “sequências reativas”, a partir de 1986, quando manifestações estudantis se espalharam nas cidades costeiras. Ao mesmo tempo, intelectuais e tecnocratas, reabilitados depois da Revolução Cultural, pediam a revisão da ideologia marxista e um sistema político mais aberto. Líderes conservadores do Partido, contudo, não admitiam reformas políticas, temendo a eclosão de movimentos liberalizantes à semelhança dos que emergiam no leste europeu.

Os protestos levaram à demissão do secretário-geral Hu Yaobang, por pressão dos conservadores. Com a morte súbita de Hu, em 1989, o tributo popular à sua memória transformou-se em gigantesca manifestação de grupos sociais (estudantes, intelectuais e trabalhadores) contra os efeitos negativos das reformas (como corrupção, demissões e inflação) e, ao mesmo tempo, de pressão por reformas políticas liberalizantes.

Ao “massacre na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*)” em junho de 1989, seguiram-se sanções econômicas e militares impostas pelos países ocidentais e pelo Japão em protesto às arbitrariedades cometidas pelo governo chinês. O fim da Guerra Fria confirmou-se, em sequência, pelo colapso quase imediato do socialismo em países da Europa Oriental, seguido da desintegração ‘pacífica’ da União Soviética, em 1991, que manteve sua força militar e capacidade nuclear intactas ao longo das mudanças.

Em 1992, Deng Xiaoping reiterava suas posições ao afirmar que “a prática da economia planejada não era equivalente ao socialismo, porque existem planos sob o capitalismo também; ao mesmo tempo, a economia de mercado não equivaleria ao capitalismo porque, da mesma forma, existem mercados sob o socialismo”. Deng acreditava que o desenvolvimento da China dependia, sobretudo, da estabilidade e da ordem que permitiam implementar políticas econômicas eficientes e consistentes.

Após o octogenário Deng realizar a visita ao sul da China, em 1992, de maneira a referendar o processo reformista, o XIV Congresso do PCC confirmou a determinação de construir uma “economia de mercado socialista com características chinesas”. A partir de então, iniciavam-se as “reformas profundas”, garantindo a persistência estrutural do processo de desenvolvimento *path-dependent*.

A escolha de Jiang Zemin e do reformista Zhu Rongji como líderes da terceira geração do PCC, representou a transição dos políticos revolucionários para novos dirigentes de perfil tecnocrático, em nível nacional e provincial. Essa orientação seria explicitada pela maior ênfase ao desenvolvimento científico e tecnológico e à modernização econômica.

A China alcançou um novo patamar a partir das mudanças institucionais implementadas durante as reformas profundas. Em nível doméstico visava-se construir uma economia “socialista” de mercado, onde firmas privadas e seus empresários tinham posição mais destacadas. Seguindo a teoria de Jiang das “Três Representações”, empresários e intelectuais passaram a ser recrutados pelo Partido.

A abertura externa progredia no contexto da globalização e teve por resultado forte expansão do comércio exterior sínico. Esse processo atingiu seu ápice em 2001, quando da acessão chinesa à Organização Mundial do Comércio (OMC) depois de quinze anos de negociações. Mudanças institucionais domésticas, mais uma vez, foram adotadas, de maneira a integrar o comércio interno ao internacional e a reforçar regimes regulatórios de segurança alimentar e de produção.

Essas mudanças se articulavam à estratégia internacional de “desenvolvimento pacífico” da China e ao incentivo à multipolarização. Após a crise no estreito de Taiwan (1995-96), a RPC acelerou a promoção de uma “nova ordem política e econômica internacional”, e o estabelecimento de sucessivas “parcerias estratégicas” com os poderes mundiais, como Rússia, França, Reino Unido e Estados Unidos, mas também com vários países em desenvolvimento. O retorno pacífico de Hong Kong (1997) e de Macau (1999) à soberania chinesa consolidaria essa trajetória.

A emergência da China como ator participativo na arena internacional assumiu uma postura menos confrontadora, mais confiante e construtiva em relação aos assuntos regionais e globais. A RPC aderiu às normas, regras e, também, às instituições internacionais de maneira a promover seus interesses. Refletindo essas transformações,

o processo decisório da política externa sínica tornou-se menos pessoal e mais institucionalizado, na medida em que representava um país de poder ascendente no Sistema Internacional, com responsabilidades e interesses diversificados.

A ênfase regional era também explicitada na condução da política externa chinesa, quando a administração Jiang Zemin se reaproximou da vizinhança próxima, de maneira a aperfeiçoar os relacionamentos diplomáticos com base no interesse mútuo, em lugar da ideologia. A China buscou acordos de livre comércio com países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, em inglês), quando a criação do Fórum da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC, em inglês) e da Organização de Cooperação de Xangai, o primeiro grupo multilateral da Ásia Central, geravam espaço para articulações da liderança chinesa na Região.

Em termos domésticos, mudanças institucionais no mercado de trabalho chinês ocorreram rapidamente, em meados dos anos 90, devido à privatização das estatais de menor porte. A reconfiguração do setor produtivo estatal acarretou o desemprego em massa entre trabalhadores urbanos até então privilegiados, bem como a perda dos direitos sociais associados ao *danwei*.

O acelerado processo de urbanização chinesa implicou, também, que terras rurais em poder dos agricultores fossem confiscadas, de modo arbitrário, pelas municipalidades, em nome do “interesse público” (a terra rural pertencia ao ‘coletivo’). As compensações recebidas pelos camponeses foram irrisórias, e disputas de terra se tornaram razão para “incidentes de massa”, metáfora oficial para protestos populares.

Intensa migração rural em direção às cidades foi uma das consequências desse processo, contribuindo para a piora dos indicadores chineses de desigualdade. Estimase que 70 milhões de agricultores tenham perdido as terras devido à expansão do mercado imobiliário e às necessidades fiscais das administrações locais. Esse fato explica, também, a criação recente de grandes fortunas na China, cuja riqueza é, em parte, extraída do *boom* da construção civil e do mercado imobiliário.

Nesse contexto, Hu Jintao e Wen Jiabao assumiram a quarta geração da liderança do PCC (capítulo 4) na China, ao início de século XXI, como mandatários de grupos sociais vulneráveis - camponeses, migrantes rurais e desempregados urbanos. O novo grupo promoveu o *slogan* do “desenvolvimento científico” que incorporava novos

valores ao crescimento econômico, como a sustentabilidade ambiental e a busca de maior equilíbrio social entre áreas urbanas e rurais.

A liderança Hu-Wen passou a dar prioridade à região rural, como forma de reduzir a escalada dos conflitos sociais no interior da China, bem como preservar o crescimento acelerado. A disparidade de rendimentos entre o setor urbano e rural atingiu 3,22, em 2005, a maior diferença registrada desde a adoção das reformas. Em consequência, o tema da “nova sociedade agrícola” foi incluído no 11º Plano Quinquenal (2006-2010), e a extinção do imposto agrícola, adotada como “pilar” do “interior socialista”.

No biênio 2007-08, o modelo econômico adotado desde 1978 passava a apresentar rendimentos decrescentes, demandando reajustes (os quatro “uns” evidenciados pelo *premiê* Wen Jiabao). A condição de “fábrica do mundo” tornou a China a maior consumidora de minérios e minerais do planeta, ao mesmo tempo em se posicionava como candidata a líder mundial nas emissões de gás de efeito estufa, gerando inquietações quanto à sustentabilidade do seu desenvolvimento.

A economia chinesa atingiu o auge cíclico em 2008, ao mesmo tempo em que a crise norte-americana dos fundos *subprime* se espalhava, contaminando outros países em meio à crise financeira global. A pronta reação da RPC foi materializada por programa de estímulo econômico (US\$ 586 bilhões), com a ampliação de gastos públicos em habitação, infraestrutura rural e transportes (aeroportos, autoestradas e trens de alta velocidade), saúde pública e educação, meio-ambiente e inovações.

O resultado da intervenção estatal permitiu que a China fosse a primeira economia importante a se recuperar da crise global. Os investimentos domésticos incentivados, contudo, levaram a maior endividamento dos governos locais e à criação de “bolhas” especulativas. Em resumo, o “pacote” permitiu a retomada do crescimento no curto prazo, mas exacerbou os problemas estruturais da economia chinesa, ao adiar as reformas necessárias à reformulação do padrão de crescimento do país emergente.

A China adquiriu proeminência ainda maior no comércio internacional, tornando-se a maior economia exportadora global em 2011. Diante da recessão persistente nos países desenvolvidos, a RPC recorreu a acordos de livre comércio com diversos países, como Chile, Peru e Costa Rica, nas Américas, e Nova Zelândia e Austrália, na Oceania, além do Paquistão.

O vertiginoso acúmulo de reservas internacionais decorrente desse processo estimulou o investimento direto externo (IDE) pelas empresas chinesas no mundo. Inicialmente, os recursos orientaram-se a atividades mineradoras em países em desenvolvimento e em economias avançadas (Austrália e Canadá). As empresas estatais eram líderes nesse processo, sendo responsáveis por grandes fusões e aquisições externas em setores definidos pelo Estado.

A América Latina representava uma das regiões de maior “complementaridade” com a China em termos de recursos naturais. Em 2010, o Brasil foi incluído como a “última fronteira para o investimento chinês” (Castro, 2011) e, em 2013, classificava-se na quarta posição mundial do estoque de IDE chinês (depois dos Estados Unidos, Austrália, Canadá, e à frente do Reino Unido).

Na posição de *latecomer* no mercado africano, a China respondia por 3 por cento do estoque de IDE na África (ainda majoritariamente europeu), em 2011. O valor investido pelas empresas estatais chinesas até 2013, contudo, era superior aos gastos norte-americanos no continente. Ao mesmo tempo, firmas privadas chinesas menores espalharam-se pelo continente africano, investindo em serviços e em manufaturas.

Nos Estados Unidos, o investimento chinês visa a busca de mercados e de tecnologias e, mais recentemente, à segurança alimentar. As empresas sônicas recorrem crescentemente às fusões e aquisições (F&A), com prioridade aos setores intensivos em tecnologia (que receberam quase a metade do IDE da China no mercado norte-americano em 2014). Firms privadas chinesas, igualmente, têm realizado lançamentos bem-sucedidos de suas ações na Bolsa de Nova York.

No espaço europeu, o investimento chinês dirigiu-se a ativos estratégicos e conhecimentos - sob a forma de tecnologias avançadas e *expertise*, marcas reconhecidas e redes de *marketing* consolidadas. A Alemanha tem sido alvo preferencial de aquisições das estatais chinesas, nos setores automotivo e de máquinas, eletrônica e semicondutores. As “campeãs nacionais chinesas” - como Haier, Huawei e Lenovo - criaram subsidiárias próprias e centros de pesquisas nos principais centros europeus.

Os interesses internacionais da China sob Hu Jintao foram, em grande medida, similares aos sustentados por Jiang Zemin. Grande ênfase foi conferida à proteção do *status quo* da RPC e ao desenvolvimento do comércio e da cooperação, de maneira a manter o crescimento econômico, e assim melhorar as condições de vida da população.

Pequim buscava ampliar seu prestígio e os direitos associados ao *status* de potência emergente, expresso por seu poder de mercado e por recursos militares expansivos, bem como pela visibilidade na governança global, ao participar do G-20 e dos BRICS.

Um dos resultados do processo foi a inclusão social, em escala e velocidade sem precedentes na experiência de outros países. Desde o início das reformas econômicas, há quarenta anos, estima-se que cerca de 620 milhões de chineses tenham deixado a condição de pobreza extrema (US\$ 1,9 ao dia em PPP, segundo o indicador da ONU).

A despeito do dinamismo econômico e da modernização acelerada, acompanhados da intensa internacionalização e da (re) ascensão chinesa no Sistema Internacional, grandes desafios políticos, sociais e econômicos precisam ser equacionados pelos governantes chineses, por acarretar riscos ao funcionamento do Estado, à legitimidade do Partido único e à estabilidade social.

Alguns experimentos de reforma política foram feitos ao final da gestão de Jiang Zemin e se estenderam pela era Hu Jintao, sob a liderança de Zeng Qinghong. A realização de eleições com vários candidatos para governos locais e em nível do secretariado do Partido, e um esboço de “democracia interna” no PCC foram ensaiados, com recurso a visões de grupos não-partidários (“democracia consultiva”), enquanto as Organizações Não-Governamentais (ONGs) proliferaram, dentro e fora da China.

A liberalização incremental e o afrouxamento (*top-down*) do sistema político sínico, sem perda de controle do processo pela liderança do Partido, eram vistos como “mudanças proativas”, de maneira a evitar, na China, o colapso ocorrido nos antigos partido-Estados comunistas. A partir de 2009, contudo, a agenda de reformas foi abandonada e, na atual gestão de Xi Jinping, o conservadorismo político parece predominar.

Em termos sociais, o aumento da desigualdade na China acentuou-se até 2008, levando os pesquisadores chineses a cunhar o processo de “latino americanização”. O coeficiente de Gini chinês (0,49, em 2012) aproxima-se ao do Brasil, mas também de países africanos, como África do Sul e Nigéria, e acima do observado na Índia). Desde 2010, os 10 por cento mais ricos detêm quase metade da riqueza nas áreas urbanas, enquanto os 10 por cento mais pobres, apenas 1,4 por cento (China’s Ministry of Finance).

Da mesma forma, a ausência ou precariedade de direitos sociais ainda é uma realidade para a população chinesa, sobretudo migrantes rurais em áreas urbanas. A desigualdade ocorre no acesso aos serviços públicos (moradia, assistência médica e educação) e implica também em discriminação às mulheres e às minorias étnicas, além das crianças nascidas em violação à “política do filho único” vigente até 2015.

Embora tenha havido admirável redução da miséria extrema, um largo contingente rural e urbano ainda é muito pobre (82 milhões vivem ainda abaixo do nível de pobreza de 1 dólar ao dia). Em contrapartida, um por cento da população mais rica concentrou, em 2015, um terço da renda nacional chinesa, incluindo um milhão de milionários e duzentos bilionários. As classes médias, por sua vez, representam um terço da população, e sua expansão continuada, nos próximos anos, terá forte impacto nos gastos de consumo, além de transformações sociais dramáticas.

O envelhecimento populacional também é desafio de médio prazo para a China. O número de habitantes acima de 60 anos deve dobrar até 2030, com contingente de idosos estimado em 300 milhões. Famílias com apenas um filho são majoritárias, colocando desafios à tradição dos jovens sustentarem os pais idosos. Adicionalmente, o declínio na oferta de força de trabalho jovem remete à experiência japonesa, onde a estagnação econômica devida ao envelhecimento da população serve de advertência.

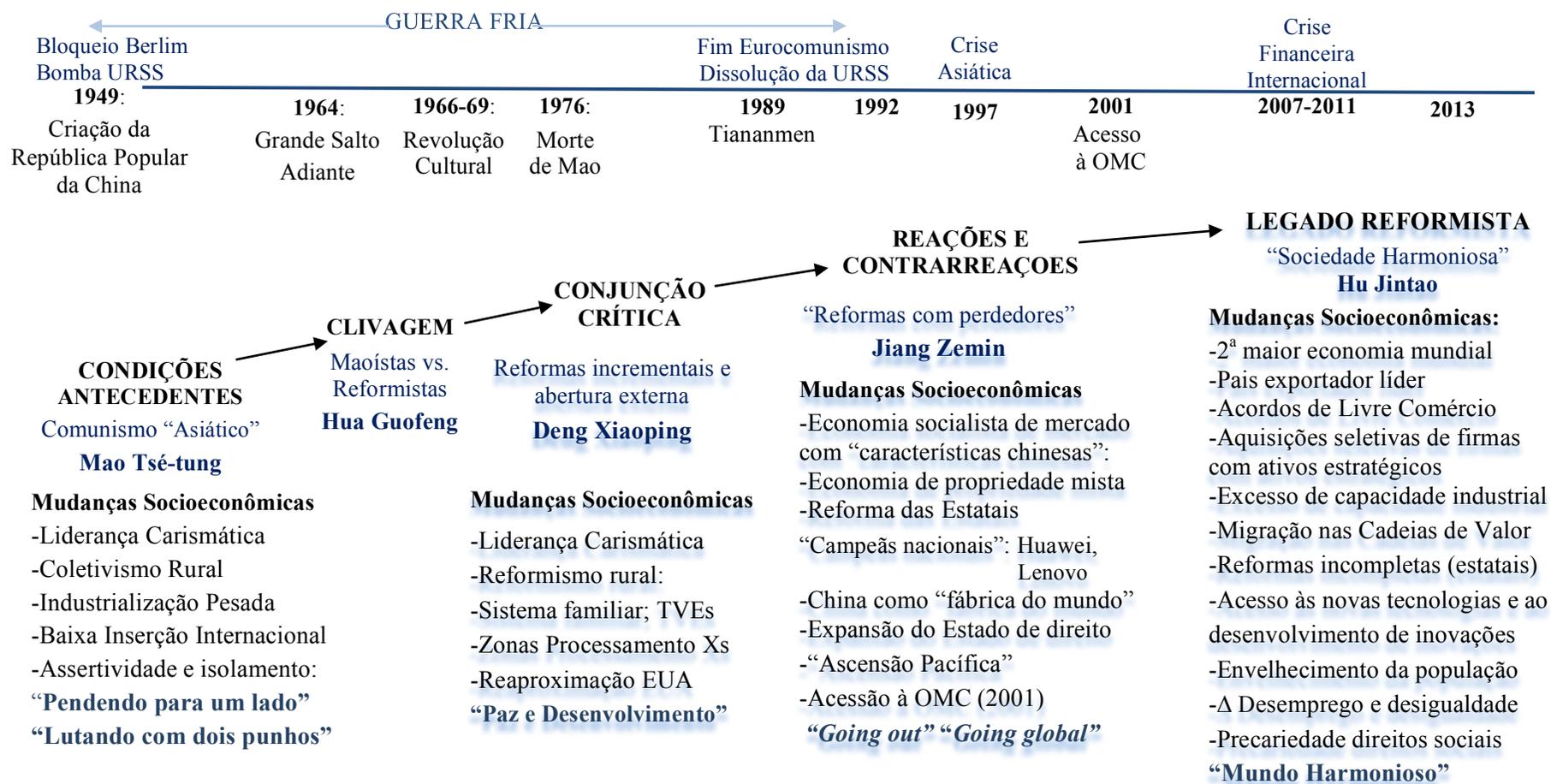
A relativa desaceleração do crescimento econômico chinês, a partir de 2010, e suas manifestações como desemprego e volatilidade das bolsas de valores, talvez sejam o maior desafio à liderança do PCC. Enquanto a força de trabalho da China encolhe, os salários superam os praticados por competidores regionais, e o aumento da produtividade também se reduz, traduzindo-se na “armadilha da renda média”.

Mudanças no padrão de industrialização chinês - em favor de maior conteúdo de ciência e tecnologia, menor consumo de recursos e menos poluição ambiental - dependem do aprofundamento das reformas. Assim, a ascensão nas cadeias globais de valor em insumos-produtos de maior valor agregado é um dos objetivos da liderança sínica, bem como o desenvolvimento tecnológico autóctone e a geração de inovações.

A figura 8, a seguir, adaptada da figura 1 de nossa introdução, resume o percurso do desenvolvimento econômico chinês sob a ótica da dependência de trajetória. Diante de todos os desafios ali sintetizados, é possível que se definam, mais uma vez, vários caminhos alternativos que terminem por configurar uma nova conjunção crítica.

Figura 8:

Etapas do Desenvolvimento Econômico da China sob o Modelo *Path-dependent*



FONTE: Elaboração própria a partir de Mahoney (2000) e Collier and Collier (2001)

De outra parte, as percepções dos diferentes países a respeito da ascensão chinesa são variadas, como vimos ao longo deste trabalho, considerando-a parceira, “boa vizinha” ou grande poder desafiante. Em seu entorno asiático, o mar do Sul da China e as cadeias de ilhotas ali situadas são objeto de disputas de soberania pela RPC (e Taiwan) com países da ASEAN – Brunei, Malásia, Vietnã e Filipinas. A modernização militar e a rápida expansão naval chinesa na região são objeto de preocupação local.

As tensões sino-japonesas são históricas e têm diversas fontes, como vimos anteriormente. As relações com Taiwan, apesar dos progressos alcançados na última década, têm em seu bojo o temor da crescente dependência econômica, a ameaça dos mísseis chineses direcionados à península e a diferença de identidade taiwanesa em relação à China continental.

A presença norte-americana na região, embora preocupante, também é percebida pela China como um elemento de estabilidade no nordeste asiático, prevenindo uma potencial escalada armamentista. Qualquer solução para a questão nuclear norte-coreana e a busca da negociação de paz na península requer, por sua vez, o apoio de Pequim e de Washington.

Em termos comerciais, a China é a maior parceira dos países asiáticos, exceto as Filipinas, e a Ásia é o maior mercado recipiente do investimento direto chinês, uma vez que a RPC se tornou o *hub* das atividades econômicas e das cadeias globais de valor na região. A estratégia sínica conecta-se a seus interesses geopolíticos, tornando-a crescentemente o polo de poder econômico e político asiático. O valor desse comércio não excede, contudo, trinta por cento das transações totais de cada um desses países, e os investimentos chineses nesses mercados ainda são inferiores aos realizados pelos países membros da TRIAD.

No sul da Ásia, a Índia mantém laços diplomáticos e comerciais expansivos com a China. No período mais recente, a RPC passou a realizar investimentos em empresas indianas, sobretudo em mercados estratégicos como comércio eletrônico, fármacos e Internet. Adicionalmente, os custos atuais da mão-de-obra indiana são muito reduzidos quando comparados aos chineses, além da forte expansão desse contingente laboral na Índia, que deve duplicar de tamanho até 2025, atingindo 450 milhões de trabalhadores.

Embora conserve temores históricos em aspectos militares e geopolíticos, como os relativos às fronteiras comuns, além do desconforto causado pela parceria da RPC

com o Paquistão, o relacionamento sino-indiano melhorou a partir da ascensão ao poder do primeiro-ministro Narendra Mody em 2014. A proposta expansionista da China no oceano Índico, como resultado da Rota da Seda marítima de comércio, prevê a criação de portos e *hubs* de comércio em dois vizinhos indianos, Mianmar e Sri Lanka. Adicionalmente, Bangladesh é o segundo maior importador de armas chinesas, e o Nepal tem grande dependência da RPC, ao mesmo tempo em que percebe a presença expansiva sínica nos Himalaias.

As relações da China com a Ásia Central e Ocidental (Eurásia) estão sendo fortalecidas por meio da construção de infraestrutura e de projetos de desenvolvimento energético. A ‘Nova Rota da Seda’ integra a estratégia econômica de conectar a RPC com vários continentes, sob a iniciativa “Um cinturão econômico, uma estrada”, com recurso ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), que contou com 57 países sócios-fundadores, apesar da oposição norte-americana. A promessa é que o BAII contribua com cerca de US\$ 100 bilhões, na próxima década, para o desenvolvimento da região asiática como um todo.

O relacionamento entre a China e a Rússia foi revitalizado, atingindo seu ponto alto em 2001 com o tratado de “Cooperação, Amizade e Vizinhança”, e o comércio bilateral atingiu US\$ 100 bilhões em 2014 (próximo ao valor alcançado no comércio da RPC com o Brasil naquele ano). Na atualidade, os dois países têm exibido comércio complementar, com a Rússia ofertando petróleo, gás e matérias-primas à China, e recebendo em troca bens de consumo e tecnologias.

As relações diplomáticas bilaterais apresentam vários elementos em comum, como a oposição à OTAN e aos Estados Unidos, como antigamente, e a coordenação de votos no Conselho de Segurança da ONU. Como novidade, as forças militares sino-russas fazem operações conjuntas, incluindo exercícios navais nos mares do Mediterrâneo e do Japão, bem como são parceiros de diálogo na coalisão dos BRICS.

Em 2014, foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS e o Acordo Contingente de Reservas, ampliando os fundos para projetos de desenvolvimento e proteção dos países membros diante de desequilíbrios de balanço de pagamentos. Brasil e China têm atuado conjuntamente em outros mecanismos internacionais, como G-20 e BASIC – permitindo uma abordagem comum em temas como economia, desenvolvimento e mudança climática, entre outros.

A China é, desde 2009, o principal parceiro comercial do Brasil, permitindo a esse último acumular superávit de US\$ 46 bilhões no intercâmbio bilateral. A RPC inclui-se, na atualidade, entre as principais fontes de IDE no mercado brasileiro, não só em setores de energia e mineração, siderurgia e agronegócio como, mais recentemente, em telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura.

A partir da crise financeira internacional, a China teve importante papel ao reduzir a estagnação econômica europeia e, em 2010, a União Europeia tornou-se a maior parceira comercial da RPC, ao mesmo tempo que o relacionamento diplomático bilateral se intensificou com vários países europeus.

À medida que os interesses e a presença chinesa expandem-se globalmente, o relacionamento com os Estados Unidos tornou-se mais competitivo e pontuado por discordâncias, processo que se exacerba na região da Ásia-Pacífico. Nos anos finais da gestão de Hu Jintao, como vimos, houve mudança na postura externa da China, que passou a desafiar abertamente os Estados Unidos em defesa de seus interesses centrais - formalmente referidos às questões relativas a Taiwan, ao Tibete e a Xinjiang.

Os Estados Unidos e a República Popular da China, contudo, têm interesses fortemente enraizados. Os dois países são as maiores economias mundiais na atualidade, bem como dispõem dos maiores orçamentos militares. Eles são o segundo maior parceiro comercial um para o outro, com comércio bilateral que atinge US\$ 600 bilhões (metade desse valor representa déficit para os Estados Unidos); enquanto o primeiro é o maior país importador mundial, a RPC é o maior exportador global. Por sua vez, a China é o maior credor estrangeiro dos Estados Unidos, onde seus investimentos se expandem, e centenas de milhares de chineses, hoje, estudam em universidades norte-americanas.

A complexidade do relacionamento entre os dois grandes poderes exige responsabilidade dos governantes para compreender e administrar a competição entre eles: a “coexistência competitiva” requer a identificação de áreas de cooperação e o distanciamento das relações de animosidade e conflito. A nova administração norte-americana parece seguir a tendência da última década onde aspectos geopolíticos, de segurança e defesa são predominantes no relacionamento bilateral, ao mesmo tempo que os interesses privados defendem uma postura mais rígida nesse entendimento.

Quem viver verá...

BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

ABI SAAD, Sérgio. *A Potência do Dragão: a Estratégia Diplomática da China*. Brasília, UnB, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty-first century*. New York, VERSO, 2007.

BLACKWILL, Robert e CAMPBELL, Kurt. *Xi Jinping on the Global Stage: Chinese Foreign Policy Under a Powerful but Exposed Leader*. Council on Foreign Relations (Council Special Report No. 74), 2016.

BLECHER, Marc. *China Against the Tides: Restructuring through Revolution, Radicalism and Reform*. New York: The Continuum International Publisher, 2006.

BRAMALL, Chris. *China Economic Development*. New York, Routledge, 2009.

BRANDT, Loren e RAWSKI, Thomas. *China's Great Economic Transformation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BREMER, Ian. *The End of the Free Market: Who Wins the War Between States and Corporations?* New York, Penguin Group, 2010.

CASSIOLATO, José Eduardo; ZUCOLOTO, Graziela, ABROL, Dinesh e XIELIN, Liu. *BRICS: Transnational Corporations and Local Innovation*. New Delhi, IDRC, 2014.

CHANG, Ha-Joon. *Kicking Away the Ladder: development strategy in historical perspective*. London, Anthem Press, 2003.

CHOW, Gregory. *China's Economic Transformation*, Malden: Blackwell Publishing, 2002.

COLLIER, R. e COLLIER, D. *Shaping the political arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. Notre Dame: Notre Dame Press, 2001.

DITTMER, Lowell. *China's Continuous Revolution. The Post Liberation Epoch, 1949-1981*. Berkeley, University of California Press, 1987.

_____ e LIU, Guoli. *China's Deep Reform: Domestic Politics in Transition*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

_____ e YU, George T. (ed.). *China, the Developing World, and the New Global Dynamic*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 2010.

DOLLAR, David. *United States-China Two-way Direct Investment: Opportunities and Challenges*. Brookings Institution, Jan. 2015.

_____, CHEN, W. e TANG, H. *Why is China Investing in Africa?* IMF, Aug. 2015.

ERNST & YOUNG. *Riding the Silk Road: China sees outbound investment boom - Outlook for China's outward foreign direct investment*. Ernst & Young China, 2015.

FAIRBANK, John King e GOLDMAN, Merle. *China: a new history*. Cambridge, Mass: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006 (2nd edition).

FENG, Hui. *The Politics of China's Accession to the World Trade Organization: the dragon goes global*. New York, Routledge Contemporary China Series, 2006.

FU, Xiaolan. *China's Path to Innovation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

GADDIS, John L. *The Cold War: a new history*. New York: Penguin Books, 2005.

IIDA, Masafumi (ed.). *China's Shift: Global Strategy of the Rising Power*. Tokyo: NIDS, 2009.

JIAN, Chen. *Mao's China and the Cold War*. The University of North Carolina Press, 2001.

JOHNSON, Chalmers. *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press, 1982.

JUMA, Calestous and YEE-CHEONG, Lee (coords.). *Innovation: applying knowledge in development*. Washington: Earthscan (2005).

KISSINGER, Henry. *Sobre a China (On China)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LAMPTON, David (ed.). *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform*. Stanford University Press, 2001.

LARDY, Nicholas. *Sustaining China's Economic Growth after the Global Financial Crisis*. Washington D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2012.

LANTEIGNE, Marc. *Chinese Foreign Policy: an introduction*. New York: Routledge, 2016.

LEAO, Rodrigo; PINTO, Eduardo e ACIOLY, Luciana (org.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. Brasília, IPEA, 2011.

LEE, Kuan Yew. *From Third World to First: the Singapore Story – 1965-2000*. Nova York: Harper Collins, 2000.

LIN, Justin Y. *Technology and Agricultural Development in China*. Shanghai, Shanghai's People Publishing House, 1994.

- LYRIO, Mauricio. *A Ascensão da China como Potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: FUNAG, 2010.
- MACFARQUHAR, Roderick. *The Origins of the Cultural Revolution: Contradictions among the People, 1956-57*. London, Oxford University Press, 1974.
- _____ e SCHOENHALS, Michael. *Mao's Last Revolution*. Cambridge, MA, The Belknap Press of Harvard University Press, 2008.
- MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long Run*. Paris, OCDE, 1998.
- _____ *The World Economy: a millennial perspective*. Paris, OCDE, 2001.
- MINGFU, Liu. *The China Dream: Great Power Thinking & Strategic Posture in the Post-American Era*. New York, Beijing Mediatime Books Co., 2015.
- MOORE, Thomas G. *China in the World Market: Chinese Industry and International Sources of Reform in the Post-Mao Era*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- MOHANTY, S. K. *India-China Bilateral Trade Relationship*. New Delhi: Research and Information System for Developing Countries, 2014 (*study prepared for Reserve Bank of India*).
- NAKAMURA, Takafusa. *The Post Japanese Economy*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1995.
- _____ *A History of Showa Japan, 1926-1989*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1998.
- NATHAN, Andrew J. e ROSS, Robert S. *The Great Wall and the Empty Fortress: China's Search for Security*. New York, W.W. Norton & Company, 1997.
- NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: transitions and growth*. Cambridge: The MIT Press, 2007.
- OCDE. *Manual Frascati*. Paris, OCDE, 2002.
- _____ *Trade-Related South-South Co-operation: China*. Paris: OCDE, 2012.
- OZAWA, Terutomo. *The Rise of Asia: The "Flying-Geese" Theory of Tandem. Growth and Regional Agglomeration*. Cheltenham, U.K.: Edward Elgar, 2009.
- PANITCHPAKDI, Supachai e CLIFFORD, Mark. *China and the WTO: Changing China, Changing World Trade*. Singapore: John Wiley & Sons (Asia), 2002.
- PIERSON, Paul. *Politics in Time: History, Institution and Social Analysis*. Princeton University Press, 2004.
- PREGELJ, Vladimir. *Most-Favored-Nation Status of the People's Republic of China*. Washington, CRS Report for Congress, June 2001.

- RODRIGUEZ Y RODRIGHEZ, María Teresa. *Agricultura, Industria y Desarrollo Económico*. El caso de China. México: Instituto Matías Romero, 2007.
- SHAMBAUGH, David. *China Goes Global: the partial power*. Nova York: Oxford, 2013.
_____. *China's Future*. Malden, MA: Polity Press, 2016.
- SPENCE, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.
- SUTTER, Robert. *Foreign Relations of the PRC: the legacies and constraints of China's international politics since 1949*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2013.
- TEIWES, Frederick e SUN, Warren. *The End of the Maoist Era: Chinese Politics During the Twilight of the Cultural Revolution, 1972-1976*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2007.
- VISENTINI, Paulo G. *As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- WALTER, Carl e FRAISER, Howie. *Red Capitalism: The Fragile Financial Foundation of China's Extraordinary Rise*. Singapore, John Willey and Sons, 2011.
- WU, Jinglian. *Understanding and Interpreting Chinese Economic Reform*. Mason, Ohio: Thomson South-Western, 2005 (1ª edição).
_____. & MA, Guochuan. *Whither China? Restarting the Reform Agenda*. New York: Oxford University Press, 2016.
- VISENTINI, Paulo G. *As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- YU, George T. *China's African Policy: a Study of Tanzania*. New York: Praeger Publishers, Special Studies Series, 1975.
- ZHAO, Ziyang. *Documents of the Thirteenth National Congress of the PCC*. Pequim, Foreign Languages Press, 1987

ARTIGOS

ABBOTT, Andrew 'From causes to events: notes on narrative positivism'. *Sociological Methods & Research*, v. 20 n.4 (May), 1992, p. 428-455.

ACHARYA, Amitav. *Will Asia's Past Be Its Future?* *International Security*, Vol. 28, N° 3 (Winter 2003/04), pp. 149-164.

AIZAWA, N. Japan's strategy toward Southeast Asia and the Japan-U.S. alliance. Center for Strategic and International Studies, April 2014. Disponível em http://csis.org/files/publication/140422_Aizawa_JapansStrategySoutheastAsia.pdf (acessado em 06/01/2017)

AKAMATSU, Kaname. *A Theory of Unbalanced Growth in the World Economy*. In: *Weltwirtschaftliches Archiv*, Hamburg, no. 86, 1961, p. 196-217.

AKUTSU, Hiroyasu. Japan-China Cooperation in Future Scenarios for the Korean Peninsula: Soft-landing, Collapse, and Muddling-through cases. In TEO, Victor and GUEN, Lee. *The Koreas between China and Japan*. Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2014 (chapter eleven), p. 151-164.

ALVES, André Gustavo. As Relações de Investimento Direto entre a China e os Países de seu Entorno. In ALVES, A. G. *Os BRICS e seus vizinhos: investimento direto estrangeiro*. Brasília: IPEA, 2014.

BENNETT e GEORGE. Process Tracing in Case Study Research. *MacArthur Foundation Workshop on Case Study Methods*, 2004.

BERNARDI, Bruno B. O Conceito de Dependência da Trajetória (*Path Dependence*): definições e controvérsias teóricas. São Paulo: *Perspectivas*, v. 41, p.137-167, jan. /jun. 2012.

BOWN, Chad, CROWLEY, M., McCULLOCH, R. e NANKAJIMA, D. The U.S. trade deficit: Made in China? Federal Reserve Bank of Chicago, *Economic Perspectives*, 4Q./2005.

BRODSGAARD, Kjeld. The Democratic Movement in China 1978-79: opposition movements, wall poster campaigns and underground journals. *Asian Survey*, v. XXI, n. 7, July 1981, p. 747-774.

BUSH III, Richard C. Thoughts on the Taiwan Relations Act. *Brookings.edu*, 2009. Disponível em <http://www.brookings.edu/research/opinions/2009/04/taiwan-bush> (acessado em 22/11/2015).

CALCA, Patrícia. As clivagens políticas e os partidos: uma abordagem. Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (e-WORKING PAPER N° 99/2010). Disponível em http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP99_Calca.pdf (acessado em 03/10/2016).

CANUTO, Otaviano. Aprendizado Tecnológico na Industrialização Tardia. *Economia e Sociedade*, n. 2, p. 171-189, 1993.

CAPOCCIA, Giovanni. Critical Junctures and Institutional Change. *In* Mahoney, J. e Thelen, K. *Advances in Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 147-179, 2015.

_____. "Critical Junctures." *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*, 2016, p. 89.

_____. e KELEMEN, Daniel. The Study of Critical Juncture in Historical Institutionalism. *Committee on Concepts and Methods* (Working Paper Series). Oxford, University of Oxford, 2006.

CASSIOLATO, José E. As Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação na China. *Boletim de Economia e Política Internacional*. Brasília, IPEA, 2005, p. 66-80.

_____. e LASTRES, H. Algumas reflexões sobre a política de C&T da China. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e Instituto de Estudos Brasil-China (IBRACH), 2011.

CASTRO, Antonio B. From semi-stagnation to growth in a Sino-centric, market. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 28, nº 1 (109), pp. 3-27, Jan-Mar/2008.

_____. O Brasil e os desafios da China. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v.7 n.10, p. 203-211, jan-jun 2012.

DAS, Dilip. China's Outbound Foreign Direct Investment: Sources of Growth and Transformation. Indiana University, *Research Center for Chinese Politics and Business*, 2014.

DAYAL-GULATI, A. and HUSAIN, A. M. "Centripetal Forces in China's Economic Takeoff." *IMF Staff Papers* 42(3), 2002, p. 364-94.

DAVID, Paul. "Clio and the Economics of Qwerty". *American Economic Review* 75, May 1985, p. 332-337.

DAVIES, Ken e SAUVANT Karl. *What will an appreciation of China's currency do to inward and outward FDI?* New York, Vale Columbia Center on Sustainable International Investment (Columbia FDI Perspectives, No. 30), 2010.

_____. China Investment Policy: an Update. *OECD Working Papers on International Investment*, 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/5k46911hmybt-en> (acessado em 08/02/17).

DEDRICK, J., KRAEMER K.I., IINDEN G. "Who profits from innovation in global value chains? a study of the iPod and notebook PCs", *Industrial and Corporate Change* 19(1), 2010, p. 81-116.

DIALOGO CHINO. *Peru must revise Las Bambas environmental impact study, say experts*, 26/10/2015. Disponível em <http://dialogochino.net/peru-must-revise-las-bambas-environmental-impact-study-say-experts/> (acessado em 12/02/2017).

DITTMER, Lowell. ‘Line Struggle’ in Theory and Practice: The Origins of the Cultural Revolution Reconsidered’. *The China Quarterly*, 72, 1977, p. 675–712.

_____ Bases of power in Chinese politics: A theory and an analysis of the fall of the 'Gang of Four'. *World Politics*, 31 (1), 1978, p. 26-60.

_____ e WU, Yu Shan. The Modernization of Factionalism in Chinese Politics. *World Politics*, vol. 47, no. 4, 1995, pp. 467-494. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2950699> (acessado em 17/11/2015).

DOSCH, Jörn. The Fallacy of Multilateralism Rhetoric in China-Southeast Asia Relations - A Neo-Realist Perspective on Regional Order-Building. *UNISCI Discussion Papers*, nº 24, 2010.

DUCHATEL, Mathieu e GODEMENT, François. China’s Politics under Hu. *In Journal of Current Chinese Affairs*, 38, 3, p. 3-11, 2009. Disponível em www.CurrentChineseAffairs.org (acessado em 07/01/2017).

EDWARDS, Lawrence e JENKINS, Rhys. *The Competitive Effects of China on the South African Manufacturing Sector*. Capetown, Development Policy Research Unit, December 2014.

FORD, Mycal. Saving Face: China and Taiwan’s Bid for the United Nations Seat in the General Assembly and Security Council, 1950-1971. *Yonsei Journal of International Studies*, 2014. Disponível em http://theyonseijournal.com/wp-content/uploads/2014/05/spring-2013_saving-face.pdf (acessado em 23/03/2017).

HE, Yinan. ‘History, Chinese Nationalism, and the Emerging Sino-Japanese Conflicts.’ *Journal of Contemporary China*, vol. 16. No. 50, p. 1-24.

HENDRISCHKE, Hans e LI, Wei. *Chinese Outbound Direct Investment in Australia – characteristics and integration*. Sydney, University of Sydney Business School, 2013. Disponível em http://www.chinagoesglobal.org/wpcontent/uploads/2013/08/Hendrischke_and_Li (acessado em 12/02/2017)

HEYMANN Jr., Hans. *China’s Approach to Technology Acquisition*. Part III - Summary Observations. Santa Monica, CA, Rand, February 1975.

_____ ‘Self-Reliance Revisited’: China’s Technology Dilemma. *In* Garth (ed.). *China’s Changing Role in the World Economy*, 1975, p. 25-35.

HOLANDA, Renan. O pensamento chinês nas relações internacionais um breve estado-da-arte. *Boletim MUNDORAMA*, 2014. Disponível em <http://mundorama.net/> (acessado em 04/02/2015).

HUANG, Can and SHARIF, Naubahar. Manufacturing Dynamics and Spillovers: The Case of Guangdong Province and Hong Kong, Macau, and Taiwan (HKMT). *Research Policy*, v. 38, n. 5, 2009, p. 813-828.

HUANG, Xiaoling. *Trade and Technology Transfer: The Case of Automobile, Electronic and Telecommunication Sectors in China*, 2006. Disponível em <https://faculty.washington.edu/karyiu/confer/beijing06/papers/huang.pdf> (acessado em 20/10/2016).

IZUMI, Takayuki. China's Foreign Policy since the Cultural Revolution - Steps toward the Recovery of Its U.N. Seat. *The Developing Economies*, v. 9, n. 4, 1971, p. 400-421.

JING, Men. EU-China Relations: Problems and Promises. *Jean Monnet/ Robert Schuman Paper Series*, Vol. 8 No. 13. University of Miami, junho de 2008. Disponível em <http://aei.pitt.edu/9060/1/MenEUChinaLong08edi.pdf> (acessado em 31/01/2017).

JIUN, Da LIN. The Factional Politics of Exchange Rate in China. San Diego, *School of International Relations and Pacific Studies*, University of California, 2015.

JOHNSON, Chalmers. Economic crisis in East Asia: the clash of capitalisms. *Cambridge Journal of Economics*, 22 (6), 1998, p. 653-661.

KELLEY L. e SHENKAR O. (ed.). *International Business in China*. London: Routledge, 1993.

KENICHI Imai, HARUKA Matsumoto, and MAMI Yamaguchi. *China's Dilemma of High Economic Growth*. Institute of Developing Economies, 2006, Chapter 6, p.87-150. Disponível em http://www.ide.go.jp/English/Publish/Books/Yearbook/pdf/2006_08.pdf (acessado em 02/01/2017).

KHAN, Azizur. *Globalization, Employment and Equity: The China Experience*. Geneva, ILO/EASMAT, 1996.

KOJIMA, Kiyoshi. The "flying geese" model of Asian economic development: origin, theoretical extensions, and regional policy implications. *Journal of Asian Economics* 11, 2000, p. 375 - 401.

KOTANI, Tetsuo, "Positive Signs for Crisis Management in the East China Sea" Asia Maritime Transparency Initiative, 2015. Disponível em: <http://amti.csis.org/positive-signs-for-crisis-management-inthe-east-china-sea> (acessado em 03/01/2017)

KPMG e University of Sydney. *Demystifying Chinese Investment in Australian Agribusiness: important choices to be made*. Sydney, China Studies Centre, October 2013.

_____. *Demystifying Chinese Investment in Australia*. Sydney, China Studies Centre, May 2015.

LAMPTON, David. The U.S. Image of Peking in three International Crises. *The Western Political Quarterly*, 1971, p. 28-49.

LARDY, Nicholas. *China in the World Economy*. Washington, Institute for International Economics, 1994).

LAWRENCE, Susan. *China's Political Institutions and Leaders in Charts*. Washington, Congressional Research Service, 2013. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/R43303.pdf> (acessado em 10.10.2016).

LEÃO, Rodrigo. A Articulação Produtiva Asiática e os efeitos da Emergência Chinesa. In LEÃO, PINTO e ACIOLY (org.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos* (capítulo 3). Brasília, IPEA, 2011.

LEITE, Alexandre e MÁXIMO, Jéssica. Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo sobre o Campo das Relações Internacionais na China. *CONTEXTO INTERNACIONAL*. Rio de Janeiro, v. 35, nº 1, janeiro/junho 2013, p. 231-259.

LI, Wei e YANG, Dennis. *The Great Leap Forward: Anatomy of a Central Planning Disaster*. Virginia, Virginia Polytechnic Institute and State University, 2005 (mimeo).

LI, Xing. The Chinese Cultural Revolution Revised. *The China Review*, vol. 1, nº 1 (Fall 2001), 137–165.

LIEBERTHAL, Kenneth. The Background in Chinese Politics. In: ELLISON (ed.). *The Sino-Soviet Conflict A Global Perspective*. University of Washington Press, 1982.

LIN, Justin Yifu. Demystifying the Chinese Economy. *The Australian Economic Review*, vol. 46, no. 3, 2013, pp. 259-268.

LOPES, B., NASCIMENTO, D. e VADELL, J. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional*. Vol. 8, n. 2. jul-dez 2013, p. 81-99.

MACDOUGAL, Colina. Policy Changes China's Foreign Trade since the Dead of Mao, 1976-80. In GRAY, L. e WHITE, G. *China's New Development Strategy*. London: Academic Press, 1982.

MAHONEY, James. Path Dependence in Historical Sociology. *Theory and Society* v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.

_____ Path-dependent explanations of regime change: Central America in comparative perspective. *Studies in Comparative International Development*, v. 36, n. 1, p. 111-141, Spring 2001.

MEARSHEIMER, John. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 3, p. 381-396, 2010.

MEDEIROS, Evan e FRAVEL, M. China's New Diplomacy. *Foreign Affairs*, v. 82, n. 6, Nov/Dec 2003.

MEDEIROS, Carlos. Integração produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o Mercosul. In ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOHLERS, M. (org.). *Integração Produtiva: caminhos para o Mercosul*. Brasília, Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010, p. 252-303.

_____ Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. CGEE, *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília, CGEE, 2013).

MICU, Liviu-Alexandru. China's Economic Reforms during 1993-2013. *ECOFORUM*, v.5, n.1(8), 2016, p. 22-35.

MIERZEJEWSKI, Dominik. *On the Road to a Peaceful Transition: The CCP Strives for an "Institutionalized" Succession*. Nottingham: China Policy Institute, 2010 (Discussion Paper 60).

MILARÉ, Luís e DIEGUES, Antônio. Contribuições da Era Mao Tsé-tung para a Industrialização Chinesa. *Revista Economia Contemporânea* v.16 n.2, p. 359-378, maio-ago. 2012.

MORAIS, Isabela N. Políticas de fomento à Ascensão da China nas Cadeias de Valor Globais. In *China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, IPEA, 2015, p. 45-79.

NATHAN, Andrew. "A factionalism model of CCP Politics". *The China Quarterly*, nº 53, 1973, pp. 33-66.

NARAYANAN, Raviprasad. The Politics of Reform in China: Deng, Jiang and Hu. *Strategic Analysis*, Vol. 30, No. 2, April-Jun 2006.

NOZAKI, William; LEÃO, Rodrigo e MARTINS, Aline. A Ascensão Chinesa e a Nova Geopolítica e Geoeconomia das Relações Sino-Russas. In LEÃO, PINTO e ACIOLY (org.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. IPEA, 2011, p. 95-133.

NAUGHTON, Barry. Deng Xiaoping, The Economist. *The China Quarterly*, No. 135, Special Issue: Deng Xiaoping: An Assessment, p. 491-514, 1993

_____. Chinese Institutional Innovation and Privatization from Below. AEA Papers and Proceedings, v. 84, n. 2, 1994, p. 266-270.

_____. China Political Economy. In BRANDT, Loren e RAWSKI, Thomas, 2008, chapter IV.

_____. China Economic Transformation Before and After 1989. Draft prepared for the conference “1989: Twenty Years After.” University of California, Irvine, 2009.

_____. e CHEN, Ling. *The Emergence of Chinese Techno-Industrial Policy: From Megaprojects to Strategic Emerging Industries, 2003-2022*.

NOLAN, Peter. China’s rise, Russia’s fall. *The Journal of Peasant Studies*, v. 24, issue. 1-2, 1996.

NORTH, Douglass C. Understanding the Process of Economic Change. *Forum Series on the Role of Institutions in Promoting Economic Growth*. Washington D.C., 2003.

NYE, Joseph. China’s reemergence and the future of the Asia-Pacific Survival. *Global Politics and Strategy*, v. 39, n° 4, Winter 1997-98, p. 65-79.

OLIVEIRA, Amaury P. O novo equilíbrio mundial. In BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (org.). *Depois da crise: a China no Centro do Mundo?* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

OLIVEIRA, Ivan; CARNEIRO, Flavio; BACELETTE, Ricardo. As Relações Comerciais da China com seus Vizinhos. In BAUMANN, Renato e OLIVEIRA, Ivan, *Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais*. Brasília, IPEA, 2014.

OZAWA, Terutomo. *The (Japan-Born) “Flying-Geese” Theory of Economic Development Revisited - and Reformulated from a Structuralist Perspective*. New York, Columbia University (Center of Japanese Economy and Business), 2010 (working paper series, n° 291). Disponível em www.gsb.columbia.edu/cjeb/research (acessado em 03 de março de 2015).

OZAWA, Terutomo. *The Rise of Asia: The flying-geese theory of tandem growth and regional Agglomeration*. Northampton, MA, USA, Edward Elgar, 2009.

PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. *The American Political Science Review*, v. 94, n. 2. June 2000, p. 251-267.

PIGATO, Miria e TANG, Wenxia. China and Africa: Expanding Economic Ties in an Evolving Global Context. Addis Ababa, Ethiopia. *Investing in Africa Forum*, March 2015.

- PINTO, Eduardo. O Eixo Sino-Americano e as Transformações do Sistema Mundial: Tensões e Complementaridades Comerciais, Produtivas e Financeiras. In LEÃO, PINTO e ACIOLY (org.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. Brasília, IPEA, 2011.
- PIRAGIBE, Clélia. *New Patterns of International Economic Relations between China and Latin America*. In: XXXIV Congress of the Latin American Studies Association. New York, 2016.
- PREGELJ, Vladimir. *Most Favored-Nation Status of the People's Republic of China*. Washington, CRS Report for Congress, 2011.
- PYE, Lucian. *The Dynamic of Factions and Consensus in Chinese Politics: a model and some propositions*. Santa Monica, RAND, July 1980.
- QIAN, Yingyi. The process of China's Market Transition, 1978-1998: The Evolutionary, Historical and Comparative Perspectives. In DITTMER e LIU (eds.), 2006.
- QIAN, Pingfan. Development of China's Industrial Clusters: Features and Problems. *China Development Review* v.5 n.4, 2003, p. 44-51.
- QIN, Yaqing. Why there is no Chinese International Relations Theory? *International Relations of the Asia-Pacific*, v. 7, p. 313-340, 2007.
- QINGGUO, Jia. Learning to live with the Hegemon: evolution of China's policy toward the US since the end of the Cold War. *Journal of Contemporary China*, 14 (44), Aug. 2005, p. 395- 407.
- RADELET, Steven, SACHS, Jeffrey e LEE, Jong-Wha. *Economic Growth in Asia*. Harvard Institute for International Development (Development Discussion Paper No. 609), 1997. Disponível em <http://www.cid.harvard.edu/hiid/609.pdf> (acessado em 02 de fevereiro de 2015).
- RAMO, Joshua. *The Beijing Consensus*. London, The Foreign Policy Centre, 2004. Disponível em <http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf> (acessado em 13/03/2017).
- RAWSKI, Thomas. *The rise of China's Economy*. Philadelphia, Foreign Policy Research Institute, 2011. Disponível em <http://www.fpri.org/articles/2011/06/rise-chinas-economy> (acessado em 15 de novembro de 2015).
- RAVALLION, Martin e CHEN, Shaohua. China's (Uneven) Progress Against Poverty. *Journal of Development Economics*, 82/1, 2004, p. 1- 42.
- RIBEIRO, Valéria. A Expansão Chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros. *Textos de Economia*, v.18, n.1, p. 11-36. Florianópolis, jan. /jun. 2015.

RISKIN, Carl. *Property Rights and the Social Costs of Transition and Development in China* (working paper). Columbia University, 2008. Disponível em http://www.qc-econ-bba.org/facultypages/riskin/Papers/Property_Rights_and_Social_CostsWP.pdf (acessado em 22/12/2016)

ROSS, Robert. From Lin Biao to Deng Xiaoping: elite instability and China's U.S. Policy. *The China Quarterly*, nº 118, jun. 1989, p. 265-299.

ROUMASSET, James, HUA Wang, and KIMBERLY Burnett. "Environmental Resources and Economic Growth". Pittsburgh: University of Pittsburgh. 2004.

SCHÜLLER, Margot; MEUER, Johannes and Yun Schüler-Zhou. *China's OFDI Footprint in Europe: Investment Patterns, Drivers and Implications* (Research Report for DG Enterprise and Industry) Hamburg and Zurich, 2012.

SHAMBAUGH, David. Deng Xiaoping: the Politician. *The China Quarterly*, No. 135, Special Issue: Deng Xiaoping: An Assessment, September 1993, pp. 457- 490.

_____ The Dynamics of Elite Politics During the Jiang Era. *The China Journal*, nº 45, January 2001.

SUIHENG, Zhao. *Hu Jintao's Foreign Policy Legacy*, 08/12/2012. Disponível em <http://www.e-ir.info/2012/12/08/hu-jintaos-foreign-policy-legacy/> (acessado em 12/11/2016).

THAKUR, Manabí, BURTON, G. E. & SRIVASTAVA, B. N. *International Management*, 1997.

TREBAT, Nicholas e MEDEIROS, Carlos. Modernização Militar no Progresso Técnico e na Inovação Industrial Chinesa. *In China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, IPEA, 2015, p. 521-550.

WANG, ZHENGXU. Hu Jintao's Power Consolidation Groups, Institutions, and Power Balance in China's Elite Politics. *Issues & Studies* 42, vol. 42, no. 4. Taipei, Institute of International Relations, National Chengchi University, Dec. 2006, p. 97-136.

VADELL, J., RAMOS, L. e NEVES, Pedro. The International Implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. *RBPI* 57, pp. 91-107, 2014.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, 2004. Disponível em http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_166.htm (acessado em 10/10/2015).

XU, Jiatur. Hong Kong. *United Daily News*, 1993, p. 257-263.

YAMADA, Keiji. The Development of Science and Technology in China: 1949-65. *The Developing Economies*, v. 9. n. 4, 1971, p. 502-532.

YAHUDA, Michael. *The China Threat*. ISIS Seminar. Kuala Lumpur, Institute of Strategic and International Studies, 1986.

_____ Deng Xiaoping: the Statesman. *The China Quarterly*, No. 135, Special Issue: Deng Xiaoping: An Assessment. September, 1993, p. 551-572.

YU, Fu-Lai. China's Economic Change in Entrepreneurial Perspective: Mao Zedong (Transformative Entrepreneurship) versus Deng Xiaoping (Adaptive Entrepreneurship). *International Journal of China Studies*, v. 5, n° 3, Dec. 2014, p. 599-625.

YUN, Sun. *Africa in China's Foreign Policy*. Washington: John L. Thornton China Center and Africa Growth Initiative, April 2014.

_____ The domestic controversy over China's foreign aid and the implications for Africa. Washington: Brookings (acesso em 13/10/2015).

ZHENG, Yongnian. 'Harmonious Society' and 'Harmonious World': China's Policy Discourse under Hu Jintao (Briefing series – Issue 26). Nottingham, University of Nottingham, *China Policy Institute*, October 2007,

ZHU, Kendall. *The Tiananmen Square Protests of 1989: China's Shattered Enlightenment*, 2014. Disponível em <http://www.cnd.org/China89/NHD-CorruptioninChina.pdf> (acesso em 23/05/2016)

ZHU, Tianbiao. Nationalism and Chinese Foreign Policy. *The China Review*, v. 1, n°1, 2001, p. 1-27.

ZIYANG, Zhao. *China's Economy and Development Principles*. Beijing, 1982.

ZWEIG, David e JIANHAI, Bi. China's Global Hunt for Energy. *Foreign Affairs*, v. 84, n. 5, Sep.- Oct., 2005, p. 25-38.

MONOGRAFIAS E TESES

CHANG-SHENG, Shu. Os Intelectuais Chineses e o Estado: o Movimento das Cem Flores (1956-57). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002 (tese de doutorado).

CHEN, Jie. China's ASEAN policy in Deng Xiaoping's era: major political and security issues and general trends. The Australian National University, 1994 (tese de doutorado).

DUEBEN, Bjoern Alexander. *China-Russia Relations after the Cold War: the process of institution-building and its impact on the evolution of bilateral cooperation*. London: Department of International Relations of the London School of Economics and Political Science, 2013 (tese de doutorado).

MORAIS, Isabela Nogueira. *Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2011 (tese de doutorado).

PALESE, Adriana. *The Great Leap Forward (1958-1961): Historical events and causes of one of the biggest tragedies in People's Republic of China's History*. Lunds Universitet, 2009.

ZHANG, Xiaobo. *An Emerging Chinese Model: emancipating the political economy of China from the growth paradigms*. Athens: University of Georgia, 2012 (tese de doutorado).

FONTES PRIMÁRIAS DE DADOS

ASEAN, 2010.

Australian Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT)

China Statistical Yearbook, diversos anos.

National Bureau of Statistics China (NBSC), vários anos.

Centro Empresarial Brasil-China (CEBC), 2010 a 2014.

Departamento de Informação Comercial, Ministério das Relações Exteriores.

European Council on Foreign Relations (ECFR)

INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI), *Direct Investment Survey; Asia Pacific Department*.

MOFCOM, *ODI Statistics Manual*, 2001 a 2012.

SECEX, MDIC, 2011.

UNITED NATIONS (UN) Comtrade, 2001 a 2012.

UNCTAD, *World Investment Reports*, 2001, 2010, 2011 e 2014.

WORLD BANK, *World Development Indicator Database*, 1994, 1997, 2004, 2012.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO), 2012.

FONTES VIRTUAIS

China State Council, aplicativo.

Daily News, aplicativo.

KPMG, University of Sydney database.

New York Times, aplicativo.

Smithsonian Magazine, <http://www.smithsonianmag.com/>